



Geografia Econômica

Volume Único

Ciro Marques Reis

Secretaria de
Ciência, Tecnologia
e Inovação



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

**UNIVERSIDADE
ABERTA DO BRASIL**

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

APOIO:



FAPERJ

Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

www.cecierj.edu.br

Presidente

Rogerio Tavares Pires

Vice-Presidente de Educação Superior a Distância

Caroline Alves da Costa

Vice-Presidente Científico

Régia Beatriz Santos de Almeida

Coordenação do Curso de Geografia

UERJ - Antonio Soares da Silva

Material Didático

Elaboração de Conteúdo

Ciro Marques Reis

Diretoria de Material Didático

Ulisses Schnaider

Diretoria de Design Instrucional

Diana Castellani

Design Instrucional

Vittorio Lo Bianco

Biblioteca

Simone da Cruz Correa de Souza

Vera Vani Alves de Pinho

Diretoria de Material Impresso

Bianca Giacomelli

Revisão Linguística e Tipográfica

Beatriz Fontes

Carolina Godoi

Elisa Silveira

Flávia Rosa

José Meyohas

Lícia Matos

Rosane Fernandes Lira de Oliveira

Yana Gonzaga

Ilustração

Clara Gomes

Capa

Clara Gomes

Diagramação

Alexandre d'Oliveira

Camille Moraes

Cristina Portella

Mario Lima

Produção Gráfica

Fábio Rapello Alencar

Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição - Não Comercial - Sem Derivações 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0). Reservados todos os direitos mencionados ao longo da obra.

Proibida a Venda.



https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.pt_BR

R375g

Reis, Ciro Marques.

Geografia econômica. Volume Único / Ciro Marques Reis. – Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2022.

376p.; 19 x 26,5 cm.

ISBN: 978-85-458-0276-1

1. Geografia econômica- Brasil. 2. Capitalismo. 3. Socialismo. 4. Desenvolvimento. 5. Industrialização. 6. Energia. 7. Trabalho - território. 8. Globalização. 9. Distribuição de renda. 10. Cidades. I. Título.

CDD: 330.981

Referências bibliográficas e catalogação na fonte, de acordo com as normas da ABNT. Texto revisado segundo o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Governador

Cláudio Castro

Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação

João Carrilho

Instituições Consorciadas

CEFET/RJ - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca

Diretor-geral: Maurício Aires Vieira

FAETEC - Fundação de Apoio à Escola Técnica

Presidente: João de Melo Carrilho

IFF - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense

Reitor: Jefferson Manhães de Azevedo

UENF - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Reitor: Raul Ernesto Lopez Palacio

UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Reitor: Ricardo Lodi Ribeiro

UFF - Universidade Federal Fluminense

Reitor: Antonio Claudio Lucas da Nóbrega

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

Reitora: Denise Pires de Carvalho

UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Reitor: Roberto de Souza Rodrigues

UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Reitor: Ricardo Silva Cardoso

Sumário

Aula 1 • Geografia Econômica: definição, conceitos básicos e contribuições teóricas	7
<i>Ciro Marques Reis</i>	
Aula 2 • Sobresistemas econômicos: capitalismo e socialismo	35
<i>Ciro Marques Reis</i>	
Aula 3 • O desenvolvimento do sistema capitalista – parte 1: capitalismo comercial e capitalismo industrial	61
<i>Ciro Marques Reis</i>	
Aula 4 • O desenvolvimento do sistema capitalista – parte 2: capitalismo financeiro e capitalismo informacional	91
<i>Ciro Marques Reis</i>	
Aula 5 • Industrialização: processos e dinâmicas no capitalismo	117
<i>Ciro Marques Reis</i>	
Aula 6 • Trabalho e território	145
<i>Ciro Marques Reis</i>	
Aula 7 • O conceito de rede e sua importância na Geografia Econômica	173
<i>Ciro Marques Reis</i>	
Aula 8 • Reflexões críticas sobre a globalização	195
<i>Ciro Marques Reis</i>	
Aula 9 • Brasil: divisões regionais e economia	221
<i>Ciro Marques Reis</i>	
Aula 10 • Considerações sobre a distribuição de renda e riqueza no Brasil	247
<i>Ciro Marques Reis</i>	
Aula 11 • Energia e desenvolvimento no Brasil: gestão e conflitos territoriais – parte I	275
<i>Ciro Marques Reis</i>	
Aula 12 • Energia e desenvolvimento no Brasil: gestão e conflitos territoriais – parte II	311
<i>Ciro Marques Reis</i>	
Aula 13 • Cidades criativas e desiguais: a economia criativa sob a ótica da geografia econômica	349
<i>Ciro Marques Reis</i>	

Aula 1

Geografia Econômica: definição, conceitos básicos e contribuições teóricas

Meta

Apresentar ao aluno reflexões iniciais sobre a Geografia Econômica: sua definição, seus conceitos e teorias fundamentais, seus objetivos como disciplina, seu lugar na área de conhecimento da Geografia, sua utilidade como instrumento de análise e interpretação das expressões espaciais e das atividades econômicas e seus principais agentes.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. circunscrever o campo de análise da Geografia Econômica e compreender seu objetivo como disciplina e subárea de conhecimento;
2. reconhecer conceitos básicos da economia utilizados pela Geografia Econômica, em particular, as teorias econômicas;
3. produzir uma reflexão inicial sobre as abordagens teóricas da Geografia Econômica no século XX.

Introdução

O homem atua sobre a natureza com a finalidade de produzir e/ou re-produzir as condições necessárias para sua sobrevivência. Esta atuação gera expressões espaciais na superfície da terra, que são resultantes das várias relações estabelecidas em sociedade para este fim, as quais estão conectadas a questões políticas, sociais, culturais, mas especialmente às atividades econômicas. Estradas, portos, pontes, aeroportos, ferrovias, telecomunicações, transportes aéreos, marítimos e pluviais, oleodutos, gasodutos, sistemas de abastecimento de água e energia, fábricas, plantações, lojas comerciais, bancos e sistemas financeiros são soluções geradas pelo homem para viabilizar a manutenção do sistema de produção, circulação, distribuição e consumo de bens e serviços, por meio da fluidez de mercadorias (inclusive capital), pessoas e informações.

No processo de implementação desses sistemas de infraestrutura e de informações, espaço e sociedade são reestruturados. Em linhas gerais, o sistema de produção, circulação, distribuição e consumo de bens e serviços possui uma representação espacial oriunda de um processo de formação histórico e social, uma representação geográfica. Para compreensão deste processo de forma ampla, analisar a distribuição das atividades econômicas no espaço é condição primordial. Neste aspecto, a Geografia Econômica se converte em disciplina de suma importância para compreensão do mundo atual, em especial, no que tange aos problemas relacionados com a distribuição desigual de renda, com a concentração de capital, com o processo de desindustrialização, com os mecanismos do subdesenvolvimento e com outros processos que geram quadros econômicos e sociais desiguais em todas escalas, do local ao global.

Você sabe qual é o objeto de estudo da Geografia Econômica?

Para responder a essa pergunta, por que não começar analisando sua denominação? A simples observação do nome da disciplina remete a uma forma híbrida, uma interseção, um encontro entre duas áreas do conhecimento: a Economia e a Geografia.



Áreas de conhecimento

A Geografia Econômica não é um caso exclusivo de aproximação entre duas áreas de conhecimento. Outras subáreas do conhecimento, como a Geografia Histórica e a Geografia Política, são resultantes do encontro da Geografia com a História e com a Ciência Política, respectivamente. Para saber mais sobre as áreas e subáreas de conhecimento, visite: <http://www.capes.gov.br/avaliacao/tabela-de-areas-de-conhecimento>.

Sendo assim, já podemos compreender que a Geografia Econômica é uma subárea da Geografia e surge do encontro da Geografia com a Economia, com objetivo de descrever e interpretar determinados aspectos da realidade, utilizando aparatos teóricos, metodológicos e conceituais, tanto da Geografia quanto da Economia. Então vamos cruzar as definições básicas de Geografia e Economia?

Quadro 1.1: Definições básicas da Geografia Econômica

Geografia	Economia	Geografia Econômica
Estudo da superfície terrestre, de seus aspectos físicos e das relações entre o meio natural e os grupos humanos	Estuda como as sociedades administram seus recursos escassos, por meio da análise dos sistemas de produção, distribuição e consumo de bens e serviços	Estudo da organização da economia no espaço; de como as atividades econômicas se distribuem pelo território

Se podemos definir, em linhas gerais, a Geografia Econômica como a disciplina que estuda a organização espacial das atividades econômicas, ou seja, como essa organização se dá, as formas que assume, suas causas, consequências e seus atores, três pontos precisam ser mais bem explorados, para que nos aprofundemos um pouco mais na definição da disciplina:

- vislumbrar os recortes espaciais passíveis de análise;
- definir o que são atividades econômicas, suas características, agentes e seus lugares no sistema econômico;
- entender que determinada formação econômico-espacial está ligada a uma determinada realidade histórica.

Sobre o recorte espacial

A Geografia Econômica pode tratar de temas globais, em que o espaço, como campo de análise, pode ser o sistema-mundo. Exemplo: as crises cíclicas do sistema capitalista, a globalização, ou o desenvolvimento regional desigual. Pode também tratar de temas locais, como buscar a compreensão dos efeitos econômico-espaciais provocados pelo fechamento de uma fábrica ou a construção de um shopping center em um bairro do subúrbio. No entanto, em tempos de globalização, os fenômenos locais estão cada vez mais conectados aos grandes temas globais. Contemporaneamente, a Geografia Econômica também trata do espaço econômico em sua dinâmica, analisando fluxos materiais e imateriais, ou seja, o funcionamento de redes, seus fluxos de informação, o papel da inovação, a circulação de conhecimento e todas as suas expressões territoriais.



Leia a reportagem sobre o fechamento de uma fábrica da multinacional Phillips no bairro do Curado, no Recife. Perceba como a crise global e a busca por menores custos de produção e mão de obra mais barata afetam o modo de vida local; como as condições de produção na China estão ligadas ao processo de desindustrialização no bairro do Curado, no Recife. Acesse: <http://economia.ig.com.br/empresas/industria/philips-fecha-fabrica-e-demite-500-funcionarios-no-recife/n1237856249509.html>, e <http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/philips-fecha-fabrica-de-lampadas-no-brasil>



Crises cíclicas do capitalismo

Alguns teóricos sustentam a existência de ciclos econômicos, em períodos historicamente demarcados de ascensão e descenso do sistema capitalista, alternando períodos de crescimento econômico com períodos de recessão. Esse movimento seria intrínseco ao modo de produção capitalista. A teoria dos ciclos mais famosa e que serviu de base para outros teóricos foi elaborada pelo economista russo Nicolai Kondratiev (1892-1938) e ficou conhecida como *Ciclos de Kondratiev* ou movimento *cíclico de ondas longas*, que estabelece períodos cíclicos de aproximadamente 50 anos, com etapas sequenciais de prosperidade, recessão, depressão e recuperação da economia.

O que são atividades econômicas e agentes econômicos?

As atividades econômicas são aquelas ligadas ao sistema de produção, distribuição e consumo de bens e serviços. Em uma economia capitalista, os agentes básicos das atividades econômicas, ou seja, seus principais atores são as famílias, as empresas e o governo, que formam o mercado, resultado das múltiplas inter-relações entre esses agentes. As atividades econômicas são classicamente divididas em três setores que estão ligados ao sistema de produção, distribuição e consumo de bens e serviços. Observe o quadro a seguir:

Quadro 1.2: Os setores das atividades econômicas

Setores	Atividades	Atuação no sistema econômico	Papel na cadeia econômica
Primário	Agricultura, pecuária, pesca, extrativismo mineral e vegetal, caça etc.	Produção	Fornecimento de matéria-prima para o setor secundário e setor terciário
Secundário	Indústrias de transformação: química, metalúrgica, petroquímica, alimento, farmacêutica, energia, têxtil, bélica, automobilística, eletrônicos etc.	Produção	Fornecimento de matéria-prima para o setor secundário e setor terciário
Terciário*	Serviços: comércio, educação, turismo, serviços financeiros, transportes	Distribuição	Ligado à prestação de serviços às empresas e aos consumidores finais

*Milton Santos (2008) sustenta a existência de um setor terciário evoluído ou quaternário relacionado com atividades ligadas à alta tecnologia e ao alto grau de conhecimento. Profissionais ligados ao sistema financeiro, educação, consultoria, pesquisa e desenvolvimento, serviços altamente especializados.



Os agente econômicos, em geral, atuam em um dos três setores da economia, embora possam eventualmente participar de dois ou até mesmo três setores ao mesmo tempo, o que chamamos, neste último caso, de *concentração vertical*. Temos um exemplo nacional: a Petrobras. A estatal petrolífera brasileira atua nos três setores, desde a extração do petróleo e do gás (primário), passando pelo seu refino (secundário), até a distribuição do produto para os consumidores finais, por meio de sua rede de transporte e de seus postos de combustível (terciário).

Sobre o contexto histórico.

É essencial apreender a ideia de que determinada formação econômico-espacial está ligada de forma umbilical com sua realidade histórica. Cada período histórico apresenta sua forma de organização espacial dominante, que é resultado de suas relações socioeconômicas específicas e do seu atual grau de desenvolvimento técnico. Se compararmos o período feudal (século V ao XIV) ao período do capitalismo industrial (século XVIII ao XX), poderemos verificar suas diferenças de organização espacial. Compare as duas representações artísticas ao lado, e verifique as diferentes paisagens. Podemos detalhar mais:



Lawrence S. Lowry: "Coming home from the Mill" (Voltando para casa depois da fábrica).

Figura 1.1: Paisagem industrial.

Fonte: <http://www.flickr.com/creativecommons/>.



Flávio Bronha

Figura 1.2: Ilustração retratando feudo.

Fonte: <https://www.flickr.com/photos/flviophotos/4451247991/>

Quadro 1.3: O período feudal e o capitalismo industrial

PERÍODO	TRABALHO	PRODUÇÃO DE MERCADORIA	RELAÇÃO DO TRABALHADOR COM A TERRA	BASES DO SISTEMA ECONÔMICO	ESTRUTURAÇÃO ESPACIAL
FEUDAL	Servil	Artesanal	Preso a terra	Agricultura de subsistência	Castelos, moinhos, estábulos, caminhos, terras para atividades agrícolas, bosques, vilarejos etc.
CAPITALISMO INDUSTRIAL	Assalariado	Através de máquinas	Livre	Indústria e comércio	Indústrias, bairros, operários, urbanização, estradas de ferro, redes de transmissão de energia, rodovias etc.

Pontuamos então, a multiplicidade e entrelaçamento de escalas que são analisadas pela Geografia Econômica, os agentes econômicos básicos e suas atuações na divisão setorial da economia e na formação do espaço. Também vimos a importância da contextualização histórica na compreensão das expressões econômico-espaciais. Pires do Rio (2012) define bem essa trama de relações e sua ligação com a organização do espaço:

Uma das premissas da geografia econômica é que esse campo do conhecimento da geografia é, em sua essência, um campo da ciência social... Dessa premissa decorre uma segunda, que consiste em aceitar que as relações estabelecidas entre atividades, realizadas pelos mais diversos grupos humanos em diferentes momentos resultam em formas distintas de organização do espaço. O pressuposto geral é que as atividades econômicas, por sua natureza e diversidade, produzem diferenciações e desigualdades espaciais.

(PIRES DO RIO, G. A. A espacialidade da economia: superfícies, fluxos e redes. In: CASTRO, I.E.; GOMES, P.C.C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). *Olhares geográficos: modos de ver e viver o espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p. 158)

Mas, se cada formação socioeconômica está localizada geográfica e historicamente, e se possuem seus atores específicos e estão relacionadas com determinado estágio de desenvolvimento técnico, como a disciplina Geografia Econômica pode gerar teorias e conceitos e eleger temas para interpretar e explicar a espacialidade da economia, em contextos históricos tão diversos e em um mundo em constante transformação? A resposta é simples: a Geografia Econômica é tão dinâmica quanto o seu objeto de estudo, ou seja, teorias e conceitos são superados, reafirmados,

esquecidos, ressignificados, resgatados, enquanto temas preferenciais são substituídos por outros, com a finalidade de interpretar e explicar a realidade de cada momento específico.

A tarefa de compreender a função da Geografia Econômica como disciplina ou campo do saber requer alguns conhecimentos básicos de economia. São categorias de análise da economia e é o que veremos na segunda seção desta aula. Mas, antes, vamos a um exercício!

===== **Atividade 1** =====

Atende ao objetivo 1

Pierre George (1976) definiu Geografia Econômica como “uma ciência humana ou, mais precisamente, uma ciência social” e o espaço econômico como resultado das relações entre o homem e o meio. A partir do que vimos, qual é relação que esta afirmação possui com o papel dos agentes econômicos?

Resposta comentada

São as múltiplas inter-relações entre os agentes econômicos, e destes com o meio natural que estruturam o espaço econômico; e essas relações são socialmente estabelecidas. As ações de indivíduos, grupos sociais, empresas e governos são compostas pela intencionalidade humana, por decisões e estratégias humanas. Sendo assim, a Geografia Econômica ao estudar a organização das atividades econômicas no espaço, estuda o resultado das ações e práticas dos agentes econômicos. O homem se relaciona com o meio natural na busca por recursos para a sua sobrevivência e constrói relações entre si para manutenção e aperfeiçoamento dessas condições de sobrevivência, gerando um espaço econômico socialmente construído, que é o objeto de estudo da Geografia Econômica.

Você conhece as categorias e os temas básicos da economia?

A tarefa de compreender a função da Geografia Econômica como disciplina ou campo do saber requer alguns conhecimentos básicos de economia. São categorias de análise da economia, entre outras: bens e serviços, mão de obra, recursos naturais, capital, valor, preço, lucro, custo, agentes econômicos, mercado, renda, riqueza, e sistemas econômicos. Na Geografia Econômica, relacionamos estas categorias da economia com categorias da Geografia, como espaço, região, paisagem, território e lugar.

Veja alguns exemplos de obras de Geografia Econômica percebendo a inter-relação entre as categorias econômicas e geográficas:

- a *agroindústria* canavieira e a *organização do espaço*: contribuição à história das usinas de açúcar de Sergipe (1990)/Manoel Correia de Andrade;
- a *produção capitalista do espaço* (2006)/David Harvey;
- a *riqueza das regiões*. A nova geografia socioeconômica (2000)/George Benko e Alain Lipietz;
- *reestruturação produtiva, território e poder no Estado do Rio de Janeiro* (2008)/Floriano José Godinho de Oliveira;
- *paisagens geográficas e desenvolvimento territorial* (2005)/Auro Aparecido Mendes e Magda Adelaide Lombardo (Orgs.).

Perceba que os termos “agroindústria”, “produção capitalista”, “riqueza”, “reestruturação produtiva”, e “desenvolvimento” são originalmente utilizados na economia e estão correlacionados com termos como “espaço”, “regiões”, “território” e “paisagem”, originais da Geografia, na construção dos títulos das obras citadas, que são características da Geografia Econômica.

A Geografia Econômica não só utiliza categorias da economia, ela também está fortemente atrelada às suas principais correntes teóricas. Nesse sentido, faz-se importante que você conheça algumas características básicas das principais escolas ou teorias econômicas que forneceram suporte teórico-metodológico para o desenvolvimento da Geografia Econômica:

Quadro 1.4: Principais escolas econômicas e suas características

Escolas econômicas	Principais intelectuais	Tema preferencial	Princípio	Contexto histórico
Clássica (século XVIII ao XIX)	Adam Smith, David Ricardo, John Stuart Mill, Jean-Baptiste Say, Thomas Malthus	Processo de produção de bens e serviços	O livre mercado se autorregularia gerando bem-estar geral da sociedade	Revolução Industrial
Marxista (século XIX)	Karl Marx, Friedrich Engels	Processo de produção de bens e serviços	Crítica do livre mercado; exploração da força de trabalho; luta de classes	Consolidação do capitalismo industrial
Neoclássica	Alfred Marshall, Léon Walras, Carl Menger, William Stanley Jevons	Processo de produção de bens e serviços	Revisão crítica da teoria clássica; crítica à teoria marxista; reafirmação do livre mercado	Expansão do capitalismo industrial
Keynesiana (século XX)	John Maynard Keynes	Sistema econômico agregado	Crítica do livre mercado; Estado passa a regular a economia	Depressão Econômica, Crise de 1929

Você pode notar que cada escola econômica é resultado de um esforço interpretativo de sua realidade geográfica e histórica. Vamos saber um pouco mais sobre elas.

a) Escola clássica:

A escola clássica, surge no contexto da primeira revolução industrial no século XVIII. Seus principais teóricos sustentavam a ideia de que o trabalho produzia a riqueza, e que as ações individuais dos agentes econômicos, na busca isolada por suas satisfações, acabariam gerando um equilíbrio geral do mercado e da sociedade, culminando em benefício coletivo. Essa é a ideia central do que normalmente chamamos *livre mercado*, ou seja, um ambiente econômico de livre concorrência entre as partes, sem intermediação de um poder central (Estado). É o liberalismo econômico.



Mercado personificado

A ideia da autorregulamentação do mercado persiste até os dias atuais. O mercado é construído como um ser autônomo. Como se este não fosse o resultado de ações e decisões humanas (indivíduos, empresas e governos). Perceba como alguns títulos de reportagens jornalísticas se referem ao mercado de forma personalista, atribuindo inclusive sentimentos e situações humanas a uma abstração:

“Mercados continuarão nervosos” (Jornal do Commercio, RJ, 30/08/2013).

“Na semana do Copom, mercado manda recado ‘malcriado’ para o BC” (EXAME.com, 17/10/2011).

“Incerteza deixa mercados nervosos” (DN Globo, RJ, 08/05/2010).

“Mercado se mostra menos otimista em relação ao PIB do Brasil” (GLOBORURAL, Notícias/Economia, 12/08/2013).

“Mercado reabre nervoso após feriado de Carnaval” (JB, 06/02/2008).

“Mercado imobiliário está na UTI” (Tribuna da Bahia, 02/08/2013).

b) Escola marxista:

A escola econômica marxista surge com a crítica ao liberalismo econômico, ao livre comércio, à ideia de autorregulamentação do mercado. Está contextualizada no período de consolidação do capitalismo como sistema econômico. Não segue a ideia de que o trabalho humano seja o responsável pela riqueza e gerador de satisfação e equilíbrio econômico e social. A expansão capitalista só seria possível com acúmulo de capital e exploração da força de trabalho. Segundo a teoria econômica marxista, o sistema capitalista só se sustenta em expansão e gerando desigualdades crescentes entre as classes sociais (operários e patrões).

É especificamente importante para a Geografia Econômica a relação entre a acumulação capitalista e a expansão geográfica do modo de produção capitalista. Veja o esquema simplificado a seguir, característicos da expansão capitalista de meados do século XIX a meados do século XX:



Figura 1.3: Sistema de produção e expansão geográfica capitalista.

c) Escola neoclássica:

A escola econômica neoclássica surge como uma renovação revisionista da teoria econômica clássica, com algumas diferenças conceituais e de método. É crítica da teoria econômica marxista, pois reitera os princípios do liberalismo econômico, do livre comércio, e das ideias de autorregulamentação do mercado da escola clássica. Está contextualizada no período de expansão do capitalismo e da acelerada integração dos mercados mundiais. Ignorava as contradições já evidentes do sistema capitalista que acentuavam, por um lado, o aumento da pobreza e, por outro, a concentração de renda e a expansão imperialista como instrumento de reprodução do modo de produção capitalista.

c) Escola keynesiana:

A escola econômica keynesiana, diferentemente das anteriores, focava sua teoria na macroeconomia (análise da economia como um todo), enquanto clássicos, neoclássicos e marxistas focavam seus estudos em

temas microeconômicos (como produção e formação de preços). Mas a sua grande contribuição teórica, que rompe frontalmente com a ideia liberal de livre mercado, está centrada no papel desempenhado pelo Estado na economia. Enquanto nas teorias do livre mercado o poder econômico encontra-se descentralizado, pois cada agente econômico cria suas próprias estratégias individuais na busca do lucro, a teoria keynesiana é o retrato do sistema econômico capitalista centralizado na figura do Estado indutor do processo econômico. Só o Estado seria capaz de, por meio de investimentos em obras públicas, abertura de postos de emprego e regulação do sistema financeiro, minimizar as desigualdades geradas pelo liberalismo econômico. Foi posta em prática como um conjunto de programas de investimentos governamentais nos EUA dos anos 30, denominado *New Deal*, que visava aquecer a economia norte-americana e diminuir o drástico número de desempregados no período da Grande Depressão econômica.



Figura 1.4: Fome durante a Grande Depressão. Sopa grátis para desempregados em Chicago, 1931.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Unemployed_men_queued_outside_a_depression_soup_kitchen_opened_in_Chicago_by_Al_Capone,_02-1931_-_NARA_-_541927.tif

Também é importante que você saiba que a economia é dividida em dois grandes ramos: a macroeconomia e a microeconomia.

Quadro 1.5: Microeconomia × macroeconomia

Microeconomia	Macroeconomia
Analisa o comportamento dos agentes econômicos que compõem a economia e suas relações em mercados específicos. Estuda o comportamento do consumidor, das empresas, as escolhas de produção, a formação dos preços	Analisa o comportamento do sistema econômico como um todo: a renda nacional, o nível de emprego, o consumo, os investimentos totais. Estuda a política de juros, moeda, inflação, PIB



Você seria capaz de correlacionar os dois grandes ramos da economia com as escolas econômicas, do ponto de vista de seus temas preferenciais? Já apresentamos as características básicas das principais escolas ou teorias econômicas. Verifique seus temas preferenciais e compare aos dois ramos da economia: a macroeconomia e a microeconomia.

Atividade 2

Atende ao objetivo 2

Observe nos mapas a seguir o avanço imperialista das principais potências econômicas europeias sobre o continente africano.

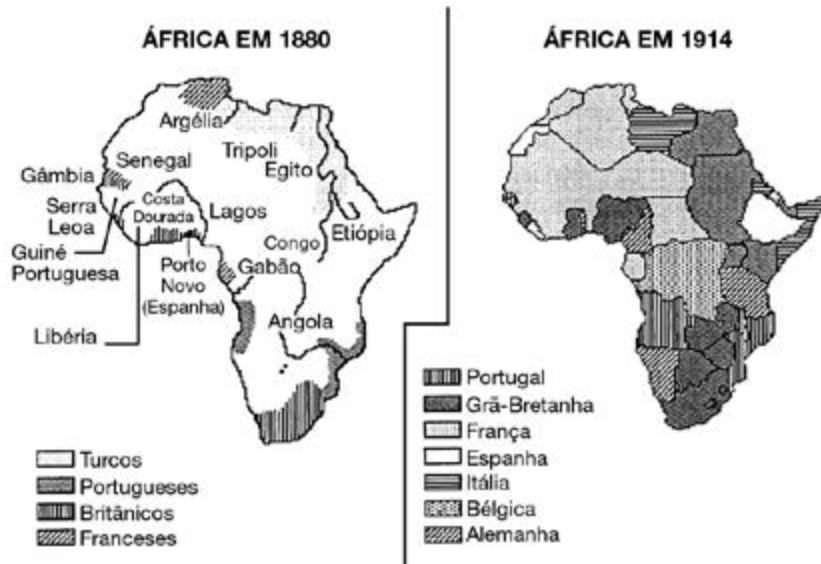


Figura 1.5: Avanço imperialista sobre o Continente Africano.

Fonte: Adaptado de WESSELING, H. L. *Dividir para dominar: a partilha da África, 1880-1914*. São Paulo: Revan/Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1998, p. 462-463.

Diante do que estudamos na seção “Você conhece as categorias e os temas básicos da economia?” desta aula, correlacione a partilha da África com a teoria econômica marxista, sob o ponto de vista da expansão geográfica.

Resposta comentada

Segundo a teoria econômica marxista, o modo de produção capitalista funciona bem enquanto em expansão, ou seja, enquanto a produção e a distribuição de mercadorias estiverem crescendo. No entanto, segundo

esta teoria, esse processo não é sustentável, pois o aumento da produção gera aumento na demanda por mais matéria-prima (recursos naturais), mais mão de obra com custo menor e de novos mercados consumidores para vender o resultado da produção (mercadorias). Em determinado momento, podem faltar, ao capitalista, as matérias-primas necessárias, a mão de obra, ou os mercados para escoar a sua produção. Nesse sentido, a expansão geográfica do capitalismo por meio da conquista ou dominação de novos territórios responde a essas necessidades. A partilha da África significou para as potências imperialistas europeias: acesso a recursos naturais (matéria-prima), a novos mercados consumidores, e à mão de obra mais barata. Sendo assim, a partilha da África, nesse período, vai ao encontro da teoria econômica marxista, que caracteriza o sistema de produção capitalista como dependente de um funcionamento expansivo para se manter, inclusive geograficamente, por anexações territoriais.

Na seção “Geografia + Economia = Geografia Econômica” desta aula, remontaremos a uma breve história da convergência entre Geografia e a Economia até a afirmação da Geografia Econômica como campo específico do conhecimento. Apresentaremos, de forma breve, teorias e temas centrais na evolução da Geografia Econômica, desde a Teoria da Localização, de von Thünen (1783-1851), até as abordagens da Geografia Econômica contemporânea, ligadas ao processo de globalização.

Geografia + Economia = Geografia Econômica

Em meados do século XIX, o economista alemão Johann Heinrich von Thünen (1783-1850) elaborou as bases de uma das mais importantes contribuições teóricas da Economia utilizada pela Geografia: a *Teoria da Localização*. Em linhas gerais, analisando a produção agrícola do início do século XIX, von Thünen relacionou o valor da renda da terra com sua localização, em relação a um comércio central, ou seja, quanto mais distante da área central, menor seria o lucro do produtor, em virtude dos gastos com transporte. Logo, o valor da renda da terra também diminuiria, quanto mais distante do centro comercial. Utilizando um sistema de círculos concêntricos, von Thünen observou que o uso da terra (cultivo) era diferenciado espacialmente, de modo a se

adequar aos custos de produção e transporte em relação à distância do centro comercial. Veja o esquema:

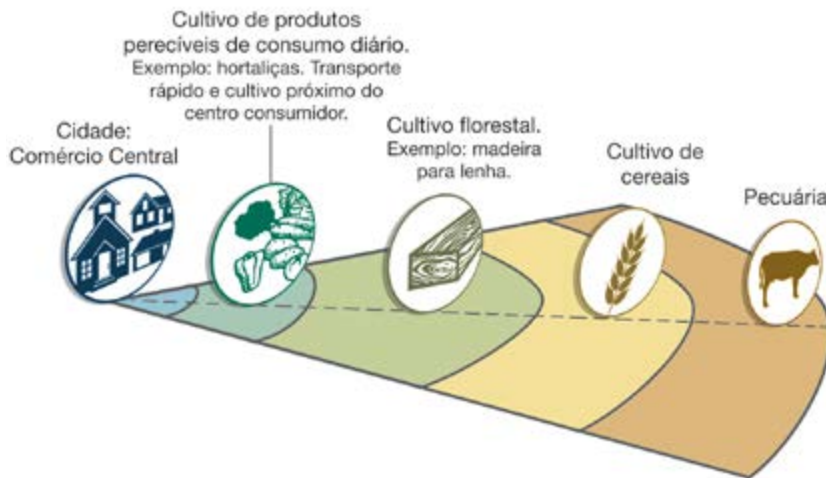


Figura 1.6: Círculos de von Thünen.

Apesar do modelo de von Thünen estar associada à economia agrícola, serviu de base para o desenvolvimento de estudos de localização de futuras atividades econômicas relacionadas à produção industrial e ao setor de serviços. Porém o trabalho de von Thünen estava mais ligado à economia espacial do que propriamente à Geografia Econômica. Os elementos básicos do seu modelo eram a distância, o valor da terra e o lucro dos produtores, não o espaço propriamente dito, como sujeito ou objeto central de análise.

Para Paul Claval (2005), a Geografia Econômica propriamente dita surge primeiramente na Alemanha, sob a influência do geógrafo Carl Ritter (1779-1859), em meados do século XIX. A diferenciação das regiões econômicas era o tema preferencial, e o caráter das análises era eminentemente descritivo.

O tratado clássico de geografia econômica cobriu essencialmente a produção de gêneros alimentícios (cereais, carne, leite, manteiga, queijo, oleaginosos, vinho), das matérias-primas (seda, lã, algodão), de energia (carvão, petróleo, hidroeletricidade), e de produtos industriais (têxteis, mecânicos, químicos). Descreveu também os países exportadores, os fluxos das mercadorias e os mercados onde as transações comerciais ocorreram. (CLAVAL, p. 2005).

O mundo passava pela segunda revolução industrial e a Geografia Econômica surgia neste contexto de aceleração do processo industrial, da expansão e modernização dos sistemas de transporte, da urbanização acelerada dos países centrais europeus e dos EUA. Nesse sentido, os avanços técnico-científicos proporcionaram possibilidades variadas de produção industrial e de organização do espaço.



Segunda Revolução Industrial

Localizada historicamente em meados do século XIX, seria uma continuidade do processo de aprimoramento técnico e científico da Primeira Revolução Industrial (século XVIII). Não há uma ruptura ou linha divisória nítida que separe os dois períodos, mas, a partir da segunda metade do XIX, houve um aumento significativo no ritmo industrial, expansão do uso da energia elétrica, o uso do motor à explosão, difusão do uso do aço, ampliação extraordinária das ferrovias, modernização dos meios de comunicação, crescimento das cidades e uma série de novas invenções que permitiram maior integração entre os mercados, e maior obtenção de lucros pelas empresas, resultando na aceleração da economia capitalista mundial.

Era sobre a produção que se debruçavam os estudos de Geografia Econômica. Mas seu caráter permanecia descritivo. Obras como “*Geografia do comércio mundial: uma descrição geográfica econômica da terra*” (Karl Andree, Alemanha), “*Manual de Geografia Comercial*” (George Chisholm, Inglaterra) e “*Manual de Geografia Econômica*” (Marcel Dubois e J G Kergomand, França), publicados da metade do século XIX até o início do século XX, seguiam a forma descritiva e focavam na análise na produção.

No século XX, principalmente após a Crise de 1929, o enfoque da Economia e da Geografia Econômica passava a ser a compreensão dos mecanismos do crescimento econômico, na busca de aplicar soluções

para a retomada do desenvolvimento. As teorias econômicas liberais, baseadas na livre concorrência e no mercado autorregulado não forneciam naquele momento, o suporte teórico e nem a força explicativa, que a Economia e a Geografia Econômica (acostumadas, até então, com análises do espaço econômico em expansão) precisavam para compreender o colapso do sistema econômico liberal.



Crise de 1929

Também conhecida como Grande Depressão, foi o colapso do sistema financeiro norte-americano com a quebra da Bolsa de Valores de Nova York. Foi basicamente uma crise de superprodução. A indústria e a agricultura norte-americana escoavam boa parte de sua produção para a Europa que se reconstruía após a Primeira Guerra Mundial. Com a diminuição dessas importações, através de medidas protecionistas dos países europeus, que buscavam menor dependência dos EUA e desenvolver suas economias internas, os EUA ficaram abarrotados de produtos sem ter para quem vender. Com a queda das vendas e com a oferta maior que a procura, os preços despencaram, as indústrias diminuíram a produção, demitiram trabalhadores em massa, as ações das empresas despencaram rapidamente, bancos quebraram, empresas fecharam, fazendeiros faliram. Em poucos dias, ricos ficaram pobres e o índice de desemprego chegou próximo a 30% nos EUA, atingindo aproximadamente 15 milhões de desempregados.

No período localizado entre os anos 40 e 70 do século XX, que Paul Claval define como um “novo ambiente intelectual”, a Economia e a Geografia Econômica se aproximam de forma importante e passam a estudar os mecanismos de crescimento, desenvolvimento econômico regional, associados principalmente ao processo de industrialização.

Segundo Claval, a Geografia encontra na linha de estudos sobre teorias de localização e dos lugares centrais, a ferramenta que lhe possibilita interpretar a hierarquia das cidades e a formação de regiões polarizadas.

Já citamos que von Thünen é considerado o formulador básico das teorias de localização. Sua abordagem era sobre a produção agrícola. Outros economistas espaciais contribuíram de forma importante com seus estudos sobre localização que influenciam a Geografia Econômica até os dias atuais. Podemos destacar alguns deles. Alfred Weber (economista alemão) publica em 1909, *“Sobre a localização de indústrias”*, Tord Palander (economista sueco) publica em 1935, *“Contribuições para a teoria da localização”*, August Lösch (economista alemão) publica em 1940, *“O arranjo espacial da economia”*.

Em linhas gerais, todos analisavam os fatores que influenciavam a localização das indústrias, observando seus custos com transporte e mão de obra, a distância entre as fontes de matéria-prima e os mercados, e as forças aglomerativas ou desaglomerativas das indústrias. Vale destacar os estudos de norte-americano Walter Isard, utilizando o conceito de insumo de transporte, na obra *“Localização e economia espacial”*, de 1956.

Também pertence a este grupo o geógrafo alemão Walter Christaller, autor da *“Teoria dos Lugares Centrais”*, em 1933. Christaller analisava não a localização das indústrias, mas sim os lugares centrais e suas funções. Quanto mais estes lugares oferecessem maior quantidade e variedade de bens e serviços, mais centrais eles seriam; mais influência eles exerceriam sobre outros lugares, sendo possível reconhecer uma hierarquia entre as cidades. É a origem do princípio da centralidade, conceito importante para as Geografia Econômica e a Urbana.

Sobre o desenvolvimento regional desigual, Claval destaca a contribuição de François Perroux, que cria, em 1955, a noção de polo de crescimento. Podemos destacar ainda Gunnar Myrdal, economista sueco, com seus trabalhos sobre teoria do desenvolvimento e subdesenvolvimento regional, principalmente nos anos 50 e 60; e o norte-americano Albert Hirschman, também economista, que publicou, em 1958, a obra *“The strategy”*, abordando processos básicos do progresso econômico em países em desenvolvimento.

Geógrafos como Edward Ullman (1953,1954), com estudos sobre concentrações de atividades industriais em espaços nacionais, Stewart e Warntz (1958) e seus estudos sobre atratividade de zonas centrais, também contribuíram no estudo do desenvolvimento regional.

No Brasil, podemos destacar os trabalhos desenvolvidos no âmbito do IBGE, em particular no Conselho Nacional de Geografia, com destaque para o geógrafo Pedro Pinchas Geiger e seus estudos sobre as regiões

econômicas do Brasil, observando o processo histórico de formação do território do país e o processo de industrialização, propondo uma divisão geoeconômica do Brasil.

A partir dos anos 1970, o espaço mundial passou a se transformar rapidamente, em virtude do processo de globalização. O mundo construído pós-Segunda Guerra Mundial encerra seu ciclo com o declínio do modelo de produção fordista e a ascensão de um regime mais flexível, tanto na produção quanto na relações de trabalho. O mundo atual possui transferências de informação cada vez mais velozes, uma verdadeira revolução dos meios de telecomunicações. É o mundo globalizado. A Geografia passa a estudar os problemas relacionados à globalização, à metropolização, ao papel da multinacionais, ao comércio global, à migração internacional em busca de melhores condições de vida, à desindustrialização, à financeirização da economia mundial.

A Geografia Econômica passa a trabalhar com conceitos como: acumulação, alta tecnologia, especialização flexível, flexibilização, pós-fordismo, modo de regulação, regime de acumulação. Trabalhos de autores como David Harvey, Milton Santos, George Benko, Allen J. Scott e Edward W. Soja contribuem profundamente para a análise das expressões territoriais contemporâneas do processo de globalização e da hegemonia do capitalismo como sistema econômico global.

Há outros autores, correntes de pensamento e conceitos da Geografia Econômica que não foram citados aqui, dada a variedade de abordagens e dinamismo das questões econômicas e geográficas; mas é importante não perder de vista que todas as etapas de desenvolvimento da Geografia Econômica estão, obviamente, ligadas às fases da Geografia tradicional (descritiva), à Geografia teórica ou quantitativa (empirismo e técnicas estatísticas) e à Geografia crítica ou marxista (crítica social e econômica) e procuram interpretar as transformações ocorridas no mundo sob a ótica das expressões espaciais das estruturas econômicas e sociais. Atualmente, a hegemonia do sistema capitalista na escala global e seus efeitos sociais, econômicos e espaciais têm sido o principal objeto de estudo da Geografia Econômica.

Atividade 3

Atende ao objetivo 3

Responda às seguintes questões:

a) Qual foi a importância da Teoria de Localização de Von Thünen para a Geografia Econômica?

b) Em que sentido a crise financeira de 1929 pode ser considerada um divisor de águas entre a Geografia Econômica meramente descritiva e a Geografia Econômica do desenvolvimento?

Resposta comentada

a) A Teoria de Localização de Von Thünen foi importante para a Geografia Econômica na medida em que forneceu as bases metodológicas que a Geografia necessitava para interpretar fenômenos espaciais e econômicos ligados à industrialização e aos arranjos espaciais das cidades. Mesmo não sendo a industrialização o foco dos estudos de von Thünen, sua abordagem serviu como ferramenta importante para a Geografia num momento de afirmação empírica e teórica.

b) A Crise de 1929 significou o declínio explicativo das teorias econômicas liberais, e das abordagens geográficas sobre a Economia que apenas observavam e descreviam os fluxos de mercadorias e riqueza da nações. Com a grande depressão econômica, as políticas públicas estatizantes se sobrepuseram às questões microeconômicas, e a importância do planejamento e da necessidade de retomada do crescimento econômico passaram a carrear os estudos do economistas e geógrafos, que se debruçaram sobre as questões relacionadas com o desenvolvimento regional desigual.

Conclusão

A Geografia Econômica, assim com outras subáreas do conhecimento das ciências humanas, não está isolada do campo científico ao qual pertencem. Há muitas interseções e sobreposições temáticas entre as Geografias Econômica, Urbana, Regional, da População, e Agrária, por exemplo, o que demonstra a amplitude e a relevância do seu estudo para a tradução da sociedade em que vivemos.

Os aspectos econômicos da vida em sociedade têm ocupado lugar privilegiado no espaço midiático e possuem importante peso nas políticas governamentais, que pautam a questão da estabilidade e do crescimento econômicos como elementos vitais para consecução de políticas públicas. Neste sentido, governos seguem determinadas orientações econômicas que remetem às teorias econômicas apresentadas em nossa aula e que se realizam no espaço.

O contexto atual requer um olhar especial da Geografia Econômica sobre a aceleração das transformações ocorridas no mundo e sobre a hegemonia do sistema capitalista. As contribuições teóricas mais recentes da Geografia Econômica seguem esta tendência, procurando analisar a organização espacial das atividades econômicas sob a luz do processo de globalização.

Atividade Final

Atende aos objetivos 1, 2 e 3

1. *Ilha das Flores* é um documentário (Jorge Furtado, 1989) que aborda, de forma criativa e muito crítica, a relação entre economia e sociedade. Está disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=KAzhAXjUG28>. Com base no documentário (10 minutos) e com as reflexões apresentadas em nossa aula, como é apresentado o sistema de produção, circulação e distribuição e consumo? Cite alguns dos setores econômicos e agentes econômicos envolvidos, e reflita sobre o resultado social apresentado.

2. Atualmente os setores ligados aos serviços têm grande importância explicativa para a Geografia Econômica, em virtude do seu crescimento e força centrípeta na vida das grandes metrópoles. Qual foi a contribuição de Walter Christaller neste sentido?

Resposta comentada

1. O documentário usa, como linha de condução, a cadeia produtiva do tomate, passando por todas as etapas. Da produção, circulação, distribuição e finalmente consumo. Inclui ainda uma etapa residual da cadeia que é a utilização do lixo como mercadoria. Os setores econômicos envolvidos são o primário (plantação de tomates) e terciário

(supermercados onde se vendem os tomates). Os agentes econômicos principais envolvidos no documentário são o agricultor (produção), a família (consumidor). Também são agentes econômicos o vendedor do lixo, o criador de porcos. O documentário expressa a ideia de sistema econômico interligado e demonstra a dramática posição social daqueles que estão excluídos do sistema.

2. Christaller analisava não a localização das indústrias, mas sim os lugares centrais e suas funções e a influência que esses lugares centrais exerciam sobre outros lugares, particularmente a gama de serviços que esses centros reuniam e que forneciam a força atrativa e o raio de influência sobre uma região, estabelecendo redes de hierarquia entre cidades. Com a ascensão do setor de serviços e o processo de desindustrialização contemporâneo, principalmente nos países desenvolvidos, a Teoria dos Lugares Centrais de Christaller demonstra possuir lugar importante na evolução das teorias explicativas da Geografia Econômica, no que tange a arranjos espaciais das cidades e regiões sob o ponto de vista geoeconômico.

Resumo

A Geografia Econômica é uma subárea da Geografia e surge do encontro da Geografia com a Economia, com objetivo de descrever e interpretar determinados aspectos da realidade, utilizando aparatos teóricos, metodológicos e conceituais, tanto da Geografia quanto da Economia.

Podemos observar a multiplicidade e o entrelaçamento de escalas que são analisadas pela Geografia Econômica, os agentes econômicos básicos e suas atuações na divisão setorial da Economia e na formação do espaço. Também observamos a importância da contextualização histórica na compreensão das expressões econômico-espaciais, e o caráter dinâmico da disciplina Geografia Econômica, pois suas teorias, conceitos e temas preferenciais são substituídos por outros, com a finalidade de interpretar e explicar a realidade de cada momento específico.

Observamos que a mescla entre as categorias de análise da Economia (bens e serviços, mão de obra, recursos naturais, capital, valor, preço, lucro, custo, agentes econômicos, mercado, renda, riqueza e sistemas econômicos) com categorias da Geografia (espaço, região, paisagem, território e lugar) são característicos em trabalhos da Geografia Econômica.

Vimos como as teorias econômicas forneceram suporte teórico-metodológico para o desenvolvimento da Geografia Econômica: vale relembrar o **Quadro 1.4**.

Da segunda metade do século XIX às décadas iniciais do século XX, a Geografia Econômica e a Economia Espacial procuravam descrever a distribuição geográfica das atividades econômicas e focavam sua análise na produção. Entre os anos 1930 e 1970, o enfoque da Economia e da Geografia Econômica passava a ser a compreensão dos mecanismos do crescimento econômico e a Geografia Econômica passava a trabalhar tanto com as teorias de localização industrial quanto com o desenvolvimento regional. O marco dessa transformação fora a crise de 1929, que colocava em xeque os fundamentos da economia liberal.

A partir dos anos 1970, com o declínio do modelo de produção fordista e a ascensão de um regime mais flexível do modo de produção capitalista, possibilitado e reforçado pelos avanços dos meios técnicos e científicos, a Geografia passa a estudar os problemas relacionados à globalização.

É importante ressaltar que todas as etapas de desenvolvimento da Geografia Econômica são sensíveis às fases da Geografia: tradicional (descritiva), teórica ou quantitativa (empirismo e técnicas estatísticas) e crítica ou marxista (crítica social e econômica); e que, atualmente a hegemonia do sistema capitalista na escala global e seus efeitos sociais, econômicos e espaciais têm sido o principal objeto de estudo da Geografia Econômica.

Referências

BANDEIRA, Manuel *et al.* **Elenco de cronistas modernos**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972, p. 185-187.

BENJAMIN, Walter. O narrador. *In*: BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**. Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1996.

Aula 2

Sobresistemas econômicos:
capitalismo e socialismo

Meta

Apresentar ao aluno a definição de sistema econômico, por meio de uma análise histórica e geográfica. Serão expostas as principais características dos sistemas capitalista e socialista, explicitando seus desenvolvimentos históricos, suas abrangências geográficas em determinados períodos, e suas principais diferenças, dando particular ênfase ao período pós-Segunda Guerra Mundial até a dissolução do bloco socialista, no início dos anos 1990.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer o que é um sistema econômico, seus elementos formadores básicos e suas conexões políticas e sociais;
2. produzir uma reflexão inicial sob o ponto de vista histórico-geográfico, sobre a disputa econômica, política e ideológica entre os sistemas econômicos capitalista e socialista, do pós-Segunda Guerra Mundial à dissolução da URSS, bem como defini-los com clareza.

Introdução

Um dos principais eventos históricos do século XX foi a queda do muro de Berlim, ocorrida em 1989. A queda do muro simbolizou o fim de uma era caracterizada pela divisão do mundo em dois grandes blocos políticos e econômicos: o capitalista e o socialista. Dois países lideraram esse processo, pelo lado capitalista, os Estados Unidos da América do Norte (EUA) e, pelo lado socialista, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).



Photos the entorno.

Figura 2.1: Capitalismo e socialismo.

Fonte: <http://www.flickr.com>

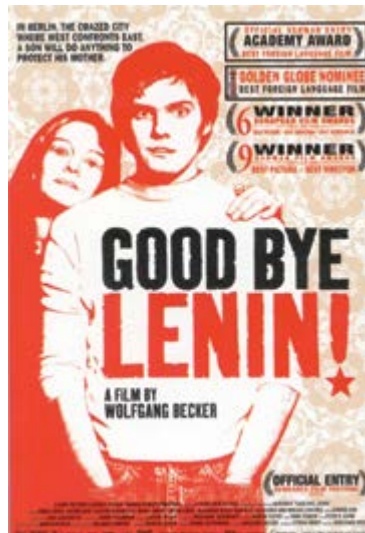
Embora os sistemas capitalista e socialista já vigorassem, foi principalmente após a II Guerra Mundial (1939-1945), quando EUA e URSS saíram como grandes vitoriosos do conflito, que a Geografia Econômica e Política do planeta passou a ser reconfigurada pela influência direta e indireta dessas duas grandes potências, num período que ficou conhecido como Guerra Fria, caracterizado por uma intensa corrida armamentista, pela eminência da guerra nuclear, pela exploração do espaço sideral e pelos planos de expansão não só de dois sistemas econômicos distintos, mas de dois estilos de vida: a sociedade capitalista (de política e economia liberais) e a sociedade socialista (de política centralizada e economia planificada estatal). Ambos os sistemas disputavam corações, mentes e territórios aliados.

Em meados da década de 1980, o modelo socialista da URSS começou a dar sinais de esgotamento político e econômico. Uma palavra entrou em cena, a *Perestroika* (reestruturação, abertura econômica),

política implementada pela URSS para, gradualmente, introduzir o país no sistema capitalista, diminuindo a intervenção do Estado na economia. Esse processo, em conjunto com a *Glasnost* (transparência, liberdade política) criou as condições para dissolução da URSS, no início dos anos 1990, em várias repúblicas independentes e, por consequência, para a reestruturação econômica e política dos países sob sua influência. A Rússia capitalista emergia como a herdeira da União Soviética, os EUA como a potência hegemônica e o capitalismo como o sistema econômico soberano no mundo.



Sobre o fim do bloco socialista e em particular sobre a queda do Muro de Berlim, ver o filme *Adeus Lenin*, criativa construção cinematográfica que conta a história de um jovem da antiga Alemanha Oriental que, preocupado com o frágil estado de saúde de sua mãe, uma socialista convicta, faz de tudo para que ela não perceba o desmoronamento do regime socialista. O filme é um ótimo retrato de uma época de intensas mudanças políticas, sociais e econômicas que alterariam drasticamente a geopolítica do mundo contemporâneo.



Cartaz do filme *Adeus, Lenin!*.

Fonte: https://www.imdb.com/title/tt0301357/mediaviewer/rm1214350849/?ref_=tt_ov_i

Sistema econômico

Você seria capaz de definir neste momento o que é um sistema econômico? Em linhas gerais, podemos definir sistema econômico como a forma de organização econômica de uma sociedade, país, ou países. Em nossa primeira aula, já vimos que as atividades econômicas estão relacionadas ao sistema de produção, circulação, distribuição e consumo de bens e mercadorias. Sendo assim, podemos dizer que o sistema econômico norteia o comportamento dos agentes econômicos (exemplos: empresas, família, estado) e rege os mecanismos de utilização dos meios de produção (exemplos: fábricas, equipamentos, capital, trabalho, recursos naturais), resultando, ao final, em determinado sistema econômico, que estruturará a sociedade e o território.

O sistema econômico reúne uma variedade de elementos que interagem entre si com a função de produzir bens econômicos para satisfazer as necessidades humanas. A economia clássica elenca três elementos básicos dos sistemas econômicos, chamados *fatores de produção*:

- a) a terra: áreas cultiváveis, recursos naturais;
- b) o trabalho: o trabalho humano, seja ele físico ou intelectual;
- c) o capital: bens utilizados para produção de outros bens ou serviços, como as ferramentas e as fábricas. Viabilizam a produção dos bens econômicos finais para satisfação humana. As técnicas e habilidades acumuladas são também consideradas como capital;
- d) quanto à produção, a relação básica estabelecida está posta entre o homem e a Natureza. O homem (TRABALHO), através dos meios de produção (CAPITAL), atua sobre a Natureza (TERRA) para produzir os bens para a sua satisfação. Então não existiria produção sem o trabalho humano e os meios de produção, que, juntos, formam o que Marx denominou *forças produtivas*;
- e) as forças produtivas, em conjunto com as relações de trabalho estabelecidas entre os indivíduos, e as relações de produção dão origem ao modo de produção, que acaba por formatar os sistemas econômicos.

Quadro 2.1: Alguns exemplos simplificados de fragmentos de modos de produção

Grupos	Fatores econômicos			Bem produzido
	Terra	Trabalho	Capital	
Grupos indígenas brasileiros no século XV	Disponibilidade de peixes	Pesca realizada pelo homem	Anzol, físgas, rede, cestos	Pescado
Sociedade urbana século XXI	Disponibilidade de petróleo	Pesquisas e trabalhos realizados por geólogos, engenheiros químicos, técnicos	Portos, navios, oleodutos, sondas, plataformas, refinarias	Gasolina
Sociedade feudal europeia século XII.	Disponibilidade de terra e sementes	Trabalho na lavoura realizado pelo servo	Bestas de carga, arreios de arado	Trigo

Faz-se importante que você perceba que esses esquemas simples construídos são condicionados por fatores históricos, políticos, culturais, sociais, religiosos e outros, que atuam na organização econômica da cada sociedade exemplificada. Veja, como exemplo, o quadro a seguir.

Quadro 2.2: Fragmentos de modos de produção e condicionantes

Grupos	Fatores econômicos			Bem produzido
	Terra	Trabalho	Capital	
Grupos indígenas brasileiros no século XV	Disponibilidade de peixes (rios não poluídos, terras livres)	Pesca realizada pelo homem (tarefa exclusiva dos homens)	Anzol, físgas, rede, cestos (ferramentas simples)	P e s c a d o (base da dieta)
Sociedade urbana século XXI	Disponibilidade de petróleo (novas técnicas de exploração que permitem a descoberta de novas fontes)	Pesquisas e trabalhos realizados por geólogos, engenheiros químicos, técnicos (existência de universidades, centros de pesquisas)	Portos, navios, oleodutos, sondas, plataformas, refinarias (avanços tecnológicos, investimento em infraestrutura, políticas públicas)	G a s o l i n a (larga utilização do automóvel)
Sociedade feudaleuropeia século XII.	Disponibilidade de terra e sementes (terra concedidas pelos senhor feudal mediante concessões)	Trabalho na lavoura realizado pelo servo (regime de trabalho semi-servil, homempreso à terra)	Bestas de carga, arreios de arado (ferramentas baseadas na tração animal)	Trigo (base para produção de alimentos)

Nesse sentido, as instituições políticas, jurídicas, econômicas e sociais devem ser consideradas elementos importantes na composição dos sistemas econômicos, pois atuam sobre o capital, a terra, e o trabalho (fatores de produção).

Quadro 2.3: As instituições atuando junto ao sistema econômico

Tipos de instituições	Exemplos	Ações
Políticas	Partidos políticos, Congresso Nacional, Senado Federal, câmara de vereadores, assembleias legislativas etc.	Produzem políticas econômicas, planos econômicos governamentais, legislações que interferem na renda, emprego, uso da terra, fluxo de capitais etc.
Jurídicas	Sistema judiciário	Cria o arcabouço jurídico que regulamenta os contratos entre agentes econômicos, os contratos de trabalho, o uso da terra, e o comportamento do capital
Econômicas	Banco Central, FMI, Banco Mundial, BNDES	Estabilização de sistemas financeiros, promoção de desenvolvimento econômico, regulamentação e desregulamentação financeiras
Sociais	ONGs, igreja, movimentos sociais, associações civis	Reivindicações sociais, como a luta pela reforma agrária, pela manutenção de postos de trabalho, pelo direito à cidade, por melhores condições de vida

Esta tabela demonstra como essas instituições atuam de forma importante no funcionamento dos sistemas econômicos:

1. aquelas ligadas ao meio físico: relacionadas com a existência de recursos naturais: jazidas minerais, por exemplo;
2. aquelas herdadas de gerações passadas: estradas, ferramentas, técnicas de cultivo etc.

Nenhum sistema econômico se estabelecerá se essas duas pré-condições não se realizarem conjuntamente. De que adiantaria a existência de recursos naturais sem o trabalho humano especializado para extraí-lo do solo? Da mesma forma, de que valeria o conhecimento de determinada técnica de cultivo para um solo infértil ou impróprio para esta determinada técnica?

Se compararmos as condições de produção elencadas por Pierre George aos fatores de produção clássicos, veremos que eles são complementares.

Quadro 2.4: Condições de produção x fatores de produção

Condições de produção	Fatores de produção clássicos	Detalhando
Meio físico	Terra	Recursos naturais
Herdadas da gerações passadas	Trabalho	Trabalho humano
Passadas	Capital	Ferramentas e técnicas

Agora vamos a um exercício!

Atividade 1

Atende ao objetivo 1

Reescreva o texto preenchendo as lacunas com base no conteúdo da primeira seção desta aula:

Como podemos definir um sistema econômico?

Podemos definir sistema econômico como a forma _____, _____ e _____ que orienta as relações entre os _____ de uma determinada sociedade, e que pres-supõe, segundo a Economia Clássica, a existência de três elementos es-sencias, denominados _____: 1) a _____, re-presentada pelos recursos naturais; 2) o _____, representando pelo trabalho humano propriamente dito, que pode ser _____ ou _____; e 3) o _____, que são bens utilizados pelo homem para produção de outros bens, como _____, _____, o conhecimento acumulado, as técnicas herdadas de gerações passadas. Também são de extrema importância na composição dos sistemas econômicos fatores de outra ordem, como as instituições _____, _____, _____, e _____, que possuem papel fundamental na manutenção e na reprodução do pró-prio _____.

Resposta comentada

Como podemos definir um sistema econômico?

Podemos definir sistema econômico como a forma social, política e econômica que orienta as relações entre os agentes econômicos de uma determinada sociedade, e que pressupõe, segundo a Economia Clássica, a existência de três elementos essenciais, denominados fatores econômicos: 1) a terra, representada pelos recursos naturais; 2) o trabalho, representando pelo trabalho humano propriamente dito, que pode ser intelectual ou físico; e 3) o capital, que são bens utilizados pelo homem para produção de outros bens, como fábricas, ferramentas, o conhecimento acumulado, as técnicas herdadas de gerações passadas. Também são de extrema importância, na composição dos sistemas econômicos, fatores de outra ordem, como as instituições políticas, jurídicas, econômicas, e sociais, que possuem papel fundamental na manutenção e na reprodução do próprio sistema econômico.

Sistemas econômicos capitalista e socialista

Atualmente, o sistema econômico capitalista possui abrangência geográfica que cobre quase a totalidade dos países do globo, em um mundo que se apresenta como um mercado integrado, de intenso e cada vez mais acelerado fluxo de mercadorias e pessoas. Poucos territórios ainda podem ser considerados como não integrados ao sistema econômico capitalista. Podemos destacar países como Cuba, Vietnã e Coreia do Norte, que são repúblicas consideradas remanescentes do sistema socialista e que possuem especialmente posições ideológicas contrárias ao capitalismo. A China é considerada como um país de política socialista, mas de economia capitalista. Vivemos em uma época na qual o sistema econômico capitalista praticamente ordena a economia mundial.

Porém, por um período de aproximadamente 40 anos, do final da II Guerra Mundial até meados dos anos 1980 do século XX, o sistema econômico capitalista conviveu com um sistema opositor, que possuía diretrizes político-econômicas e ideologias distintas, o sistema econômico socialista. Tendo como núcleo central a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS ou União Soviética), o bloco socialista, comunista, ou do leste, expandiu-se geograficamente pelo leste e centro da Europa, regiões da Ásia, África, e América Central. Foi o período do mundo polarizado por dois grandes blocos econômicos, e conhecido como Guerra Fria.

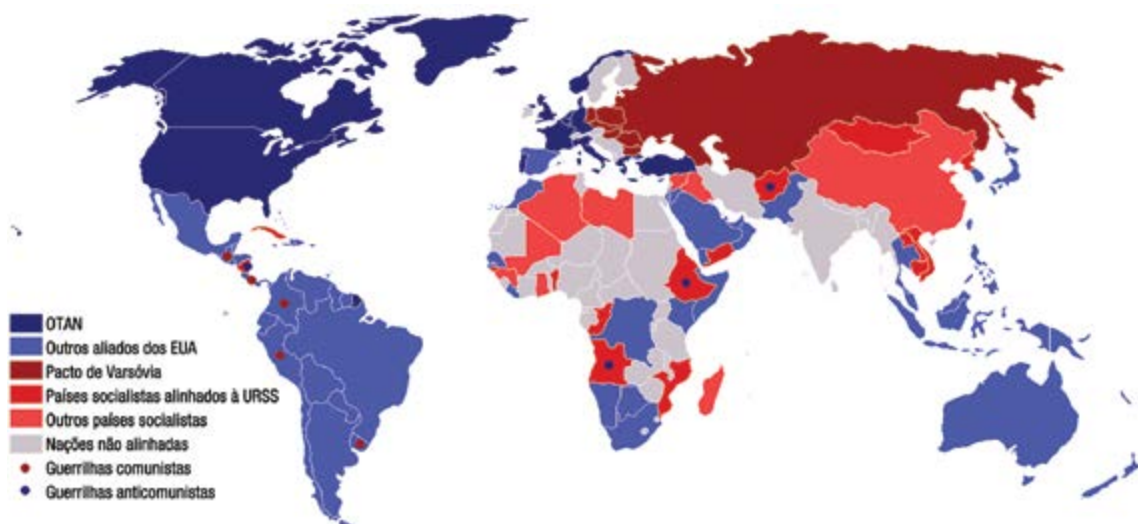


Figura 2.2: A Guerra Fria (1980).

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Guerra_Fria_1980.png#file

Os países pertencentes ao bloco socialista eram denominados *países satélites* (sob influência política e econômica da URSS). Bulgária, Tchecoslováquia, Alemanha Oriental, Hungria, Polônia, Romênia e Albânia acabaram formando um limite geográfico entre os países socialistas do Leste Europeu e o resto da Europa ocidental capitalista, dando origem ao termo conhecido como *Cortina de Ferro*. Mongólia, China, Cuba e Coreia do Norte, por períodos diferentes e com relações diferenciadas com a URSS, fizeram parte do bloco socialista, assim como países de outras regiões do mundo, como Afeganistão e Angola.



Para melhor compreensão deste tema, pesquisar também: Plano Marshall, formação da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) e Pacto de Varsóvia.

Com a dissolução da URSS, no início dos anos 1990, o sistema econômico socialista deixou de ser a forma de organização política, social e econômica, não só daqueles países satélites que estavam sobre a influência soviética, mas também de várias das antigas repúblicas soviéticas como Ucrânia, Lituânia e inclusive a própria Rússia, que passaram a se integrar ao sistema econômico capitalista.

E sobre os sistemas econômicos capitalista e socialista, propriamente ditos? Você seria capaz de defini-los com clareza, apontando seus princípios básicos e características principais? Vamos tratar da definição desses dois sistemas? De forma resumida, podemos defini-los assim:

- *Sistema econômico capitalista*

É a forma de organização econômica, política e social baseada nos princípios do livre comércio e da livre concorrência entre os agentes econômicos, fundamentada no direito à propriedade privada dos meios de produção, onde impera a economia de mercado e iniciativa individual.

- *Sistema econômico socialista*

É a forma de organização econômica, política e social baseada no controle estatal das atividades econômicas e do sistema produtivo como

um todo, no qual os meios de produção são apropriados coletivamente através do Estado, onde impera a economia planificada.

Importante é ter em mente que esses são modelos puros e, de certa forma, antagônicos, mas que tanto o capitalismo quanto o socialismo assumem e assumiram formas e tipos específicos, de acordo com os países que os adotaram como sistema econômico, político e social. Os estágios evolutivos das sociedades sobre as quais estes sistemas foram sobrepostos (grau de urbanização, nível de industrialização, tamanho da população), aliados com suas características naturais, que se expressam conjuntamente em determinado período histórico deram e dão origem a tipos de economia específicas dentro dos dois sistemas econômicos.

Exemplificando, a experiência socialista na antiga Tchecoslováquia (país europeu independente e industrializado) foi diferente da experiência socialista da Coreia do Norte (subdesenvolvida, dependente e agrícola), da mesma forma que a experiência capitalista dos países desenvolvidos europeus, como Alemanha, França e Itália, é diferente das experiências capitalistas dos países capitalistas da América do Sul, dependentes economicamente dos países centrais capitalistas. Possuem características de subdesenvolvimento e de industrialização tardia, como o Brasil.

Vamos ver um quadro comparativo entre os dois sistemas.

Quadro 2.5: Capitalismo X socialismo

	Capitalismo	Socialismo	Exemplos
Propriedade	Empresas e indivíduos têm direito à propriedade privada	A propriedade é apropriada pelo governo de forma coletiva	Propriedades: terra, fazendas, moradias, fábricas etc.
Economia	Economia de mercado autorregulado	Controle estatal da economia	Preços e salários são controlados pelo mercado, no capitalismo, e pelo Estado, no socialismo
Meios de produção	Empresas e indivíduos podem ser proprietários dos meios de produção	Somente o governo controla os meios de produção	São meios de produção os bens capitais (fábricas, máquinas, equipamentos) e as horas trabalhadas pelos homens
Relação entre empresas	Livre concorrência	As empresas pertencem ao Estado e produzem de acordo com o plano estatal	No capitalismo, empresas concorrem por maiores fatias do mercado, visando ampliar o lucro, mesmo que isso signifique o colapso de outras empresas e determinado prejuízo social. No socialismo, não há livre concorrência entre empresas, pois estas pertencem ao Estado e cumprem papéis definidos dentro um planejamento coletivo. Não há busca de lucros

Origem e destino de recurso e investimentos	Privados ou públicos. Os recursos e investimentos são direcionados para determinados setores, prevalecendo os interesses das empresas e a máxima obtenção do lucro	Somente do Estado. Os recursos e investimentos são direcionados para determinados setores, de acordo com os interesses do Estado	No sistema capitalista, o capital se concentra nos lugares mais lucrativos. Uma montadora de automóveis buscará cidades que lhe concedam isenções fiscais, mão de obra mais barata, facilidades de infraestrutura, por exemplo, o que tende a concentrar as empresas em determinadas regiões, gerando o desenvolvimento desigual entre regiões. No sistema socialista, as empresas têm por objetivo, de acordo com as determinações do Estado, alavancar economicamente regiões. A instalação de uma fábrica em região carente de emprego, tem por objetivo dinamizar aquela região
Finalidade principal	Obtenção de lucros por parte de empresas e indivíduos	Manutenção do sistema econômico visando equilibrar produção, distribuição e consumo de maneira igualitária	A obtenção do lucro é a finalidade de toda empresa capitalista, faz parte de seu modo de funcionamento. O equilíbrio social, e igualdade de acesso aos bens econômicos são o objetivo do sistema socialista
Resultados sociais	O sistema capitalista possibilita a acumulação de capital, o enriquecimento de empresas e indivíduos. Por consequência, gera também mais desigualdade entre ricos e pobres. Em virtude da concorrência, possibilita maiores avanços técnicos e cria ambientes propícios à inovação. Seu problema maior é a crescente massa de excluídos sem acesso aos bons serviços, aos bens de qualidade e, de uma maneira geral, carente de uma boa qualidade de vida	O sistema socialista não possibilita a acumulação do capital por não permitir a livre ação de empresa visando lucros. Como a finalidade é a manutenção de uma sociedade igualitária, com semelhantes oportunidades sociais e econômicas, o socialismo se caracteriza(va) por um modo de vida mais simples, sem grande distâncias sociais entre seus cidadãos. Ambiente pouco propício à inovação. Em termos de bens de consumo, apresenta uma sociedade carente de artigos de consumo e serviços	No período da Guerra Fria, a mais importante vitrine de disputa entre os dois sistemas foi a Alemanha dividida. Encravada no meio da Alemanha Oriental, Berlim Ocidental recebia altos investimentos do bloco capitalista. Os moradores de Berlim Oriental e da Alemanha Oriental, em busca de melhores condições de vida e liberdade individual, passaram a migrar para a parte ocidental capitalista de Berlim. A saída do governo da Alemanha Oriental foi a construção do famoso Muro de Berlim, para evitar, principalmente, a perda de população do lado oriental para o lado ocidental. Estima-se que mais de três milhões de pessoas mudaram para o lado ocidental de Berlim, entre 1949 e 1961. Muitos deles, trabalhadores qualificados como professores, médicos e engenheiros

<p>Política</p>	<p>Em geral, os países de economia capitalista possuem regimes políticos liberais e democráticos, com liberdade política e religiosa. Possuem pluripartidarismo e eleições diretas para cargos políticos, pelo voto direto da população</p>	<p>Em geral, o sistema político dos estados socialistas seguem o comportamento centralizador do Estado na economia. Não há eleições diretas e o poder político se concentra em um partido único. Há forte controle social e poucos canais de participação política da população em geral</p>	<p>As experiências históricas demonstram que, independentemente do sistema, essas características são mutáveis ou elásticas em muitos casos. O regime socialista soviético era autoritário e de esquerda, enquanto que o regime político brasileiro, na década de 70, era autoritário e de direita mesmo sendo capitalista. A China tem sido apontada por muitos especialistas como uma forma híbrida, pois possui forte controle político sobre a vida social, embora tenha passado por uma importante abertura de sua economia em moldes capitalistas, sendo hoje, ao lado dos EUA, as principais potências econômicas do mundo</p>
<p>Crises</p>	<p>O capitalismo, como a história já provou, possui crises cíclicas. Períodos de recessão econômica em todo sistema mundial capitalista, gerando desemprego em massa, quebra de bancos, fechamentos de empresas, intercalados com períodos de recuperação econômica. Um dos problemas recorrentes do sistema econômico capitalista é a crise de superprodução (como a crise de 1929)</p>	<p>Os países de economia socialista, pelo contrário, possuem como problema clássico da distribuição, o perigo do desabastecimento. As crises são relacionadas ao desequilíbrio entre a produção, a distribuição e consumo. Como em tese, o sistema prevê a partilha igualitária dos bens produzidos, o pior cenário seria a fome generalizada, ou a escassez de alimentos e bens de primeiras necessidades</p>	<p>Em 1929, com a recuperação econômica da Europa após a I Guerra Mundial os EUA perderam seu principal centro para escoar a sua imensa produção de bens e serviços, gerando assim uma crise de superprodução acentuada por uma especulação financeira feroz. Nas economias socialistas, o problema do desabastecimento é mitigado pela importação de bens essenciais, mas desde que o Estado tenha recursos, não só para pagar a importação desses bens na quantidade suficiente para suprir as necessidades do mercado interno. Embargos econômicos e o fim da União Soviética têm imposto a Cuba uma séria de racionamentos na lista básica de alimentos distribuídas aos seus cidadãos</p>



Você sabia que muita gente acha que o Muro de Berlim dividia a Alemanha em duas partes, uma oriental e outra ocidental? Mas não era exatamente isso. Na verdade o Muro dividia Berlim, que estava “ilhada”, isolada dentro da Alemanha Oriental, em dois setores, um sob gerência das potências capitalistas, a Berlim Ocidental, e outro sob controle soviético. Centenas de pessoas morreram ao tentar atravessar o muro, até 1989.



Fonte: <http://pessoas.hsw.uol.com.br/muro-de-berlim1.htm>

É importante que você reflita sobre o quanto a rivalidade entre esses dois sistemas foi responsável pela configuração política e econômica do mundo por um longo período. E não somente isso. Como cada paisagem atual de um determinado país ou região é o resultado de um processo histórico de formação de seu território ou territórios, podemos dizer que a atual configuração econômica do planeta, mesmo com a esmagadora presença do sistema econômico capitalista e do modo de vida capitalista, é fruto dos embates políticos, econômicos e ideológicos entre o bloco econômico capitalista e o bloco econômico socialista.

Vamos a mais um exercício!

Atividade 2

Atende ao objetivo 2

Marque X nas lacunas correlacionando as ideias, termos e princípios aos seus correspondentes sistemas econômicos. Faça um breve comentário (no máximo 3 linhas) sobre as escolhas dos itens 6, 11, 17, 20 e 24:

	Palavras-chave	Capitalismo	Socialismo
1	Ideologia liberal		
2	Mercado autorregulado		
3	Crises de abastecimento		
4	Iniciativa individual		
5	Cortina de ferro		
6	Privatização dos meios de produção		
7	Berlim oriental		
8	Planificação estatal		
9	Apropriação coletiva dos meios de produção		
10	Forma de organização sócio, política e econômica		
11	Países satélites		
12	Lucro		
13	Partidos políticos, ambiente democrático, eleições		
14	Unipartidarismo, eleições indiretas		
15	Crises de cíclicas		
16	Crise de 1929		
17	Perestroika e Glasnost		
18	Cuba, Coreia do Norte, Vietnã		
19	Brasil, Austrália, Itália		
20	China		
21	Letônia, Estônia e Lituânia em 1970		
22	Continente americano		
23	Acumulação de capital		
24	Maior desigualdade social		
25	Oeste europeu		

Resposta comentada

	Palavras-chaves	Capitalismo	Socialismo
1	Ideologia liberal	X	
2	Mercado autorregulado	X	
3	Crises de abastecimento		X
4	Iniciativa individual	X	
5	Cortina de ferro		X
6	Privatização dos meios de produção	X	
7	Berlim Oriental		X
8	Planificação estatal		X
9	Apropriação coletiva dos meios de produção		X
10	Forma de organização sócio, política e econômica	X	X
11	Países satélites		X
12	Lucro	X	
13	Partidos políticos, ambiente democrático, eleições	X	
14	Unipartidarismo, eleições indiretas		X
15	Crises de cíclicas	X	

	Palavras-chaves	Capitalismo	Socialismo
16	Crise de 1929	X	
17	Perestroika e Glasnost		X
18	Cuba, Coreia do Norte, Vietnã		X
19	Brasil, Austrália, Itália	X	
20	China	X	X
21	Letônia, Estônia e Lituânia em 1970		X
22	Continente americano	X	
23	Acumulação de capital	X	
24	Maior desigualdade social	X	
25	Oeste europeu	X	

Item 6 – Privatização dos meios de produção: no sistema capitalista, os meios de produção podem ser de propriedade da iniciativa privada. De empresas ou de indivíduos, como fábricas, maquinários e, inclusive, moradias.

Item 11 – Países com economia socialista, independentes do centro e do leste europeu, que viviam sobre a influência da União Soviética, gozando autonomia política, mas ligados por laços comerciais e ideológicos com o centro do poder do bloco socialista.

Item 17 – Perestroika e Glasnost: termos que significam “reestruturação” (neste caso, econômica) da antiga União Soviética e “transparência”, no sentido de abertura política e de mais liberdade de expressão. Foram processos catalizadores da dissolução soviética.

Item 20 – China: é difícil definir o sistema econômico e político chinês. Alguns chamam de capitalismo de estado. A China possui um regime que, do ponto de vista político, permanece fechado, mas, do ponto de vista econômico, é altamente integrado com o sistema capitalista.

Item 24 – Maior desigualdade social: o processo de acumulação capitalista provoca a concentração de renda nas mãos de poucos, proporcionando disparidades imensas entre as fatias ricas e pobres da população e entre países ricos e pobres.

Conclusão

O termo *sistema* tem uma variedade de definições, mas de uma maneira geral, ele significa uma reunião de princípios, elementos, fatores, ou condições que atuam de maneira coordenada e se relacionam entre si, com uma determinada função, ou para alcançar um certo fim.

Um sistema econômico segue essa definição. Reúne uma série de elementos (homem, recursos naturais, capital e outros), com a finalidade de girar, colocar em funcionamento o próprio sistema. Obviamente, esse funcionamento não é perfeito, pois há fatores humanos e naturais que podem desequilibrar essa equação.

Especificamente sobre os sistemas capitalista e socialista, vale uma importante lembrança, que sempre retorna, de tempos em tempos, nos períodos de crise do sistema capitalista: o papel do Estado na economia. Na última grande crise financeira mundial, iniciada em 2008, o Estado foi chamado para salvar bancos, empresas, investindo vultuosos recursos para evitar a quebra do mercado; esse próprio mercado que seria autorregulado e que acha prejudicial a participação do Estado na economia, deixando para as empresas o papel mais importante.

Dessa maneira, saiba que a compreensão das formas de organização econômica, como o socialismo, remete-nos ao papel do Estado e ao controle da economia. A novidade é que agora o Estado, além de ser o maior indutor da economia nacional de alguns países, ele o faz em bases diferentes, capitalistas.

==== **Atividade final** =====

Atende aos objetivos 1 e 2

1. O portal de notícias G1, em seu Caderno Mundo em 12/01/2014, publicou a seguinte reportagem:

Protesto contra o governo reúne 50 mil na capital da Ucrânia. Manifestantes protestam contra postura antieuropeia do governo. Protestos voltaram após 'trégua' durante as festas do Ano. Pelo menos 50 mil opositores do governo da Ucrânia reuniram-se na praça central de Kiev no domingo (12), revivendo o movimento dos protestos após a calmaria do Natal e do Ano Novo.

O protesto na praça da Independência foi uma continuação das manifestações de rua de novembro, que ocorreram após a decisão do presidente Viktor Yanukovich de abandonar um acordo de livre comércio com a Europa em prol de uma cooperação maior com a Rússia.

Responda:

Como podemos associar os acontecimentos relatados em Kiev com o período do mundo polarizado entre dois grandes sistemas políticos e econômicos, o capitalismo e o socialismo? Utilize algumas das pistas que deixamos para formular a sua resposta.

Pista 01 – A dissolução da União Soviética ocorreu em 1991. Atualmente, do antigo território que compreendia a antiga União Soviética, ergueram-se 15 ex-repúblicas soviéticas.

Pista 02 – A capital da União Soviética era também a capital do bloco econômico socialista e atualmente pode ser considerada a herdeira política da União Soviética, embora esteja hoje integrada no ordenamento capitalista das nações.

Pista 03 – Dos países-satélites da antiga União Soviética, já integram a União Europeia: Bulgária, República Checa e Eslováquia (formavam juntas a antiga Tchecoslováquia), Hungria, Polônia, Romênia. Das ex-repúblicas soviéticas integram a União Europeia: Estônia, Letônia, e Lituânia.

Reposta comentada

A Ucrânia era uma das repúblicas socialistas soviéticas. Com a dissolução da URSS, tornou-se autônoma e independente no início dos anos 1990. Os movimentos pela aproximação com a União Europeia demonstram o desejo de parte significativa da sociedade ucraniana por uma maior integração econômica, social e política com a Europa. A reação Russa, pressionando o governo ucraniano a não fechar acordos de cooperação econômica com a Europa, resgata a antiga relação antagônica entre Rússia, a herdeira do antigo império soviético, e a Europa, sempre desejosa por romper as linhas imaginárias da antiga Cortina de Ferro e integrar ao sistema capitalista e a sua zona de influência, os antigos países do leste europeu aliados, ou repúblicas da antiga URSS. Já são integrantes da União Europeia: Bulgária, República Checa, Eslováquia, Hungria, Polônia, Romênia, e ex-repúblicas soviéticas Estônia, Letônia, e Lituânia. Nesse sentido, percebemos que o espólio da dissolução da URSS do bloco socialista ainda está em disputa, não por dois sistemas econômicos, ou blocos ideológicos antagônicos, mas sim por potências econômicas e blocos econômicos capitalistas em uma nova ordem econômica mundial. No caso específico, Rússia × União Europeia.

2. Entre 1976 e 1996, no exato espaço de 20 anos, foram realizados 6 Jogos Olímpicos de Verão. O **Quadro 2.6** traz em sequência as sedes, os anos dos jogos com a classificação final dos países participantes. As Olimpíadas sempre foram uma importante vitrine de propaganda para os dois sistemas, para o capitalismo, mas particularmente valorizado pelo bloco socialista. Os Jogos Olímpicos, por sua periodicidade e pelo enorme poder de agregação de nações nos fornece de tempos e tempos, uma fotografia da geopolítica mundial. Por exemplo: observando a tabela você perceberá que, em 1980, em Moscou, os EUA e muitos países capitalistas, não participaram dos jogos, em represália à invasão soviética no Afeganistão, em 1979. Em 1984, foi a vez da União Soviética, e parte do bloco socialista não compareceu aos jogos de Los Angeles, nos EUA.

Quadro 2.6: Quadro geopolítico dos Jogos Olímpicos de Verão (1976-1996)

1	2	3	4	5	6
Montreal 1976	Moscou 1980	Los Angeles 1984	Seul 1988	Barcelona 1992	Atlanta 1996
UNIÃO SOVIÉTICA	UNIÃO SOVIÉTICA	EUA	UNIÃO SOVIÉTICA	CEI*	EUA
ALEM. ORIENTAL	ALEM. ORIENTAL	ROMÊNIA	ALEM. ORIENTAL	EUA	RÚSSIA
EUA	BULGÁRIA	ALEM. OCIDENTAL	EUA	ALEMANHA	ALEMANHA
ALEM. OCIDENTAL	CUBA	CHINA	CORÉIA DO SUL	CHINA	CHINA
JAPÃO	ITÁLIA	ITÁLIA	ALEM. OCIDENTAL	CUBA	FRANÇA
POLÔNIA	HUNGRIA	CANADÁ	HUNGRIA	ESPA-NHA	ITÁLIA
BULGÁRIA	ROMÊNIA	JAPÃO	BULGÁRIA	COREIA DO SUL	AUSTRÁLIA
CUBA	FRANÇA	NOVA ZELÂNDIA	ROMÊNIA	HUNGRIA	CUBA
ROMÊNIA	REINO UNIDO	IUGUSLÁVIA	FRANÇA	FRANÇA	UCRÂNIA
				ESTÔNIA	CAZA-QUISTÃO
				LITUÂNIA	BIELO-RÚSSIA
				LETÔNIA	ARMÊNIA
					MOLDÁVIA
					UZBE-QUISTÃO
					AZERBAIJÃO
					LETÔNIA
					GEORGIA
					LITUÂNIA

Sendo assim, ao analisar essa tabela com muita atenção e ao correlacioná-la com o conteúdo de nossa aula, responda:

- a) Em que ano começam a ser percebidas as primeiras transformações geopolíticas em decorrência da dissolução da União Soviética? Explique.
- b) Desenvolva uma explicação sobre as transformações ocorridas com a União Soviética, particularmente em 1996, e aponte as nações que surgiram da fragmentação da União Soviética presentes em 1996.
- c) Entre 1988 e 1992, há fragmentações de países, mas também unificações. Você pode localizar em que ano ocorreu esta última mudança, e explicá-la?

Resposta comentada

1. Em 1992, já não existe mais a União Soviética. Nas Olimpíadas de Barcelona, de 1992, já podemos perceber a presença de Letônia, Lituânia e Estônia no quadro de países. A Rússia e outras repúblicas da antiga União Soviética apresentaram-se com CEI (Comunidade dos Estados Independentes).

2. Em 1996, em Atlanta, tanto a Rússia, quanto as outras ex-repúblicas socialistas soviéticas participaram dos jogos como países independentes. Participaram dos jogos Ucrânia, Cazaquistão, Bielorrússia, Armênia, Moldávia, Uzbequistão, Azerbaijão, Letônia, Geórgia e Lituânia, todas ex-repúblicas soviéticas.

3. Em Barcelona, em 1992, depois de mais de 40 anos de separação, a Alemanha se apresenta como país unificado. Não existem mais Alemanha Oriental e Alemanha Ocidental, como em 1988, em Seul.

Resumo

Definimos *sistema econômico* como a forma de organização econômica de uma sociedade, país, ou países. É ele que norteia o comportamento dos agentes econômicos e os meios de produção

A economia clássica elenca três elementos básicos dos sistemas econômicos, fatores de produção:

a) a terra: áreas cultiváveis, recursos naturais;

b) o trabalho: o trabalho humano, seja ele físico ou intelectual;

c) o capital: bens utilizados para produção de outros bens ou serviços, como as ferramentas e as fábricas. Viabilizam a produção dos bens econômicos finais para a satisfação humana. As técnicas e habilidades acumuladas são também consideradas capital.

Sistema econômico capitalista	Sistema econômico socialista
É a forma de organização econômica, política e social baseada nos princípios do livre comércio e da livre concorrência entre os agentes econômicos, fundamentada no direito à propriedade privada dos meios de produção, onde impera a economia de mercado e iniciativa individual.	É a forma de organização econômica, política e social baseada no controle estatal das atividades econômicas e do sistema produtivo como um todo, na qual os meios de produção são apropriados coletivamente por meio do Estado, onde impera a economia planificada.

Destaca-se, no sistema econômico capitalista, a atuação das empresas, que tem por finalidade a obtenção do lucro. Como no sistema capitalista a empresa pode ser proprietária dos meios de produção e também da força de trabalho (horas do trabalhador), essas poderosas corporações passam a controlar todos os fatores sociais da produção. O sistema capitalista está fundamentado no ideário político liberal da livre concorrência, que prevê que as iniciativas individuais (empresas e indivíduos), na busca pelo sucesso ou pelo lucro, acomodariam-se umas às outras, chegando ao ponto de equilíbrio do mercado e por consequência na sociedade.

Já no sistema econômico socialista, destaca-se o papel do Estado como agente maior e controlador de todo o sistema produtivo. As empresas, as terras, os equipamentos e as fábricas, ou seja, todos os meios de produção são de propriedade do governo. Todo o sistema visa produzir os bens e serviços necessários para o consumo nacional. É o Estado que norteia a economia, investindo nos setores da economia considerados estratégicos para o bem da coletividade.

Referências

BANDEIRA, Manuel *et al.* **Elenco de cronistas modernos**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972, p.185-187.

BENJAMIN, Walter. O narrador. *In*: BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**. Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1996.

Aula 3

O desenvolvimento do sistema
capitalista – parte 1: capitalismo
comercial e capitalismo industrial

Meta

Apresentar ao aluno o processo de desenvolvimento do capitalismo, analisando suas etapas evolutivas, localizando suas formas histórico-geográficas, desde o capitalismo comercial do século XVI, até o capitalismo informacional do final do século XXI. Este conteúdo será dado em duas aulas. Nesta primeira, trataremos das fases do capitalismo comercial e do capitalismo industrial. Na Aula 4, trataremos do capitalismo financeiro e do capitalismo informacional.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer as etapas evolutivas do processo de desenvolvimento do capitalismo, com destaque para o capitalismo comercial e os primeiros passos da mundialização das atividades econômicas mercantis e sua geografia;
2. reconhecer as etapas evolutivas do processo de desenvolvimento do capitalismo, com destaque para o capitalismo industrial e o processo contínuo de reorganização geográfica da economia mundial, com ascensão da indústria como elemento chave no ordenamento sócio espacial.

Introdução

Como vimos em nossa Aula 2, o sistema econômico capitalista pode ser considerado como a forma de organização econômica hegemônica do mundo na atualidade, posição consolidada no início dos anos 1990, com a completa desintegração do bloco econômico socialista. Mas essa história começa bem antes e precisaremos voltar ao século XVI para estudar os processos de desenvolvimento do capitalismo, analisando suas fases, as formas históricas que assumiu e as transformações que vem imprimindo no espaço. Converte-se em tema da maior importância para a geografia econômica.



Figura 3.1: O mundo capitalista.

Fonte: http://veja.abril.com.br/070799/p_136.html. Adaptado de Planeta S.A. de Economia e Negócios, Revista Veja

A ascensão do capitalismo como forma de organização econômica e social ocorre a partir do século XVI, com o gradual desmoronamento do feudalismo, fato que ocorre, inicialmente, na Europa ocidental. Atente para o fato de que não há uma ruptura, ou uma divisão nítida temporal entre o final do feudalismo e o começo do capitalismo, pois a expansão geográfica do capitalismo se deu de forma variada e desigual, através dos séculos, até os dias atuais. Podemos dividir o processo de evolução do capitalismo em quatro fases: o capitalismo comercial, o capitalismo industrial, o capitalismo financeiro e o capitalismo informacional.

Nesta aula, faremos uma viagem a bordo das caravelas, tecnologia de transporte fundamental que proporcionou o estabelecimento de novas rotas comerciais, interligando continentes e ampliando a geografia do comércio mundial, até então regionalizada, à escala global. Depois, embarcaremos

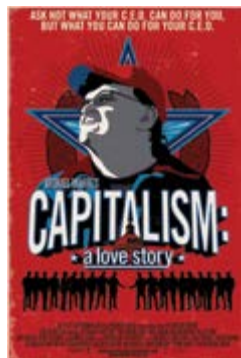
nas locomotivas da Primeira Revolução Industrial, no início do processo de industrialização, que possui enorme importância para compreensão do processo de urbanização mundial, concentração de atividades econômicas, crescimento das cidades e divisão social e internacional do trabalho.



A segunda parte de “o desenvolvimento do sistema capitalista” será apresentada na próxima aula, quando veremos a emergência do capital financeiro, do poder das instituições financeiras e a integração total do mercado financeiro mundial. Por fim, chegaremos aos dias atuais, do intenso fluxo de informações instantâneas da era digital, nos quais o conhecimento e a informação passam a ter imenso valor econômico.



Em geral, os filmes e documentários sobre o capitalismo são críticos e apontam as imperfeições do sistema econômico, como a desigualdade social, a distribuição desigual de renda, a concentração de riqueza e a busca cega pelo lucro. Sugerimos aqui o documentário *Capitalismo, uma história de amor* (EUA, 2009). O cineasta Michael Moore faz uma inteligente crítica do capitalismo, resgatando parte de sua história pessoal e apresentando os conflitos internos do capitalismo. Bom filme!



Cartaz do filme *Capitalismo, uma história de amor*.

Fonte: https://pics.filmaffinity.com/Capitalism_A_Love_Story-251869288-large.jpg

Capitalismo comercial



Figura 3.2: Representação da caravela da Armada de João Serrão, 1502.

Fonte: Livro das Armadas, 1566. <http://commons.wikimedia.org>

O período do capitalismo comercial foi marcado pelo seu evento primordial, a expansão marítima europeia, que ocorreu entre do final do século XV até o século XVIII. Até o século XV, as principais rotas comerciais eram vencidas por terra, ligando os territórios do oeste e do centro da Europa ao oriente. Havia a opção do Mar Mediterrâneo, mas suas rotas eram controladas pelas cidades italianas que cobravam altos impostos para circulação das mercadorias vindas do oriente. Mas a rota pelo Mediterrâneo era apenas a última de uma sequência de rotas pelas quais as especiarias vindas do oriente passavam. Isso elevava o preço de qualquer produto que tinha como o destino a Europa e principalmente suas regiões mais ao ocidente.



Figura 3.3: Rotas comerciais terrestres e marítimas antes da expansão marítima europeia do final do século XVI.

Fonte: <http://upload.wikimedia.org>

A busca por novas rotas comerciais, principalmente para as Índias, fez com que países como Portugal e Espanha, primeiramente, e França, Inglaterra e os Países Baixos, num segundo momento, acabassem conquistando, em meio aos seus projetos expansionistas, novos territórios. Primeiramente, na costa africana, e posteriormente nas américas, Ásia e Oceania. Iniciava-se o colonialismo. Veja no mapa que segue a geografia da expansão colonial no globo em 1754.

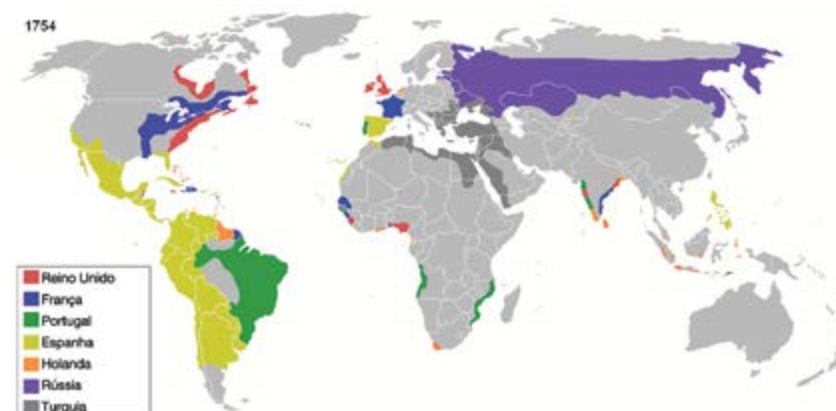


Figura 3.4: Potências europeias do século XIX e suas colônias em 1754.

Fonte: <http://commons.wikimedia.org>

Embora a relação entre as metrópoles europeias e suas respectivas colônias possuíssem suas especificidades, as relações econômicas em geral eram regidas de maneira a privilegiar as metrópoles em detrimento das colônias. A metrópole monopolizava as relações econômicas com as colônias, com exclusividade na importação de recursos naturais e na exportação de produtos manufaturados. Veja a **Figura 3.5**:

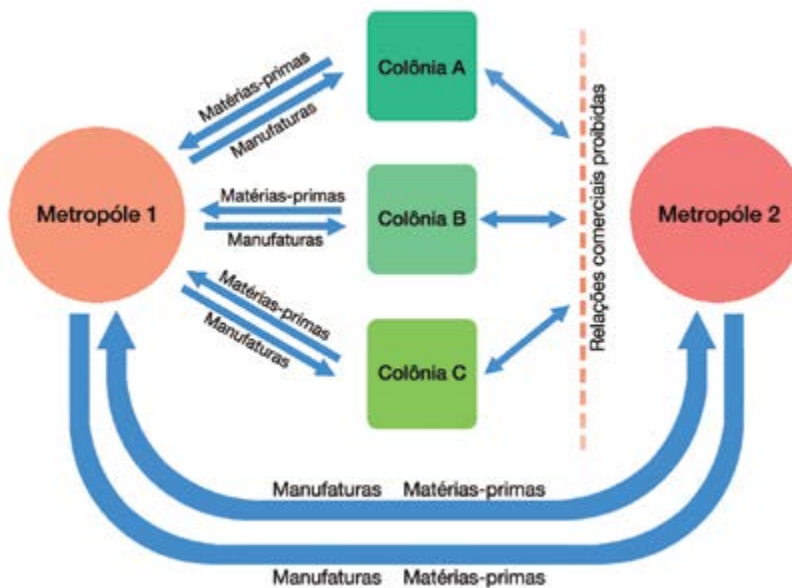


Figura 3.5: Relações econômicas entre metrópoles e colônias.

Fonte: <http://commons.wikimedia.org>

Basicamente podemos distinguir dois tipos de colônias no período, as de exploração e as de povoamento. Embora ambas apresentassem a metrópole como dominadora nas relações políticas, administrativas, religiosas e econômicas, suas naturezas distintas acabaram por gerar resultados diferenciados nos tipos de relacionamento econômico estabelecidos com a metrópole.

O Brasil foi um caso clássico de pacto colonial e de relação exclusiva e desequilibrada entre metrópole e colônia, caracterizada como uma colônia de exploração. Já a colonização da América do Norte, iniciada por colonos ingleses, no início do século XVII, tinha por objetivo estabelecer uma colônia de povoamento. Esses colonos que fugiam das perseguições político-religiosas na Inglaterra se instalaram na costa leste norte-americana, dando origem às Treze Colônias e à região denominada Nova Inglaterra. Podemos destacar as seguintes diferenças:

Quadro 3.1: Colônia de povoamento x Colônia de exploração

Colonização	Ocupação	Produção	Mercado	Política
Povoamento	Permanente	Para necessidades internas	Valorização do mercado interno	Emancipação precoce
Exploração	Temporária	Para o mercado externo	Dependência da metrópole	Emancipação tardia

No caso específico das Treze Colônias, havia uma relativa independência econômica em relação à metrópole inglesa, que permitia, no século XVIII, que os colonos praticassem o comércio triangular com as Antilhas e a África (**Figura 3.6**).



Figura 3.6: Comércio triangular.

Fonte: <http://commons.wikimedia.org>

As Treze Colônias exportavam rum para a África, que, por sua vez, exportava escravos para as Antilhas, que, por seu turno, exportavam açúcar para as Treze Colônias. Esse tipo de comércio possibilitou o crescimento econômico das Treze Colônias e fortaleceu seu projeto de independência da Inglaterra, que ocorreu em 1776.



Queimada!, filme de 1969, do diretor Gillo Pontecorvo, retrata o período do comércio colonial e os interesses ingleses no comércio de cana-de-açúcar nas colônias portuguesas da América. O filme é crítico e possui forte teor político, tendo como pano de fundo o comércio entre colônia e metrópole. É retratado o comércio de escravos, de açúcar e de rum, são feitas referências às colônias portuguesas, ao imperialismo britânico e aos interesses de corporações comerciais. Este filme pode ser visto em: <http://www.youtube.com/watch?v=tQBHr8pjGXI>.



Cartaz do filme *Queimada!*.

Fonte: <https://cdn.cinematerial.com/p/297x/ceqoaxxv/queimada-italian-movie-poster-md.jpg?v=1456515071>

A expansão marítima europeia estabeleceu as bases iniciais do comércio mundial, com redes e fluxos de mercadorias e pessoas. No final do século XVI, todos os continentes já eram conhecidos. Inicialmente seu caráter foi litorâneo, com estabelecimento de fortificações e entrepostos comerciais em pontos estratégicos da costa africana, na América e na Ásia. Segundo o geógrafo Antônio Carlos Robert Moraes, esse processo apresentou variadas formas de colonização, particularmente no século XVI, com estabelecimento de relações comerciais e de ocupação diferenciadas nas Américas, na Ásia e na África, especialmente no que tange à formação efetiva de um território colonial. Veja o esquema a seguir:

Quadro 3.2: Diferenças entre as formas de relação comercial e ocupação territorial no século XVI estabelecidas entre as metrópoles e as colônias em diferentes continentes

Continentes	Características do processo de ocupação
Americano	Efetiva ocupação do espaço com formação de territórios coloniais; a apropriação espacial e desintegração das estruturas sociais; soberania metropolitana
Africano	Escambo e saque; sistema de fortalezas e feitorias em pontos estratégicos; presença costeira
Asiático	Presença de poucas feitorias comerciais, poucas cidades e poucas explorações produtivas de pequena monta; presença costeira

É importante que você compreenda que a colonização produziu resultados muito variados em virtude das especificidades dos contatos feitos entre as metrópoles europeias e suas respectivas áreas de conquista. Ásia, América, África e Oceania possuíam populações de diferentes culturas, possuíam, do ponto de vista tecnológico, estágios evolutivos bem distintos, possuíam geografias e climas específicos e recursos naturais também diferentes. Mesmo países como Portugal e Espanha, os pioneiros desse processo, também atuavam de forma distinta ao alcançar novas terras, por possuírem necessidades diferenciadas oriundas da geopolítica europeia. Por isso, mesmo que, de uma forma geral, o colonialismo seja apresentado como um período, suas formas foram muito variadas.

Caio Prado Junior, ao tratar do sentido da colonização na obra *Formação do Brasil contemporâneo*, destaca que determinados destinos escolhidos pelos colonizadores levavam em consideração a adaptabilidade ao clima. Não somente a adaptação humana, dado que os povos europeus estariam mais propensos a escolher as zonas temperadas em detrimento das zonas tropicais, mas também aos tipos de culturas agrícolas que ali poderiam florescer e sua adequação às necessidades das metrópoles europeias.

Dessa maneira, observe que as experiências portuguesas, espanholas e inglesas nas Américas foram diferentes, reorganizando o espaço físico e social a sua maneira, de acordo com as realidades encontradas pelos colonizadores. Podemos destacar as seguintes diferenças:

Quadro 3.3: Quadro comparativo das colônias americanas no séculos XVI e XVII

	Região inicial	Coloni-zação e divisão territorial	Motivações	Atividade econômica principal	Relação de trabalho	Principais produtos inicialmente comercializados*
América inglesa	América do Norte (atuais EUA), costa leste americana	Povoamento (norte) e exploração (sul). Colônias relativamente independentes	Econômicas, políticas e religiosas	Agricultura para exportação, latifúndio, monocultura, comércio triangular	Utilização de mão de obra escrava africana nas plantações, principalmente nas colônias do sul	Tabaco, algodão, rum, açúcar, café, chá
América espanhola	América Central e costa oeste da América do Sul	Exploração. Controle administrativo das colônias através das Audiências, dos Vice-Reinados e das Capitânicas Gerais	Econômicas	Extrativismo mineral (metais preciosos), latifúndio, e agricultura para exportação; rígido controle da metrópole com Pacto Colonial	Utilização de mão de obra escrava indígena (<i>Mita</i> , trabalho nas minas, e <i>Encomienda</i> , trabalho nas fazendas)	Metais preciosos
América portuguesa	Costa leste América do Sul (Brasil)	Exploração. Controle administrativo da colônia feito por meio das capitânicas hereditárias	Econômicas	Agricultura para exportação, latifúndio, monocultura, e agricultura para exportação; rígido controle.	Utilização de mão de obra escrava africana em praticamente toda a colônia	Pau-brasil, açúcar

*Os séculos XVII e XVIII apresentaram novas organizações econômicas nessas colônias, com o declínio de algumas atividades econômicas e ascensão de outras, como a passagem dos ciclos de mineração da América espanhola para a agricultura e o declínio da exploração madeireira no Brasil (Pau-brasil), assim como a ascensão do ciclo de ouro e, posteriormente, do café, na colônia portuguesa.

Merece destaque o papel do trabalho escravo no sistema colonial, no período do capitalismo comercial. Ele foi a base de toda a estrutura econômica. O negro africano e os índios das Américas foram a mão de obra escravizada para os trabalhos nas minas de ouro e prata e nas lavouras de cana-de-açúcar e de outras culturas no Novo Mundo, como algodão, café e tabaco. Estima-se que, somente para o Brasil, até meados do século XIX, tenham sido trazidos mais de quatro milhões de negros africanos. O escravo era mercadoria e participava das comercializações triangulares entre Europa, África e Américas, trocados por manufaturas, açúcar e outros produtos do Novo Mundo, além de outras rotas comerciais, em outras partes do mundo. Sem o trabalho escravo, o sistema colonial não se sustentaria.



O Brasil foi a maior nação escravagista do sistema colonial e a última a abolir a escravidão. As marcas de mais de 300 anos de escravidão estão vivas em nosso quadro social desigual atual, com grande parte dos afrodescendentes brasileiros com limitados acessos a melhores condições de vida, como educação de qualidade, saúde, melhores salários e melhores condições de moradia. Sobre o papel da escravidão no sistema econômico colonial e sobre este triste período da história da humanidade, recomendamos dois documentários: *Brasil, uma história inconveniente*, disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=t821sT4AoUY>; e *A rota do escravo – a alma da resistência*, disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=HbreAbZhN4Q>.

Essa relação econômica altamente vantajosa para as metrópoles permitiu acúmulo de riqueza – a acumulação primitiva de capital – por meio de acúmulo de ouro e prata (metalismo), comércio de escravos e comércio de especiarias. Ou seja, a exploração comercial das colônias através da dominação ou das relações econômicas desiguais permitiu a acumulação de capital necessária para iniciar o novo estágio do capitalismo, que passaria do essencialmente comercial (mercantilismo) para o industrial, com o advento da revolução industrial. O lucro fundamental não mais viria do comércio, mas sim da produção de mercadorias.

Atividade 1

Atende ao objetivo 1

1. Analise o esquema, relacionado ao conteúdo apresentado na primeira seção desta aula, e responda:

O esquema representa que tipo de relação econômica entre a metrópole 1 e as colônias A, B e C? Explique.

2. Como você poderia fazer um resumo do período do capitalismo comercial? Para responder, use, *obrigatoriamente e na ordem que você desejar*, as seguintes palavras-chave:

- a) 1ª fase do capitalismo;
- b) fim do feudalismo;
- c) rota comercial do mediterrâneo;
- d) expansão marítima europeia;
- e) Portugal;
- f) costa da África e Brasil;
- g) Espanha;
- h) América Central e costa oeste sul-americana;
- i) criação e ampliação de um mercado mundial;
- j) Inglaterra, França e Países Baixos;
- k) colonialismo;
- l) exploração e povoamento;
- m) comércio triangular atlântico;

- n) Pacto Colonial;
- o) Mercantilismo;
- p) acumulação primitiva de capital.

Resposta comentada

1. O esquema representa um modelo clássico de pacto colonial. Neste tipo de relacionamento econômico entre metrópole e colônia, a metrópole possui total controle das relações econômicas, monopolizando o comércio com as suas colônias, que são proibidas de estabelecer relações comerciais com outras metrópoles. Neste tipo de relação comercial ,fica a colônia obrigada a comprar produtos manufaturados das metrópoles e a exportar, a preços vantajosos para a metrópole, recursos naturais, matérias-primas oriundas de extrativismo ou de produção agrícola, estabelecendo forte relação de dependência com a metrópole.

2. O período do capitalismo comercial pode ser considerado como a 1ª fase do capitalismo, que se inicia com o fim do feudalismo. Motivadas pela busca de uma nova rota comercial para o oriente, diferente da rota comercial do mediterrâneo, dominada pelas cidades italianas, a expansão marítima europeia ocorreu nos séculos XV e XVI, tendo como países protagonistas Portugal, que marcou presença na costa africana,

Brasil e Espanha, com conquistas ultramarinas na América Central e na costa oeste sul-americana. Tais eventos foram responsáveis pela criação e ampliação de um mercado mundial, que logo tomaria parte Inglaterra, França e Países Baixos. Estava estabelecido o período do colonialismo, com colônias de exploração e povoamento, com rotas comerciais com o comércio triangular atlântico, e relações comerciais, como o Pacto Colonial. A doutrina econômica do período era o mercantilismo, baseado na obtenção do lucro por meio do comércio e com participação efetiva dos estados monárquicos nos empreendimentos comerciais. O capitalismo comercial e os lucros advindos do seu período proporcionaram a acumulação primitiva de capital, base para o início da fase subsequente do capitalismo, o capitalismo industrial.

Capitalismo industrial

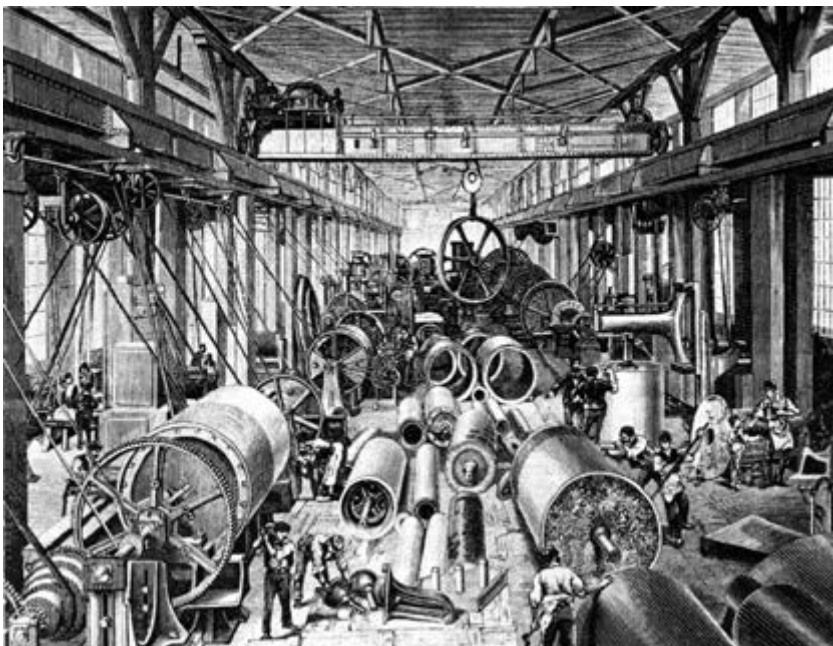


Figura 3.7: Representação de fábrica alemã (1875).

Fonte: <http://commons.wikimedia.org>

A segunda fase, ou etapa do desenvolvimento do sistema do capitalismo, é denominada *capitalismo industrial*. Perceba que o próprio nome já indica a sua principal distinção em relação à forma capitalista anterior. Enquanto o comércio exercia o protagonismo nas relações econômicas no capitalismo comercial, a indústria era o motor das relações econômicas no capitalismo industrial. O comerciante dá lugar ao dono da fábrica ou ao dono da indústria. Isso não significa o fim do comércio, mas sim a ascensão de outra atividade econômica, que passa a ter mais peso nas relações econômicas e sociais existentes a partir do século XVIII, que tem na indústria sua base de lucro.

O espaço e a sociedade passam a ser moldados pela atividade industrial. Mudam as relações de trabalho (escrava para assalariada), as paisagens (de predominantemente rurais para uma gradual presença urbana), os tamanhos das cidades (surgimento de grandes aglomerações), as suas formas de crescimento (norteadas pela atividade industrial), os meios de transportes e as tecnologias associadas a eles (caravelas impulsionadas pelo vento dão lugar a embarcações e a trens a vapor e, posteriormente, a óleo combustível).

O conjunto de inovações e o ambiente de avanços científicos do período do capitalismo industrial, compreendido entre meados do século XVIII e o fim do século XIX, estão associados ao que denominamos 1ª e 2ª Revoluções Industriais. A capacidade de transformar o ambiente e o espaço por meio de novas tecnologias alterou as relações humanas, social e espacialmente. Destacam-se, na 1ª Revolução Industrial, a invenção do tear mecânico, do navio a vapor e da locomotiva a vapor. O carvão era o recurso natural primordial do período para movimentar navios e locomotivas e encurtar as distâncias e o tempo.



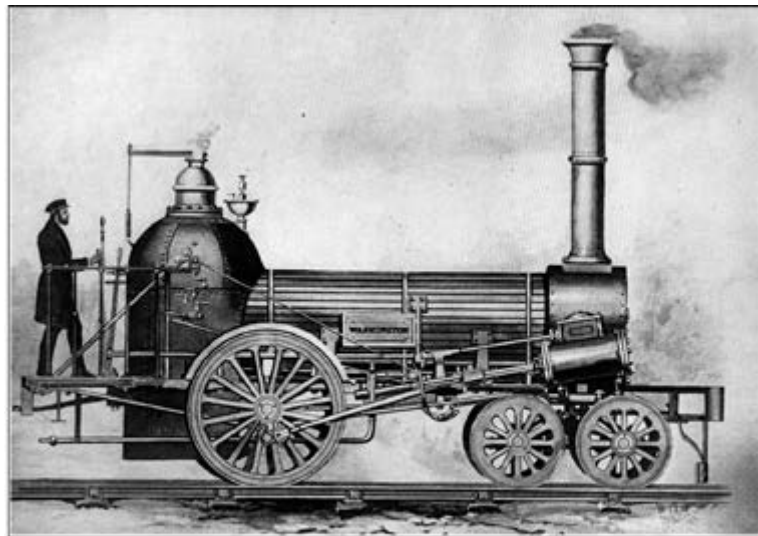
Figura 3.8: Máquina de fição do início da revolução industrial.

Fonte: <http://commons.wikimedia.org>



Vamos parar para pensar um pouco na importância dos trens e das ferrovias?

A primeira locomotiva a vapor data de 1814, chamava-se Blucher, e foi fabricada pelo inglês George Stephenson. A primeira estrada de ferro, ligando Liverpool e Manchester, foi inaugurada em 1825. Já em 1850, praticamente toda a Europa estava interligada por estradas de ferro. As ferrovias permitiram o aumento da velocidade das trocas comerciais, o escoamento em massa da produção das indústrias e o acesso à matérias-primas necessárias para a produção de mercadorias, mesmo em locais distantes das indústrias. O sistema ferroviário passou a ligar as indústrias aos portos e a transportar produtos e pessoas em uma escala jamais vista na história na humanidade. Sendo assim, o meio de transporte ferroviário interferiu de maneira importante no preço final dos produtos e nos lucros obtidos pelos capitalistas. Foi uma verdadeira revolução no transporte do século XIX e forneceu a rede pela qual o capitalismo industrial imprimiu sua expansão geográfica.



THE "WASHINGTON,"
Norris' famous engine which, in 1836, created a tremendous sensation by showing that locomotives could run up grade.

Figura 3.9: Locomotiva a vapor 1836.

Fonte: <http://commons.wikimedia.org>

O ambiente político também se alterou. O mercantilismo, que se caracterizava pelo lucro baseado no comércio e estava associado ao poder absoluto dos monarcas, passava gradualmente a ser substituído pelo liberalismo, tanto econômico, quanto político. O Estado centralizador perdia espaço para o livre-mercado, as liberdades individuais, as empresas, a democracia e o direito à propriedade privada.

As potências dominantes também mudaram. Se, durante o capitalismo comercial, países como Portugal e Espanha lideravam o processo de expansão territorial, no capitalismo industrial, Inglaterra, França e Países Baixos (particularmente Holanda e Bélgica) e, posteriormente, já no período caracterizado como Segunda Revolução Industrial, Estados Unidos, Alemanha, Japão, Itália e Rússia passaram a integrar o grupo de países centrais no capitalismo industrial. O colonialismo daria lugar ao imperialismo.



Temas sobre imperialismo, liberalismo, primeira e segunda revoluções industriais foram apresentados detalhadamente em nossa Aula 1. Caso você ache necessário relembrar alguns pontos, faça uma visita a nossa primeira aula.

Outra mudança importante foi a relação de trabalho. O capitalismo comercial era quase que totalmente fundamentado no regime de escravidão. O trabalho assalariado em larga escala é um fenômeno do capitalismo industrial que o favorecia, pois o trabalhador assalariado, além de vender sua força de trabalho para o dono da fábrica, também se transformava em consumidor dos produtos fabricados pela indústria.

Todo esse ambiente de acelerada transformação aumentou de forma significativa a capacidade produtiva das empresas. Era cada vez mais necessário que o capitalista assegurasse acesso a recursos naturais, mão de obra barata e a mercados consumidores para onde escoar a sua produção e seu excedente (lucro do capitalista). Nesse momento, o processo de expansão e conquista territorial iniciado no período colonialista se expressa com maior vigor, agora com a participação das potências industriais da época: Inglaterra, França, Bélgica, Estados Unidos, Alemanha, Japão, Itália, Rússia e Canadá. Era a nova forma de colonialismo, o neocolonialismo associado à expansão imperialista. A partilha da África e a neocolonização na Ásia foram resultados desse processo.

A Inglaterra, berço da Primeira Revolução Industrial do século XVIII, foi o primeiro país a se industrializar e a fazer a transição entre o capitalismo comercial do período colonial e as novas formas de produção capitalista. Isso possibilitou sua posição de vanguarda na expansão imperialista europeia do século XIX. Veja o mapa da **Figura 3.10**:



Figura 3.10: O Império Britânico em 1877, o melhor retrato da expansão imperialista europeia no século XIX.

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/>

O capitalismo industrial expressava uma nova configuração política e geográfica mundial, diferente daquelas estabelecidas no período do capitalismo comercial do período do colonialismo. Os antigos impérios portugueses e espanhóis já haviam declinado, solapados pelo desmantelamento das bases econômicas que os sustentavam, principalmente com o processo de independência das colônias americanas, ocorrido durante a primeira metade do século XIX, e da perda gradual de colônias e postos comerciais em outras partes do mundo para ingleses, franceses e holandeses.

Como contexto histórico, vale lembrar que os séculos XVIII e XIX foram ricos em transformações políticas e sociais na Europa, com destaque para a Revolução Francesa (fim do século XVIII), que pode ser considerada a mãe das revoluções liberais ou revoluções burguesas, pelo seu poder de influência sobre outras revoluções liberais que varreram o mapa mundial, praticamente extinguindo o antigo regime de características feudais.

Uma questão central no período do capitalismo industrial é a ascensão das empresas e do capitalista como entidades privadas, que passavam a nortear o destino do comércio mundial. Antes, estas eram questões de Estado, com investimentos vindos dos Estados, a serviço dos Estados.

Na segunda metade do século XIX, o já modificado panorama econômico mundial, resultante dos avanços técnicos acumulados na Primeira Revolução Industrial e das transformações políticas e sociais nos países europeus (ascensão da burguesia capitalista principalmente) passou por um processo de maior transformação com o conjunto de inovações tecnológicas da Segunda Revolução Industrial. O aumento do ritmo industrial, o uso da energia elétrica, o uso do petróleo, o motor a explosão, a difusão do uso do aço, a ampliação extraordinária das ferrovias, a modernização dos meios de comunicação permitiram maior integração entre os mercados, resultando na aceleração da economia capitalista mundial, estimulando ainda mais o avanço das potências industriais europeias sobre “novos espaços” para onde fluir o capital e de onde aferir mais lucros. Agora pare e pense: que “novos espaços” eram esses?

Na verdade, o período do neocolonialismo e o da expansão imperialista europeia sobre a África e a Ásia (séculos XVIII, XIX e XX) reeditaram, com suas especificidades geográficas e históricas, o processo de colonização iniciado nos séculos XV e XVI. Os “novos espaços” para expansão capitalista eram países e territórios tradicionais com suas economias e culturas próprias. A África foi “repartida” entre as potências europeias na Conferência de Berlim, ocorrida entre 1884 e 1885. Já no século XVIII, Índia e China haviam sucumbido ao imperialismo britânico. As potências industriais desarticulavam as economias nos territórios subjugados, adequando-as às necessidades da crescente produção industrial em expansão, impondo seus padrões culturais e modos de vida, em detrimento da cultura e do estilo de vida locais.



Seria importante, para um maior entendimento do contexto, que você pesquisasse sobre: As Guerras do Ópio (entre 1839 e 1860 – Inglaterra e China), A Revolta dos Sipaios (1857 – Inglaterra e Índia).

Sob o ponto de vista da produção industrial e das transformações espaciais e sociais advindas do período do capitalismo industrial, destacaram-se:

- a) a divisão técnica do trabalho com a definitiva separação entre o trabalhador (assalariado) e o produto do seu trabalho;
- b) a divisão internacional do trabalho, que se reafirmava entre países industrializados (exportadores de manufaturas) e países não industrializados (exportadores de matérias-primas);
- c) a divisão social entre classes: os não possuidores dos meios de produção (proletariado) e os possuidores dos meios de produção (capitalista);
- d) o protagonismo das atividades industriais como principal fonte de lucros;
- e) o protagonismo da burguesia industrial (industriais);
- f) o aumento da desigualdade social;
- g) o aumento da produção com custo mais baixo;
- h) novas fontes de energia e ferro como principal matéria-prima;
- i) os avanços dos meios de transporte como locomotivas e navios a vapor, permitindo o encurtamento das distâncias e do tempo;
- j) a mão de obra assalariada nas indústrias (salários baixos, carga horária excessiva, trabalho infantil, condições insalubres de trabalho);
- k) o deslocamento da população do campo para as cidades para o trabalho nas indústrias e consequente crescimento e concentração de população nas cidades, com piora da qualidade de vida.



Em nosso espaçamento entre Aula e o número 1, passamos pelas principais teorias e escolas econômicas, dentre elas, a escola econômica marxista. É exatamente nesse período que ela surge com a crítica ao liberalismo econômico, ao livre comércio, à ideia de autorregulamentação do mercado, geradora de desigualdades crescentes no seio das sociedades industriais.

Ao final do século XIX, o capitalismo industrial, que originalmente estava vinculado ao capital produtivo, passa a estar associado ao

capital financeiro, com a profunda integração dos bancos com o processo produtivo. As empresas e os bancos tornariam-se gigantes, multinacionais e monopolistas, e o capital, extremamente concentrado e centralizado em suas mãos. Uma nova fase do capitalismo se apresentava, o capitalismo financeiro, um dos temas de nossa próxima aula. Agora vamos a um exercício sobre a fase do capitalismo industrial!

===== **Atividade 2** =====

Atende ao objetivo 2

1. Tomando como base o conteúdo apresentado na seção “capitalismo industrial” desta aula, marque a alternativa correta na coluna B, em relação aos temas da coluna A, e faça breves justificativas para validar a sua escolha.

Coluna A	Coluna B	Coluna C (considerações sobre a sua resposta)
Regime de trabalho predominante na fase do capitalismo industrial	<input type="checkbox"/> Escravo <input type="checkbox"/> Assalariado	

Coluna A	Coluna B	Coluna C (considerações sobre a sua resposta)
<p>Eventos vitais na consolidação de uma sociedade industrial na fase do capitalismo industrial</p>	<p>() Descoberta de novas rotas comerciais</p> <p>() Avanços tecnológicos</p>	
<p>Sobre a divisão internacional do trabalho na fase do capitalismo industrial</p>	<p>() Divisão do mundo entre potências orientais e ocidentais</p> <p>() Divisão do mundo entre potências industrializadas e não industrializadas</p>	

Coluna A	Coluna B	Coluna C (considerações sobre a sua resposta)
<p>Sobre o ordenamento territorial dos países industriais na fase do capitalismo industrial</p>	<p>() Aumento da população rural, com a mecanização das lavouras</p> <p>() Crescimento das cidades e aumento da população urbana</p>	
<p>Principais fontes dos lucros do sistema capitalista na fase do capitalismo industrial</p>	<p>() Indústrias</p> <p>() Comércio</p>	

Resposta comentada

Coluna A	Coluna B	Coluna C (considerações sobre a sua resposta)
Regime de trabalho predominante na fase do capitalismo industrial	<input type="checkbox"/> Escravo <input checked="" type="checkbox"/> Assalariado	O regime de trabalho assalariado é o mais adequado ao capitalismo industrial, por associar mão de obra e consumidor em uma mesma pessoa: o trabalhador que vende a força de trabalho, mas também consome as mercadorias produzidas
Eventos vitais na consolidação de uma sociedade industrial na fase do capitalismo industrial	<input type="checkbox"/> Descoberta de novas rotas comerciais <input checked="" type="checkbox"/> Avanços tecnológicos	As revoluções industriais foram cruciais para a expansão capitalista. As máquinas permitiram a produção em massa e os avanços no transporte o aumento substancial das circulação de mercadorias e matérias-primas
Sobre a divisão internacional do trabalho na fase do capitalismo industrial	<input type="checkbox"/> Divisão do mundo entre potências orientais e ocidentais <input checked="" type="checkbox"/> Divisão do mundo entre potências industrializadas e não industrializadas	Entre o século XVIII e o XIX consolidaram-se potências industriais como Inglaterra, França, EUA, Bélgica, Japão e outras, que estabeleciam relação de dominação com países não industrializados, por meio do processo de neocolonização e da expansão imperialista dessas potências industriais
Sobre o ordenamento territorial dos países industriais na fase do capitalismo industrial	<input type="checkbox"/> Aumento da população rural, com a mecanização das lavouras <input checked="" type="checkbox"/> Crescimento das cidades e aumento da população urbana	A multiplicação de indústrias e o protagonismo exercido por elas, no ordenamento territorial, levou à concentração de grande contingente populacional nas cidades em busca de emprego nas fábricas
Principal fontes dos lucros do sistema capitalista na fase do capitalismo industrial	<input checked="" type="checkbox"/> Indústrias <input type="checkbox"/> Comércio	As indústrias passaram a nortear o sistema. Os lucros advindos das atividades industriais por meio da produção de mercadorias passaram a ter mais peso do que os lucros advindos de atividades meramente comerciais, característica da fase do capitalismo comercial

Conclusão

Alguns estudiosos preferem chamar a época das grandes navegações, os séculos XV e XVI, quando portugueses e espanhóis dominavam (e criavam, ao mesmo tempo) praticamente todo o comércio marítimo mundial, de *período pré-capitalista*. Outros, como foi a nossa abordagem, preferem inserir esse período no processo de desenvolvimento do sistema capitalista como a sua primeira fase. É uma questão de abordagem, sendo o mais importante compreender que essa fase, seja ela vista como pré-capitalista ou já no contexto capitalista, foi de extrema importância, pois reuniu as condições necessárias para o surgimento do capitalismo industrial, no século XVIII.

É quase que lugar comum, nos estudos atuais sobre capitalismo e globalização, a associação desses termos à velocidade. Ou seja, ao cada vez mais acelerado processo de transformação do mundo em virtude principalmente das inovações tecnológicas, que vêm encurtando as distâncias e o tempo. O capitalismo comercial inicia esse processo, com seu tempo e duração moldados pelas condições materiais e históricas do seu período, assim como a subsequente fase do capitalismo industrial.

Como já alertamos anteriormente, essas fases se interpenetram, não apresentando rupturas nítidas ou limites claros. O capitalismo comercial que abordamos nesta aula pode ser enquadrado num período entre 300 e 350 anos, entre o fim do século XV e o final do século XIX, um tempo de transformação “lento”. Já a fase do capitalismo industrial pode ser bem enquadrada entre meados do século XIX e início do século XX, num período de tempo “mais curto” e apresentando uma velocidade mais acentuada nos processos de transformações políticas, sociais e espaciais, imprimindo em boa parte do mundo, ao final do século XIX e no início do século XX, as características de uma sociedade industrial.

Atividade final

Atende aos objetivos 1 e 2

1. A expansão marítima europeia do século XVI foi o passo inicial da mundialização do comércio, da integração global, conectando continentes antes divididos pelos oceanos. Neste processo, a Europa se apresentou como centro dominante, condicionando novos territórios às suas necessidades econômicas, nas Américas, na África, na Ásia e na Oceania. O mercado global, em seu processo de construção inicial, apresentou uma relação de centro e periferia, representado, respectivamente, pelas metrópoles europeias e suas colônias, distribuídas por todo o mundo, subjugadas econômica, social, religiosa e culturalmente. Nesta fase, o papel do Estado (monarquias) foi fundamental, pois eram os investidores e norteadores da política de expansão comercial. O controle do Estado sobre a produção das colônias era extremamente rigoroso.

Já nos séculos XVIII e XIX, as fábricas passaram a se multiplicar na Europa e também em outras partes do mundo, num contexto de importante crescimento populacional nas cidades e de inovações tecnológicas, e os países centrais (as metrópoles do período colonial) passaram a ser aqueles países de industrialização estabelecida de forma mais rápida, os fornecedores de produtos manufaturados, e os periféricos (as colônias do período colonial) permaneceram como meros exportadores de matéria-prima e recursos naturais (com algumas exceções como os EUA), além de um novo mercado consumidor. Essa hierarquia se deu pela força econômica e pela força das armas quando necessário.

Como você pode perceber, nas duas fases do capitalismo que estudamos nesta aula, o comercial e o industrial, uma hierarquia entre países, regiões e territórios foi estabelecida. Você acha que, nos dias atuais, essa hierarquia ainda se faz presente? Desenvolva sua resposta livremente, tentando criar mecanismo de comparação entre as diferentes regiões do planeta e suas desigualdades, especialmente socioeconômicas.

Resposta comentada

A resposta para esta questão é livre e deve seguir apenas algumas orientações básicas, como se seguem.

1. Mostrar que determinadas regiões e países permanecem na periferia do sistema capitalista, em uma posição de dependência econômica dos centros mais desenvolvidos.
2. Estabelecer quadros comparativos através da composição das exportações comerciais dos países que você escolher para demonstrar que, apesar de algum desenvolvimento industrial (se for o caso), o país permanece como mero exportador de matéria-prima.
3. Sempre estabelecer essas relações com os quadros hierárquicos dos períodos do capitalismo comercial e do capitalismo industrial.

Resumo

Quadro 3.4: 1ª e 2ª fases do desenvolvimento do capitalismo

Fases	Períodos	Eventos fundamentais e consequências	Doutrina econômica	Países principais	Hierarquias
Comercial	Século XVI até XVIII	Expansão marítima comercial europeia	Mercantilismo (Estado + acúmulo de riquezas através do comércio de balança de comércio positiva). Metalismo (acúmulo de metais preciosos)	Países colonialistas Desarticulação das estruturas socioeconômicas dos territórios conquistados; genocídio e escravidão	territórios (colônias)
		Mundialização comercial Início da divisão internacional do trabalho e especialização de regiões			
Industrial	Século XVIII até XX	Revolução industrial	Liberalismo (livre comércio, mercado autor regulado pelas empresas, lucro advindo da atividade industrial)	Inglaterra (século XVIII), França, Bélgica, Rússia, EUA, Japão, Alemanha (século XIX) Países imperialistas Conferência de Berlim, Partilha da África pela potências imperialistas	Centro dominante na Europa central, EUA e Japão (países industrializados) -Periferia dominada antigas regiões colônias (América Latina) e novos processos de colonização Ásia e África (países desindustrializados)
		Revoluções liberais Intensificação da divisão internacional do trabalho e expansão vertiginosa da produção e da urbanização			

Referências

BAUMAN, Zygmunt. **Capitalismo parasitário e outros temas contemporâneos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

GEORGE, Pierre. **Geografia Econômica**. São Paulo/Rio de Janeiro: DIFEL, 1976.

HOBBSBAWN, Eric J. **A era do capital: 1848-1875**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

HUBERMAN, Leo. **A história da riqueza do homem**. São Paulo: Zahar, 1983.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI**. São Paulo: Annablume, 2011.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.

TEIXEIRA, Francisco M. P.; TOTINI, Maria Elizabeth. **História econômica e administrativa do Brasil**. São Paulo: Editora Ática, 1991.

Aula 4

O desenvolvimento do sistema
capitalista – parte 2: capitalismo
financeiro e capitalismo informacional

Meta

Apresentar o processo de desenvolvimento do capitalismo, analisando suas etapas evolutivas, localizando suas formas histórico-geográficas desde o capitalismo comercial do século XVI até o capitalismo informacional do final do século XX.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer as etapas evolutivas do processo de desenvolvimento do capitalismo, com destaque para o capitalismo financeiro no final do século XIX e começo do século XX, em período de grande concentração e centralização de capitais;
2. reconhecer as etapas evolutivas do processo de desenvolvimento do capitalismo, com destaque para o capitalismo informacional, iniciado no último quartil do século XX, num período onde a alta tecnologia e o conhecimento passam a redefinir a dinâmica econômica global.

Introdução

Este conteúdo será dado em duas aulas. Na Aula 3, foram apresentadas as duas primeiras etapas: o capitalismo comercial e o capitalismo industrial. Nesta aula, trataremos das fases do capitalismo financeiro e do capitalismo informacional.

Como vimos em nossa Aula 2, o sistema econômico capitalista pode ser considerado como a forma de organização econômica hegemônica do mundo na atualidade, posição consolidada no início dos anos 1990, com a completa desintegração do bloco econômico socialista. Para compreendermos essa história, na Aula 3, voltamos ao século XVI, para estudar o capitalismo comercial, e chegamos até o século XIX, com o advento do capitalismo industrial, analisando as formas históricas que assumiram e as transformações que imprimiram no espaço. Já os capitalismo financeiro e o informacional serão abordadas nesta aula.



Figura 4.1: O mundo capitalista.

Fonte: http://veja.abril.com.br/070799/p_136.html

Já vimos que a ascensão do capitalismo como forma de organização econômica e social ocorre a partir do século XVI, com o gradual desmoronamento do feudalismo, fato que ocorre inicialmente na Europa Ocidental. Atentamos para o fato de a expansão geográfica do capitalismo se dar de forma variada e desigual, o que significa que o esforço teórico de dividir o processo de evolução do capitalismo em quatro fases, sob o ponto de vista da geografia econômica, passa pela análise de transformações sociais, econômicas e espaciais, em diferentes regiões do mundo, em diferentes escalas e em determinados períodos da história. Por fim, tratamos o tema com uma perspectiva de evolução, de etapas e de

desenvolvimento de um sistema econômico e social, que se tornou hegemônico ao final de cinco séculos de história.

Nesta aula, abordaremos os aspectos mais característicos do capitalismo financeiro, num período em que o processo de integração dos mercados mundiais, já em estágio avançado, passava por uma aceleração ainda maior, com a entrada efetiva dos bancos no sistema produtivo, com o crescimento exponencial de grande empresas e com a consolidação de uma divisão internacional do trabalho. Depois, entraremos na era das novas tecnologias de informação e o seu papel na reestruturação econômica, social e espacial, a partir dos anos 1970. Conhecimento, informação e inovação passam a fazer parte do vocabulário capitalista ao final do século XX.



As formas capitalistas industrial, financeira e informacional não se anulam e, apesar de serem apresentadas como etapas, não são estanques, ou seja, separadas ou isoladas entre si. Elas se mesclam, interpenetram-se, acumulam-se. Há mudanças nas relações de trabalho, na organização das empresas, na estrutura social atrelada à distribuição das atividades econômicas, mas a indústria permanece existindo apesar do protagonismo da lógica financeira. O sistema financeiro permanece potencialmente gestor do mundo, mesmo com novas formas assumidas pelo capitalismo, como o informacional. De certa forma, elas se potencializam. As formas sociais e espaciais resultantes dessas inter-relações se expressam com contornos diferenciados. Você certamente não vive mais em sociedade tipicamente industrial, não somente pela análise da paisagem de sua cidade, ou pelas mudanças no sistema produtivo das empresas, mas sobretudo pela consequente modificação do modo de vida, com suas novas formas de relacionamento social possibilitadas pelas novas tecnologias de comunicação.



Cartaz do filme *O Capital*.

Fonte: <https://images.justwatch.com/poster/237940837/s592/o-capital>

Em *O capital* (2012) o diretor Costa-Gravas perpassa pelo capitalismo selvagem – o capitalismo financeiro – através da história da ascensão de um executivo de banco, que precisa cortar pessoal ao mesmo tempo que precisa aumentar os lucros da corporação. O filme retrata bem a formação de capital a partir do capital, sem ligações com o sistema produtivo, uma das faces do capitalismo financeiro (o especulativo). Veja também o documentário *Quants - Os alquimistas de Wall Street*, em <http://www.youtube.com/watch?v=kdMEdGbmZAE>. Tente extrair dos filmes a lógica do capitalismo financeiro e seu distanciamento do sistema produtivo!

Capitalismo financeiro



Figura 4.2: Cartoon representando as bolhas especulativas dos sistema financeiro sopradas por J. P. Morgan (retratado como o touro, símbolo de Wall Street) e os acionistas ávidos para investir em transações especulativas.

Fonte: <http://commons.wikimedia.org>

O início do período do capitalismo financeiro, também chamado *monopolista*, pode ser localizado, temporalmente, entre o final do século XIX e o começo do XX, no rastro dos aprimoramentos técnicos e científicos da segunda Revolução Industrial.

Ao final do século XIX, ocorreram importantes transformações no contexto mundial. Impulsionadas por avanços técnicos, como a invenção do motor à combustão, e da eletricidade, associadas à utilização de novas fontes de energia, como petróleo, as indústrias passaram a crescer e a se multiplicar com mais rapidez, aumentando a sua produtividade e necessitando, por isso mesmo, de mais mercados consumidores e acesso a mais fontes de matéria-prima.

O processo de expansão imperialista iniciado no período do capitalismo industrial, com a partilha da África e da Ásia será elevado a sua última potência, agora com participação mais efetiva de outros atores do cenário mundial, como a Alemanha, o Japão, e os Estados Unidos da América (este com influência sobre a América Latina), países que uniram avanços técnicos e científicos às necessidades do mercado e de suas empresas.



Já abordamos o tema da expansão geográfica do capitalismo e da partilha da África na Aula 1.

Mas o que caracteriza fortemente essa nova fase do capitalismo, destoando da anterior, é a junção entre capital produtivo (efetivamente ligado à produção das indústrias e aos setores da economia que produzem bens os mais variados, como a agricultura, por exemplo) e o capital bancário (ações, títulos etc.). E neste aspecto, o papel exercido pelos bancos é vital para transformar o mundo ao final do século XIX, com o surgimento do capitalismo financeiro.

Os bancos passaram a financiar as empresas que, abertas ao capital, aumentaram expressivamente sua capacidade de captar recursos. As empresas tornaram-se gigantes e multinacionais. Fusões e incorporações deram origem a **monopólios**, **oligopólios**, **trustes** e **conglomerados** em diversos setores da economia e regiões do planeta faziam parte da geografia econômica do início do século XIX. Veja o esquema da **Figura 4.3**.

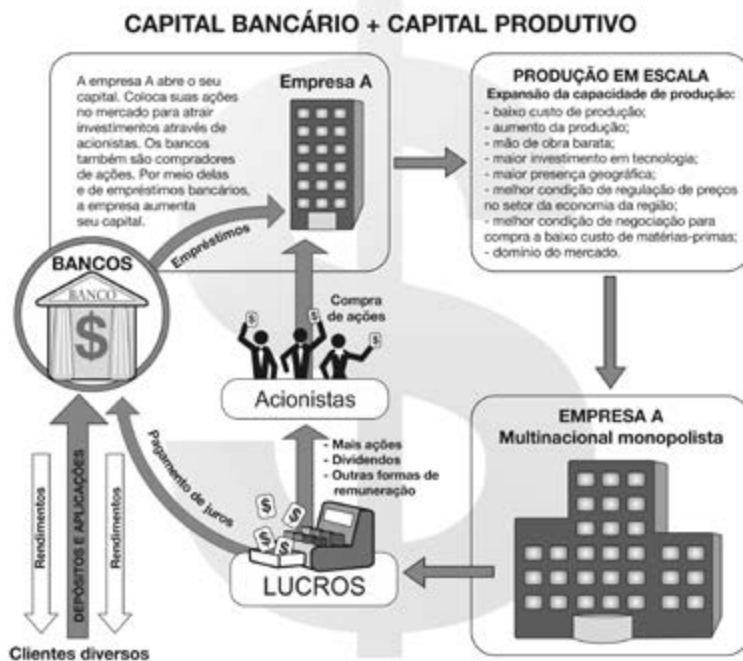


Figura 4.3: Esquema demonstrativo da união do capital produtivo ao capital bancário proporcionando o surgimento das grandes empresas monopolistas.

Monopólio

Empresa única dominando determinado setor ou região em determinado negócio, controlando a política de preços, sem concorrência. Exemplo: durante muito tempo a Petrobras deteve o monopólio do setor petrolífero brasileiro, desde sua criação, nos anos 1950, até 1997, quando o governo Fernando Henrique quebrou o monopólio da estatal e permitiu que companhias estrangeiras participassem do mercado de petróleo no Brasil.

Oligopólio

Conjunto de poucas empresas dominando determinado setor ou região em determinado negócio, controlando a política de preços e a concorrência. A ação coordenada do oligopólio para controle dos preços é o que chamamos cartel. Exemplo: o Brasil possui poucas empresas de transporte aéreo, que, de certa forma, controlam a política de preços das passagens aéreas, existindo pouca concorrência no setor.

Trustes

Grupos de empresas ligadas legalmente (econômica ou financeiramente), dominando determinado setor ou região em determinado negócio, controlando a política de preços, e eliminando a concorrência. Exemplo: as brasileiras Sadia e Perdigão se fundiram e viraram um truste chamado BRF Brasil Foods, em 2011.

Conglomerados

Grupo ou corporação que controla várias empresas nos mais variados setores da economia. Os conglomerados são administrados por uma *holding*, uma empresa acionista majoritária do grupo. Exemplo: a P&G é uma empresa multinacional com atividades que vão do setor de limpeza ao setor de alimentação.

A teoria liberal do livre mercado autorregulado não se aplica ao período do capitalismo financeiro monopolista. A formação de grandes empresas, com o surgimento de todas as formas de fusão e incorporação de empresas e bancos, tornam o quadro de concorrência perfeita (teoria liberal) inexistente, já que, em tese, os preços dos produtos não seriam regulados pelo mercado livremente, mas sim pelas empresas monopolistas que passam a regular os preços e mesmo a produção.



Em 1890, a Standard Oil of Company era a grande corporação norte-americana da nascente indústria de petróleo. Através de uma agressiva política de incorporações de outras indústrias do setor, passou a controlar a produção, o transporte, o refino e a distribuição de petróleo. Chegou a controlar algo próximo a 90% do mercado norte-americano de petróleo. A agressiva expansão da Standard Oil deu origem às primeiras legislações antitrustes nos Estados Unidos, como a Lei Sherman. A Standard Oil foi dividida em sete empresas, a fim de diminuir a sua influência no mercado.

Dois conceitos são de extrema importância para a compreensão das transformações socioespaciais ocorridas com o surgimento do capitalismo financeiro e que, de certa maneira, reforçam algumas diretrizes já visíveis no capitalismo industrial, relacionadas à dinâmica do capital: concentração e centralização. Você saberia distinguir tais conceitos? A princípio, parecem bem similares, mas não o são, e expressam formas sociais e espaciais distintas. Vamos trabalhar estes conceitos.

Concentração de capital

É a expansão do meios de produção, ou seja, quando fábrica(s) amplia(m) seu(s) patrimônio(s) com mais equipamentos e/ou passa(m) a empregar mais mão de obra, aumentando o seu capital. Suas expressões territoriais passam a ser perceptíveis no crescimento urbano, nas grandes aglomerações, na implementação de serviços de infraestrutura

coletiva, em determinadas regiões, que passam a servir a uma determinada gama de atividades econômicas que se concentram em determinadas regiões, atraindo assim mais indústrias. Onde há concentração de capital, há acumulação de riqueza e todas as suas conseqüentes ações sobre a estrutura social e o espaço, como, por exemplo, migrações em busca de emprego, desigualdades socioeconômicas, e crescimento urbano desordenado. Tais efeitos são comuns ao processo de industrialização, mas a concentração de capitais em grande escala proporcionada pelo capital financeiro, maximiza esses efeitos. Um bom exemplo é o cinturão industrial norte-americano (*manufacturing belt*). Em 1900, concentrava 75% da produção industrial dos EUA. Suas localidades mais expressivas do ponto de vista demográfico, são Nova York, Philadelphia, Baltimore, Cleveland, Detroit, Chicago, que compõem umas das maiores concentrações urbano-industriais do planeta.



Figura 4.4: Concentração de atividades industriais no nordeste dos Estados Unidos – cinturão industrial. Processo de concentração de capital.

Fonte: <http://en.wikipedia.org/wiki/Image:Rust-belt-map.jpg#file>

Centralização de capital

Está relacionada com a junção de capitais individuais, como os vários processos de reagrupamento de empresas já citados nesta aula, como fusões, associações entre empresas ou a absorção de uma empresa por outra, como trustes e conglomerados. Os grandes bancos-empresas passam a gerenciar recursos cada vez mais vultuosos. Poucos grupos passam a controlar um grande volume de capitais. Do ponto de vista socioeconômico e espacial, a centralidade se expressa através de certas localidades eleitas para sediarem as matrizes de empresas em rede e grandes centros financeiros. A metrópole centraliza as sedes das maio-

res empresas e, da mesma forma que ocorre com o processo de concentração de capitais, acaba por atrair uma variada gama de serviços, no entanto, mais avançados e com necessidade de mão de obra altamente especializada. Também é importante destacar que, ao abrigar as sedes das grandes empresas e bancos, as metrópoles se constituem em centros de decisões. Os maiores centros financeiros do mundo, na atualidade, são Londres, Nova York, Hong Kong, Singapura, Zurique e Tóquio. No início do século XX, destacavam-se Londres e Nova York, acompanhando seus desenvolvimentos industrial e comercial.

MAIORES BANCOS & MAIORES CORPORAÇÕES do mundo



Concentração de capital em países desenvolvidos e centralização de capitais em poucas empresas financeiras sediadas também em países desenvolvidos.

Figura 4.5: Concentração e centralização de capitais em países desenvolvidos.

Fonte: Adaptado de <http://ladroesdebicicletas.blogspot.pt/2013/07/liberalizacao-comercial-o.html>

De um forma geral, o capitalismo financeiro representou uma nova etapa do desenvolvimento capitalista, distinta do capitalismo industrial (embora como já observamos, não excludentes), quando a empresa individual passa a ser substituída pela empresa aberta ao capital, que reúne vários capitais individuais. A produção passa a estar estritamente ligada ao capital financeiro, pois depende de seu aporte para manter o siste-

ma produtivo em expansão. Através dos processos de concentração e centralização de capitais, a riqueza acaba por ser acumulada em poucas empresas, bancos e regiões em países desenvolvidos e industrializados.

Outra forma de centralização de capital é oriunda do capital especulativo, este atuando numa rede independente da produção, ou seja, diferentemente do capital produtivo, caracterizado pelo investimentos em longo prazo, gerando impacto nas cadeias produtivas, o capital especulativo busca o lucro rápido, de curto prazo, por meio da aplicação em bolsas de valores e no comércio de ações por exemplo. Embora o capital especulativo gere certos nichos de emprego, especialmente no mercado financeiro, o capital produtivo possui um papel muito mais impactante no mercado de trabalho de forma global. O capital aplicado na produção (indústrias, fábricas, agronegócio, e comércio) estimula o crescimento do emprego e é fonte de renda para trabalhadores das mais variadas cadeias produtivas, dinamizando as economias nacionais. A Crise de 1929 (veja nossa primeira aula) foi a primeira grande crise financeira do mundo, oriunda da especulação associada à crise de superprodução nos EUA.

Mesmo após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a Crise de 1929 (a quebra da Bolsa de Valores de Nova York, seguido daquilo que ficou conhecido como Grande Depressão), a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e o processo de descolonização do Oriente Médio, África e Ásia, que proporcionaram profundas mudanças na geografia da economia mundial, a divisão internacional do trabalho, iniciada no período do capitalismo comercial, de uma forma geral, é mantida e reforçada.

As antigas metrópoles coloniais passam a ser as metrópoles industriais e, agora, as metrópoles financeiras do mundo. Com algumas exceções, como a ascensão norte-americana como grande potência industrial, as antigas colônias permanecem dependentes e agroexportadoras, com no máximo pequenas iniciativas industriais de bens de consumo leves. Somente a partir dos anos 1950, países de industrialização tardia, como o Brasil, Argentina e México passam a criar parques industriais significativos. De qualquer forma, a divisão do mundo entre países industrializados desenvolvidos e países desindustrializados ou em vias de industrialização, subdesenvolvidos, era uma nova forma de expressar as diferenças de acumulação de riqueza e desenvolvimento regional desigual no mundo.

Segundo o geógrafo Milton Santos, o fim da Segunda Guerra Mundial seria um marco na história do capitalismo, com a perspectiva da revolução científico-técnica e com o adensamento da presença das mul-

tinacionais pelo mundo. A partir dos anos 1970, baseado no avanço das tecnologias de comunicação, na potencialidade da informação e na explosiva aceleração dos fluxos de capital, inicia-se uma nova etapa do desenvolvimento do capitalismo, o capitalismo informacional. Mas antes de entrarmos na segunda parte desta aula, vamos a um exercício sobre o capitalismo financeiro?

===== **Atividade 1** =====

Atende ao objetivo 1

Marque um “X” na opção que você considere correta, relacionada ao capitalismo financeiro (apenas uma opção está correta!).

1. Fortaleceu, no final do século XIX e começo do século XX, o surgimento de:

- (A) pequenas empresas de capital individual e familiar;
- (B) potências industriais na América Latina;
- (C) empresas monopolistas.

2. Foi um dos fatores responsáveis pela surgimento e fortalecimento do capitalismo financeiro:

- (A) a primeira Revolução Industrial;
- (B) o acúmulo de metais preciosos;
- (C) a segunda Revolução Industrial.

3. Os bancos ocupam importante papel no capitalismo financeiro:

- (A) por regular o mercado financeiro, evitando a concentração e centralização de capitais;
- (B) por ser importante fonte de investimentos, através de empréstimos às empresas e por proporcionar a centralização de capitais;
- (C) por regular o capital especulativo, dando prioridade ao investimento na cadeia produtiva.

4. Empresas podem se associar econômica ou financeiramente através de fusões, controlando a política de preços em determinado setor da economia, ou podem fazer parte de um grande grupo administrado por

um sócio majoritário, atuando em vários setores da economia. Estas duas formas de organização empresarial, típicas do capitalismo financeiro, são respectivamente:

- (A) *holdings* e trustes;
- (B) monopólio e trustes;
- (C) trustes e conglomerados.

5. Por que não existe a concorrência perfeita no capitalismo financeiro:

- (A) pelo surgimento de monopólios e oligopólios que controlam os preços e os meios de produção;
- (B) pela falta de eficiência administrativa de determinadas indústrias;
- (C) porque o mercado é autorregulado e a concorrência é livre.

6. Centralização e concentração proporcionam:

- (A) fusões de empresas e acúmulo de capitais e riquezas, trazendo mais igualdade social e desenvolvimentos regionais equilibrados;
- (B) fusões de empresas e acúmulos de capitais e riquezas, trazendo desigualdades sociais e desenvolvimentos regionais desiguais, gerando empregos em setores altamente especializados;
- (C) fusões apenas nas empresas financeiras e acúmulos de capitais e riquezas, ampliando a livre concorrência na economia dos países subdesenvolvidos.

7. É a *principal* característica do capitalismo financeiro:

- (A) a integração do capital industrial ao bancário;
- (B) o surgimento de um grande número de indústrias;
- (C) o desenvolvimento industrial dos países subdesenvolvidos.

Resposta comentada

Se você fez uma leitura atenta da aula, deve ter chegado às seguintes respostas: 1 (C) , 2 (C), 3 (B), 4 (C), 5 (A), 6 (B), 7 (A).

Caso tenha ainda alguma dúvida, faça uma releitura da aula.



Capitalismo informacional

MAIORES BANCOS & MAIORES CORPORAÇÕES do mundo



Concentração de capital em países desenvolvidos e centralização de capitais em poucas empresas financeiras sediadas também em países desenvolvidos.

Figura 4.6: capitalismo informacional e as novas tecnologias da Terceira Revolução Industrial. Avanços nos transportes, a informática, avanços nas telecomunicações, e os fluxos financeiros e informacionais.

Fonte: Adaptado de <http://commons.wikimedia.org>.

Assim como o capitalismo industrial está para a Primeira Revolução Industrial e o capitalismo financeiro, por sua parte, está para as inovações advindas da Segunda Revolução Industrial, o capitalismo informacional está para a Terceira Revolução Industrial. Revolução Informacional, Revolução Técnico-científica, ou Revolução Técnico-científica-informacional são denominações da Terceira Revolução In-

dustrial, que vem a ser um conjunto de inovações tecnológicas ocorridas principalmente a partir da década 1970, e que proporcionou expressivo aumento da produtividade e dos fluxos de capitais, em processos cada vez mais acelerados. Com destaque para os avanços nas telecomunicações e nos transportes, com grande impacto na reestruturação do território, da economia e na sociedade, passamos a viver naquilo que Milton Santos chamou *meio técnico-científico-informacional*, o que seria para ele, a expressão geográfica da globalização.

Biocologia, genética avançada, robótica, serviços financeiros, informática, engenharia espacial, e eletrônica entre outros, são campos de destaque da Terceira Revolução Industrial. A inovação e a aproximação da ciência com o mercado provocou importantes alterações no mundo do trabalho, pois ao mesmo tempo que proporcionou o aumento da produtividade, pelo emprego de tecnologias mais avançadas no processo produtivo, diminuiu a necessidade de mão de obra, principalmente aquelas menos qualificadas. Desta forma, apenas os trabalhadores altamente qualificados possuem as chances maiores no mercado de trabalho.

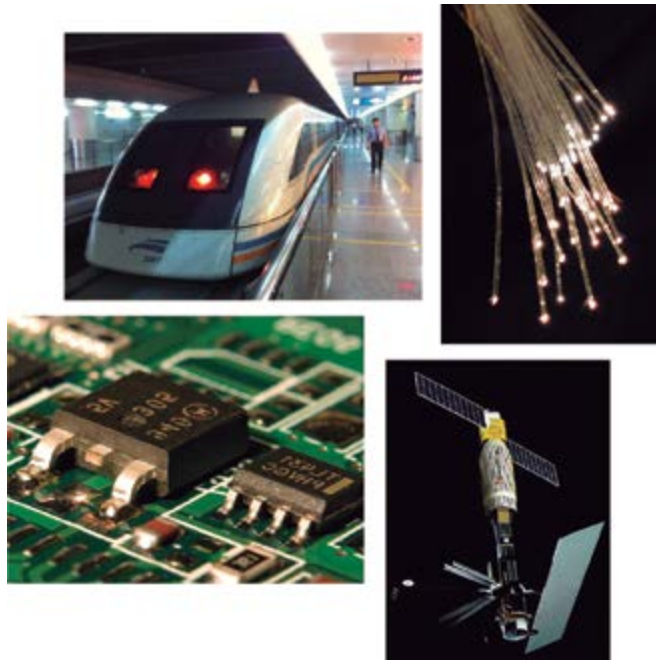


Figura 4.7: capitalismo informacional e as novas tecnologias. Comparações entre as linhas de montagem fordista e linha de montagem com uso de alta tecnologia na produção.

Fonte: <http://commons.wikimedia.org>.

Os avanços nas telecomunicações foram fundamentais para uma definitiva integração dos mercados financeiros do mundo. Embora o processo de integração mundial possa ser visto por uma janela temporal de 500 anos ou mais, a globalização, como processo diferenciado, resultante do período do capitalismo informacional é um fenômeno recente, caracterizado principalmente pela quantidade, intensidade e aceleração dos fluxos comerciais e de informações.

Neste aspecto, o sistema financeiro internacional se apropriou das novas fronteiras tecnológicas para estabelecer um mercado global altamente integrado e interdependente. Milhões de dólares circulam através de computadores por todo o mundo em transações financeiras especulativas, sem que nenhum “dinheiro de verdade” entre em cena.

Importante recuperar que o capitalismo informacional e a globalização surgiram historicamente após um período de duas guerras mundiais, intercaladas por uma crise financeira, em 1929. O mundo que surgiu pós 1945, estava baseado, por um lado, no ideário desenvolvimentista, capitalista, com a presença do Estado como moderador da economia (Keynesianismo), gerando a fase que ficou conhecida como o *Estado de Bem-Estar Social*, e, por outro lado, no socialismo e na economia planificada implementada pelo bloco socialista. Tais opções doutrinárias na economia representavam soluções diante do liberalismo do início do século XX.

A *Era de Ouro do Capitalismo* termo utilizado pelo historiador Hobsbawm, compreende exatamente o período pós Segunda Guerra Mundial até o anos 1970. O liberalismo e o livre comércio dos esquemas financeiros havia levado o mundo a duas grandes guerras e a uma profunda depressão econômica. Até os anos 1970, as pressões do mercado, ou seja, dos bancos e das empresas multinacionais por maior liberdade, transações financeiras, estavam, de certa forma, sufocadas pelo Estado regulador desenvolvimentista capitalista, ou pela economia planificada socialista. Segundo o geógrafo David Harvey, esse era um período de “liberalismo embutido”, uma espécie de acordo entre capital e trabalhadores. O fato é que, em meados da década de 1970, o Estado de Bem-Estar Social começou a apresentar fragilidades estruturais, como o aumento do desemprego e o aumento da inflação, mesmo em países desenvolvidos. A economia planificada socialista entraria em um processo de dismantelamento de suas bases, que chegaria ao auge em meados do anos 1980. As portas para o novo liberalismo estavam se abrindo.



Nem todas as regiões do mundo passaram pelo período do Estado de Bem-Estar Social, devido ao desenvolvimento geográfico desigual do processo capitalista.

O liberalismo, em sua nova face – neo-liberalismo – acabaria por retornar com força suficiente para restabelecer o protagonismo dos mercados e das empresas, e diminuir do papel do Estado. As privatizações são um importante exemplo desse processo. A acumulação de capital estava de volta. Todo o aparato estatal de regulação do sistema financeiro, de controle e gestão do emprego, dos seguros sociais, sofreria enorme pressão para uma gradual desregulamentação diante dos interesses do mercado.

Em fase em que o local e o global passam a estar interligados, o geógrafo Milton Santos faz uma importante observação. Na globalização, a fluidez do espaço é tão grande, e o fluxo de informações e finanças tão fundamentais, que o território, que é base da produção, passa ser visto como mercado.

No Brasil, experimentamos uma onda privatizações nos anos 90, um período de auge do neo-liberalismo em nosso território, caracterizado pelo desmantelamento de várias empresas estatais, inclusive de setores estratégicos, como nas telefonias e no setor de energia. As privatizações estão no contexto de uma ação maior de reestruturação do capitalismo, em que se destacam: flexibilidade e descentralização de empresas, ressurgimento do capital financeiro em relação desigual e superior ao trabalho, flexibilização e diversificação das leis trabalhistas, e a desregulação de todas as bases do Estado do Bem-Estar Social.

O capitalismo informacional apresenta uma economia verdadeiramente globalizada, funcionando em tempo real. Capitais circulam pelo globo com muita rapidez. Acabam por construir um mercado global, muitas vezes distante da realidade nacional e suas economias. Isso acaba por gerar uma falta de sincronia entre esse mercado, altamente veloz e integrado, com determinadas especificidades locais e suas respectivas características em relação ao trabalho e ao emprego.

É importante observar que a velha divisão territorial e internacional do trabalho ainda persiste com pequenas alterações. Os maiores fluxos financeiros, de informação, cultura, mídia pertencem aos países desenvolvidos, em uma reapresentação das outras formas capitalistas que já estudamos. Mesmo com a ascensão econômica da Ásia (primeiro os Tigres Asiáticos e atualmente a China) e dos países emergentes, como é o caso dos BRICs, é típico do processo de globalização e do período do capitalismo informacional, a centralização do conhecimento e do seu uso em variadas formas para manutenção do sistema capitalista, ou para ajustá-lo, quando necessário, nos países avançados e desenvolvidos.

Vários pensadores das Ciências Humanas e Sociais têm contribuído com reflexões sobre a temática da globalização e sua força transformadora do espaço, com abordagens que, em determinados momentos, complementam-se e, em outros, interpenetram-se. Dentre as interseções mais significativas dessas correntes de pensamento (e aqui não estamos falando de uma corrente ou escola de pensamento, apenas de aproximações ideológicas e teóricas), destacam-se o olhar temporal para a contemporaneidade do fenômeno da globalização (e sua aceleração nos últimos 20 ou 30 anos) e a tentativa de desconstruir uma ideia hegemônica, única, dominante e tendenciosa sobre a naturalidade e inevitabilidade do processo de globalização, como se esse tipo de integração mundial correspondesse a um processo natural e evolutivo.

A ideia que se generaliza e que não deve ser aceita sem uma análise crítica e cuidadosa é a de que a forma como a globalização se apresenta atualmente é o resultado final de um longo processo pelo qual toda a humanidade deve caminhar, em perspectiva evolutiva, sem alternativas até chegar às condições atuais, fruto de um processo natural. Será mesmo que ninguém conduz esse processo? Seria a globalização uma forma natural de organização da sociedade mundial?

Em outras palavras, a globalização, essa que Milton Santos chama de *expressão geográfica do capitalismo informacional*, é um processo ou uma forma recente de reorganização do espaço e da sociedade, e ela não é um processo inexorável e natural, pois existem gestores e decisões políticas e mercadológicas pensando nas diretrizes econômicas do mundo. Sobre isso, recomendo que você faça um estudo mais aprofundado sobre os Acordos de Bretton Woods (1944 – gerenciamento da economia internacional por parte dos países desenvolvidos) e Consenso de Washington (1989 – diretrizes de políticas econômicas).

Sendo assim, a globalização, especialmente sua forma contemporâ-

nea, não é o resultado natural ou espontâneo de todas as relações econômicas, comerciais, culturais, entre pessoas, países e empresas. Não há a “mão de Ricardo”, nem tão pouco a globalização pode ser considerada a única solução para as relações supracitadas. Ela é sim, uma prescrição, uma norma de conduta imposta pelo campo hegemônico dos países desenvolvidos aos países “subalternos”. Ela atua pela força do mercado, pela atuação das grande empresas multinacionais que solapam as bases dos Estados, fragilizando suas instituições, gerando o aumento das desigualdades entre os países. Desta forma, a globalização contemporânea não é consensual (Boaventura alerta para “rachas” dentro do próprio campo hegemônico tal a voracidade da elite financeira capitalista) e tampouco surgiu de forma natural, o que implica na refutação automática da ideia de inevitabilidade pregada pelo ideário neoliberal.

Atividade 2

Atende ao objetivo 2

1. Veja um trecho da música *Geração Coca-Cola*, da banda Legião Urbana. É possível fazer uma relação deste trecho da música com o tema estudado no item 2 desta aula. Você saberia explicar ou correlacionar esta parte da música com a temática apresentada?

Geração Coca-Cola

Quando nascemos fomos programados

a receber o que vocês

Nos empurraram com os enlatados

dos U.S.A., de 9 às 6

Desde pequenos nós comemos lixo

Comercial e industrial

Mas agora chegou nossa vez

Vamos cuspir de volta o lixo em cima de vocês

Somos os filhos da revolução

Somos burgueses sem religião

Somos o futuro da nação

Geração Coca-Cola

Legião Urbana

Resposta comentada

Sim, é possível fazer uma correlação. Quando o autor escreve: “Nos empurraram com os enlatados dos U.S.A., de 9 às 6”, há uma referência clara à imposição comercial por meio da indústria midiática norte-americana, com seu grande poder de penetração, influência e aculturação em todo o mundo. A própria referência de se reconhecer como pertencente à “geração Coca-Cola” explicita o papel que uma grande marca desempenha no modo de vida. Desde pequenos nós comemos lixo comercial e industrial”.

Conclusão

Como vimos, o capitalismo informacional e sua maior expressão, a globalização, estão ligados aos avanços técnico-científicos da Terceira Revolução Industrial. Mas você acha que a globalização é um processo de mão única? Vamos pensar sobre isso. Há uma dualidade de tais avanços que propiciam tanto a aceleração do processo produtivo capitalista, transformando o espaço local, a paisagem geográfica, quanto o surgimento de uma economia do conhecimento que, segundo Gorz, “*propende a ser um bien común*”, logo, um espaço de resistência, de inovação, de uma revolução informacional.

As redes sociais, uma das “filhas” mais impactantes dos avanços da informática e das telecomunicações, têm cumprido importante papel em revoluções por todo o mundo, proporcionando a reunião instantânea de interesses comuns e questionando políticas públicas ineficientes de governos por todo o planeta. É claro que a balança pende muito mais para os interesses do mercado global, do que para os interesses locais, pela forças coercitivas, culturais e militares, empregadas pelos gestores do dinheiro mundial. Mas, parafraseando David Harvey, cabe a todos aqueles que pensam em uma forma mais igualitária de organização do mundo, procurar e criar espaços de esperança.

Atividade final

Atende aos objetivos 1 e 2

1. Existe uma discussão nas Ciências Humanas e Sociais e, particularmente na Geografia, sobre o papel do Estado na organização econômica mundial. Uma corrente defende que chegamos ao período do fim dos estados nacionais (como atores decisivos no comércio mundial), já que são as empresas e o mercado que dominam as economias e regulam as transações financeiras. Outros pensadores permanecem apontando o Estado como fundamental, pois o Estado é a unidade territorial sobre a qual as atividades econômicas se desenvolvem.

Diante da discussão apresentada, analise as afirmações que seguem, marcando *verdadeiro* ou *falso* e justifique quando a sua escolha for *falso*:

a) O liberalismo do final do século XIX e começo do XX estão intimamente relacionados com o Estado forte e centralizador, que regula a economia.

() Verdadeiro

() Falso

Explique:

b) O neoliberalismo do final do século XXI está intimamente relacionado com o Estado forte e centralizador, que regula economia, pois é um modelo diferente com mais preocupação distributiva de renda.

() Verdadeiro

() Falso

Explique:

c) O neoliberalismo do final do século XXI tem produzido políticas de desregulamentação realizadas por determinados estados nacionais, seguindo uma cartilha financeira que tem, por exemplo, flexibilizado as leis trabalhistas, ou afrouxado os entraves para circulação de fluxos financeiros.

() Verdadeiro

() Falso

Explique:

d) A resposta à Crise de 1929 (crise do liberalismo) foi o New Deal, conjunto de ações político-administrativas do governo americano com forte presença do Estado como regulador da economia. A Crise de 2008, de caráter puramente especulativo, acabou por gerar um mesmo remédio, com a forte presença nos mesmos moldes do anos 1940 do século XX.

() Verdadeiro

() Falso

Explique:

e) Após a Segunda Guerra Mundial, foram criadas algumas instituições importantes do ponto de vista da gestão da economia mundial, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. Essas entidades são supranacionais, atuam tanto na mitigação dos efeitos negativos do sistema capitalista, como o desenvolvimento regional desigual, quanto no controle da política monetária de países subdesenvolvidos. Empréstimos eram concedidos mediante determinadas metas que deveriam ser cumpridas pelos países subdesenvolvidos. O Brasil passou por esse processo.

() Verdadeiro

() Falso

Explique:

Reposta comentada

a) *Falso* (o liberalismo está relacionado com o livre mercado, logo com um estado que interfira o mínimo possível nas relações econômicas).

b) *Falso* (o neoliberalismo é uma espécie de reedição do liberalismo clássico, em linhas gerais também pressupõe um estado mínimo para o seu desenvolvimento).

c) *Verdadeiro*.

d) *Falso* (A crise financeira de 2008 não provocou um retorno às polí-

ticas keynesianas de meados do século XX. Os bancos foram socorridos com bilhões de dólares pelo governos, a fim de evitar um crise sistêmica ainda maior. A ação foi pontual, mas nada estrutural foi modificado).

e) *Verdadeiro.*

Resumo

Capitalismo financeiro	Capitalismo informacional
Início ao final do século XIX	Início ao final do século XX
Segunda Revolução Industrial	Terceira Revolução Industrial
Monopólios e oligopólios, multinacionais	Avanço global demultinacionais
Liberalismo/Keynesianismo	Neoliberalismo
Fordismo	Produção flexível
Desenvolvimento/subdesenvolvimento	Desenvolvimento/Subdesenvolvimento
Financeirização do mundo (mercado)	Globalização (modo de vida)
Centralização e concentração de capitais	Maior centralização e concentração de capitais
Desenvolvimento regional desigual	Desenvolvimento regional desigual
Concentração industrial	Desconcentração industrial
Industrialização tardia	Desindustrialização no centros mais desenvolvidos
Crises financeiras e guerras mundiais	Crises financeiras mais frequentes
Crescimento dos bancos e instituições financeiras	Avanço global dos bancos e das empresas financeiras
Imperialismo e descolonização	Globalização (mídia)
Mundo bipolarizado EUA X URSS	Fim do socialismo – hegemonia capitalista
Dos anos 1930 aos1970.	A partir de 1970, intervenção do Estado na economia

Referências

BAUMAN, Zygmunt. **Capitalismo parasitário**: e outros temas contemporâneos. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

GEORGE, Pierre. **Geografia econômica**. São Paulo-Rio de Janeiro: DIFEL, 1976.

GORZ, André. **La salida del capitalism ya empezó**. *In*: Ecológica. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2011.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. Tra. de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. Trad. de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela. Gonçalves São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2006.

HOBBSBAWN, Eric J. **A era do capital: 1848-1875**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3 ed. 1982.

HUBERMAN, Leo. **A história da riqueza do homem**. São Paulo: Zahar, 1983.

KOCHER, B (Org.). **Globalização: atores, ideias e instituições**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.

MOREIRA, J. C; SENE, E. **Geografia Geral e do Brasil: espaço geográfico e globalização**. São Paulo: Scipione, 2004.

PIRES, Hindenburgo F. Desregulação financeira no capitalismo gestor de dinheiro: o endividamento dos EUA e das economias centrais. *Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2012, Vol. XVII, nº 963.

PIRES, Hindenburgo F. **“Ethos” e mitos do pensamento único global-totalitário**. São Paulo:Terra Livre, 2001.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria LauraMaria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Os processos da globalização. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **A globalização e as Ciências Sociais**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

TEIXEIRA, Francisco M. P.; TOTINI, Maria Elizabeth. **História econômica e administrativa do Brasil**. São Paulo: Editora Ática, 1991.

WALLERESTEIN, Immanuel. Mundialização ou era de transição? Uma visão de longo prazo da trajetória do sistema-mundo. *In*: CHESNAIS, François *et al.* **Uma nova fase do capitalismo?** São Paulo: Xamã, 2003.

Aula 5

Industrialização: processos e dinâmicas no capitalismo

Metas

Apresentar a importância dos processos relacionados à atividade industrial e suas relações com a produção do espaço e da sociedade; analisar os processos de industrialização, desindustrialização, localização e deslocalização e suas expressões territoriais no sistema capitalista.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer o papel fundamental do processo de industrialização na formação da sociedade e na estruturação do espaço, bem como compreender a dinâmica do processo de desindustrialização;
2. reconhecer os processos de localização e deslocalização das empresas como processos ligados à dinâmica do sistema capitalista, e suas relações socioespaciais.

Pré-requisitos

1. etapas de desenvolvimento do sistema capitalista;
2. revoluções industriais (séculos XVIIIe XIX);
3. papel da indústria na construção da sociedade atual.

Introdução



Figura 5.1: Charles Chaplin em *Tempos modernos*.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/Modern_Times_%28film%29

O filme *Tempos modernos*, de Charles Chaplin, é uma obra-prima do cinema, tendo como pano de fundo todas as transformações da sociedade durante o período de mecanização dos processos produtivos nas fábricas. O filme se passa nos anos 1930, auge da depressão econômica nos EUA.

Elementos como a velocidade da produção, a exploração do trabalhador, as desigualdades sociais, os movimentos grevistas, o desemprego, a submissão do trabalhador ao tempo produtivo nas fábricas e a mão-de-obra de reserva servem de base para a trama, que faz uma criativa e crítica síntese da sociedade industrial na primeira metade do século XX.

O que é exatamente indústria? Ao procurar o significado dessa palavra, você certamente encontrará uma variedade de informações, cuja base abrangerá termos como “atividade”, “execução de trabalho” e “produção” relacionados ao uso de máquinas e à transformação de matérias-primas em produtos ou mercadorias em série.



Figura 5.2: Trabalhadora operando máquina em fábrica de biscoitos na Inglaterra (1947).

Fonte: https://www.flickr.com/photos/twm_news/5715388625/ Tyne & Wear Archives & Museums

Na indústria, a máquina se diferencia de outros instrumentos já utilizados pelo homem, ao longo da história, em suas atividades econômicas. O machado, a foice, a inxada, o arado, a faca, a lança, o anzol e vários outros artefatos criados pelo ser humano para atuar na natureza foram importantes, mas todos eles prescindiam de autonomia, ou seja, embora facilitassem o trabalho executado pelo indivíduo, não o substituíam nessa execução. O machado certamente torna a ação de cortar uma árvore mais fácil e rápida, o que significa necessitar de menos homens para realizar a tarefa, mas o lenhador solitário estará integralmente envolvido nessa realização, pois o machado precisa da ação de seus músculos e da técnica de seus golpes para cortar a árvore. Quem corta a árvore é o homem, não o machado.

A máquina, responsável pela revolução industrial, ultrapassou essa fronteira. Ela não era apenas um instrumento que auxiliava no trabalho do homem; ela passava a executar o trabalho antes realizado por ele. A **Figura 5.1** demonstra uma trabalhadora operando uma máquina de biscoitos. Nenhum empregado da fábrica executa mais a tarefa de modelar os biscoitos, pois a máquina os substituiu nesse processo de execução de um trabalho específico. As máquinas, na indústria, possuem grande autonomia e precisam de poucos operadores. Por isso, representaram o aumento extraordinário da produção de mercadorias. Quem corta e modela o biscoito não é mais o homem, é a máquina.

A indústria, para o conceito que trabalharemos nesta aula, é essa ligada ao uso das máquinas no processo produtivo de bens e de mercadorias em série. Sob o ponto de vista da Geografia Econômica, sua importância é clara como um dos agentes do quadro econômico, da organização da sociedade e da construção do espaço.

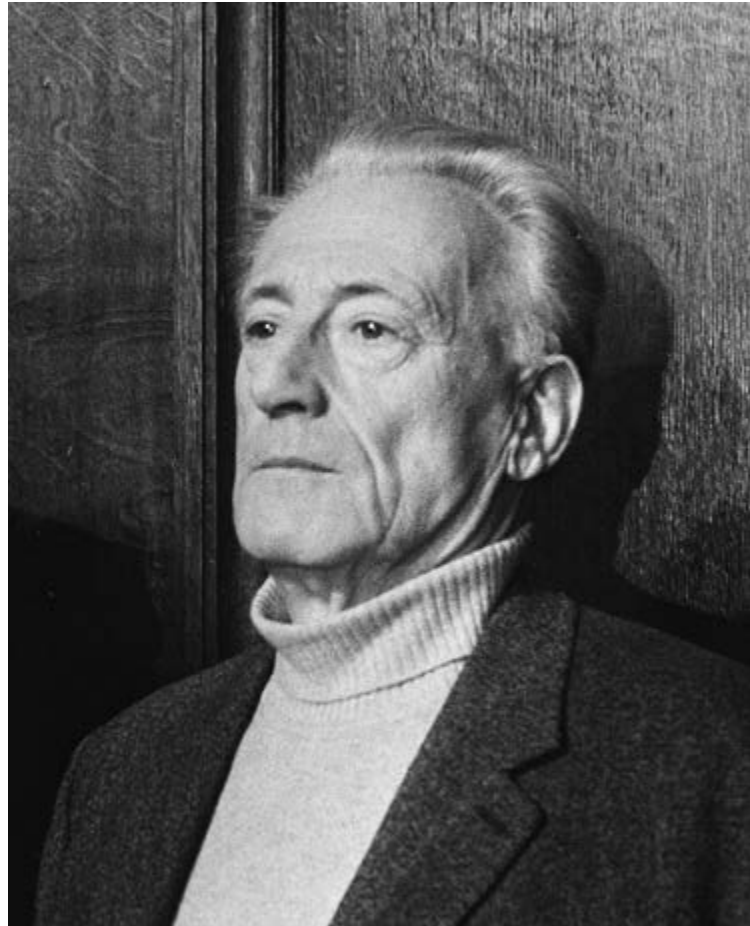
Compreenda que espaço e sociedade estão interligados naquilo que Henri Lefebvre denominou de “sociedade industrial”. Nesse sentido, a abordagem geográfica vai além da compreensão das transformações do espaço físico, ou seja, a localização e a distribuição das atividades industriais ou da formatação da cidade também analisam as estruturas e relações socioeconômicas que emergem do processo de industrialização, como o aparecimento de determinadas classes sociais, a dinâmica das relações trabalhistas, os movimentos da população, entre outras. Tais análises – espacial e socioeconômica – estão interligadas na análise geográfica, pois, nesta, partimos da concepção de que o espaço é produzido socialmente.



Henry Lefebvre foi um importante pensador francês que exerceu muita influência sobre a Geografia na segunda metade do século XX. Filósofo e sociólogo, entre as suas principais contribuições estão seus estudos sobre a organização do espaço e da vida urbana.

O processo de industrialização e sua relação com a formatação das cidades e da sociedade como um todo foi um dos temas investigados por Lefebvre, por meio de uma perspectiva histórica. Para o autor, a industrialização foi o grande motor do processo de urbanização nos séculos XIX e XX, dando origem às cidades

industriais e formatando as relações sociais desse período. Ainda segundo ele, a sociedade industrial seria uma etapa anterior ao advento da sociedade urbana atual.



Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Henri_Lefebvre

Industrialização/desindustrialização e localização/deslocalização, temas que abordaremos nesta aula, são processos e movimentos ligados às atividades industriais, que deixam marcas tanto no espaço quanto na sociedade.

Tabela 5.1: Desenvolvimento inicial dos tópicos da aula

Tópicos	Características	Definições básicas
Industrialização	Processo	Introdução de máquinas com maior autonomia no processo produtivo. Proliferação dos estabelecimentos industriais e das formas de produção em série. Novo paradigma em oposição ao modo de vida rural
Desindustrialização	Processo	Diminuição do número de estabelecimentos industriais no espaço. Diminuição da produção industrial
Localização	Movimento	Dinâmica da escolha da implantação de uma indústria ou fábrica em determinado local
Deslocalização	Movimento	Dinâmica da mudança da implantação da indústria ou fábrica do local original para outro

Industrialização e desindustrialização

A Geografia Econômica procura interpretar como se dá a distribuição das atividades econômicas no espaço, como elas se organizam e influem tanto no espaço físico quanto no modo de vida. Nesse sentido, a análise da ação dos agentes econômicos é essencial. Certamente, ao longo dos últimos séculos, nenhum agente econômico teve mais potencial para modelar o espaço que a indústria, e, por consequência, nenhum processo foi mais vigoroso na reestruturação socioespacial que a industrialização.

Analisando o **sistema-mundo**, tivemos a industrialização clássica, aquela ocorrida em países da Europa (Inglaterra, Alemanha, Bélgica, França, Itália, entre outros), nos EUA e no Japão, a partir do século XIX.

Posteriormente, tivemos uma nova onda de industrialização, denominada tardia, que ocorreu em países periféricos no século XX. Ela se deu de forma mais vigorosa a partir do pós-Segunda Guerra Mundial e consistiu num processo de industrialização com forte presença do Estado, como foram os casos do Brasil, da Argentina e do México, entre outros países, definidos como “em vias de desenvolvimento”. Muitos livros didáticos dos anos 1970 e 80 definiam o Brasil como país em vias de desenvolvimento. Você se lembra disso ou conhece alguém que lembra?

Sistema-mundo

Teoria que parte da análise do cenário mundial como sistema, ou seja, segundo ela, as partes do todo não podem ser percebidas isoladamente. Parte, também, da perspectiva histórica do capitalismo de longa duração. O conceito de sistema-mundo é distinto do conceito de globalização, fenômeno surgido mais recentemente. Immanuel Wallerstein é um dos mais importantes teóricos do sistema-mundo.



Figura 5.3: Livro sobre “50 anos em 5”, política desenvolvimentista do Governo JK no Brasil, e charge publicada em 1956 no jornal Última Hora, criticando o acelerado investimento na industrialização e modernização do país, em detrimento das esferas sociais.

Fonte: <http://cinquentaemcinco.blogspot.com.br/2009/11/principais-acoes-politicas.html>

Cada país possui a sua história, sua geografia, seu nível de desenvolvimento técnico e sua especificidade cultural. Isso significa que o processo de industrialização ocorre de forma diferenciada em cada um deles. Mas, em linhas gerais, atualmente, podem-se distinguir dois grupos de países sob o ponto de vista do desenvolvimento econômico e industrial, o que tem sido discutido como o conflito Norte-Sul. Veja a **Figura 5.4**.



Figura 5.4: Conflito Norte-Sul: discursos hegemônicos de superioridade econômica.

Verifique que a divisão entre Norte e Sul não é geográfica apenas (ou seja, aquela marcada pela linha do Equador), mas, sim, uma divisão econômica e social, que retrata a presença de países desenvolvidos e industrializados ao Norte e a de subdesenvolvidos ao Sul.

As diferenças econômicas e sociais dentro do sistema-mundo resultaram em classificações comparativas, obviamente, partindo dos países industrializados e desenvolvidos. Logo, estes representam o *centro*, enquanto os outros, a *periferia*. Há, portanto, uma relação de oposição, recriada em termos como: *Primeiro Mundo X Terceiro Mundo, desenvolvidos X subdesenvolvidos, ricos X pobres* e, finalmente, *Norte X Sul*.



Os termos *Primeiro* e *Terceiro Mundo* possuíam também um sentido geopolítico. O Primeiro Mundo era composto pelas potências industrializadas ocidentais, o Segundo, pelos países socialistas e o Terceiro, pela América Latina e pela África. Com a queda do socialismo, os termos caíram em desuso, embora ainda sejam utilizados. A tensão ou conflito Norte-Sul, de certa maneira, substituiu as tensões ideológicas e políticas do antigo conflito Leste-Oeste. As tensões, agora, são predominantemente econômicas e sociais, e estão inseridas no sistema capitalista, atualmente hegemônico no mundo.



A divisão econômica entre Norte e Sul é percebida na composição do G7, grupo dos sete países mais industrializados e economicamente mais fortes do planeta. Ele é formado por EUA, Canadá, Itália, Inglaterra, França, Japão e Alemanha. O G7 norteia a política econômica e financeira mundial.



Figura 5.5: Reunião do G7 com o representante da Comunidade Europeia (março de 2014, Haia).

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:G7_in_het_Catshuis.jpg

De uma forma geral, a industrialização clássica dos países europeus proporcionou a estes, em comparação com os países de industrialização tardia: alcançar níveis mais elevados de industrialização, de avanços científicos e tecnológicos, de autonomia (reduzindo as possibilidades de dependência externa), de especialização da mão de obra e de desenvolvimento do mercado consumidor.

O inicial protagonismo europeu, norte-americano e, posteriormente, japonês no processo de industrialização acabou também por proporcionar a esses países vivenciar o processo de urbanização mais cedo, com desenvolvimento mais equilibrado e, atualmente, sedimentado. Veja, na **Figura 5.6**, como a concentração das luzes aponta para as cidades mais urbanizadas do mundo. Repare como EUA, Europa Ocidental e Japão se destacam no mapa.



Figura 5.6: Mapa noturno: urbanização no mundo (2006).

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:World_Night_Lights_Map.jpg (Autoria: NASA and/or the US Geological Survey. Processed by TerraPrints Inc)

Esse mesmo protagonismo permitiu que os países europeus, além dos EUA e do Japão, desenvolvessem suas infraestruturas básicas mais cedo que os demais. O processo de industrialização requer a preparação do espaço físico, ou seja, de um *complexo infraestrutural* que garanta o funcionamento do empreendimento industrial: estradas, ferrovias, rede elétrica, sistema de abastecimento de água, rede de esgoto, pontes, sistema de telecomunicações, túneis, aeroportos, portos, oleodutos e gasodutos.

Esses países implantaram desde cedo suas indústrias de base (também conhecidas como pesadas), como a siderurgia ou metalurgia, sem as quais não seria possível a produção de equipamentos e insumos para outras indústrias, como as intermediárias (peças e equipamentos) e as leves (bens de consumo).

Isso obviamente significou transformações no modo de vida de seus cidadãos. Nesses países, o êxodo rural ocorreu mais cedo, a população migrou dos campos para as cidades na busca de melhores condições de vida e oportunidade de emprego nas fábricas, as cidades tornaram-se maiores e o modo de vida urbano industrial superou o modo de vida rural.

A relação do homem com o tempo passou a ser norteadada pelo tempo da produção industrial, cada vez mais acelerada, e pelos relógios das fábricas. E sua relação com o espaço, pela morfologia industrial das cidades e pelos avanços tecnológicos que revolucionaram principalmente os meios de transporte e comunicação. Houve melhora no nível de instrução da população e amadurecimento das organizações sindicais. Mas a sociedade industrial também apresentava desemprego, crescente desigualdade de renda, concentração de capitais e de serviços em determinadas regiões, em detrimento de outras.

Já nos países de industrialização tardia, todos esses processos ocorreram de forma acelerada, principalmente a partir dos anos 1950 e 60, com ajuda do planejamento estatal. As cidades cresceram rapidamente e de forma desordenada. O parque industrial aumentou e se diversificou, a população urbana superou a rural, com a chegada dos imigrantes às cidades, em virtude da mecanização do campo. No entanto, o desenvolvimento da infraestrutura não acompanhou esses movimentos acelerados, tanto no que tange ao sistema produtivo (estradas, rede ferroviária inexpressiva, portos obsoletos etc.), quanto ao social (analfabetismo, falta de moradia, precários serviços coletivos de água, esgoto, transporte, energia elétrica, saúde etc.).

Sistemas de produção e a reestruturação produtiva

O grande avanço da industrialização no século XX esteve relacionado à implementação dos sistemas de produção adotados nas fábricas. A destacar o *taylorismo* e, principalmente, o *fordismo*.

Implementado ainda no século XIX, o *taylorismo* passou a empregar a ciência na produção, visando otimizá-la através da análise do processo produtivo. Baseado, principalmente, na divisão de tarefas de trabalho dentro da fábrica e na consequente especialização do empregado, o sistema de produção taylorista modificava o padrão do funcionamento das fábricas, que, até então, não investiam no planejamento, não dedicavam atenção ao controle produtivo, e nem mesmo procuravam oferecer condições ideais de trabalho e alimentação, tampouco incentivos aos trabalhadores por produção.

Já o *fordismo* tinha como base a standardização (criação de um padrão, modelo único) e a produção em massa de mercadorias. Seus objetivos eram baixar custos de produção, baratear o preço final e alcançar o maior número de consumidores. A grande inovação do fordismo foi a linha de montagem, que proporcionava aos empregados desempenharem tarefas relativamente simples, sem maior necessidade de capacitação, presos apenas às suas etapas de produção. A velocidade dessa produção era a chave do processo.



Figura 5.7: Linha de montagem, Detroit, 1947.

Fonte: <https://carrosantigos.wordpress.com/tag/linha-de-montagem-de-carros-antigos/>

O sistema fordista, iniciado com a fabricação de automóveis, transformou-se em padrão de produção no capitalismo industrial do século XX, sendo largamente difundido para vários setores da atividade industrial. Sua influência foi tão grande, que o fordismo passou a representar um período de análise para as ciências humanas e sociais, não apenas um sistema de produção, mas um conjunto de referências relacionadas ao modo de produção capitalista predominante até os anos 1970.

Do funcionamento da fábrica, passando pelas questões de regulação das leis trabalhistas, até o modo de vida de maneira geral, o fordismo predominaria como célula do sistema capitalista até a crise econômica que se instalaria no mundo nos anos 1970. Quando se rompe o paradigma fordista, inicia-se um período de reestruturação produtiva, baseada na produção flexível (toyotismo) e na desregulamentação de todo o arcabouço legal de um Estado até então assistencial e controlador da economia.

É importante lembrar que o período de auge do fordismo esteve ligado a um longo período de prosperidade econômica (1945-1970) – fase da *política de bem-estar social (Welfare State)* –, tendo sido substituído por um novo sistema de produção em ascensão, o toyotismo, baseado na produção e na mão de obra flexíveis, sob demanda do mercado. O toyotismo teve início na década de 1960, mas seu sistema de produção se estabeleceu como modelo mais adequado ao processo de reestruturação

produtiva, ocorrido a partir da década de 1970, quando o paradigma fordista declinou. O toyotismo passava a ser o sistema de produção modelo do pós-fordismo. Veja a **Figura 5.8**.

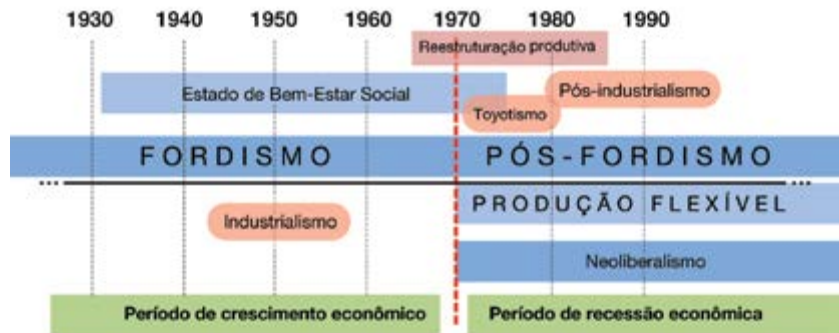


Figura 5.8: Reestruturação produtiva. Mudança de paradigma econômico e social nos períodos de fordismo e pós-fordismo.

No rastro dessas mudanças, surgem as teorias sobre a desindustrialização. A reestruturação produtiva implica na reestruturação do sistema industrial fordista e na própria reestruturação do território. Uma nova estrutura espacial das atividades industriais surge com a alteração nos pesos das participações dos setores industriais clássicos na economia (ocorre, paralelamente a isso, uma ascensão do setor terciário ou de serviços). O surgimento de novos espaços industriais voltados para serviços ultraqualificados e de autotecnologia (financeiros, informática, telecomunicações, pesquisas científicas), normalmente dominado por pequenas e médias empresas, conviveu com o declínio das atividades industriais de regiões tradicionais (siderúrgica, automobilística, têxtil), tanto em escala regional quanto no sistema-mundo.

Nesse sentido, o processo de desindustrialização tem várias explicações ou causas, algumas das quais listamos a seguir. Não são as únicas e não correspondem a um padrão fixo, podendo surgir isoladamente ou estar relacionadas. Veja algumas relações nas **Tabelas 5.2 e 5.3**.

Tabela 5.2: Desindustrialização – algumas dinâmicas

Resultados	Provocada por	Causas
Fechamento das fábricas	Aumento da competitividade internacional (mais barato importar do que produzir)	Fraca competitividade das empresas de alguns países
Encerramento de algumas etapas de produção das fábricas	Terceirização de etapas do processo produtivo (mais barato comprar o serviço do que sustentar o custo de sua produção dentro da empresa)	Melhor adaptação de pequenas e médias empresas, mais ágeis e flexíveis (relações trabalhistas menos onerosas e precárias), ao modelo de produção flexível
Fechamento das fábricas e/ou redução da produção industrial	Migração de capital da cadeia produtiva (investimento em indústrias) para o sistema financeiro (capital especulativo)	Financeirização do sistema; ascensão do capital especulativo, desregulamentação da economia, neoliberalismo
Deslocalização das fábricas para outras áreas (nacionais ou internacionais)	Busca por novas áreas que ofereçam maiores incentivos (isenção fiscal, por exemplo) e legislações mais flexíveis, além de mão-de-obra mais barata; possível relação com a proximidade ao mercado consumidor-alvo	Instalação de fábricas em regiões tradicionais, ainda baseadas na antiga estrutura legal, com organização sindical sedimentada; tendência à perda de competitividade no pós-fordismo; ausência de organização dos trabalhadores nas novas áreas
Saída das fábricas das grandes metrópoles para áreas periféricas dentro do país	Políticas governamentais com finalidade de diminuir a concentração de capitais nas grandes metrópoles e mitigar os efeitos do desenvolvimento regional desigual	Sem a ação do Estado, tendência do capital a se concentrar onde já há estrutura para o seu desenvolvimento, gerando um ciclo crescente de desigualdade econômica entre regiões dentro de um mesmo país

Tabela 5.3: Desindustrialização – algumas dinâmicas com exemplos

Resultados	Provocada por	Exemplos
Fechamento das fábricas	Aumento da competitividade internacional (mais barato importar do que produzir)	“Philips fecha fábrica e demite 500 funcionários no Recife. Empresa holandesa transfere produção para China e Europa; para funcionários, fechamento é ‘fim de um sonho’, às vésperas do Natal” (Fonte: http://economia.ig.com.br/empresas/industria/philips-fecha-fabrica-e-demite-500-funcionarios-no-recife/n1237856249509.html)
Encerramento de algumas etapas de produção das fábricas	Terceirização de etapas do processo produtivo (mais barato importar produtos ou contratar serviços do que sustentar seus custos dentro da empresa)	“Fábrica de plástico deixa de produzir e importa da China. Muitos transformadores de plástico já deixaram de produzir e resolveram importar produtos já acabados da China, por conta dos aumentos do preço da resina termoplástica brasileira. A Mueller, que estima transformar 22 mil toneladas de plástico este ano, não chegou a tanto, mas já sente que a sua carteira de clientes, recheada de multinacionais, tem preferido comprar produtos já prontos no mercado externo. A falta de competitividade do setor trouxe mais um reflexo do poder mercadológico dos baratos produtos chineses”(Fonte: http://ie.org.br/site/noticias/exibe/id_sessao/4/id_noticia/806/F%C3%A1brica-de-pl%C3%A1stico-deixa-de-produzir-e-importa-da-China)
Fechamento das fábricas e/ou redução da produção industrial	Migração de capital da cadeia produtiva (investimento em indústrias) para o sistema financeiro (capital especulativo)	“Setor bancário lucra R\$ 37 bi no ano e lidera ranking no Brasil. O setor bancário, com 23 empresas, é o que mais lucrou no acumulado deste ano, na comparação com 2010, segundo levantamento entre companhias de capital aberto divulgado pela consultoria Economatica nesta terça-feira. O setor financeiro registrou ganhos de R\$ 37,2 bilhões nos nove primeiros meses do ano, ante R\$ 31,8 bilhões no ano passado – um crescimento de 17%” (Fonte: http://economia.terra.com.br/noticias/noticia.aspx?idNoticia=201111221346_TRR_80515755)
Deslocalização das fábricas para outras áreas (nacionais ou internacionais)	Busca por novas áreas que ofereçam maiores incentivos (isenção fiscal, por exemplo) e legislações mais flexíveis, além de mão-de-obra mais barata. Possível relação com a proximidade ao mercado consumidor-alvo	“Ford fecha fábrica e ameaça economia de pequena cidade belga. Fechamento da unidade que empregava 4.300 pessoas vai custar caro para a montadora, que sofre com um mercado consumidor de carros cada vez mais decadente na Europa” (Fonte: http://economia.ig.com.br/empresas/2013-11-24/ford-fecha-fabrica-e-ameaca-economia-de-pequena-cidade-belga.html)
Saída das fábricas das grandes metrópoles para áreas periféricas dentro do país	Políticas governamentais com finalidade de diminuir a concentração de capitais nas grandes metrópoles e mitigar os efeitos do desenvolvimento regional desigual	“Londrina quer criar um Tecnopolo nos moldes do Tecnoparque de Curitiba. A cidade de Londrina estuda a criação de um polo de inovação e transferência de tecnologia, nos mesmos moldes do Tecnoparque de Curitiba. De acordo com o diretor técnico da Agência Curitiba, Alexandre Cordeiro, em um ano e meio de implantação do projeto do Tecnoparque, 102 empresas já assinaram compromissos para instalação na cidade. Elas devem investir cerca de R\$ 162 milhões e gerar 13,2 mil empregos diretos. Segundo o prefeito de Londrina, Barbosa Neto, o modelo implantado em Curitiba também servirá de exemplo para o Tecnopolo de Londrina”(Fonte: http://www.agenciacuritiba.com.br/publico/noticia.aspx?codigo=206)

Você pôde perceber como são variados os mecanismos do processo de desindustrialização e como essa dinâmica interfere nas relações de trabalho e no próprio território. Seja na escala regional ou global, a geografia das indústrias passou por uma transição que reconfigurou as divisões social e internacional do trabalho, construiu novos espaços produtivos, refuncionalizou espaços tradicionais e solapou antigas estruturas socioeconômicas. O próprio conceito de indústria no final do século XX parece estar em mutação. O indicativo atual aponta para a força do setor de serviços como motor da economia, em substituição ao industrialismo.

A **Figura 5.9** traz o Vale do Silício, na Califórnia, que é a expressão territorial mais conhecida e estudada de reestruturação produtiva, produção flexível e criação de novos espaços para recebimento de empresas ligadas a pesquisa e tecnologia, que, por sua vez, trabalham em conexão com estudos desenvolvidos nos centros universitários. Trabalhadores altamente qualificados (classe criativa), morando em cidades com alto padrão de qualidade de vida, arquitetura e serviços diferenciados, acabam gerando um novo tipo de concentração. Nesse sentido, a desindustrialização pode ser percebida pelo abandono das áreas industriais tradicionais, com o fechamento de fábricas, por exemplo, e/ou pelo declínio ou enfraquecimento das atividades industriais nessas áreas, havendo diminuição da produção. Veja também a **Figura 5.10**.



Figura 5.9: Visão geral das empresas mais importantes do Vale do Silício, Califórnia - EUA.

Fonte: Samykolon (Own work) [CC-BY-SA-3.0 (<http://creativecommons.org/licenses/by-sa/3.0>)], via Wikimedia Commons



Figura 5.10: Expressões morfológicas distintas na mudança de paradigma produtivo nos EUA. a) Escritório da AOL no Vale do Silício, EUA, 26 de abril de 2008. Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File%3AAOL_Silicon_Valley_office.jpg. Autor: Coolcaesar. b) Antigo edifício industrial, Springfield, EUA, setembro de 2011. Fonte: <http://commons.wikimedia.org/wiki/File%3ACrowell-Collier-Springfield-OH.jpg>

Atividade 1

Atende ao objetivo 1

1. Na segunda metade do século XX, muitas fábricas dos países centrais fecharam suas portas. Algumas sucumbiram à falta de competitividade (caso A), outras transferiram suas atividades para países periféricos (caso B).

Escolha uma possível causa para o ocorrido no caso A (use os termos “reestruturação produtiva” e “produção flexível” em sua resposta). Posteriormente, escolha possíveis motivos para o ocorrido no caso B (use os termos “custos de produção elevados” e “mão de obra barata” em sua resposta).

2. Associe os termos que seguem ao período do sistema de produção fordista e ao período de produção flexível:

- a) produção de mercadorias em massa: _____;
 - b) resultante da reestruturação produtiva: _____;
 - c) inovação, pesquisa e desenvolvimento científico: _____
_____;
 - d) mão de obra especializada em tarefas repetitivas: _____
_____;
 - e) mão de obra qualificada e flexível: _____;
 - f) terceirização de etapas da produção do processo produtivo: _____;
 - g) tecnopolos fora das metrópoles: _____;
 - h) criação de distritos industriais em várias regiões: _____
_____;
 - i) Vale do Silício, na Califórnia: _____;
 - j) região do ABC, em São Paulo: _____;
 - k) pequenas e médias empresas e prestação de serviços: _____
_____;
 - l) serviços (terciário) como motor da economia: _____
_____;
-
-
-
-
-
-
-
-
-
-
-
-
-
-
-
-
-
-
-
-
-

Resposta comentada

1. Caso A: A fábrica não sobreviveu à reestruturação produtiva, perdendo competitividade em relação às novas empresas que adotaram o modelo de produção flexível.

Caso B: Para fugir dos custos de produção de suas regiões originais, com despesas com pessoal e impostos, algumas fábricas migram para regiões que oferecem maiores facilidades, principalmente, mão de obra barata.

2. Produção fordista: a, d, h, j. A produção em massa e a mão de obra especializada possibilitam o aumento da produção. Políticas públicas são implementadas contra a concentração das atividades industriais nas grandes cidades, visando à criação de distritos industriais. A região do ABC é um grande polo industrial do Brasil. As primeiras montadoras de automóveis chegaram nos anos 1950.

Produção flexível: b, c, e, f, g, i, k, l. Surge a partir da reestruturação produtiva nos anos 1970, baseada na inovação, na tecnologia e na utilização de empregados qualificados em relações de trabalho flexíveis. Visa minimizar custos através da terceirização de parte da produção. Ocasionalmente fuga das metrópoles para áreas mais desreguladas; é o caso do surgimento dos tecnopolos, como o Vale do Silício, na Califórnia. A predominância das pequenas e médias empresas articuladas em redes de prestação de serviços especializados passa a elevar o setor de serviços ao protagonismo na economia.



Localização e deslocalização



Figura 5.11: Fatores locais.

O estudo das dinâmicas que envolvem as atividades industriais perpassa, de forma importante e, pode-se mesmo dizer, obrigatória, pelos fatores locacionais, ou seja, pelo conjunto de fatores que leva determinada empresa a se instalar em determinado local.

Da mesma forma, compreender os fatores que levam determinadas empresas a se deslocarem em busca de novos espaços para permanecerem competitivas se faz muito importante.

Em ambos os casos, tanto no ato da localização escolhida, quanto no caso da deslocalização, as consequências territoriais são significativas e variadas. Esses dois movimentos possuem motivações diversas. Cada país, em determinadas fases de sua história, num determinado grau de seu desenvolvimento técnico, cultural e social apresenta um contexto dentro do qual a localização e a deslocalização das atividades industriais ocorrem.

Nos momentos iniciais da industrialização, a proximidade das fontes de matéria-prima era o principal fator locacional. Principalmente o carvão, utilizado para alimentar as máquinas a vapor. Com a evolução dos transportes, a melhoria das infraestruturas em geral e a possibilidade de novas fontes energéticas, como o petróleo, estarem próximas à matéria-prima, o carvão deixou de ser tão fundamental como no início do processo de industrialização.

Como podemos perceber na **Figura 5.11**, existem outros fatores locacionais que interferem na distribuição territorial das atividades industriais. A mão de obra barata é, sem dúvida, um desses principais fatores. Nos anos 1980, houve a ascensão de algumas economias asiáticas, como a Coreia do Sul e Singapura. Esses países promoveram a atração de várias empresas em seus territórios, pois ofertavam mão de obra muito barata, além de isenções de impostos e infraestrutura pronta. Ficaram conhecidos como os Tigres Asiáticos. Esse movimento em escala global, de concorrência entre países para atrair capital estrangeiro, também ocorre entre regiões, estados e municípios dentro de um mesmo país.

Essa luta por investimento externo foi denominada por Milton Santos de **guerra de lugares**, sendo referida com mais frequência em telejornais e na mídia impressa como *guerra fiscal*. A principal bandeira sustentada pelos tomadores de decisão desses lugares para oferecer tamanhos incentivos é a geração de empregos.

Guerra de lugares

Termo que faz referência às disputas entre municípios, estados, regiões e mesmo países, por investimentos, como o recebimento de uma montadora de automóveis, por exemplo. Para atrair companhias internacionais, esses lugares entram em verdadeiros leilões, ofertando a elas a maior quantidade possível de facilidades, como isenção fiscal, doação de terrenos e o preparo de infraestrutura prévia.



Guerra de lugares – Notícias

“Rio aumenta incentivo para ficar com a Nissan

Estado supera desconto de ICMS oferecido pelo Paraná.

(...), o governo fluminense ofereceu incentivos que ‘nenhum outro Estado poderia conceder no momento’. A engenharia de benefício tributário arquitetada para atrair a empresa envolveria não só a concessão do diferimento no recolhimento do ICMS por alguns anos, mas a transformação dessa dívida em títulos recebíveis, que no futuro seriam comprados pela própria Nissan, com grande desconto – o que na prática significaria a isenção de boa parte do imposto devido. (...)”

(Fonte:<http://www.automotivebusiness.com.br/noticia/11795/rio-aumenta-incentivo-para-ficar-com-a-nissan>).

“Incentivo fiscal para fábrica da Ambev é aprovado em Uberlândia.

Cidade receberá uma das maiores fábricas de cerveja do mundo.

Durante a obra, serão gerados dois mil empregos.

A Câmara Municipal de Uberlândia aprovou nesta quarta-feira (15) o projeto de lei que concede à Companhia de Bebidas das Américas (AmBev) o incentivo fiscal durante a construção de sua fábrica na cidade. Para atrair a empresa, a Prefeitura ofereceu isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e desconto de 75% no Imposto sobre Serviços (ISS) durante cinco anos”

(Fonte:<http://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/2013/05/incentivo-fiscal-para-fabrica-da-ambev-e-aprovado-em-uberlandia.html>).

Esse enorme leque de facilidades oferecido pelos lugares em busca de investimentos para dinamizar sua economia e gerar empregos, através da instalação de empresas em seu território, é extremamente vantajoso

para as empresas, mas pode não garantir uma retribuição na mesma proporção ao lugar e a seus habitantes. Caso não haja mão de obra local qualificada, ocorrerá o deslocamento de trabalhadores de outras regiões. A instalação de uma grande empresa, caso não seja conduzida com o correto planejamento, pode: alterar o valor do solo urbano, fazer aumentar o custo de vida, aumentar a desigualdade de renda, provocar o crescimento desordenado da cidade, gerar o aumento da violência.

Sendo assim, parece ser possível relacionar as transformações da dinâmica industrial, a reestruturação produtiva e a conseqüente sedimentação do modo de produção flexível ao aumento do movimento de deslocalização das empresas. Veja a **Figura 5.12**.

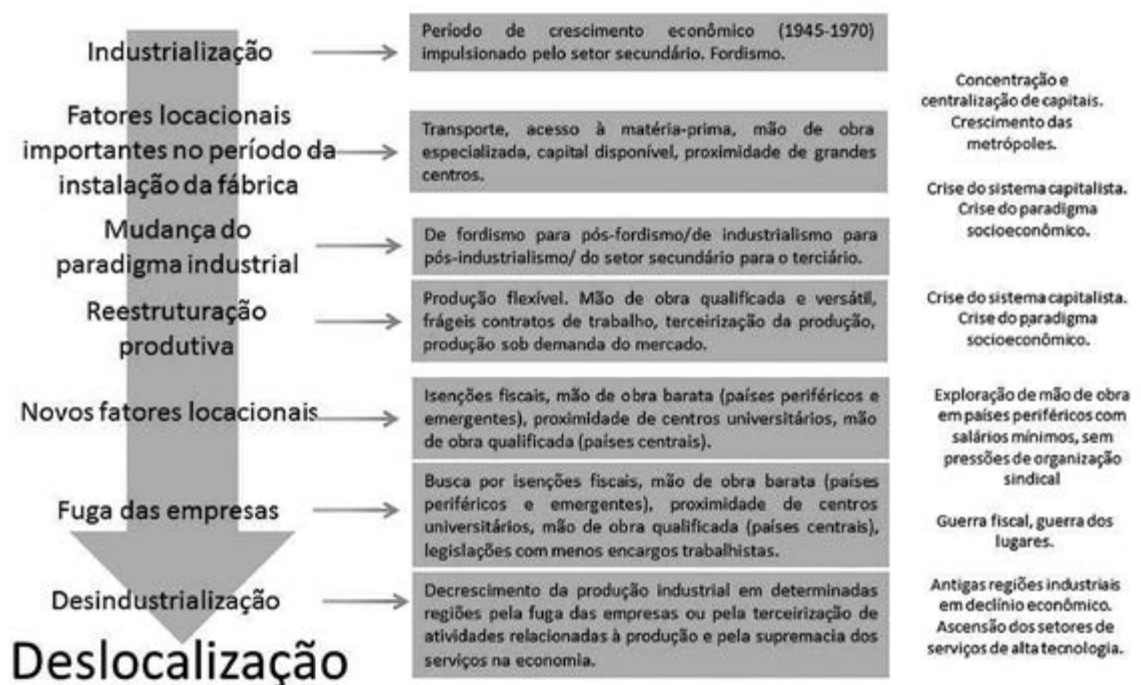


Figura 5.12: Esquema de relações em torno do desenvolvimento industrial: século XX.

Atividade 2

Atende ao objetivo 2

Pesquise na internet casos de empresas que se deslocaram em busca de melhores condições de lucro e faça um paralelo com a precariedade das condições de trabalho e os baixos salários apresentados por elas na periferia do sistema mundial.

Resposta comentada

São vários os exemplos que poderíamos citar. Há casos clássicos de empresas de material esportivo e da indústria têxtil, em especial na América Latina e na Ásia. Ao pesquisar pelas notícias, preste especial atenção às referências feitas ao custo da mão-de-obra e às condições de trabalho, como falta de segurança, trabalho infantil e jornadas de trabalho excessivas.

Conclusão

Para concluir, vale esclarecer a diferença entre alguns termos utilizados ao longo da Aula 5, que são centrais. Nesta aula, você esteve em contato com os termos *fábrica*, *indústria*, e *empresa*. Normalmente, a *fábrica* é a instalação, a unidade industrial onde a produção efetivamente se realiza (ex: “a fábrica da GM, em Gravataí”). *Indústria* é um termo mais amplo, geral, que representa não só o processo de transformação e produção como um todo (ex: “A indústria brasileira está aquecida.”), como um segmento (ex: “a indústria automobilística”). A *empresa* é a parte de comércio e negócios. Você se lembra das aulas anteriores, quando falamos sobre o processo de centralização de capitais e da fusão de empresas? Então, há fusão de empresas, mas não de fábricas, por exemplo.

Na industrialização, houve aumento do segmento indústria e, é claro, das fábricas (ou de sua produtividade). As empresas acompanhavam

esse movimento, mas algumas se tornaram tão grandes, que passaram a centralizar a gestão de vários segmentos industriais e de suas fábricas.

A desindustrialização descolou um pouco essa relação direta, pois o segmento indústria pode sofrer retração, sem que com isso as fábricas fechem (pode ocorrer a diminuição da produção, apenas). Por outro lado, fábricas podem fechar, sem que com isso as empresas, que em muitos casos são verdadeiros conglomerados, encerrem suas atividades.

Em relação à localização e à deslocalização, há uma distinção recente, relacionada à divisão internacional do trabalho ocorrida em tempos atuais. Essa divisão se baseia na concentração de serviços altamente especializados em locais (especialmente financeiros) situados em cidades dos países desenvolvidos e na produção de mercadorias propriamente ditas concentradas na periferia do sistema mundial. Neste caso, as sedes das empresas, por representarem a parte comercial, se deslocaram para os centros financeiros globais (Londres, Nova York, Singapura, Tóquio, Frankfurt, Zurique), enquanto as unidades de produção, ou seja, as fábricas se deslocaram em direção ao centro e à periferia (Américas Central e do Sul, e Ásia). A indústria surge como a representação de um segmento que possui laços nos dois lados do conflito Norte-Sul. É a forma de ocupação multiespacial das grandes corporações internacionais ou globais.

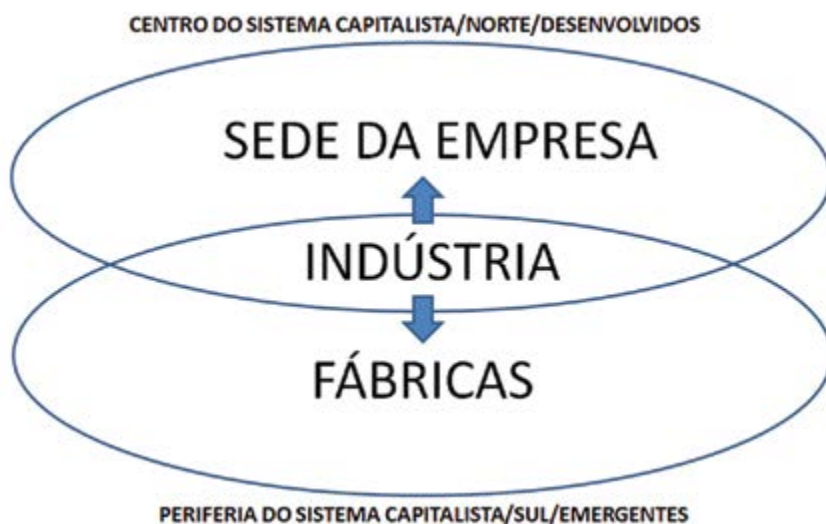


Figura 5.13: A indústria, a empresa e a fábrica: o lugar de cada uma no sistema capitalista globalizado.

Atividade final

Atende aos objetivos 1 e 2

O processo de industrialização foi a mola mestra do capitalismo durante grande parte dos últimos dois séculos. Não seria exagero, portanto, que, mesmo superado por novas formas de produção, suas marcas ainda estivessem presentes no espaço, através da permanência de estruturas físicas que lhe deram suporte, bem como na estrutura social, em particular, na resistência à desregulamentação de leis de proteção aos trabalhadores. Dê exemplos desses dois casos, herança espacial e social do processo de industrialização, na sociedade urbano-industrial.

Reposta comentada

Herança na estrutura espacial: surgimento de metrópoles e megalópoles; sistemas de infraestrutura (rodovias, ferrovias); distritos industriais; vilas operárias; portos, urbanização.

Herança na estrutura social: CLT; organização sindical; politização das questões trabalhistas, uso do automóvel; desigualdades de renda; desordem urbana; desruralização; modo de vida urbano, grandes aglomerações humanas.

Resumo

O processo de industrialização também pode ser citado como destruidor das bases da sociedade rural. Seguindo a mesma lógica, a desindustrialização pode ser vista como processo reativo à crise do modelo urbano-industrial dos anos 1970. Desse momento em diante, houve uma gradual transformação na valorização dos fatores locacionais, tanto

para as sedes das empresas, quanto para as instalações de unidade produtivas. A divisão internacional do trabalho reflete os destinos polarizados. A deslocalização passa a ser orientada pela busca de novos espaços, livres das estruturas legais e antiliberais. O atual modelo de produção e de acumulação flexível se estabelece na rasteira da reestruturação produtiva.

Referências

- BAUMAN, Zygmunt. **Capitalismo parasitário e outros temas contemporâneos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- GEORGE, Pierre. **Geografia econômica**. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1976.
- HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. Trad. de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- _____. **Espaços de esperança**. Trad. de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela. Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- _____. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2006.
- TAVARES, Hermes Magalhães. Papel do Estado nos processos de reestruturação do espaço industrial. *In: ENCONTROS NACIONAIS DA ANPUR*, 5, 1993, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte, 1993, p.795-804. Disponível em: <<http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/1535/1512>>. Acesso em: 5 dez. 2014.
- HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. São Paulo: Zahar, 1983.
- KOCHER, Bernardo (Org.). **Globalização: atores, ideias e instituições**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.
- LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- LEMA, Paula Bordalo; TEIXEIRA, José Afonso. Desindustrialização. Reindustrialização. Terciarização. *In: Revista da FCSH*, Lisboa, p. 75-88, 1988. Disponível em: <<http://run.unl.pt/handle/10362/5372>>. Acesso em: 5 dez. 2014.
- PIRES, Hindenburgo Francisco. Desregulação financeira no capitalismo gestor de dinheiro: o endividamento dos EUA e das economias centrais. **Biblio 3W**: revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales, Barcelona, v. 17, n. 963, 2012. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/b3w-963.htm>>. Acesso em: 29 dez. 2014.

_____. **“Ethos” e mitos do pensamento único global totalitário.** Terra Livre, São Paulo, v. 16, p. 153-167, 2001.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006. (Coleção Milton Santos, 1).

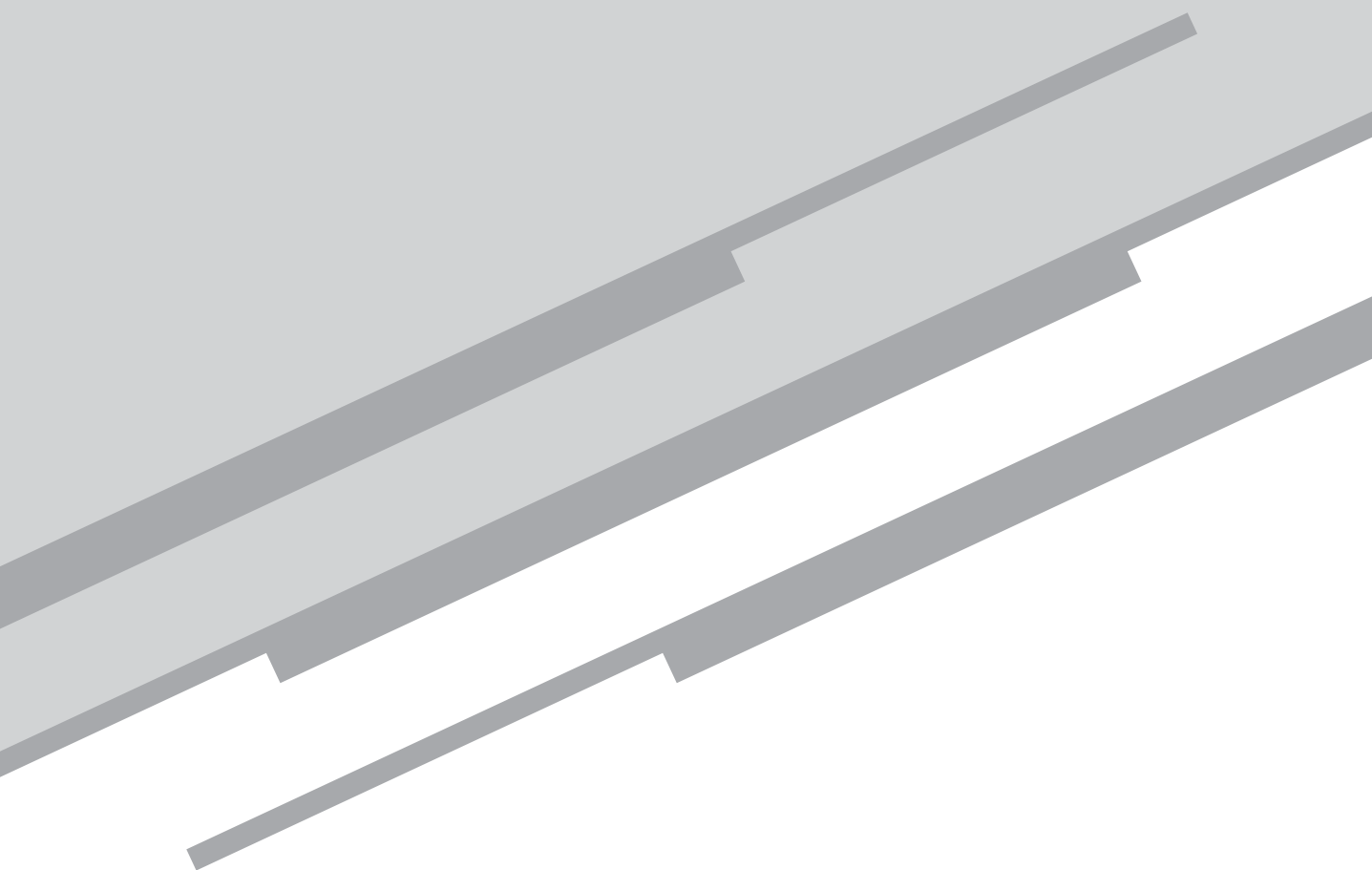
SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Os processos da globalização. *In:* _____ (Org.). **A globalização e as ciências sociais.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

WALLERSTEIN, Immanuel. Mundialização ou era de transição? Uma visão de longo prazo da trajetória do sistema-mundo. *In:* CHESNAIS, François; DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique; WALLERSTEIN, Immanuel. **Uma nova fase do capitalismo?** São Paulo: Xamã, 2003.

Aula 6

Trabalho e território



Ciro Marques Reis

Meta

Apresentar ao aluno as relações existentes entre trabalho e território, passando pelas divisões do trabalho – social, técnico, territorial e internacional, sempre sob uma perspectiva geográfica –, ou seja, oferecer ao aluno uma visão histórica da produção social do espaço, resultante da relação homem-natureza por meio do trabalho.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. analisar as diferenças e interfaces existentes entre as várias formas da divisão do trabalho sob uma perspectiva geográfica;
2. reconhecer o território como produto social, oriundo da relação entre o homem e a natureza, e visualizar o papel do trabalho nesse processo.

Introdução

O trabalho, na perspectiva da geografia econômica, pode ser conceituado como o elemento chave na relação entre o homem e o meio natural. Foi por meio do trabalho executado pelo homem sobre a natureza, com uso de técnicas, que se deu a transformação do espaço puramente natural, em espaço modificado, transformado, organizado pelo homem. Espaço sobre o qual o homem estabeleceu posse, limites e uso, movido pela busca por recursos naturais estratégicos para reprodução de seu modo de vida.



Figura 6.1: Metalúrgico trabalhando em alto-forno; mulher retirando sustento do solo na África do Sul; eletricitista trabalhando.

Fonte: (a) <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:VysokePece1.jpg?uselang=pt-br>; (b) [http://commons.wikimedia.org/wiki/File%3AAfrica_Food_Security_16_\(10665114074\).jpg](http://commons.wikimedia.org/wiki/File%3AAfrica_Food_Security_16_(10665114074).jpg); (c) http://commons.wikimedia.org/wiki/File%3AUtility_worker_4460.jpg

É por intermédio do trabalho que o homem transforma o espaço natural, finalmente, em território usado e, de uma maneira mais ampla, naquilo que Milton Santos definiu como “espaço geográfico”, onde materialidade e os modos de organização e regulação do trabalho interagem, formando sistemas ao longo da história da humanidade.

Cada fase da história tem sua forma de organização política, econômica e social, que, por consequência, expressará uma forma específica de distribuição do trabalho. Na história da humanidade, houve uma “evolução” ou complexificação nas formas de divisão do trabalho, desde os modelos das sociedades consideradas primitivas até a divisão internacional do trabalho no mundo atual do capitalismo globalizado. Segundo Ruy Moreira, é da relação entre espaço e sociedade que surge uma determinada divisão territorial do trabalho.



Émile Durkheim e a divisão do trabalho social

As várias formas históricas da divisão do trabalho são estudadas não somente pela geografia, mas por várias áreas do saber, como a economia, a história, a antropologia, o direito e especialmente a sociologia. Podemos destacar o sociólogo Émile Durkheim e suas considerações sobre a divisão social do trabalho. Para esse autor, a complexificação da sociedade se dá através da diferenciação social do trabalho, partindo das sociedades pré-capitalistas (mecânicas) até as sociedades capitalistas (orgânicas). O crescimento demográfico e a intensidade das trocas em um determinado espaço e grupo geram o processo de especialização de funções, que, para Durkheim, é a divisão social do trabalho. Na geografia, há a abordagem espacial desse processo, que se converterá na divisão territorial do trabalho, significativa no período capitalista. Para saber mais sobre esse assunto, ver: DURKHEIM, Émile. *Da divisão do trabalho social*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.



Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File%3AEmile_Durkheim.jpg

As Divisões do Trabalho

O trabalho e sua relação com a organização social têm sido analisados sob o ponto de vista evolutivo. De suas formas mais remotas e simples às contemporâneas e mais complexas, os estudos sobre o tema mostram o desenvolvimento e a complexificação dessa relação ao longo da história. É ponto comum que a divisão social do trabalho precede todas as outras formas de distribuição e organização do trabalho em sociedade.



Figura 6.2: E assim era a divisão social do trabalho

No percurso da história, as sociedades tornaram-se mais complexas e o trabalho foi reorganizado para atender às demandas das novas realidades sociais que se apresentavam. Essa reorganização constante do trabalho social alcançou, após um período de lentas mudanças (quando a natureza ainda impunha ao homem travas e obstáculos difíceis de serem superados), patamares de intensidade, diversificação e especialização extraordinários.

O homem gradualmente ampliou sua capacidade de transformar o espaço através de determinadas formas de distribuição espacial e social do trabalho: as divisões do trabalho. Veja a **Tabela 6.1**.

Tabela 6.1: Divisões do trabalho

Tipos	Começando a definir	Contextualização
Divisão social do trabalho (pré-capitalista)	Forma básica para definir a diferenciação ou especialização da produção entre indivíduos ou grupos de indivíduos em sociedade; os indivíduos ainda permanecem senhores da produção de sua mercadoria	Normalmente relacionada às formas de distribuição de trabalho em sociedades ditas primitivas e pré-capitalistas; foco de análise mais voltado para a estrutura e hierarquia social do que propriamente para organização espacial; transformação lenta da natureza, pouca interdependência entre os grupos; a produção é isolada (vários grupos) e não fruto de sistema maior, como o mercado, por exemplo

Tipos	Começando a definir	Contextualização
Divisão social do trabalho (capitalismo)	Especialização dos trabalhos executados de forma independente por indivíduos, grupos, empresas, na produção de mercadorias e serviços, estabelecendo um mercado de trocas de mercadorias e serviços complementares	Relacionada com o aumento e complexificação das sociedades humanas; com especialização funcional de indivíduos, grupos, classes, empresas, no âmbito do capitalismo; a divisão social do trabalho é elevada a sua última potência no capitalismo; acelerada transformação da natureza; produção regulada pelo sistema; sua expressão espacial é a divisão territorial do trabalho

Tipos	Começando a definir	Contextualização
Divisão técnica do trabalho	Associada com o modo de produção capitalista; relacionada com a organização do trabalho e da produção dentro das fábricas para produção de uma mercadoria; com a especialização de funções que dependem de outras para a produção de um bem; também conceituada de divisão parcelar ou pormenorizada do trabalho, ou divisão manufatureira	Associada ao modelo de produção industrial; com fragmentação do processo produtivo de uma determinada mercadoria dentro da fábrica; associada à alienação do trabalhador em relação ao resultado de seu trabalho; modelo de organização de trabalho típico do capitalismo industrial e do sistema de produção fordista; o trabalhador não possui os meios de produção, mas sim o capitalista, dono da fábrica e dos equipamentos e do capital; o trabalhador participa apenas de uma etapa da produção da mercadoria; não está relacionada diretamente com a transformação da natureza, embora isso ocorra em atividades industriais extrativistas; essa transformação permitiu o aumento expressivo da produção que, por sua vez, desencadeou transformações significativas no espaço geográfico principalmente no capitalismo industrial; em uma economia planificada (URSS, no século XX), troque a figura do capitalista pelo Estado

Tipos	Começando a definir	Contextualização
Divisão territorial do trabalho	Representação espacial da divisão social do trabalho: como se dá a distribuição do trabalho no território; associada à especialização produtiva dos lugares, regiões, países e outras territorialidades e também ao espaço e as suas potencialidades naturais	São as inúmeras configurações da organização do trabalho do espaço, que historicamente vem se intensificando através da especialização e funcionalização produtiva dos espaços geográficos; pode ser percebida através das diferenças entre ramos de atividades econômicas, cidade-campo, entre cidades; essas diferenciações podem ser local, regional, nacional e internacional, e neste último caso, estamos nos referindo à divisão internacional do trabalho

Tipos	Começando a definir	Contextualização
Divisão internacional do trabalho	Representação espacial da divisão do trabalho tendo como recorte espacial de análise o sistema-mundo; todas as características elencadas para divisão territorial são projetadas para a escala global	Aqui em particular, o papel dos estados modernos é fundamental na compreensão da divisão internacional do trabalho; é da relação de poder estabelecida entre países que se estabelece a distribuição do trabalho no mundo e também a hierarquia que se estabelece entre eles, isto é, que tipos de trabalhos serão alocados em que partes do mundo; desde o século XV, com o advento das grandes navegações, quando foi iniciado o esboço de um comércio e de uma economia que se tornaria gradualmente global, a divisão internacional do trabalho já se apresentava na forma da relação metrópole-colônia

O tema não se esgota com a apresentação dessas formas de divisão do trabalho. Elas nem mesmo são modelos puros. Elas se interpenetram, misturam-se e reorganizam-se em formas híbridas.

As divisões territorial e internacional possuem a mesma matriz e se diferem pela questão da escala analítica. A divisão social do trabalho é a base de todas as outras divisões e está presente em todas elas, pois não haveria divisão do trabalho, em qualquer esfera, sem a presença humana, sem organização do trabalho em sociedade. O social possui sua dimensão espacial e ela se expressa vigorosamente através do trabalho na reestruturação do território.

Entenda que ao utilizarmos o termo território e sua reestruturação, vamos além do resultado puramente morfológico, material, físico, resultantes do trabalho, seja qual for a forma de divisão do trabalho em uso.

Não se reestrutura o território apenas com a construção de pontes, estradas, portos, hospitais, redes elétricas e outros equipamentos de infraestrutura, mas principalmente com transformação do próprio modo de organização do trabalho.

Não esqueça que o conceito de território na geografia está impregnado de política e de relações de poder. Não se constroem pontes sem mão de obra e sem as leis que regulam as relações trabalhistas entre empregador e empregado, ou que possibilitam a entrada de capitais para financiar a construção. Daí a divisão territorial do trabalho apresentar, segundo o economista Alain Lipietz, uma divisão horizontal e outra vertical. Veja a **Tabela 6.2**.

Tabela 6.2: Divisões horizontal e vertical em Lipietz

Divisão Territorial Do Trabalho	
Horizontal	Vertical
São as diferenciações e especializações que ocorrem no trabalho entre unidades espaciais e ramos de atividades econômicas	Tem relação com a dimensão social da divisão territorial do trabalho; são as diferenciações e especializações que ocorrem entre os grupos sociais
Exemplo: a divisão territorial do trabalho apresenta especializações de trabalhos distintos na relação campo/cidade. Atividade agrícola versus atividades de serviço ou industrial	Exemplo: a divisão territorial do trabalho revela uma classe dominante e uma dominada, muito por conta da posse ou não dos meios de produção; patrão versus empregado.

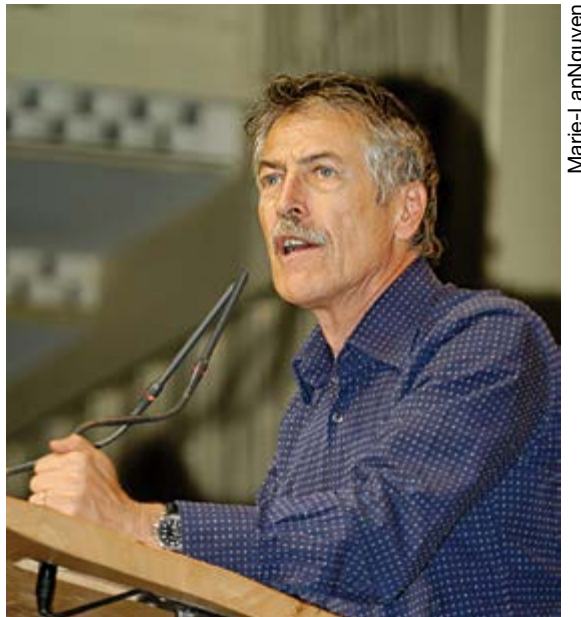


Figura 6.3: Alain Lipietz (1947 -). O economista propõe a divisão horizontal e vertical da divisão territorial do trabalho.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File%3AMeeting_Voynet_Mutualite_2006-04-05_n7.jpg

Existe dentro da divisão horizontal, uma vertical, ou seja, uma relação entre quem domina e é dominado, entre quem explora e quem é explorado. Essa noção é particularmente importante e esclarecedora, quando percebemos que a divisão territorial do trabalho, no que tange à especialização produtiva e à distribuição de trabalho entre lugares, regiões, países e outras configurações territoriais, o faz também seguindo uma relação hierárquica. Passam a existir o que Milton Santos classificou como “regiões de mandar e regiões de fazer”. Pense na divisão internacional do trabalho e no conflito norte-sul.

Especialmente importante na divisão territorial do trabalho é o papel do capital. O capital, juntamente com o trabalho e a terra, forma os fatores básicos da produção. Como as principais características do capitalismo são a concentração e centralização de capitais, isso se reflete fortemente na divisão territorial e internacional do trabalho.

Como dinâmica na busca por lucro, o capital tende a concentrar-se nas regiões que já possuem infraestrutura e ambiente propício para recebê-lo como investimento (seja financeiro ou no setor produtivo). Dessa forma, reforça ainda mais as diferenças regionais, relegando a outros espaços “esquecidos”, um fraco desenvolvimento econômico que, por

sua vez, se refletirá na falta de infraestrutura e no baixo desenvolvimento social dessas regiões.

Caberá a essas regiões acolher trabalhos de menor potencial tecnológico, de menor valor agregado, ou de subsistência, ocupando os últimos lugares na hierarquia das cidades. Por outro lado, as grandes metrópoles permanecem em seu ciclo de crescimento econômico e no papel de destino das atividades econômicas mais avançadas.

Um exemplo nacional é o surgimento, ao longo do processo histórico de formação do território brasileiro, da região concentrada que abrange os estados do Sudeste, Sul e parte do Centro-Oeste. Essa região é liderada por duas grandes metrópoles: São Paulo e Rio de Janeiro. Um exemplo internacional é a divisão norte-sul.

Se no primeiro podemos usar como exemplo o fato de as sedes das principais empresas nacionais, bem como as sedes das filiais das grandes corporações mundiais, encontrarem-se nas grandes metrópoles como Rio de Janeiro e São Paulo, isso também vale para o quadro internacional. As grandes metrópoles da Europa Ocidental, Estados Unidos e Japão concentram as sedes das principais companhias globais. A gestão e o comando estão ao norte, enquanto as fábricas, as atividades extrativas e o grande quantitativo de empregados estão ao Sul.

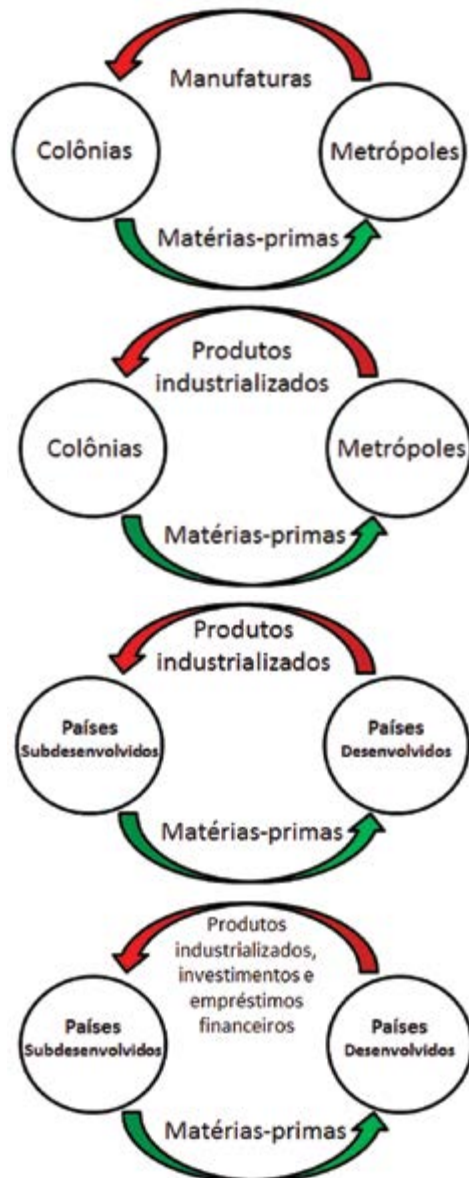


A divisão internacional do trabalho possui suas próprias etapas históricas de desenvolvimento. Vamos ver quais são?

Veja que, em todas elas, a relação de explorador/explorado, dominador/dominado, de “lugares de mandar e lugares de fazer” estão presentes. No capitalismo comercial, a divisão internacional do trabalho estava na especialização das colônias nas atividades extrativistas e de lavoura, enquanto as metrópoles eram especializadas na manufatura.

Com a revolução industrial, apenas foi alterada a especialização na metrópole. Mesmo nos períodos históricos mais recentes, de uma forma geral, podemos dizer que a divisão internacional do trabalho vem mantendo um padrão de separação, de diferenciação, de divisão internacional do trabalho entre dois grupos de países. O esquema apresentado na figura (adptada de SOUZA,

2012) retrata a força das construções históricas anteriores na formação da atual divisão internacional do trabalho. Para ver outras divisões internacionais do trabalho, ver SPOSITO, E. S.; SANTOS, L. B. *O capitalismo industrial e as multinacionais brasileiras*. São Paulo: Outras Expressões, 2012, p. 72-77.



Etapas históricas da divisão internacional do trabalho.

Fonte: Adaptado de Souza (2012)

A divisão internacional do trabalho pode ser apresentada nos mais variados esquemas e modelos e por vários ângulos, por exemplo, valorizando determinados atores, a troca de uma determinada mercadoria/ou um período histórico. A **Figura 6.4** traz uma representação da divisão internacional do trabalho, típica da segunda metade do século XX, na relação entre países subdesenvolvidos industrializados e países desenvolvidos.



Figura 6.4: Divisão internacional do trabalho – visões multinacionais.
Fonte: Adaptado de Souza (2012)



Dica de filme: *Segunda-feira ao sol* (Los Lunes Ao Sol), 2002, Espanha, direção de Fernando Leon de Aranoa.

Segunda-feira ao sol está contextualizado no período subsequente à década de 1980, quando uma nova divisão internacional do trabalho causou impacto significativo em alguns setores industriais em países de capitalismo avançado, como Espanha e Reino Unido. O agudo processo de desindustrialização e de reconversão produtiva que atingiu o mundo do trabalho contribuiu para o aumento expressivo do desemprego em massa e do desemprego de longa duração; isso sem falar no processo gerado de precarização do trabalho. Isso se traduziu em uma grave desvalorização da chamada mão de obra. Grande contingente de ex-operários, vítima da globalização do capital e das mutações do capitalismo

global, viu-se obrigado a buscar inserções precárias no mercado de trabalho no crescente setor de serviços. Texto de Carolina Maria Ruy – Centro de Memória Sindical.

Atividade 1

Atende ao objetivo 1

1. Correlacione o esquema da **Figura 6.4** com o tema do filme *Segunda-Feira ao Sol*. Utilize para tal a observação dos fluxos de troca perceptíveis na figura e o enredo do filme, apresentado no Box Multimídia.

Resposta comentada

Ao receberem investimentos no setor produtivo a partir da segunda metade do século XX, alguns países periféricos construíram importantes parques industriais recebendo as filiais das grandes empresas multinacionais em seu território. Com a nova divisão internacional do trabalho, os países desenvolvidos passaram por uma reestruturação produtiva, relegando aos países periféricos boa parte das atividades industriais pesadas e passaram a um modelo mais gestor, financeiro, e ligado à indústria tecnológica avançada. Dessa maneira, o processo de desindustrialização começou a ocorrer nos países centrais em virtude dos melhores fatores locacionais apresentados pelos países periféricos, sobretudo mão-de-obra barata, gerando assim desemprego nas indústrias tradicionais das economias desenvolvidas.

2. Analise o texto, selecione uma das opções e justifique sua escolha:

Centro informacional

Adriana Bernardes

Ao longo do século XX, a capital do estado de São Paulo se afirma como metrópole nacional, principalmente pela força de sua indústria. Mas, agora, a metrópole paulistana se refuncionaliza, passando a ser um grande centro urbano produtor de informações. Sua primazia não mais advém de sua atividade fabril, mas sim de sua capacidade de concentrar atividades de produção, coleta, classificação e redistribuição de informações. Muda a qualidade do papel de comando de São Paulo sobre a totalidade do território brasileiro. Enquanto os números da produção e do emprego industrial diminuem, aumenta a força metropolitana no país e no mundo, graças à presença de um expressivo e sofisticado setor de serviços. Tal setor engloba atividades financeiras, de consultoria, publicidade, *marketing* e pesquisa, entre outras. A nova hierarquia do sistema urbano depende desses fluxos de informação, cujo controle, através da emissão de mensagens, ideias e ordens, garante à metrópole paulistana um papel regulador de um crescente número de tarefas dispersas pelo país.

Fonte: <http://www.brazil.guide.com.br/port/consnac/ocupa/cinform/index.php>

O texto exemplifica um caso claro de:

- (a) divisão social do trabalho;
- (b) divisão territorial do trabalho;
- (c) divisão técnica ou manufatureira do trabalho;
- (d) divisão internacional do trabalho.

Resposta comentada

Letra (b), divisão territorial do trabalho, pois faz referência à especialização produtiva e à refuncionalização de uma região, especificamente do Estado de São Paulo, que se diferencia no quadro de distribuição do trabalho nacional como centro informacional.

A transformação do espaço em território pelo trabalho

Entre as categorias fundamentais da geografia, aquela que, de certa maneira, precede todas as outras é o espaço. Ele pode ser entendido tanto como abstração, ideia, noção, quanto como espaço propriamente dito, não usado, não trabalhado, “virgem”, natural. Há obviamente diferentes análises sobre o conceito de espaço.

O geógrafo brasileiro Rogério Haesbaert da Costa, por exemplo, compara as conclusões do geógrafo suíço Claude Raffestine e de Henri Lefebvre em relação à natureza conceitual do espaço. Para o primeiro, o espaço antecederia o surgimento do território, que provém da ação, da apropriação, da posse, e das relações de poder construídas sobre um espaço preexistente e não trabalhado. Para Lefebvre, esse espaço “inicial” já é produzido socialmente. Mas ambos concordam que o território é o espaço socialmente produzido.



Figura 6.5: Território como espaço socialmente produzido.

Milton Santos traz a noção de “espaço territorial” e afirma “que o importante é discutir o território usado”. É o trabalho através do domínio das técnicas que proporciona a construção e a constante reestruturação do território em sua dimensão espacial e social.



Figura 6.6: Milton Santos, quem trouxe a noção de “espaço territorial”.
Fonte: [http://commons.wikimedia.org/wiki/File%3AMilton_Santos_\(TV_Brasil\).jpg](http://commons.wikimedia.org/wiki/File%3AMilton_Santos_(TV_Brasil).jpg)

O uso do território pode ser definido pela implantação de infra-estruturas [...], mas também pelo dinamismo da economia e da sociedade. São os movimentos da população, a distribuição da agricultura, da indústria e dos serviços, o arcabouço normativo, incluídas a legislação civil, fiscal e financeira, que, juntamente com o alcance e a extensão da cidadania, configuram as funções do novo espaço geográfico (SANTOS; SILVEIRA, 2012, p. 21).

Todas essas realizações expressas no uso do território dependem do trabalho humano para extrair, do meio natural, as condições de reprodução de seu modo de vida e para organizar as relações sociais entre indivíduos, grupos, empresas, países, blocos econômicos etc. A forma de organização do território dependerá do estágio evolutivo dos avanços técnicos (acúmulo de conhecimento e tecnologia) que determinada sociedade apresenta.

Será também o trabalho, em sua dimensão geográfica, moldado pelo estágio atual das técnicas da sociedade. Daí cada sociedade, a seu tempo histórico, apresentar modos de produção, relações de trabalhos, divisões territoriais e sociais de trabalho e paisagens geográficas específicas. Veja a **Figura 6.7** a seguir.



Ciro Reis



Figura 6.7: Produção de paisagens geográficas distintas.

Fontes: <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Torreifel.JPG?uselang=pt-br>; http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Slum_in_Quito.jpg?uselang=pt-br; http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Djoser_Pyramid_-_1900.jpg?uselang=pt-br; http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Lithuania_Raudone_Castle.jpg?uselang=pt-br

Tabela 6.3: As várias dimensões territoriais vinculadas ao trabalho

Notícias em jornais e revistas	
<p>Esquema de exploração do trabalho de bolivianos no Brasil é revelado. A longa fila de imigrantes que querem entrar no país. O caminho dos trabalhadores até as oficinas de costura. http://g1.globo.com/profissao-reporter/noticia/2013/04/esquema-de-exploracao-do-trabalho-de-bolivianos-no-brasil-e-revelado.html</p> <p>Polícia Militar flagra crime ambiental e trabalho infantil em lixão de Atalaia. Lixo é lançado em área de Mata Atlântica próximo do rio Paraíba do Meio. Crianças trabalham no local recolhendo material reciclável com adultos. http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2014/07/policia-militar-flagra-crime-ambiental-e-trabalho-infantil-em-lixao-de-atalaia.html</p>	<p>Moradores reagem à prostituição na Leste-Oeste. Debate chegou à Câmara e incluiu até mesmo possibilidade de “áreas reservadas” para profissionais do sexo. Preocupados com a constante convivência com travestis e prostitutas na Avenida Leste-Oeste, moradores da região se mobilizam para afastar a atividade das áreas residenciais. http://www.jornaldelondrina.com.br/online/conteudo.phtml?tl=1&id=1345140&tit=Moradores-reagem-a-prostituicao-na-Leste-Oeste</p> <p>Funcionários de petroquímica e de refinaria deflagram greve, em PE. Segundo sindicato, cerca de 40 mil trabalhadores deixaram os postos. Categoria pede 13% de aumento salarial e reajuste na cesta básica. http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2014/08/funcionarios-de-petroquimica-e-de-refinaria-deflagram-greve-em-pe.html</p>
<p>Desemprego em Espanha afeta mais de seis milhões de pessoas. A taxa de desemprego em Espanha subiu para 27,16% no final do primeiro trimestre, o pior registro em mais de 37 anos, ultrapassando pela primeira vez os seis milhões de desempregados. http://www.jn.pt/PaginalInicial/Economia/Interior.aspx?content_id=3185670</p> <p>Petróleo cria emprego e favela em Macaé. Base da Petrobras gera trabalhos qualificados e eleva padrão em parte da cidade, mas impulsiona favelização. Migrantes sem emprego vivem sob condições precárias; apesar disso, município é o mais bem colocado do Rio no IFDM. http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2609201013.htm</p>	<p>Indústria acredita que CLT não acompanhou a evolução das relações de trabalho. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) preserva características de uma época em que o trabalhador era menos protegido. Hoje, porém, o conjunto de leis que integra a CLT está desatualizado e a excessiva proteção ao empregado dificulta acordos entre empregadores e sindicatos. Essa, em resumo, é a opinião da Confederação Nacional da Indústria (CNI), manifestada no documento 101 Mudanças para Modernização Trabalhista, elaborado pela entidade com auxílio de empresários e entidades sindicais vinculadas à confederação. http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-05-01/industria-acredita-que-clt-nao-acompanhou-evolucao-das-relacoes-de-trabalho</p>
<p>Ucrânia assina acordo econômico com União Europeia. Acordo de livre comércio com Europa assinado por Poroshenko foi o estopim da crise que culminou com a deposição de Yanukovich na Ucrânia. http://operamundi.uol.com.br/conteudo/opinioao/35830/ucrania+assina+acordo+economico+com+uniaoeuropeia.shtml</p>	<p>Em 50 anos AL dobra emissão agrícola de gás do efeito estufa. América Latina e o Caribe são a segunda região que mais gera emissões agrícolas em nível global, 17% do total, só superado pela Ásia (44%). http://exame.abril.com.br/mundo/noticias/em-50-anos-al-dobra-emissao-agricola-de-gas-do-efeito-estufa</p>

É importante que você retenha a ideia de que o território está em constante transformação, sejam essas mudanças perceptíveis na paisagem geográfica (veja a **Figura 6.7**), sejam elas imateriais, simbólicas, percebidas na forma sentimental (veja a **Tabela 6.3**).

Esse processo não é homogêneo, ou seja, o território não se modifica em uma velocidade constante, gradual, suave, e de forma igualitária em todos os lugares. As estruturas materiais e imateriais dos períodos históricos anteriores entram em choque, dificultam a implementação de um novo modo de produção.



Na aula passada, estudamos esse momento de ruptura quando tratamos do processo de reestruturação produtiva, que sinaliza uma passagem de um modo de produção para outro. Não é por acaso que esses momentos são chamados de crises de paradigmas, crises de modelos.

O trabalho, que é fundamental nesse processo, já se apresentou de formas variadas no transcorrer da história. Especificamente sobre as relações de trabalho (dimensão imaterial do território), podemos citar o trabalho escravo e o trabalho assalariado. – formas que, em tese, parecem anteceder uma a outra. “Sai o trabalho escravo, entra o trabalho assalariado”. Entretanto, não foi isso que a história mostrou, e não é isso que presenciamos atualmente.

No século XIX, europeus assalariados trabalhavam nas lavouras brasileiras junto com os escravos; duas formas de relação trabalhista coexistindo no mesmo espaço e tempo. Ainda hoje são implementados esforços para erradicar o trabalho escravo, que ainda existe, mas em novos moldes de produção.

Como elemento fundamental do modo de produção, o trabalho, que, em linhas gerais, representa a ação do homem (por intermédio das técnicas) sobre o espaço, chega ao século XXI com questões emergentes e de impacto global. A crise ambiental representa com clareza um problema de ordem sistêmica, global. Mas ela também é social. A desigualdade

de renda entre as regiões do mundo, guerras, conflito armados, tráfico de drogas, subdesenvolvimento, precarização das relações de trabalho, demonstram que o modelo produtivo vigente pode estar próximo de seu final. O que virá depois? Seria o momento de uma mudança de paradigma na relação homem e natureza?



Figura 6.8: Emissão de dióxido de carbono no ar.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Global_warming%5E_-_geograph.org.uk_-_714614.jpg?uselang=pt-br

Atividade 2

Atende ao objetivo 2

Leia o texto abaixo:

“Nas últimas três décadas ocorreu uma transformação radical nas relações entre o rural e o urbano em Macaé. A cidade vem sofrendo uma concentração de 95% da população em uma área de aproximadamente 20% do município, enquanto que grande parte das áreas rurais foram abandonadas e a terra passou a desempenhar a função de reserva de valor, mediante uma lógica espacial antecipatória, aguardando a chegada de empreendimentos vinculados direta ou indiretamente a cadeia petrolífera” (BINSZTOK, 2012).

Este texto é parte de um capítulo de livro que descreve as transformações territoriais de Macaé com a implementação da indústria de petróleo na Bacia de Campos.

Responda V (verdadeiro) ou F (falso) e justifique sua resposta:

A - () Pelo texto percebemos que a indústria petrolífera na Bacia de Campos trouxe apenas impactos territoriais na infraestrutura (estradas e portos), alterando pouco o modo de vida no município de Macaé.

B - () O aumento expressivo da concentração populacional na área urbana no município de Macaé não está relacionado com a questão territorial, pois esta não tem relação com o social, apenas com as transformações física da cidade.

C - () Macaé é um caso de especialização produtiva dentro do quadro da divisão territorial do trabalho no Estado do Rio de Janeiro.

D - () As migrações, o abandono do campo, o inchaço das cidades e a especulação imobiliária são expressões territoriais da Macaé atual.

Resposta comentada:

A - (F): as transformações territoriais afetam o espaço e a sociedade;

B - (F): a dinâmica populacional faz parte do processo de transformação territorial;

C - (V): de fato, da indústria do petróleo;

D - (V): sim, são todas expressões territoriais voltadas à organização da sociedade.

Conclusão

Às associações que fizemos ao território nesta aula, não podemos deixar de acrescentar uma. O conceito de território está bastante vinculado à noção de limite, de regulação específica de um espaço dentro de limites determinados, de fronteiras determinadas. Fica evidenciado, então, o vínculo entre a noção de território e de estado, país, unidade política territorial. O território surge antes do estado, mas não podemos supor a existência de um estado sem território. Então o espaço produzido

socialmente, territorializa-se por meio do trabalho, tendo em uma de suas variações, a criação dos estados.

Naquilo que concerne à divisão internacional do trabalho, os estados apareceram como importantes atores, como unidades territoriais representativas de uma nação e controladores de suas riquezas e de seus processos produtivos. Eram os principais negociadores nas relações comerciais e econômicas no quadro econômico do sistema de trocas do mundo.

Contudo, na nova divisão internacional do trabalho, do capitalismo atual, as grandes empresas globais estabelecem redes e regras que subjuguem as defesas regulatórias dos estados territórios. Na nova divisão internacional do trabalho, é o capital internacional que coordena e organiza territórios em vários países. As estratégias locais para recebimento de investimentos estrangeiros passam a ser norteadas pelo interesse do capital internacional das grandes empresas articuladas em rede. A rede se sobrepõe aos territórios, estabelecendo canais de circulação de todos os tipos.

Diante disso, como fica a relação entre trabalho e território? Qual é o espaço a ser trabalhado através de técnicas para produção desse novo território? Se considerarmos que, na atualidade, essa produção é controlada através de redes, chegamos à conclusão de que o espaço a ser trabalhado é o mundo todo, e que o trabalho será organizado de acordo com as necessidades globais (empresas e países desenvolvidos). A rede disponibilizará um enorme e variado leque de territórios para onde poderão fluir trabalho e capital, nesse caso fortalecendo de fora para dentro a territorialização, mas pela fluidez de sua dinâmica, tanto trabalho quanto capital podem ser retirados rapidamente de um território para outro, considerado mais atraente. O trabalho está submetido a essa nova ordem multiterritorial. Esse será o tema de nossa próxima aula.

=====**Atividade final**=====

Atende aos objetivos 1 e 2

Imagine que você viva nos EUA e possua um moderno *notebook* que traz a marca de uma grande companhia global sediada em seu país, na mesma cidade que você. Tudo vai bem até que seu computador para de funcionar. Ao tentar descobrir sozinho o que houve, vasculhando mais detalhadamente seu equipamento, você encontra uma plaquinha onde

está gravado “MADE IN CHINA”. Após algum tempo, você resolve ligar para o *Call Center* da empresa de seu país para pedir ajuda. Uma atendente prontamente o atende – “Como posso ajudá-lo?” – Embora você compreenda o que ela diz, percebe um sotaque meio diferente. Curioso, você pergunta que tipo de sotaque é aquele, se é de alguma parte de seu país. Do outro lado da linha, a atendente responde: “–Não, senhor, é que nasci, moro e trabalho na Índia. Após o atendimento, fica claro que seu *notebook*, que não está mais na garantia, não tem mais jeito. Você procura assistência técnica para repará-lo em sua cidade, mas a antiga avenida onde havia pequenas lojas de informática que prestavam esse serviço já não as possui em grande número. Você encontra apenas uma loja, mas o preço cobrado é maior do que o preço de um *notebook* mais moderno e novo, vendido em uma nova área da cidade, antiga área industrial, um pouco mais afastada do centro que concentra vários serviços. Você vai ao centro de serviços e comércio e compra um *notebook* novo. Ao chegar asua casa, olhando seu novo equipamento, verifica que a plaquinha indica “MADE IN SINGAPURA”.

Nessa história, você poderá encontrar elementos de nossa aula. Você deverá encontrar no texto frases ou ideiasrelacionadas com:

- a) divisão territorial do trabalho;
- b) divisão internacional do trabalho;
- c) terceirização;
- d) terciarização;
- e) desindustrialização;
- f) redes;
- g) especialização produtiva;
- h) multiterritorialidade.

Reposta comentada

- a) divisão territorial do trabalho: “vendido em uma nova área da cidade, um pouco mais afastada do centro que concentra vários serviços.”
- b) divisão internacional do trabalho: “Ao tentar descobrir sozinho o que houve, vasculhando mais detalhadamente seu equipamento, você encontra uma plaquinha onde está gravado ‘MADE IN CHINA’.”
- c) terceirização: “Do outro lado da linha a atendente responde: ‘— Não, senhor, é que nasci, moro e trabalho na Índia.’”
- d) terciarização: “uma nova área da cidade, antiga área industrial, um pouco mais afastada do centro que concentra vários serviços”.
- e) desindustrialização: “em uma nova área da cidade, antiga área industrial”.
- f) redes: “MADE IN CHINA”, “Do outro lado da linha a atendente responde: — Não, senhor, é que nasci, moro e trabalho na Índia” e “MADE IN SINGAPURA”.
- g) Especialização produtiva: *Call Center* na Índia, “MADE IN CHINA”, “MADE IN SINGAPURA”.
- h) multiterritorialidade: sede da empresa no país natal, fabricação “MADE IN CHINA”, “MADE IN SINGAPURA” e *Call Center* na Índia.
-
-
-

Resumo

Divisão social do trabalho (pré-capitalista): forma básica para definir a diferenciação ou especialização da produção entre indivíduos ou grupos de indivíduos em sociedade. Os indivíduos ainda permanecem senhores da produção de sua mercadoria.

Divisão social do trabalho (capitalismo): especialização dos trabalhos executados de forma independente por indivíduos, grupos, empresas, na produção de mercadorias e serviços, estabelecendo um mercado de trocas de mercadorias e serviços complementares.

Divisão técnica do trabalho: associada com o modo de produção capitalista; está relacionada com a organização do trabalho e da produção dentro das fábricas para produção de uma mercadoria. Existe a especialização de funções que dependem de outras para a produção de um

bem. Também conceituada de divisão parcelar ou pormenorizada do trabalho, ou divisão manufatureira.

Divisão territorial do trabalho: representação espacial da divisão social do trabalho, isto é, como se dá a distribuição do trabalho no território. Está associada à especialização produtiva dos lugares, regiões, países e outras territorialidades, e também ao espaço e suas potencialidades naturais.

Divisão internacional do trabalho: representação espacial da divisão do trabalho tendo como recorte espacial de análise o sistema-mundo. Todas as características elencadas para a divisão territorial são projetadas para a escala global.

Podemos dizer que território é o resultado da relação trabalho do homem com utilização da técnica sobre o espaço. Podemos chamar esse espaço de *espaço geográfico*, com suas dimensões materiais e imateriais. Quando novas formas de trabalho e novas técnicas atuam sobre um território usado, deste encontro surgem rupturas, descontinuidades, crises, transformação e reestruturação. O espaço é socialmente produzido e traduzido pelos geógrafos através de categorias como lugar, região, território e paisagem. A organização do mundo em rede é uma técnica desenvolvida pela sociedade atual, que gera territórios submetidos a uma divisão internacional do trabalho, que desterritorializa ao mesmo tempo em que reterritorializa.

Referências

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de *et al.* **Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.
- ANTAS JR., Ricardo Mendes. **Território e regulação: espaço geográfico, fonte material e não formal do direito**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas; Fapesp, 2005.
- BINSZTOK, Jacob. A cidade do Rio de Janeiro e a cadeia produtiva do petróleo. In: MONIÉ, Frédéric; BINSZTOK, Jacob (Orgs.). **Geografia e geopolítica do petróleo**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012, p. 263-276.
- BRAGA, Rhalf Magalhães. Território, rede e multiterritorialidade: uma abordagem conceitual a partirdas corporações. In: **Geografias**, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p. 26-36, jul.-dez. 2010.

COSTA, Rogério Haesbaert da. **Regional-global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

GEORGE, Pierre. **Geografia econômica.** São Paulo; Rio de Janeiro: DIFEL, 1976.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações.** Trad. de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HARVEY, David. **Espaços de Esperança.** Trad. de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela. Gonçalves São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2006.

KOCHER, Bernardo (Org.). **Globalização: atores, ideias e instituições.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LEMA, PaulaBordalo; TEIXEIRA, José Afonso. Desindustrialização. Reindustrialização. Terciarização. *In: Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, Lisboa, p. 75-88, 1988. Disponível em: <<http://run.unl.pt/handle/10362/5372>>. Acesso em: 11 dez. 2014.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política Livro 1: o processo de produção do capital.** São Paulo: Boitempo, 2013.

MENDONÇA, Jupira G. de; COSTA, Heloísa S. de M. (Orgs.). **Estado e capital imobiliário: convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro.** Belo Horizonte: C/Arte, 2011.

MOREIRA, Ruy. **O pensamento geográfico brasileiro: as matrizes brasileiras.** v. 3. São Paulo: Contexto, 2010.

ROSA, Maria Cristina. Globalização e divisão territorial do trabalho: uma introdução à discussão das novas tendências na produção do espaço. *In: Acta Scientiarum*, Maringá, v. 20, n. 1, p. 115-119, 1998.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 2006. (Coleção Milton Santos 1).

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** Rio de Janeiro: Record, 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Os processos da globalização. *In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.) A globalização e as ciências sociais.* 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005, p. 25-102.

SPÓSITO, Eliseu S.; SANTOS, Leandro Bruno. **O capitalismo industrial e as multinacionais brasileiras**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

TAVARES, Hermes Magalhães. Comunicação: papel do estado nos processos de reestruturação do espaço industrial. *In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, Anais...*, 1993, v. 5, p.795-804. Disponível em: <<http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/1535/1512>>. Acesso em: 11 dez. 2014.

THOMAZ JR., Antonio; FRANÇA JUNIOR, Luzimar Barreto. (Orgs.). **Geografia e trabalho no século XXI**. Presidente Prudente: Centelha, 2010.

WALLERESTEIN, Immanuel. Mundialização ou Era de Transição? Uma visão de longo prazo da trajetória do sistema-mundo. *In: CHESNAIS, François et al. Uma nova fase do capitalismo?* São Paulo: Xamã, 2003, p. 71-92.

Aula 7

O conceito de rede e sua importância
na Geografia Econômica

Meta

Apresentar o conceito de rede e sua importância nas análises geográficas e, em especial, na geografia econômica. Promover uma reflexão crítica sobre as relações entre rede, território, estado e sociedade, no âmbito do capitalismo, no que tange ao papel estruturante das redes no processo de produção do espaço geográfico.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer as principais discussões a respeito do conceito de rede, em especial, na geografia;
2. reconhecer o papel desempenhado pelas redes na reestruturação do território e no processo de globalização econômica atual, realçando os conflitos entre rede e território.

Introdução

Você certamente já ouviu falar no conceito de rede ou, pelo menos, já teve contato com textos que utilizaram o termo. Mas você já parou para pensar no seu significado e nas diversas formas de utilização deste conceito nos estudos geográficos e/ou em outras áreas? O conceito de rede na geografia não é novo, mas encontrou grande impulso a partir da década de 1970, quando, segundo muitos analistas, o processo de globalização alcançou uma dinâmica diferenciada e mais intensa, apresentando fluxos mais acelerados de mercadorias, pessoas e, principalmente, informações.



Ciro Reis

Figura 7.1: Representação de rede global.

Em sua definição básica e genérica, rede remete a um conjunto de elementos interconectados, que acabam por formar um sistema. Definição que serve, por exemplo, para designar as redes neurais do cérebro humano, as redes de comunicação por satélite ou para as hoje tão difundidas redes sociais virtuais. Perceba que é a ideia de sistema, com uma determinada finalidade, presente em todas elas, que caracteriza de forma definitiva a ideia de rede.

Como instrumento analítico, a rede pode ser representada graficamente, como na **Figura 7.1**, auxiliando na compreensão de fluxos comerciais, migratórios e, principalmente, de informação. Não é por acaso que, dentre os elementos vitais da reestruturação produtiva do sistema capitalista ocorrida a partir da década de 1970, estão os extraordinários avanços nas telecomunicações e na informática, que, de certa forma, acabaram por tornar o mundo “menor”, encurtando os espaços pela aceleração do tempo - aquilo que David Harvey denominou de “compressão do tempo-espaço”. Foi o legado da revolução técnico-científica ou 3ª Revolução Industrial.



Veja alguns trechos da música de Gilberto Gil, “Parabolicamará”, e veja como o artista traduz em forma de poesia a ideia da compressão do tempo-espaço, e o papel dos avanços nas telecomunicações e também nos transportes no processo de globalização.

“Antes mundo era pequeno
Porque Terra era grande
Hoje mundo é muito grande
Porque Terra é pequena
Do tamanho da antena
Parabolicamará [...]
Antes longe era distante
Perto só quando dava
Quando muito ali defronte
E o horizonte acabava
Hoje lá trás dos montes
dendê em casa camará [...}
Pela onda luminosa
Leva o tempo de um raio
Tempo que levava Rosa
Pra aprumar o balaio
Quando sentia
Que o balaio ia escorregar [...]
De jangada leva uma eternidade
De saveiro leva uma encarnação
De avião o tempo de uma saudade.

As redes estão ligadas à ideia de fluidez de informação, produtos, pessoas, capital financeiro e comunicação. São sistemas que apresentam, de uma forma geral, um quadro hierárquico, centros de decisão que comandam e direcionam os fluxos e seu conteúdo. Pense no sistema financeiro internacional e nos grandes centros financeiros do mundo, como Nova Iorque e Londres. Pense como, na atualidade, o capital financeiro circula com extrema rapidez através da rede financeira global, procurando melhores retornos para os seus investidores.



Viaggio Routard

Figura 7.2: Arranha-céus de Nova York.

Fonte: <http://goo.gl/IDLRRq>



Tim Morris

Figura 7.3: A torre do relógio e a roda gigante “London Eye” em Londres.

Fonte: <http://goo.gl/i4L391>

Para a geografia econômica, o estudo das redes em uma economia global faz parte dos esforços para a compreensão do fenômeno da globalização, particularmente no que concerne a mapear essas redes, compreender suas formas de funcionamento, desvendar suas estruturas e, em último plano e mais importante, entender a relação existente entre rede e território, mensurando as expressões geográficas resultantes do conflito entre ambos.

Se o conceito de território tradicional está ligado à ideia de limites e fronteiras, as redes caminham na direção oposta, conectando territórios localizados em continentes diferentes. Se a ideia tradicional de território está materializada no Estado-nacional, na noção de país, a ideia da rede está na abstração do mercado, em outras escalas territoriais. As redes atravessam, eliminam fronteiras e interferem na estruturação do território.

Importante compreender que a rede não é só uma construção abstrata, ela é também, e sobretudo, uma construção social de fato, extremamente importante e vital para funcionamento do capitalismo atual e sua nova divisão internacional do trabalho.

A rede, esse sistema complexo de conexões, pontos, fluxos, caminhos, que interligam as realidades locais ao global, pode ser considerada como uma técnica, um instrumento técnico e social representativo do estágio atual do desenvolvimento capitalista. Lembre-se de que o homem (sociedade) atua sobre o espaço através do trabalho, utilizando técnicas disponíveis em determinado contexto histórico. Desta forma, ele organiza o espaço, dando forma a um território vivido. As redes, como técnicas, viabilizam a globalização, interferindo com maior ou menor intensidade na estruturação do território.



Um dos autores mais citados e reconhecidos pelo desenvolvimento desta temática é o sociólogo espanhol Manuel Castells (1942 -). Sua obra “A Sociedade em Rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura” (1996) tem influenciado os estudos sobre globalização nas mais variadas áreas do saber, e de forma importante na geografia. Segundo Castells, a era da informação, do capitalismo informacional, introduz profundas transformações nas



Manuel Castells, 5/6/2012.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File%3AManuel_Castells.jpg

Holbergprisen estruturas sociais, em especial nas relações de trabalho. Sua obra tem provocado discussões acerca do conflito entre o poder das redes globais capitaneadas pelas companhias transnacionais e o poder e papel cada vez mais reduzido dos países na economia global. As redes atuam como reguladoras da produção em escala global e também do consumo. Submetem aos países pressões de todas as ordens e exigências as mais variadas para adequação do território às suas necessidades de reprodução. Castells faz uma análise ampla do funcionamento da economia global, de grande valia para a geografia econômica.

Redes materiais e imateriais

Pelo que vimos até aqui, fica evidente que as redes são formadas por fluxos, pelo trânsito e circulação de mercadorias em geral, pessoas e informação. A rede, em si, não possui valor nem existiria sem a presença do fluxo, do seu conteúdo, daquilo que circula em seus canais interconectados. Sua forma e função estão intimamente ligadas ao seu conteúdo. E a característica do seu conteúdo resultará em uma forma específica de estruturação do território.

Neste sentido, podemos destacar duas dimensões de redes baseadas nas características de seus conteúdos:

- A imaterial, nas quais o que transita e dá forma à rede é de natureza social, política, religiosa e cultural;
- A material, nas quais as próprias redes formam a paisagem, estão gravadas de forma palpável no espaço, são visíveis na estruturação do território - aquilo que Milton Santos denominou como fixos, como as ferrovias e rodovias, por exemplo.

Em sua dimensão material, não é o conteúdo circulante (pessoas, energia, água, telefonia, minério de ferro, automóveis...) que dá forma à rede; esta se materializa no espaço, de forma a viabilizar a circulação e a fluidez do conteúdo. Ou seja, a rede materializada assumirá determinada forma que possibilite transportar o seu conteúdo, interligando zonas de produção a zonas de consumo, ou zonas centrais a zonas periféricas. A **Figura 7.4** representa a rede de ferrovias da África do Sul, exemplo de rede em sua dimensão material.



Figura 7.4: Mapa da rede ferroviária da África do Sul (22/6/2012).
 Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File%3ASouth_Africa_rail_network_map_with_cities.svg

Sobre as redes materiais, podemos exemplificar mais: redes de telefonia, redes de abastecimento de água, redes ferroviárias, redes rodoviárias, redes de energia, oleodutos, gasodutos, redes de esgoto, etc. Todas elas são técnicas desenvolvidas pela sociedade que possibilitam a manutenção e a reprodução do modo de vida. São desenvolvidas como soluções para o processo produtivo, pois é necessário escoar a produção de minério de ferro e de soja por ferrovias até os portos, tanto quanto garantir a geração e distribuição de energia elétrica, água e comunicação aos estabelecimentos comerciais e industriais e para as famílias, e possuir uma malha rodoviária que possibilite a circulação de mercadorias e pessoas.

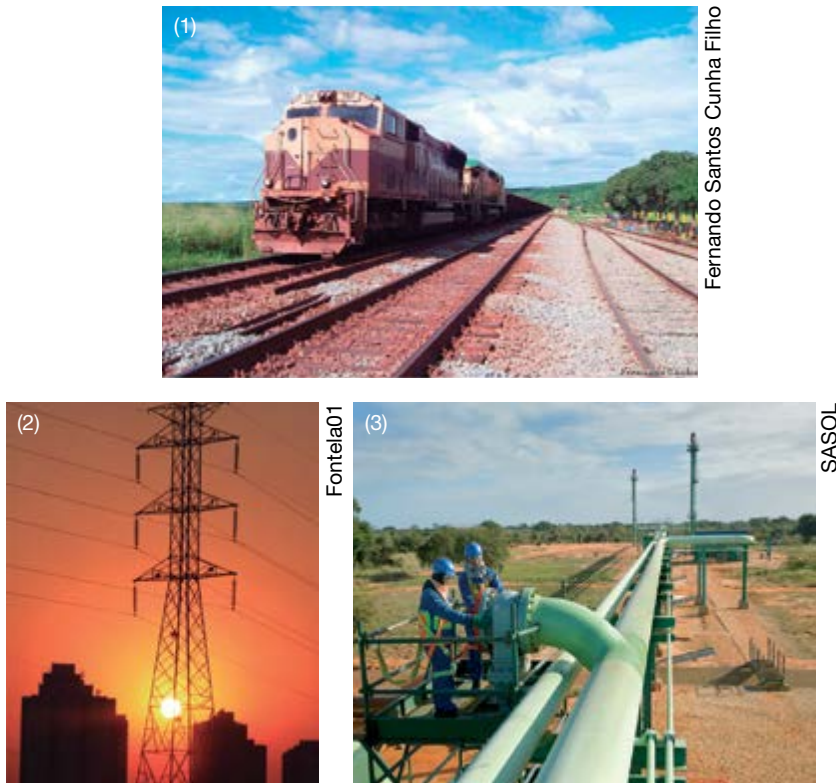


Figura 7.5: Redes materiais - soluções para o processo produtivo. 1. Trem de minério da Estrada de Ferro Carajás, Brasil (13/11/2011) – Rede ferroviária. 2. Rede de transmissão de energia elétrica. Rede de circulação e distribuição de energia. 3. Rede de gasodutos em Moçambique (11/8/2010). Rede de circulação e distribuição de energia.

Fontes: http://commons.wikimedia.org/wiki/File%3AEstrada_de_Ferro_Carajas_2.jpg; <http://commons.wikimedia.org/wiki/File%3ARedeeletricawee.jpg>; http://commons.wikimedia.org/wiki/File%3ASASOL_Gas_Pipeline_-_Temane_-_Mozambique.jpg.

Em geral, as redes materiais estão circunscritas a um território, como a malha rodoviária brasileira ou a rede de oleodutos canadense. Mas podem também existir em escalas supranacionais, através de integrações físicas entre países vizinhos. Podemos dizer que existe uma malha ferroviária europeia, por exemplo. Mas sempre será necessário que tais territórios sejam contíguos, vizinhos e fronteiriços. Esses são limites e prerrogativas espaciais das redes de infraestrutura.



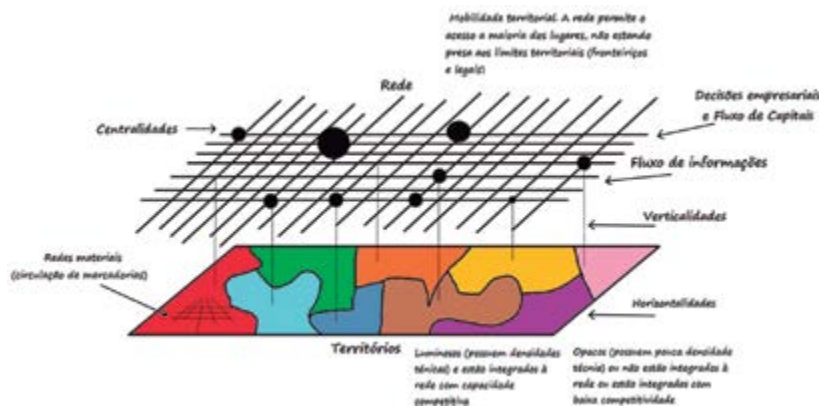
Você já ouviu falar na IIRSA? É a sigla para Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana. Em 2000, os presidentes de 12 países da América do Sul se reuniram em Brasília para dar início aos trabalhos. Entre os planos da IIRSA, estão os projetos de integração ferroviária continental, de telecomunicações, integração energética, entre outras, com o objetivo final de desenvolver economicamente o continente sul-americano através da integração física, de uma rede infraestrutural que promova o desenvolvimento econômico e a integração cultural na América do Sul. Para saber mais sobre a IIRSA, visite o *site* <http://www.iirsa.org/>

No entanto, no estágio atual de desenvolvimento do capitalismo, caracterizado pelo fenômeno da globalização, as redes imateriais não são menos estruturantes do território do que as redes materiais. De certa maneira, pela força do global sobre o local, pela pressão que as redes globais imprimem sobre o território, podemos dizer que as redes materiais são, na verdade, resultantes da dinâmica econômica das redes globais. A rede imaterial está intimamente ligada à informação, aos avanços dos meios de comunicação e da informática, vitais no processo de globalização. Elas permitem, atualmente, movimentos rápidos do capital, sem que este esteja preso às limitações estruturais dos territórios.

O conceito de rede utilizado em tempos de globalização é o de rede global, que dá origem a uma sociedade em rede, de troca de informações e de fluidez. O geógrafo Ruy Moreira define bem a diferença entre as redes materiais e a rede global. Para este autor, em tempos anteriores à globalização, tivemos redes organizando o espaço dentro dos territórios, mas a globalização traz um conceito novo, o de “espaço organizado em rede”.

A rede não é, portanto, um fenômeno novo. Recente é o status teórico que adquire (DIAS, 1995). Imaginemos o espaço no passado, quando cada civilização constituía um território organizado a partir de um limite específico e da centralidade de uma

cidade principal. De cada cidade parte uma rede de circulação (transportes, comunicações e energia) destinada a orientar as trocas entre as civilizações uma com as outras, a cidade exercendo papel de arrumadora, organizadora e centralizadora dos territórios. Temos aí uma rede organizando o espaço. Mas não um espaço organizado em rede. Podemos dizer que a rede é um dado da realidade empírica, mas conceitualmente não estamos diante de um espaço organizado em rede (MOREIRA, 2007).



Ciro Marques Reis

Figura 7.6: Esquema relacional rede e território.

A **Figura 7.6** representa a relação entre a rede global, seus fluxos e sua relação com os territórios. Por uma questão de visualização, a rede é apresentada descolada e sobreposta ao território. Dessa forma, fica mais evidente compreender a mobilidade territorial da rede, que pode acessar, de cada um de seus nós, qualquer lugar ou território, na busca de melhores condições de lucro. Assim atuam as empresas transnacionais.

Essa foi a grande contribuição histórica da rede, como construção social, para o advento da atual divisão territorial e internacional do trabalho. Se antes era a lógica territorial que norteava a economia através de estratégias nacionais, na sociedade em rede, é o global que assume a organização do trabalho no mundo.

Não estando presa às limitações das relações horizontais dos territórios (legislação e fronteiras), a rede atua verticalmente, elegendo lugares e territórios, e esquecendo outros. Milton Santos definiu esses territórios como luminosos (os que são eleitos pela rede) e opacos (os que são esquecidos por ela), respectivamente. Ou seja, os lugares e os territórios passam a se estruturar de forma a se integrarem na rede econômica global.

Percebemos, então, que essa nova fase do desenvolvimento capitalista gerou um conflito claro entre rede e território. A primeira (a rede) representa a fluidez, a ausência de fronteiras, o global, enquanto o segundo (o território) representa controle, limites e as especificidades locais. Este conflito é o tema da segunda parte desta aula. Vamos a uma atividade relacionada à primeira parte desta aula.

Atividade 1

Atende ao objetivo 1

Você teve acesso a uma discussão inicial sobre o conceito de rede, onde foi apresentada uma perspectiva bidimensional deste termo: uma, material, e outra, imaterial. Explique a diferença entre as duas dimensões da rede e cite um exemplo de cada.

Resposta comentada

As redes materiais são aquelas que se apresentam fisicamente no espaço. Exemplo: uma malha ferroviária.

As redes imateriais são aquelas que não são visíveis e que estão, em geral, relacionadas com as tecnologias de comunicação e de informática. Exemplo: o fluxo de informação que circula virtualmente pela Internet.

A rede global significa o fim do território?

Essa tem sido uma questão bastante discutida nas ciências humanas e também na geografia. A natureza da rede global é tão distinta da natureza territorial que a coexistência de ambas tem sido conflituosa.

Teses apontam a total submissão do território aos comandos da rede. Correntes teóricas anunciam o fim do Estado-nação e a completa aniquilação das fronteiras.

Desde a formação dos Estados-nacionais, a partir do século XII, toda estratégia territorial (defesa, comércio, circulação de pessoas, economia) tem sido construída sob a óptica do território controlador, gestor, como unidade política e administrativa.

O Estado, país ou território nacional, desde seu surgimento, veio atuando como o sujeito central, a unidade fundamental da geopolítica, da geoeconomia, do desenvolvimento econômico doméstico e um dos atores das relações comerciais internacionais. Essa situação perdurou de forma absoluta até a virada do século XIX para o século XX, quando os efeitos das duas primeiras revoluções industriais passaram a imprimir fortes transformações na estrutura social. Surgem as grandes corporações multinacionais e o capitalismo financeiro.

A crise de 1929 refreou por um curto espaço de tempo o projeto liberal. As políticas keynesianas de Estado indutor da economia, associadas ao mundo bipolarizado pós-Segunda Guerra Mundial, foram caracterizadas por fortes ações de planejamento estatal, voltadas para a retomada do crescimento, desenvolvimento econômico, em áreas capitalistas e socialistas. A industrialização era o vetor da economia, e os Estados, em maior ou menor grau, implementavam iniciativas que tinham como objetivo diminuir as desigualdades regionais dentro do território.

A reestruturação produtiva dos anos 70 representou uma ruptura desse modelo. O modo de produção flexível veio acompanhado de uma nova divisão internacional do trabalho e, principalmente, de tudo o que fosse favorável à livre circulação de capitais e acesso a custos de produção mais baratos. Os territórios nacionais tornaram-se entraves ao processo de globalização da economia. A atuação das empresas (agora transnacionais), através da rede global, passou a forçar a desregulação territorial e, em particular, as relações trabalhistas, com a finalidade de acessar mão-de-obra mais barata e sistemas financeiros atrativos ao capital especulativo.

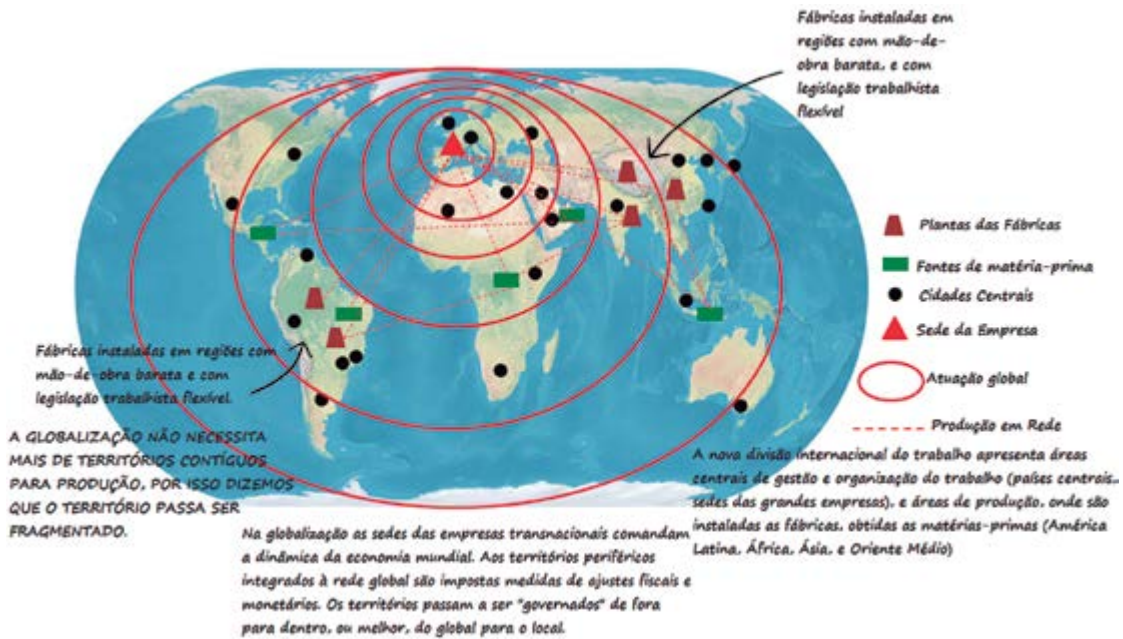


Figura 7.7: A organização da economia global a partir da rede.

O retorno do novo liberalismo (neoliberalismo) tinha como norte principal o dismantelamento das antigas estruturas territoriais criadas entre 1930 e 1970; em linhas gerais, diminuir ao máximo a interferência do Estado na economia. Os últimos decênios do século XX foram caracterizados pela onda de privatizações de empresas estatais (no Brasil, processo iniciando nos anos 90). Empresas de telefonia, rodovias, ferrovias, bancos, antes controladas pelo estado, passaram a ser geridas pela lógica empresarial privada e, algumas vezes, transnacionais.

Mas qual é o papel do território na globalização? Estaríamos mesmo diante de um processo inexorável de desterritorialização? Os Estados nacionais estariam completamente submetidos aos comandos dos gestores da rede global? Existiriam estratégias de coexistência ou de reação por parte dos territórios em relação às pressões advindas da rede global?

Não são perguntas fáceis de serem respondidas, mas podemos dizer que a rede possui um potencial desterritorializador (do território político) e também um potencial territorializador (do território destino do capital). O que precisamos compreender é que o conceito de território estudado aqui é o de território político, e que a relação da globalização com o território acaba por gerar novas escalas territoriais.

Uma das estratégias utilizadas pelos Estados nacionais, unidades territoriais nacionais, para o enfrentamento competitivo da globalização,

foi a criação de escalas supranacionais em conjunto com outros territórios nacionais, visando integrar-se à rede global não isoladamente (com menos força competitiva), mas em blocos econômicos regionais (com maior peso econômico). Ver **Figura 7.8**.



Ciro Marques Reis

Figura 7.8: A organização da economia global em blocos econômicos.

Sobre os blocos econômicos, vale relembrar alguns tipos:

Tabela 7.1: Tipos de Integração (blocos econômicos)

Zonas de Livre Comércio	Acordos comerciais de redução e/ou eliminação de tarifas alfandegárias entre os integrantes do bloco
Mercado comum	Livre circulação de capitais, serviços e pessoas no interior do bloco
União monetária e econômica	Adoção de moeda única e estratégia conjunta de desenvolvimento econômico
União aduaneira	Redução ou eliminação de tarifas comerciais entre os integrantes do bloco

Curioso notar que as estratégias internas dos blocos econômicos guardam semelhanças com a dinâmica das redes globais no que tange à eliminação de barreiras para a livre circulação de mercadorias, pessoas e informações. A diferença está na finalidade dos blocos. Eles são criados fundamentalmente para competir em melhores condições com outras regiões e empresas. Daí, suas mais variadas composições pelo globo terrestre, normalmente orientadas por confluências de interesses econômicos e, principalmente, proximidade geográfica.

No entanto, nem sempre os blocos econômicos são compostos por territórios contíguos ou fronteiriços. A APEC é um exemplo. Seus membros estão geograficamente separados pelo Oceano Pacífico, mas sob a perspectiva econômica, o Pacífico não os separa, mas sim os integra, os une, através de rotas marítimas e aéreas.

A mesma rede global que fragmenta o território, também permite que territórios de regiões geográficas distantes se integrem, formando uma nova escala territorial. Em meados do século XX, o poder das companhias internacionais de petróleo era muito grande. Suas interferências nos governos de países produtores de petróleo eram tão dramáticas que, em 1960, os grandes países produtores de petróleo criaram a OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo). A OPEP retirou das mãos das grandes companhias internacionais a regulação dos preços do petróleo no mercado mundial. Países do Oriente Médio, África e América do Sul integram a OPEP, formando um novo território não contíguo, unido pelo mesmo interesse econômico e comercial.



Figura 7.9: Outras escalas territoriais – países pertencentes à OPEP.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Opec_Organization_of_the_Petroleum_Exporting_Countries_countries.png#file

Parece evidente a todos nós que, por mais que os Estados nacionais ou territórios políticos administrativos percam autonomia, integrados à economia globalizada, eles não perecerão. Parte da produção sempre será realizada no espaço; a rede materializa sua produção no espaço, no território, no lugar da produção. Embora a rede global possua um grande grau de virtualidade em seu conteúdo (principalmente de informação), o processo produtivo, mesmo que fragmentado ou descontínuo, estará expresso na estrutura socioespacial dos lugares.

Rogério Haesbaert define assim a visão dicotômica (separada, dividida) Território/Rede:

Tabela 7.2: Território *versus* Rede.

Território	Rede
Intrínseco (mais introvertido)	Extrínseco (mais extrovertido)
Centrípeto	Centrífuga
Áreas, superfícies	Pontos (nós) e linhas
Delimita (limites)	Rompe Limites (fluxos)
Enraizamento	Desenraizamento
Mais estável	Mais instável
Espaço areolar (habitação)	Espaço reticular (circulação)
Espaço de lugares	Espaço de fluxos
Métrica topográfica	Métrica topológica não euclidiana

Fonte: HAESBAERT, 2012, p. 228 (adaptado)

É de extrema importância que você atente para o fato de que as redes são uma construção social e são, certamente, umas das expressões mais representativas do estágio atual do capitalismo em tempos de globalização. Também é importante atentar para a consideração de que o território, em sua dimensão política, permanece importante, seja através da resistência às demandas da rede global, seja através de suas estratégias internas de integração à rede global.

“As redes são realidades concretas, formadas por pontos interligados, que tendem a se espalhar por toda a superfície terrestre. Ainda que de maneira descontínua. Essas redes se constituem na base na modernidade atual e na condição necessária para a plena realização da economia global. Elas formam ou constituem o veículo que permite o fluxo das informações, que são hoje o motor principal da globalização” (SANTOS, 2002).

Atividade 2

Atende ao objetivo 2

Por que os territórios nacionais são, de certa maneira, um entrave na dinâmica da economia global atual?

Resposta comentada

Os territórios nacionais são resultantes de um processo histórico que os conformou baseados em limites e fronteiras, em legislações próprias e em soberania. A dinâmica global da economia na atualidade representa o inverso da lógica territorial. Para penetrar no território, é necessário reestruturá-lo, desregulamentá-lo, “prepará-lo” para os interesses dos centros decisórios que comandam a dinâmica econômica mundial. Ou seja, por suas características e heranças históricas, o território nacional limita, cria barreiras e torna mais difícil o fluxo de capitais, pessoas e mercadorias, indo de encontro, chocando-se com o maior interesse da dinâmica da economia global na atualidade.



Conclusão

Nesta aula, vimos que o espaço organizado em rede é a expressão da globalização, do período denominado “pós-fordismo”. A organização em rede do espaço econômico mundial possibilita que as grandes corporações entrem na fase da acumulação flexível de capital. As estruturas rígidas do modo de produção fordista não funcionavam mais e não estavam em compasso histórico com as novas tecnologias advindas da revolução técnico-científica-informacional dos anos 70. O território

nacional, que carrega em si as já desgastadas formas socio-espaciais, acaba por entrar em conflito com a nova forma de organização em rede.

Atividade final

Atende aos objetivos 1 e 2

1. Por que podemos considerar a organização do espaço em rede uma construção social?

2. Qual é a relação existente entre a fragmentação territorial na globalização e o surgimento de “territórios luminosos” e “territórios opacos”? Exemplifique-os.

Resposta comentada

1. A organização espacial em rede é uma construção social como qualquer outra criada pela sociedade para organizar o modo de vida e a reprodução desse modo de vida. Ela não é uma abstração, mas sim uma técnica, uma forma organização, historicamente contextualizada na atualidade.

2. A fragmentação do território está relacionada com a fragmentação da produção, com a fragmentação do trabalho. Na rede, as empresas podem escolher variados lugares para cada etapa de processo produtivo. Nesta etapa de eleições dos lugares, ela privilegiará aquelas com mais vantagens competitivas. Esses lugares ou territórios já densos em infraestrutura (por isso, eleitos) acabam sendo conectados à rede, e são um

exemplo do que Milton Santos chamou de “luminosos”. Os territórios desconectados seriam os “opacos”.

Resumo

Na presente aula, foi apresentada a você a discussão do conceito de rede, largamente utilizado nos trabalhos de geografia econômica e, principalmente, em temáticas que envolvem estudos sobre o fenômeno da globalização. Apresentamos duas dimensões de rede, com a finalidade de separar bem e distinguir a rede global – objetivo de nossa aula – de outras redes de dimensões diferentes. Nesse aspecto, vimos duas dimensões das redes: uma material (infraestrutural) e outra imaterial (telecomunicações e informação). Ressaltamos que a rede imaterial é uma construção social e pode ser considerada como uma técnica utilizada pela sociedade para organização do espaço em rede. Vimos que essa forma específica de organização em rede surgiu na década de 1970, no rastro da 3ª Revolução Industrial, ou revolução técnico-científico-informacional, e como teve papel fundamental na reestruturação produtiva, na nova divisão internacional do trabalho. Vimos que a dinâmica em rede possui potencial estruturante sobre o território, mas que essa relação não é serena, pois o território se transforma de forma mais lenta e traz consigo estruturas que já não respondem à velocidade da rede. Vimos também que tal conflito acaba por gerar estratégias por parte dos territórios nacionais com a finalidade de reagir ou se integrar de forma competitiva à rede. Exemplificamos tal afirmação, citando o surgimento de entidades supranacionais, como os blocos econômicos, como União Europeia ou Mercosul. Ressaltamos as diferenças entre a rede e o território, ficando claro que a primeira derruba limites e flui, enquanto o segundo limita e centraliza. Concluímos com a afirmação de Milton Santos sobre as redes, no sentido de ressaltar que, apesar de seu caráter virtual (já que seu principal conteúdo é a informação), as redes são concretas e são expressão mais bem acabada do processo de globalização atual.

Referências

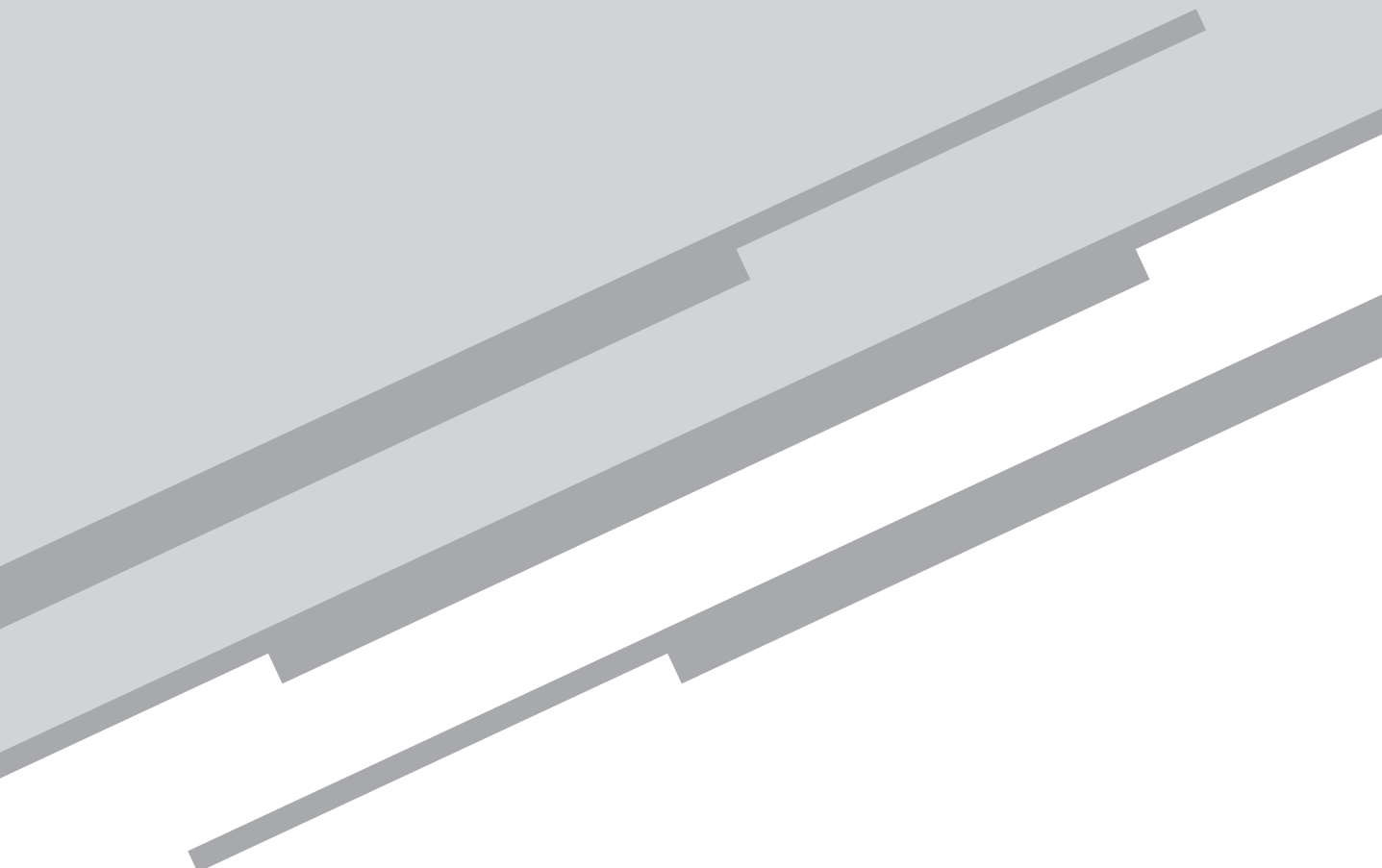
- ALMEIDA, A. W. B. de *et al.* **Capitalismo globalizado e recursos territoriais:** fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.
- ANTAS JR. R. M. **Território e regulação:** espaço geográfico, fonte material e não formal do direito. São Paulo: Associação Editorial Humanitas: FAPESP, 2005.
- BENKO, G. **Economia, espaço e globalização:** na aurora do século XXI. São Paulo: Hucitec, 1999.
- BRAGA, R. M. **Território, rede e multiterritorialidade:** uma abordagem conceitual a partir das corporações. Geografias. Belo Horizonte: 06(2) 26-36 Julho-dezembro de 2010.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede:** a era da informação: economia, sociedade e cultura; v. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- COSTA, R. H. da. **Regional-global:** dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização:** do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- HARVEY, D. **O Neoliberalismo:** história e implicações. Trad. de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- HARVEY, David. **Espaços de Esperança.** Trad. de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela. Gonçalves São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2006.
- KOCHER, B (Org.). **Globalização:** atores, ideias e instituições. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.
- MOREIRA, R. Da região à rede e ao lugar: a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo. **Etc, espaço, tempo e crítica.** v. 1, n. 1(3), 1º jun de 2007. p. 55-70.
- ROSA, C. R. Globalização e divisão territorial do trabalho: uma introdução à discussão das novas tendências na produção do espaço. **Acta Scientiarum:** 20(1):115-119, 1998.
- SANTOS, M. **A Natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. - (Coleção Milton Santos; 1).

SANTOS, Boaventura de Sousa. Os processos da globalização. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.) **A Globalização e as Ciências Sociais**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005

SILVEIRA, R. L. L. da. Redes e território: uma breve contribuição geográfica ao debate sobre a relação sociedade e tecnologia. **Biblio 3W**: v. VIII, n. 451, 15 jun de 2003.

Aula 8

Reflexões críticas sobre a globalização



Meta

Apresentar uma discussão crítica sobre o conceito de globalização a partir de dois eixos principais: a localização desse fenômeno na história e no espaço geográfico, e a ideia de hegemonia que acompanha o processo de globalização como única alternativa, ou forma de organização socioeconômica e espacial do mundo na atualidade.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. refletir sobre as várias leituras possíveis do fenômeno da globalização no que tange ao seu desenvolvimento histórico e expressões espaciais;
2. diferenciar o longo processo histórico de aproximação entre as várias partes do mundo, do fenômeno contemporâneo da globalização;
3. refletir sobre as origens do termo globalização e sobre as forças que atuam na atual organização econômica global;
4. compreender que globalização não é um processo natural, mas resultante das ações humanas.

Introdução: problematizando a Geografia

Você tem convivido regularmente com o termo “globalização”. Ele tem sido utilizado de forma cotidiana e sem maiores preocupações conceituais. Penetrou fortemente em nossas mentes e modo de vida. Mesmo quando alguém se opõe aos resultados da globalização, de uma forma geral, não há questionamentos quanto à sua condição hegemônica, ou quanto à sua presença inquestionável, como se a globalização fosse o resultado natural de todo um processo histórico de desenvolvimento econômico planetário. Mas será mesmo assim? Será que a atual geografia econômica do mundo é um resultado natural? Estamos destinados a estarmos cada vez mais conectados? As fronteiras estão com seus dias contados? Somos cidadãos do mundo e não mais brasileiros, argentinos, israelenses ou filipinos? Será realmente que as primeiras trocas comerciais da Antiguidade eram o esboço do mundo global de hoje? Seria este um processo único, igual em todos os lugares? Seria a globalização um processo histórico de longa duração, ou apenas uma forma bem específica dos tempos atuais? Nesta aula, pensaremos sobre essas questões.



Figura 8.1: Estamos todos sob os tentáculos da globalização?

De uma forma geral, a globalização é definida como um processo de aproximação e trocas em vários níveis (cultural, econômico, financeiro, comercial...) entre regiões, países, pessoas, empresas e grupos sociais, estimulada de forma importante pelo avanço e domínio de técnicas, como meios de transporte e, especialmente, a informática e as telecomunicações. Seu destino seria a substituição das especificidades locais

por um padrão global de modo de vida. Essa é uma formulação bastante repetida e aceita sem maiores questionamentos sobre o que é globalização. Mas vamos nos aprofundar em duas questões para pensarmos um pouco mais *criticamente* sobre o assunto.



“Pensar Criticamente”

Mas você sabe o que é pensar criticamente sobre algo? Compreender o que é pensamento e reflexão crítica é parte básica para a proposta desta aula. Criticar é investigar sobre algo, procurar conhecer suas bases, seus fundamentos, sem que nenhum preconceito sobre aquilo seja tomado como verdade absoluta. Procurar o que está oculto, pensar sobre o tema de vários ângulos ou a partir de várias perspectivas. Não aceitar apenas o aparente ou o óbvio; tentar ver além do que é apresentado.

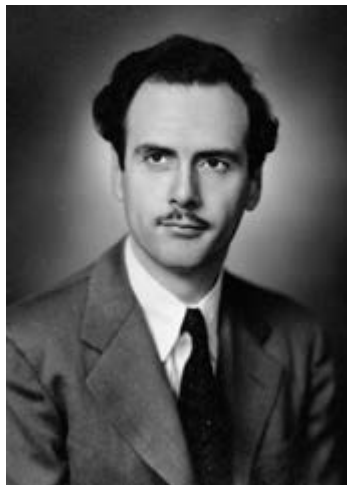
O que faremos aqui, ao pensar criticamente sobre o conceito de globalização, é não aceitá-lo como ele é apresentado pura e simplesmente, mas investigá-lo para melhor compreender sua dinâmica e origem, a sua natureza. Nesse aspecto, duas questões se apresentam:

1. podemos considerar a globalização um processo de longa duração histórica ou ela é um fenômeno relativamente recente?
2. o processo de integração mundial em todos os níveis e, em particular, o econômico, é o destino natural da humanidade? O caminho, para o que o filósofo canadense Marshall McLuhan denominou de “Aldeia Global”, seria um processo natural e evolutivo das sociedades humanas?

Vamos pensar criticamente sobre essas questões.



O termo *aldeia global* foi criado pelo filósofo canadense Marshall McLuhan e está relacionado com o papel das tecnologias de telecomunicação na diminuição das distâncias, nas novas formas de se relacionar com o mundo e na reorganização social. Teórico da comunicação, McLuhan pode ser considerado um dos primeiros pensadores que refletiram sobre os efeitos das telecomunicações na transformação das relações sociais em escala global. Nos anos 60, produziu suas teses centrais sobre o tema.



Marshall McLuhan

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File%3AMarshall_McLuhan.jpg

Desde quando o mundo é globalizado?

Nayan Chanda, historiador e diretor do Centro de Estudos sobre Globalização da Universidade de Yale, nos EUA, lançou, em 2007, um livro intitulado “Bound Together”. Sua tradução literal seria “Fronteiras Unidas” ou algo como “amarrados juntos”, dada a palavra “bound”, o que passa muito a nossa ideia crítica de globalização. No Brasil, o título

foi traduzido como “Sem Fronteiras”. A essência da obra é o processo de globalização. O autor remonta tempos longínquos e agentes importantes que contribuíram para chegarmos ao atual estágio de integração mundial. Ele pertence a um grupo de intelectuais que entendem o processo de globalização no longo percurso da história.

Um dos exemplos utilizados pelo historiador foi a descoberta das **monções**, no século I, para a navegação, que reduziu de dois anos para três semanas o tempo necessário para percorrer a rota, pelo Mar Vermelho, que levava à Índia. Somente em meados do século XIX, o vento perderia a importância, em virtude do motor a vapor.

Monções

Variações climáticas que ocorrem na porção sul e sudeste da Ásia (Ásia das Monções). Os ventos de monções caracterizam-se pela variação de sua direção de acordo com a mudança das estações do ano. No verão, sua direção vai do Oceano Índico para o continente e, no inverno, do continente asiático para o oceano.

Outros intelectuais, como Immanuel Wallerstein, preferem datar o início da globalização no século XV, com o advento das grandes navegações, embora considere que este processo tenha entrado em uma etapa diferenciada a partir de 1945, no período pós-Segunda Guerra Mundial. Outros autores entendem que a globalização é um fenômeno mais recente, das décadas de 1970 e 1980, e o que havia antes disso era um processo de integração econômica do mundo, mas em bases menos intensas e de evolução mais demorada.

Por mais variados os arranjos que possam surgir, podemos remontar a três ideias bastante difundidas sobre a origem do processo de globalização:

- aquelas que sustentam sua existência como processo histórico de longa duração e que a relacionam com as primeiras formas de interação econômica, comercial, cultural, etc. Essa perspectiva abrangia, no início, movimentos migratórios entre regiões vizinhas, relações comerciais por rotas terrestres, e estariam circunscritos às relações intracontinentais;
- aquelas que correlacionam o início da globalização com o início do período da expansão marítima comercial portuguesa, iniciada no século XV, com o estabelecimento de relações comerciais interligando continentes e povos distantes, em caráter, pela primeira vez, mundial;
- aquelas que entendem o processo de globalização como um fenômeno diferenciado do processo de integração da economia mundial, localizando seu surgimento na metade final do século XX. Essa opção está vinculada ao entendimento de uma diferenciação na intensidade e na velocidade das transformações das relações econômicas no mundo, sem precedente na história.

Podemos recorrer a Milton Santos para desvendar tal questão. Segundo o geógrafo brasileiro, “o meio técnico-científico-informacional

é a expressão geográfica da globalização”. Sendo assim, quanto ao seu contexto histórico, podemos assumir a ideia de que a globalização é um fenômeno recente, datado, e vinculado não apenas ao meio técnico-científico-informacional, mas, sobretudo, a esse estágio específico do capitalismo.

Diferentemente das outras perspectivas de longa duração histórica, ressaltamos aquilo que é mais importante e significativo do fenômeno da globalização: a singularidade do momento atual, caracterizado pela sua velocidade, pela sua capacidade destrutiva, pela sua capacidade de desregulamentar a economia e pela liberação generalizada dos movimentos de capitais.

O fenômeno da globalização está associado à política econômica neoliberal, à ideia de enfraquecimento dos territórios nacionais, a um projeto que se pretende homogeneizador, ao papel das empresas transnacionais e, finalmente, ao extraordinário avanço nas tecnologias de informação e comunicação. Todos, fatores historicamente recentes. Logo, podemos considerar que o termo globalização, quanto à sua contextualização histórica, faz referência a um fenômeno contemporâneo dentro do desenvolvimento capitalista na segunda metade do século XX.

Importante ressaltar que não se trata de negar o caminho histórico do desenvolvimento comercial e econômico mundial e da crescente integração global, mas de desconstruir a perigosa ideia de **inexorabilidade da globalização** ou de sua naturalização. Isso é muito importante, tendo em vista que, ao aceitarmos algo como inevitável, e que não há alternativas outras de organização no mundo, passamos a perder nosso poder de questionamento frente ao fato. Trataremos especificamente sobre isso na segunda parte desta aula.

Outra “verdade” bastante propagada a respeito da globalização é a de defini-la como um fenômeno homogeneizador, ou seja, capaz de tornar os vários lugares do mundo muito parecidos, e a vida das mais variadas sociedades similares. Será mesmo?

É inegável que os mais variados lugares estão mais conectados atualmente, pelos mais diversos tipos de rede (comerciais, culturais, religiosas, financeira, políticas...), inegável também que alguns valores originários de centros dominantes tenham penetrado no cotidiano de países periféricos ou subdesenvolvidos, como o cinema e a música norte-americana, mas o mundo realmente passou a apresentar lugares com o mesmo padrão de vida ou organização espacial? Vejamos as **Figuras 8.2, 8.3 e 8.4:**

Inexorabilidade da globalização

Ideia de que a globalização é um processo absoluto, que não pode ser alterado ou evitado. Um processo independente das ações humanas.



Figura 8.2: Paisagem urbana da Índia, com uma vaca, animal sagrado no país.
Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File%3AAnimal-sagrado_Nova-Deli_India.jpg



Ana Lúcia Fernandes Camacho Câmara

Figura 8.3: Folia de Reis em Jacaré, São Paulo, Brasil, 2010.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File%3AFolia_de_Reis%2C_Jacare%C3%AD%2C_SP.jpg



Figura 8.4: Burj-al-Arab Hotel, Dubai, Emirados Árabes Unidos, 2011.

Fonte: <https://www.flickr.com/photos/ciagov/5978664509> The Central Intelligence Agency (The World Factbook - United Arab Emirates)

Ao analisarmos as realidades espaciais em torno do planeta, fica evidente que, por mais que o fenômeno denominado globalização interligue regiões e culturas, e disponibilize informações comuns a todos, as diversidades permanecem, sejam em formas adaptativas ou na forma de resistência ao processo globalizante.

Mas perceba que estamos tratando a globalização como um termo amplo, em suas mais variadas facetas, como a cultural ou religiosa, por exemplo. Mas o fenômeno da globalização apresentado como a nova dinâmica organizacional do mundo é, na sua origem, fundamentalmente ligada ao capital e, especialmente, ao capital financeiro e à doutrina econômica neoliberal.

O que há de fundamental em relação ao processo é a diminuição das distâncias pelo tempo. Avanços nos meios de transporte e nas tecnologias de informação e telecomunicação estão no centro desse debate.

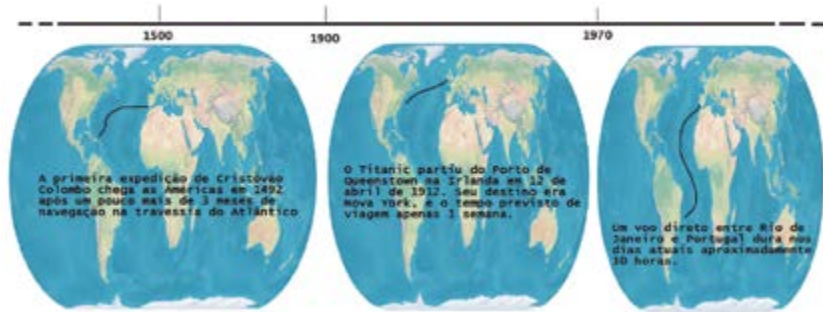


Figura 8.5: Diminuição das distâncias ao longo da história, em função do tempo.

E quem promove, necessita, e mais se beneficia dessas transformações? Não há dúvidas de que são as empresas e as instituições financeiras. Localizadas em todas as partes do mundo, as empresas transnacionais estabelecem suas redes, organizando a produção em escala global, enquanto as instituições financeiras estabelecem suas redes de circulação de capital virtual. Esse é o “DNA” da globalização, sua face capitalista, comercial, econômica, neoliberal e financeira. E é esse viés que mais importa para a geografia econômica, associada aos impactos sócio espaciais desse processo.

A própria geografia econômica do mundo na atualidade serve de importante pista para associarmos a globalização a um contexto contemporâneo. O termo passou a ser mais largamente empregado nos meios acadêmicos quando se iniciou a dissolução do bloco econômico socialista. O processo de abertura econômica e expansão do modo capitalista por antigas regiões socialistas após o fim da União Soviética representou o surgimento de novas áreas para a expansão capitalista, que agora seria, de fato, global.

Mas a expansão geográfica do capitalismo por todo globo terrestre ao final do século XX não foi um simples ocupar de lugares. Mais do que novos mercados, o que estava em jogo era a continuidade do modelo capitalista de acumulação, que funcionara (para os países centrais e, sobretudo, para os Estados Unidos) entre 1945 e 1970, quando deu sinais de estagnação.

O modelo de acumulação capitalista de então passava a enfrentar problemas em sua dinâmica interna, em particular, na relação capital/trabalho. Vamos entender melhor esse processo.

Vejamos os seguintes esquemas:



Figura 8.6: Modelo de acumulação capitalista pré-reestruturação produtiva.

O esquema da **Figura 8.6** só é possível no movimento expansivo, quando há oferta de meios de produção, pouca concorrência, novos mercados e, sobretudo, força de trabalho barata. Sendo, segundo a teoria marxista da mais-valia, das horas não pagas aos trabalhadores, de que se apropria o capitalista no processo de acumulação, quanto mais cara a força de trabalho, mais problemas o esquema da acumulação terá para se reproduzir.



Figura 8.7: Relação conflituosa entre capital e trabalho.

Qual foi a solução adotada pelos capitalistas para manutenção do processo de acumulação? Já vimos em nossas aulas anteriores que uma delas é a deslocalização industrial. É através da deslocalização das fábricas que o capitalista procura mão de obra mais barata, trabalhadores politicamente desorganizados, legislações trabalhistas flexíveis, ou seja, baixar os custos de produção, voltando a se apropriar das horas traba-

lhadas pelos empregados, propiciando a acumulação.

Veja, na **Figura 8.7**, como nos EUA - onde a reestruturação produtiva começou mais cedo - houve um processo de enfraquecimento de movimentos grevistas e, conseqüentemente, o desmantelamento das organizações trabalhistas tradicionais.

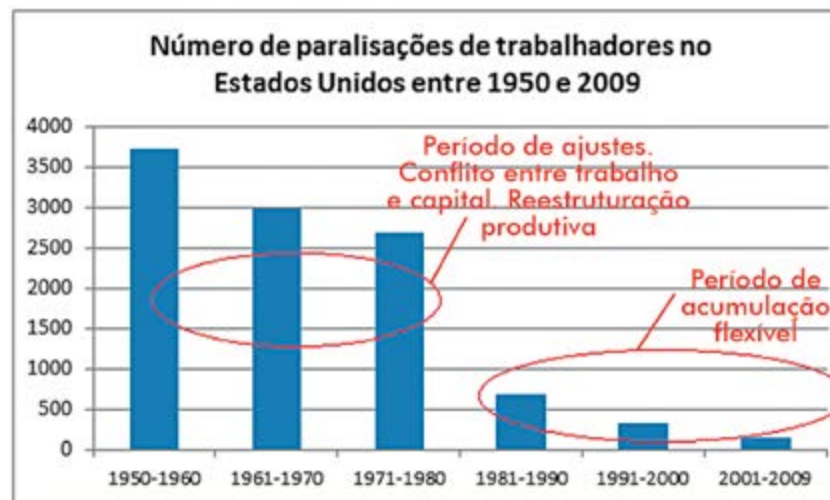


Figura 8.8: Paralisações de trabalhadores nos EUA (1950-2009) (milhares).

Fonte: http://advivo.com.br/sites/default/files/documentos/www-bls-gov_news-release_wkstp-t01-hm_12kbrj4m.pdf

A automatização de algumas cadeias produtivas com utilização da robótica também pode ser considerada um mecanismo reativo para diminuir o impacto das relações trabalhistas nos custos de produção.

É exatamente nesta dinâmica que reside a globalização em sua verdadeira natureza ou, pelo menos, no caso de não excluirmos interpretações de outras áreas (sociologia, história, ecologia, religião...), em sua dinâmica econômica e também geográfica, no sentido de que a produção se realiza no espaço, e esse espaço agora, pelos mecanismos construídos pelas grandes corporações, é o mundo todo.

Desta forma, podemos dizer que a globalização é um fenômeno antes de tudo econômico, geograficamente disperso e desigual, e que está intimamente ligada a uma nova dinâmica do capitalismo mundial, que passou a vigorar a partir dos anos 1970, quando se iniciou o processo de reestruturação produtiva (destruição do modelo produtivo anterior e reconstrução de um novo modelo produtivo), visando à manutenção do processo de acumulação, que é, por isso mesmo, denominado

XX dentro de uma etapa do desenvolvimento capitalista, e está baseada principalmente na fluidez de capital e mercadorias, na superação das barreiras e fronteiras nacionais, norteadas principalmente por agentes financeiros e companhias internacionais. Elementos e condições existentes somente neste período histórico.

Seria a globalização um processo natural?

E NO FIM, VIRÁ A GLOBALIZAÇÃO!



Figura 8.9: A globalização pode ser vista como um processo natural?

Uma boa pergunta para iniciarmos essa reflexão: a quem interessa a globalização?

Como conclusão da primeira parte desta aula, associamos o fenômeno da globalização ao ressurgimento das bases liberais das atividades econômicas mundiais, denominada, em sua nova versão, de neoliberalismo. Iniciamos também o entendimento de que a globalização, como forma de organização do sistema econômico mundial, interessa em par-

ricular a determinados grupos ligados ao sistema financeiro mundial e às grandes companhias transnacionais organizadas em rede com grande presença geográfica no mundo.

Vimos também que o que chamamos de globalização nasce em um determinado período da história e que, a partir das correlações que fizemos, o fenômeno se apresenta como contemporâneo, mas especificamente da segunda metade do século XX, sendo observada com mais intensidade pela academia nas décadas de 1980 e 1990. A partir desse momento, o termo não nos abandonou mais. Toda forma de integração, de conexão, de troca, de aproximação, seja cultural, religiosa, comercial, financeira ou política entre os povos, lugares distantes, regiões, países, estaria sempre associada à ideia plural, maior, integradora e genérica da globalização.

David Harvey escreveu:

“Em suma, o neoliberalismo se tornou hegemônico como modalidade de discurso e passou a afetar tão amplamente os modos de pensamento que se incorporou às maneiras cotidianas de muitas pessoas interpretarem, viverem e compreenderem o mundo” (HARVEY, 2005, p. 13).

Essa ideia presente no pensamento de Harvey, com sua preocupação a respeito de como o conceito de globalização parece organizar os pensamentos, prescrevendo o funcionamento do mundo como se fora uma expressão, uma forma, uma norma gerada espontaneamente, é o alvo da nossa reflexão nesta segunda parte desta aula.

Segundo Boaventura de Souza Santos, sociólogo português, intelectual que pensa sobre o processo de globalização, ela seria produzida pelo campo hegemônico dos países centrais, carregada de teor neoliberal.

Sendo assim, a globalização não é o resultado natural ou espontâneo de todas as relações econômicas, comerciais, culturais, entre pessoas, países e empresas. Não há a *mão invisível* nem tão pouco a globalização pode ser considerada a única solução para as relações supracitadas. Ela é, sim, uma prescrição, uma norma de conduta imposta pelo campo hegemônico dos países desenvolvidos aos países “subalternos”.



A *mão invisível* é uma referência à teoria econômica liberal de Adam Smith, que usava a alegoria de uma “mão invisível” regulando as relações entre os agentes econômicos, equilibrando oferta e procura, ou seja, que o mercado autorregulado chegaria a um ponto de equilíbrio comum e favorável a todos.

A globalização atua pela força do mercado, pela atuação das grandes empresas multinacionais que solapam as bases dos Estados, fragilizando suas instituições, gerando o aumento das desigualdades entre os países. Desta forma, a globalização contemporânea não é consensual (Boaventura alerta para “rachas” dentro do próprio campo hegemônico, tal a voracidade da elite financeira capitalista), e tão pouco surgiu de forma natural, o que implica a refutação automática da ideia de inevitabilidade pregada pelo ideário neoliberal.

Comentários sobre a globalização

Vejam alguns comentários sobre a globalização, de autores de áreas afins e da geografia.

- a) “[sobre a globalização]... é que tal processo possui ente social específico, pouco lembrado, o capital financeiro. Foi sob a alta financeirização da economia que ocorreu a elaboração política de um significado social válido que suscita a ideia de que a globalização é uma realidade na vida social contemporânea”. Bernardo Kocher – historiador, Brasil (2011).
- b) “A globalização foi concebida pelos círculos de negócios nos Estados Unidos especificamente para lhe dar com a dinâmica transnacional e de vocação global do capital norte-americano, encobrendo sua natureza expansionista e seus desastrosos efeitos econômicos, sociais, políticos, culturais e ecológicos para o resto da humanidade e para os trabalhadores de praticamente todo o mundo; a intenção é transpor a ocidentalização e os sistemas de valores as sociedades dominantes aos povos explorados e oprimidos da África, da Ásia e da América Latina”. Adrian Sotelo – sociólogo, México (2011).
- c) “Celebremos o maior intercâmbio planetário de ideias, pessoas, bens e informação, a maior interação entre Estados, regiões, povos, em-

presas, partidos, intelectuais, etc., contando que a globalização não se traduza em *dumping*, polarização e darwinismo social; em suma, que não seja uma forma para o peixe grande comer o pequeno.” Julián Corvaglia – sociólogo, Argentina (2011).

- d) “A necessidade de reproduzir as condições de exploração capitalista e da dominação nacional e mundial permitiu uma iniciativa política de abertura. Era tempo de abandonar as políticas de fortalecimento do mercado interno para retomar um curso de expansão internacional das relações capitalistas. Assim nasceu o conceito contemporâneo de globalização, que se potencializou com a crise do socialismo na década de 80 [...] A globalização se instala em uma dinâmica de variação das relações sociais capitalistas, flexibilizando a relação capital-trabalho...” Julio C Gambina - economista, Argentina (2011).
- e) “O debate em torno do processo de globalização no Brasil (se, de fato, ele existe) tem sido singularmente marcado por uma espécie de unilateralismo conceitual, no qual o fenômeno tende a ser geralmente caracterizado de modo negativo, como se ele tivesse a capacidade de concentrar, de um lado, todos os vícios sociais e todas as torpezas morais do capitalismo realmente existente, sendo-lhe, na outra ponta, creditadas muito poucas virtudes econômicas, se alguma. [...] Finalmente, são poucos ou relativamente escassos, para não dizer inexistentes, os estudos consistentes – isto é, possuindo um certo recuo de tempo – que permitam tirar conclusões positivas ou definitivas a esse respeito, ou seja, fornecendo evidências empíricas que demonstrem cabalmente algum tipo de vínculo estrutural entre a marcha da globalização e o aumento das desigualdades sociais ou setoriais.” Paulo Roberto de Almeida - sociólogo, Brasil (2004).
- f) “A premissa principal da globalização neoliberal é a obtenção de rendimentos de curto prazo. Para cumpri-la, faz-se necessário reduzir ao mínimo as barreiras aos investimentos dos mega especuladores. O “excesso” de instituições estatais e de legislação trabalhista, constituída em contratos coletivos de trabalho com as organizações sindicais, desfavorece a rentabilidade das empresas e deve ser eliminado. [...] Um forte discurso em favor da desregulamentação das relações econômicas entre as nações tem sido apregoado pelas principais instituições multilaterais globais, que recomendam em seus planos de ajuste econômico: a) menos intromissão do Estado e mais privatização; b) menos barreiras, menos cargas tributárias; c) mais abertura econômica e comercial.” Hindenburgo Francisco Pires - ge-

ógrafo, Brasil (2001).

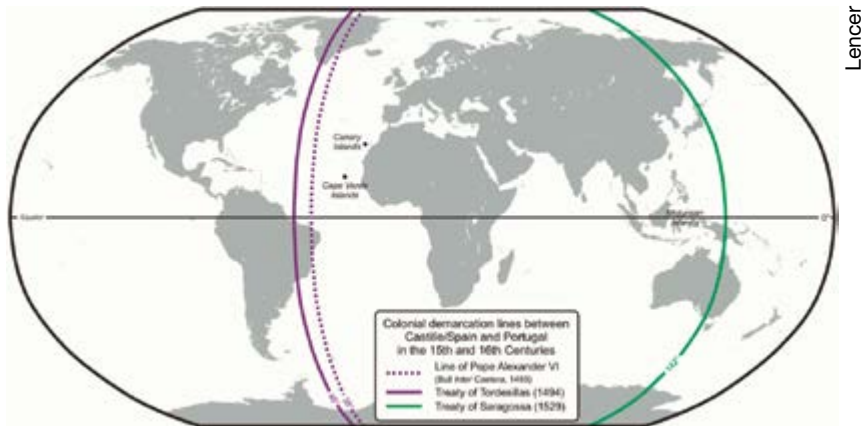
g) [sobre globalização] “As grandes empresas são esses centros frouxos do mundo, e que escapando ao controle dos Estados, e que, se distanciando de uma relação mais obrigatória com os territórios, acabam por lhe permitir uma ação sem responsabilidade. As grandes empresas não tem responsabilidade social, não tem responsabilidade moral, sobretudo. E é por isso que desorganizam os territórios tanto social quanto moralmente”. Milton Santos - geógrafo, Brasil (2000).

Podemos perceber quão variado é o leque de interpretações relacionadas com o fenômeno da globalização. Mas seja sob uma perspectiva favorável (visão integradora da globalização), seja a partir de um posicionamento contrário (globalizando a serviço de poucos), o conceito de globalização não deve ser facilmente aceito como um dogma, como um resultado histórico. Existem agentes, atores envolvidos na sua construção.

Centros hegemônicos e a ordem econômica mundial

A atual geografia econômica do mundo de hoje não é o simples resultado das inter-relações econômicas entre os diversos agentes, sujeitos ou atores, como se essas relações estivessem livres de regras preestabelecidas. A ordem econômica mundial vem sendo controlada pelos centros hegemônicos ao longo da história. Podemos recuperar alguns exemplos, sempre acompanhados de uma ideologia que os legitime:

1. Tratado de Tordesilhas: datado de 1494, estabelecia uma divisão do mundo entre as duas potências mundiais do período – Portugal e Espanha. Populações autóctones das Américas, África e Ásia foram massacradas sob os projetos de expansão de portugueses e espanhóis. No período, o que legitimava era a expansão da fé cristã.



Lencer

Figura 8.10: Tratado de Tordesilhas (linha roxa contínua).

http://commons.wikimedia.org/wiki/File%3ASpain_and_Portugal.png

2. O Congresso de Viena: conferência com as grandes potências europeias (1814/1815), para restauração de poderes políticos (monarquias absolutistas) e econômicos (partilha de territórios entre as potências imperiais) na Europa após a derrota de Napoleão.
3. Conferência de Berlim: realizada em 1884/1885, a conferência reuniu as várias potências europeias no processo de expansão imperialista, quando foi organizada a Partilha da África pelos países europeus. Legitimada pelo princípio de acordos pacíficos entre os países europeus na aquisição de territórios, a Partilha da África desarticulou culturas locais e recortou o continente em colônias submetidas aos centros europeus.



Zzly

Figura 8.11: Caricatura sobre a Conferência de Berlim e a Partilha da África.

http://commons.wikimedia.org/wiki/File%3AIMGCDB82_-_Caricatura_sobre_conferencia_de_Berl%C3%ADn%2C_1885.jpg

FMI

Fundo Monetário Internacional, criado com o objetivo de garantir estabilidade financeira internacional. Destaque para os empréstimos a países com problemas financeiros, mediante um receituário de ajustes fiscais, diminuição de gastos públicos, regulação da economia doméstica, normalmente exigindo ações governamentais restritivas e recessivas (planos de metas).

Banco Mundial

Banco criado para a reconstrução da Europa do pós-Segunda Guerra Mundial e atualmente concede empréstimos para projetos de desenvolvimento socioeconômicos e de infraestrutura.

Todos esses tratados ou conferências, de certa forma, comprovam o fato de que a geografia econômica do mundo sempre será fortemente influenciada pelos centros de poder.

Mas somente em 1944, com as conferências de Bretton Woods, ocorre a primeira reunião que tem como objetivo específico ordenar o sistema monetário e financeiro mundial. Ao fim da Segunda Guerra Mundial, várias nações pertencentes à Aliança das Nações Unidas, reuniram-se nos EUA para traçar o novo ordenamento econômico mundial. Encabeçada pelos EUA e pela Inglaterra, a conferência criou as estruturas de gerenciamento econômico mundial, como o **FMI** (Fundo Monetário Internacional) e o **Banco Mundial**.

Ficou estabelecido o dólar norte-americano (lastreado em ouro) como moeda de referência mundial, em substituição ao antigo modelo de padrão-ouro. Assim, os EUA saíram de Bretton Woods como controladores da gestão monetária e financeira do mundo pós-Segunda Guerra e com um sistema econômico internacional mais aberto e equilibrado, propício para a expansão do capital. O dólar norte-americano foi a moeda internacional até 1971, quando o modelo foi abandonado (crise de confiança com o déficit norte-americano e recuperação econômica da Europa), e substituído por um regime de livre flutuação.

E finalmente, em 1989, ocorreu um encontro nos Estados Unidos, já sob a égide do neoliberalismo, para traçar o plano de ação neoliberal para a América Latina. FMI, Banco Mundial, governo norte-americano e economistas e intelectuais liberais da América Latina, dando forma de um receituário da globalização para os países da América Latina. Veja alguns dos principais pontos do Consenso de Washington e perceba como são familiares a nós e como forçam a abertura econômica, tentando liberalizar ao máximo o fluxo de capitais e retirar o poder dos Estados-nacionais.



Consenso de Washington

Receituário do Consenso de Washington: disciplina fiscal, através da qual o Estado deve limitar seus gastos à arrecadação, eliminando o déficit público; liberalização financeira, com o fim de restrições que impeçam instituições financeiras internacionais de atuar em igualdade com as nacionais e o afastamento do Estado do setor; liberalização do comércio exterior, com redução de alíquotas de importação e estímulos à exportação, visando a impulsionar a globalização da economia; eliminação de restrições ao capital externo, permitindo investimento direto estrangeiro; privatização, com a venda de empresas estatais; desregulação, com redução da legislação de controle do processo econômico e das relações trabalhistas.

Dessa forma, podemos aceitar que a globalização não é um processo natural, pois existem agentes construídos as regras do jogo, e que ela não é um mero acaso histórico ou o destino histórico das relações econômicas entre as diversas partes do mundo. Ela serve especialmente ao projeto neoliberal de expansão do processo de acumulação capitalista, ao grupo hegemônico dos países ricos. Diante do que vimos, deixo uma pergunta para reflexão:

Temos alternativas à globalização?

Atividade 2

Atende aos objetivos 3 e 4

O Consenso de Washington estabeleceu normas a serem seguidas pelos países latino-americanos, de forte teor neoliberalizante, com claras determinações de diminuição do Estado. Dentre os pontos expostos em nossa aula do receituário do Consenso de Washington, escolha um que represente bem a determinação de diminuição do Estado e que ocorreu nos anos 90 no Brasil. Dê exemplos de aplicação do Consenso de Washington no Brasil na década de 90.

Resposta comentada

Privatização, com a venda de empresas estatais: os anos 90 foram marcados pela onda de privatização de estatais brasileiras, na crença da doutrina neoliberal de que o Estado deve ser mínimo.

Um exemplo de aplicação do receituário no Brasil foi a privatização da Companhia Vale do Rio Doce.

Conclusão

A reflexão sobre o fenômeno da globalização não passou de forma central sobre as questões relacionadas aos seus pretensos benefícios ou denunciados malefícios. O que tentamos construir foi um espaço de reflexão sobre o tema, com o objetivo principal de desconstruir, caso houvesse, alguns traços ideológicos que estivessem sobrepostos ao conceito de globalização.

Haverá aqueles que defenderão a globalização, indicando que, tal e qual o capitalismo, ela trouxe melhores condições de vida, oportunidades, etc. E isso pode mesmo ser verdade para uma parte da população mundial. Haverá também aqueles que desfiarão uma séria de problemas,

como a aumento da desigualdade, decorrente da concentração de riqueza e a atual divisão internacional do trabalho, com exploração de mão de obra barata e com condições péssimas de trabalho. E estes terão razão em relação à outra parte da população mundial.

São temas importantes, mas nosso objetivo foi tratar de uma etapa anterior a essas problemáticas: trabalhar o conceito e contextualização histórica e geográfica do fenômeno. Ao vislumbrar o lugar da globalização na história, e os seus gestores no cenário mundial, pode-se compreender com mais precisão o lugar que o Brasil ocupa no mundo e como, de fato, as forças globais estão próximas de nós, reestruturado o território, modelando o econômico e penetrando em nossas mentes.

Atividade final

Atende aos objetivos 1, 2, 3 e 4



Por João Felipe C.S

Projeto da ALCA.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File%3AAlca_Members.PNG

A ALCA (Área de Livre Comércio das Américas), representada na figura, não existe de fato. Ele foi proposta pelos EUA em 1994, para integração quase total do continente americano em uma área sem barreiras alfandegárias. O poderio da economia norte-americana acabou se transformando em um grande entrave para a consecução do projeto, que acabou não acontecendo, pois os países menos desenvolvidos da região temiam pela completa destruição de suas economias domésticas frente à competitividade da indústria norte-americana.

Responda:

a) A proposta da ALCA pode ser considerada de cunho neoliberal? Explique.

b) Como você pode associar os problemas de implementação da ALCA com o conflito Globalização X Estado-Nacional?

Reposta comentada

a) Sim, pois é inerente à doutrina neoliberal a dissolução de toda e qualquer barreira ou entrave que dificulte a livre circulação de capitais. Como a proposta da ALCA é de bloco econômico sem barreiras alfandegárias, vai ao encontro do modelo econômico neoliberal.

b) A globalização econômica é de teor neoliberal e pressupõe a eliminação de quaisquer obstáculos que prejudiquem a livre circulação de capitais e de trocas comerciais. O Estado-Nacional é exatamente o oposto da globalização. Ele possui regras específicas (legislação), limites políticos e geográficos (fronteiras), e possui interesses particulares (nacionais). O problema na implementação da ALCA está exatamente nos conflitos de interesse existentes entre as realidades locais (Estados Nacionais) e a onda globalizante, que possui origem no poder central e hegemônico representado pelos EUA. Os Estados-Nacionais transformam-se, assim, em focos de resistência. No caso da ALCA, o protecionismo dos Estados tem levado vantagem à onda globalizante, o que tem evitado a sua consecução.

Resumo

A globalização é um fenômeno contemporâneo, ligado ao atual estágio do capitalismo, caracterizado pelo intenso fluxo de informações e, principalmente, de capital. Diferencia-se do processo longo de mundialização da economia, podendo ser contextualizada a partir da segunda metade do século XX. Sua abrangência é, de fato, global, embora suas

expressões geográficas sejam diferenciadas, em virtude dos conflitos existentes entre as realidades locais e os interesses do capital internacional. Ela está a serviço, principalmente, das empresas transnacionais, dos bancos e dos países desenvolvidos. Ela não é natural nem é o destino histórico da humanidade. Está associada à nova fase de acumulação flexível capitalista.

Referências

ALMEIDA, P. R. de. **A globalização e seus benefícios: um contraponto ao pessimismo**. 2004. Disponível em: <http://www.pralmeida.org/04Temas/11academia/05materiais/14GlobalizaBenef.htm>

ALMEIDA, A. W. B. de. *et al.* **Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

BENKO, G. **Economia, espaço e globalização: na aurora do século XXI**. São Paulo: Hucitec, 1999.

CARDIM DE CARVALHO, F. J. **Bretton Woods aos 60 anos**.

COSTA, R. H. da. **Regional-global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. Tradução: Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. Trad. de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela. Gonçalves São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2006.

KOCHER, B (Org.). **Globalização: atores, ideias e instituições**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política (o processo de acumulação de capital)**. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1867/capital/livro1/cap21/01.htm>

NEGRÃO, J. J. **Para conhecer o neoliberalismo**. Publisher Brasil, 1998.

PIRES, H. F. **Desregulação financeira no capitalismo gestor de dinheiro: O endividamento dos EUA e das economias centrais**. Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2012, Vol. XVII, nº 963.

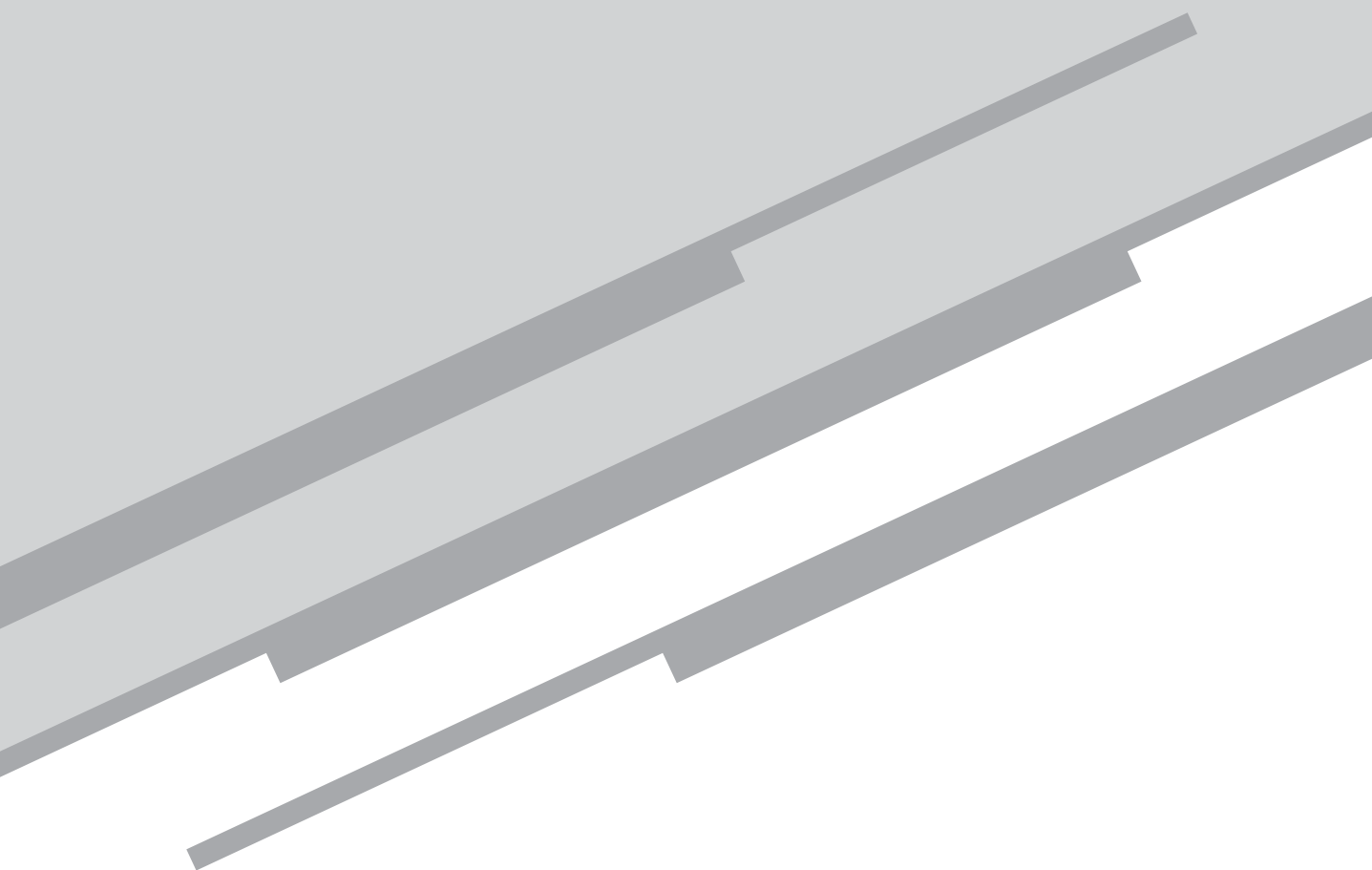
PIRES, H. F. **“Ethos” e mitos do pensamento único global totalitário.** Terra Livre, São Paulo, 2001.

SANTOS, M. **A Natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2006. - (Coleção Milton Santos; 1).

SANTOS, Boaventura de Sousa. Os processos da globalização. *In:* SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.) **A Globalização e as Ciências Sociais.** 3ed. São Paulo: Cortez, 2005.

Aula 9

Brasil: divisões regionais e economia



Meta

Apresentar ao aluno um breve histórico do processo teórico de criação das divisões regionais do Brasil. Será apresentada, inicialmente, a defesa das “regiões naturais” como critério de divisão, caminhando para a posterior utilização de parâmetros socioeconômicos e históricos para a formulação das regiões, tanto pelo IBGE como pelos geógrafos Pedro Pinchas Geiger e Milton Santos.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. analisar o processo evolutivo que levou ao atual quadro das divisões regionais do Brasil e o peso dos fatores socioeconômicos e históricos desse processo;
2. reconhecer as contribuições dos geógrafos Pedro Pinchas Geiger e Milton Santos, com suas ricas propostas de divisão regional do Brasil, para, respectivamente, a formulação dos complexos regionais e a difusão diferencial do meio técnico-científico-informacional no território nacional.

Introdução: interpretações regionais do Brasil

O conceito de região é um dos principais da ciência geográfica, e é empregado largamente em nosso cotidiano, como referência de localização e de extensão de determinadas áreas e seus limites. Você pode ser um morador da região metropolitana do Rio de Janeiro ou ter nascido na região do ABC em São Paulo, ter preferências por regiões de climas mais amenos ou montanhosas, ou por regiões de clima tropical em planícies.

Certamente você já sabe que, no desenvolvimento econômico da maioria dos países, surgem regiões diferenciadas, como as industriais, as agrícolas, as mais ou menos densamente povoadas, as mais ou menos urbanizadas, entre outras categorias. Fica, de certa maneira, implícito que o conceito de região, independentemente da variável a ser escolhida (população, economia, recursos naturais, cultura, clima, religião, grau de urbanização), está ligado à noção de diferenciação, ou seja, uma região é caracterizada por um conjunto de elementos que a torna específica e que a diferencia de outras realidades espaciais.



Figura 9.1: Esquemas de divisões regionais (segundo o IBGE, Pedro Geiger e Milton Santos).

A **Figura 9.1** traz três diferentes divisões regionais do Brasil. Cada uma delas segue uma diretriz ou utiliza variáveis diferenciadas, embora elas possam apresentar aproximações em suas propostas de regionalização.

As macrorregiões (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul), como as conhecemos atualmente, foram estabelecidas pelo IBGE em 1970. Seu formato atual é a foto final de uma série de modificações de divisões anteriores, estabelecidas pelo IBGE, no processo de organização e classificação de dados estatísticos sobre o Brasil, para fins de planejamento.

Veja que essa divisão respeita os limites político-administrativos, diferentemente dos Complexos Regionais, divisão proposta pelo geógrafo Pedro Pinchas Geiger, que pensou o Brasil em três grandes regiões geoeconômicas. Como você pode perceber, no segundo mapa da **Figura 9.1** tais limites não são respeitados.

Por fim, temos, na figura, a contribuição do geógrafo Milton Santos, que elaborou a teoria dos “Quatro Brasis”. Sua especificidade teórica está na compreensão de regiões brasileiras diferenciadas dentro daquilo que ele denominou *meio técnico-científico-informacional*.



As divisões regionais servem mais para fins de organização e planejamento territorial, elas não são propriamente unidades político-administrativas, como são os estados e os municípios. Para ver a evolução das divisões regionais no Brasil, acesse: <http://teen.ibge.gov.br/mao-na-roda/divisao-politico-administrativa-e-regional>

Sob o ponto de vista da geografia econômica, o que investigaremos nesta aula é o peso das questões econômicas nas propostas de divisão regional apresentadas pelas versões oficiais do IBGE, pela proposta de Complexos Regionais de Pedro Geiger e pelos “Quatro Brasis” de Milton Santos.

Embora as características físicas e naturais possuam um peso histórico na formação da divisão regional brasileira, atualizações oficiais do IBGE e propostas como as de Pedro Geiger e Milton Santos trouxeram à tona a importância das atividades socioeconômicas, associadas ao processo histórico de formação do território nacional, nesse processo de diferenciação regional. Nada mais pertinente à geografia econômica, que, já sabemos, procura compreender como se dá a organização das atividades econômicas no espaço.

Regiões e regionalização no Brasil

Em 1941, o professor Fábio Macedo Soares Guimarães coordenou, no IBGE, estudos que tinham como objetivo sistematizar uma única divisão regional para o território nacional. Essa divisão serviria para organização de informações estatísticas sobre tal território. Em 1942 surge a primeira:



Figura 9.2: Primeira Divisão Regional Oficial do Brasil, aprovada pelo Conselho Nacional de Geografia (1942).

Como se pode ver na **Figura 9.2**, essa primeira divisão ficou assim constituída:

Região Norte: território do Acre e estados do Amazonas e do Pará;

Região Nordeste: dividida em duas sub-regiões, o Nordeste Ocidental (Maranhão e Piauí) e o Nordeste Oriental (Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas);

Região Leste: também dividida em duas sub-regiões, Leste Setentrional (Sergipe e Bahia) e Leste Meridional (Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Distrito Federal);

Região Sul: São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul;

Região Centro-Oeste: Goiás e Mato Grosso.

Ela teve como base a divisão elaborada pelo geógrafo Delgado de Carvalho, que, à época, era adotada no ensino secundário de Geografia, apresentando também cinco grandes regiões:



Figura 9.3: Divisão regional de Delgado de Carvalho.

Essa divisão ficou assim constituída, conforme a **Figura 9.3**:

Brasil Setentrional ou Amazônico: território do Acre e estados do Amazonas e do Pará;

Brasil Norte-Oriental: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas;

Brasil Oriental: Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Distrito Federal;

Brasil Meridional: São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul;

Brasil Central: (Goiás e Mato Grosso).

Perceba quão influente foi a divisão formatada por Delgado de Carvalho, pois, tirando a troca de denominações e a criação de algumas subdivisões, o quadro das divisões regionais oficializado pelo Conselho Nacional de Geografia foi praticamente o mesmo.

Havia, no entanto, uma discussão metodológica particularmente importante para a nossa aula. O que deveria nortear ou balizar as divisões regionais: as características físicas, naturais das regiões (“regiões naturais”) ou os fatores da geografia humana, como os fatos econômicos (“regiões humanas”)? Esse debate existiu, e o que prevaleceu foram as características naturais das regiões, suas afinidades e suas diferenciações.

Em 1939, o **Conselho Técnico de Economia e Finanças** havia elaborado uma divisão regional baseada em “zonas geoeconômicas”, conforme mostra a **Figura 9.4**.



Figura 9.4: Divisão Regional do Conselho Técnico de Economia e Finanças (1939).

Essa divisão ficara assim constituída:

Norte: Acre, Amazonas, Pará, Maranhão e Piauí;

Nordeste: Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas, Sergipe e Bahia;

Sudeste: São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Distrito Federal;

Sul: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul;

Centro: Goiás e Mato Grosso.



Conselho Técnico de Economia e Finanças

Órgão técnico e consultivo do Ministério da Fazenda criado em 25 de novembro de 1937. A excessiva autonomia estadual que prevaleceu durante a Primeira República levou o governo a elaborar um projeto de centralização político-administrativa que teve início logo após a Revolução de 1930 e se estendeu até 1945. O CTEF teve sua origem na Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos dos Estados e Municípios, de 1931, criada com o objetivo de levantar e reunir informações sobre a situação econômica e financeira das diferentes unidades da federação. O órgão foi perdendo seu prestígio após a queda do Estado Novo, mas sobreviveu até 1971, quando foi extinto. (CPDOC, 2015).

O trabalho do Conselho Técnico de Economia e Finanças já demonstrava, em 1939, características do desenvolvimento regional desigual que se aprofundariam com passar do tempo, no que tange à distribuição das atividades econômicas no território nacional. O Sudeste, por exemplo, já surge como região de forte concentração do ponto de vista demográfico, político-administrativo e econômico.

Tabela 9.1: Indicadores de concentração na região Sudeste (1942)

Variável	Percentual em relação ao Brasil
População	45%
Municípios	41%
Produção vegetal	59%
Produção industrial	79%
Rede ferroviária	57%
Rodovias	47%

Fonte: GUIMARÃES, 1942.

Sob o ponto de vista econômico (culturas), as diferenciações entre as regiões do CTEF apontavam outras características, conforme mostra a **Tabela 9.2**.

Tabela 9.2: Especificidades econômicas (culturas) das regiões anos 1940 (CTEF)

Região	Características da produção por item em relação ao Brasil
Sudeste	Além das indústrias, café (94%), algodão (69%), laranja (79%), banana (70%), arroz (64%), milho (56%), açúcar (52%)
Nordeste	Cacau (95%), coco (99%), mamona (71%), farinha de mandioca (56%), açúcar (44%) e algodão (26%); pecuária (caprinocultura)
Sul	Trigo, aveia, cevada, centeio (produtos de climas temperados); alfafa (90%), vinho (78%); também madeiras, mate e 100% do carvão mineral produzido no Brasil
Norte	Borracha, castanha, madeiras
Centro	Predominantemente pecuária

Fonte: GUIMARÃES, 1942.

A opção pela divisão regional baseada em “regiões naturais”, estabelecida em 1942, baseava-se no pressuposto da estabilidade das características físicas do território, em detrimento do aspecto dinâmico da economia. Como havia uma questão de ordem prática, adotaram-se quadros regionais mais fixos. Dessa forma, a organização de dados estatísticos e políticas de planejamento no Brasil teria como base divisões regionais estabelecidas, de forma importante, pelas características naturais do território nacional (**Figura 9.5**).

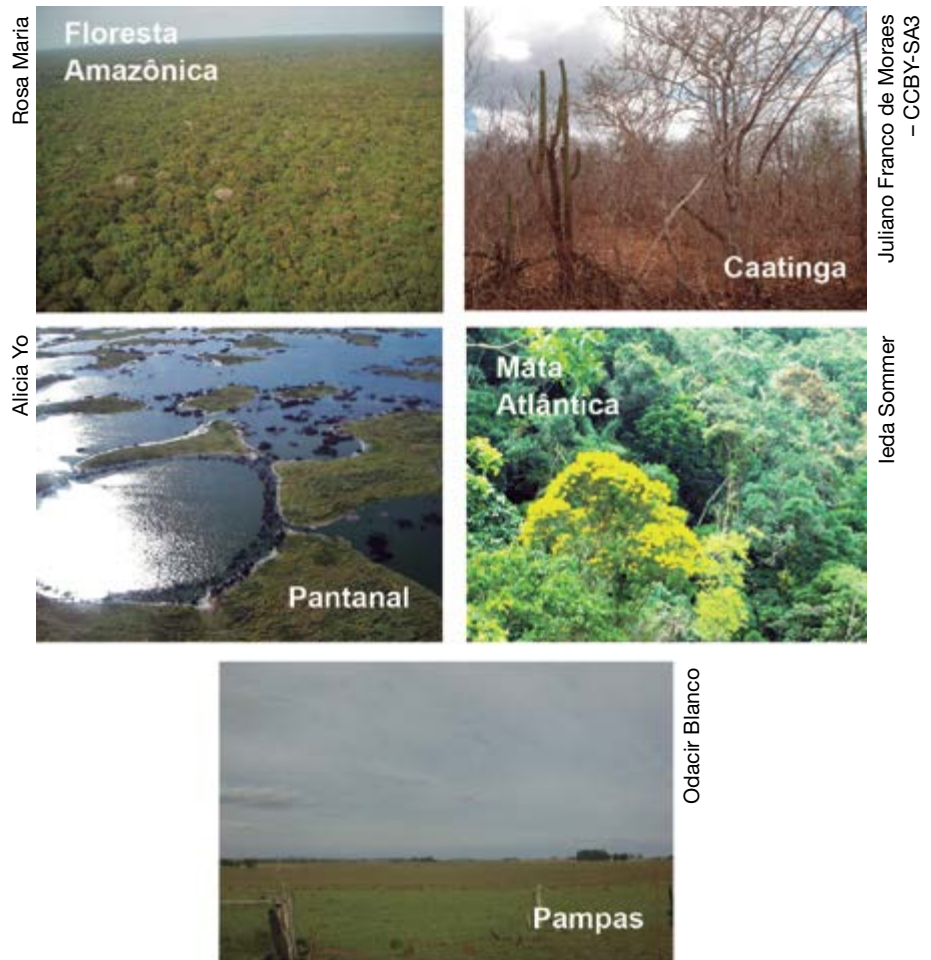


Figura 9.5: Diversidade natural no território brasileiro.

Fontes: <http://pixabay.com/en/brazil-amazon-equatorial-forest-400278/> (Floresta Amazônica); <http://commons.wikimedia.org/wiki/File%3AVis3.jpg> (Mata Atlântica); http://commons.wikimedia.org/wiki/File%3AMalecho_049.JPG; (Pampa Gaúcho); http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Pantanal,_south-central_South_America_5170.jpg#mediaviewer/File:Pantanal,_south-central_South_America_5170.jpg (Pantanal); https://commons.wikimedia.org/wiki/Category:Caatinga#/media/File:Caatinga_com_plantas_que_perderam_suas_folhas.jpg (Caatinga)

Aos poucos, apesar da influência das “regiões naturais” e das divisões político-administrativas, a divisão regional do Brasil passou por modificações que procuravam ajustá-la aos fatores econômicos, sociais e políticos do território nacional. Um passo nessa direção foi dado em 1945, quando o IBGE implementou as Zonas Fisiográficas, que dividiam o território nacional em mais unidades a partir de características naturais, mas também econômicas e sociais.

As transformações advindas do crescimento econômico, do adensamento do processo de urbanização-industrialização e das redes de fluxos entre cidades, que caracterizariam o contexto brasileiro nas décadas seguintes (1950 e 1960), não seriam contempladas em uma estrutura rígida baseada somente nas características naturais do território.

Era preciso incorporar a evolução da dinâmica econômica para melhor compreender a totalidade brasileira em toda sua diversidade. Dessa forma, o Estado poderia elaborar políticas públicas, a fim de direcionar processos de desenvolvimento econômico e social, e planejar a estruturação territorial, visando diminuir as desigualdades inerentes ao processo de acumulação de capital.



Agência Brasil

Figura 9.6: A construção de Brasília como símbolo do desenvolvimento brasileiro nos anos 1960.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria_de_Bras%C3%ADlia#mediaviewer/File:Pal%C3%A1cio_da_Alvorada_durante_constru%C3%A7%C3%A3o.jpg

Tal esforço, no sentido de analisar diferentes escalas, serve bem aos órgãos de planejamento estatal. O rápido desenvolvimento industrial e o rápido processo de urbanização brasileiro, principalmente no Sul e Sudeste, aprofundaram as desigualdades regionais entre o “Sul maravilhoso” e as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A criação de superintendências de desenvolvimento regional, como a Sudene, a Sudam, e a Sudeco, exemplifica a atuação do Estado na mitigação dos efeitos do desenvolvimento regional desigual.



SUDENE, SUDAM e SUDECO: Em 1959, foi criada a Sudene (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), ainda no governo Juscelino. Posteriormente, já no regime militar, são criadas a Sudam (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) e a Sudeco (Superintendência do Centro-Oeste), ambas em 1966. O projeto principal desses órgãos era incentivar um desenvolvimento econômico mais equilibrado no território nacional.

No final dos anos 1960, implementou-se a Divisão Regional por Microrregiões Homogêneas – eram 360 unidades homogêneas compondo a totalidade do território nacional – e a atual composição das macrorregiões: Norte, Nordeste, Sudeste, Centro-Oeste e Sul. Em 1976, o IBGE cria 86 mesorregiões. Apenas em 1989 foi adotado uma nova divisão regional do Brasil, agora com 137 mesorregiões geográficas e 558 microrregiões geográficas.

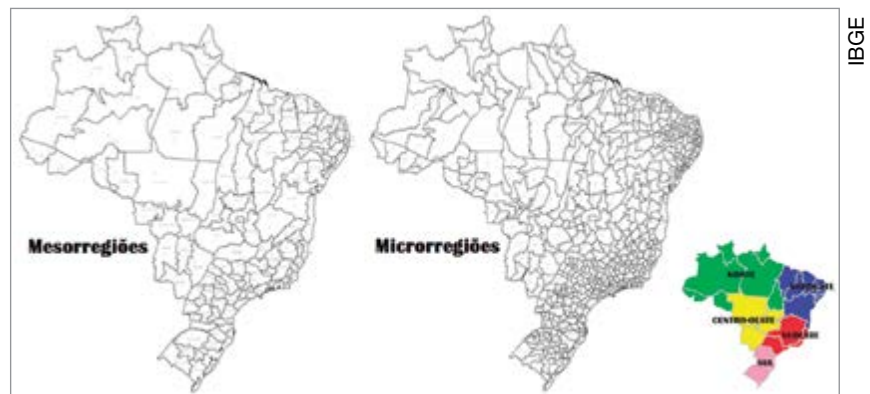


Figura 9.7: Mesorregiões e microrregiões no Brasil: influência da rede de comunicação entre lugares como elemento da articulação espacial.

Fonte: http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default_div_int.shtm



As mesorregiões do Rio de Janeiro

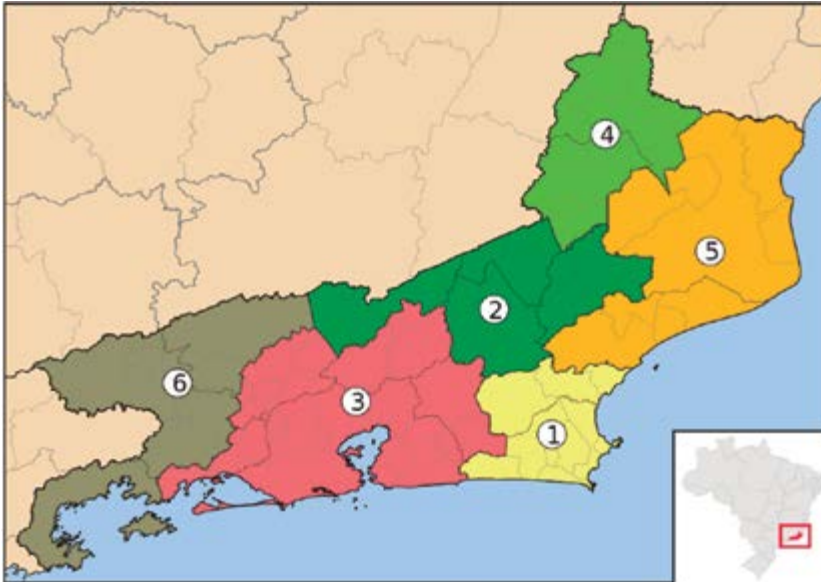


Figura 9.8: Mesorregiões do Rio de Janeiro.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Anexo:Lista_de_mesorregi%C3%B5es_do_Rio_de_Janeiro

Vejamos o exemplo do estado do Rio de Janeiro, que é dividido em seis mesorregiões geográficas, conforme a **Figura 9.8**: 1 - Baixada Litorânea, 2 - Centro Fluminense, 3 - Metropolitana, 4 - Noroeste Fluminense, 5 - Norte-Fluminense e 6 - Sul-Fluminense. O estado possui, ainda, 18 microrregiões.

Além da herança das características naturais, expressa nos marcos divisórios das macrorregiões brasileiras, o processo de industrialização e, posteriormente, a ascensão do setor terciário (serviços) passaram a fomentar novas formas de diferenciação regional do território nacional. O papel das metrópoles e dos grandes centros e a consequente hierarquia existente entre as cidades, com suas áreas de influência, foram a base da divisão regional do Brasil em mesorregiões. Nessa divisão,

a rede de comunicação entre os lugares desempenha um importante papel na articulação espacial.

A **Figura 9.9** demonstra a centralidade das metrópoles na articulação espacial do território brasileiro. São Paulo, em primeiro nível, e, em seguida, Rio de Janeiro e Brasília, exercem influência e orientam fluxos de todas as ordens, inclusive, e principalmente, fluxos comerciais e econômicos.

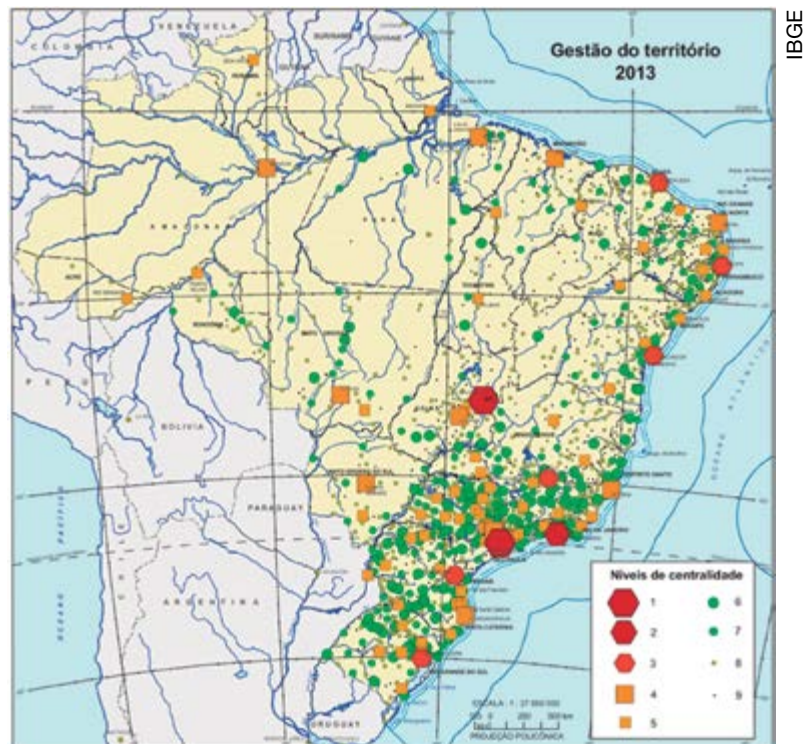


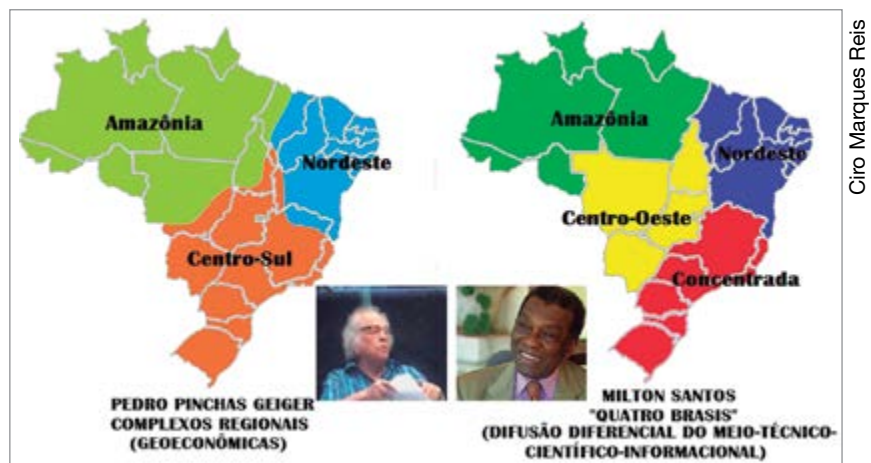
Figura 9.9: Mapa da centralidade da gestão do território brasileiro, 2013.

Fonte: http://www.ibge.gov.br/apps/redes_e_fluxos/2014/

Dessa forma, vimos que, com a complexificação da realidade social e econômica brasileira, o processo de construção de modelos de divisão regional do território nacional sofre uma alteração. De uma escala inicial de macrorregiões, baseadas em regiões naturais, passou para um detalhamento na escala das meso e microrregiões, onde as redes urbanas e a centralidade das metrópoles possuem importante papel explicativo para a compreensão do dinamismo econômico brasileiro.

diferenciando-a, sob o aspecto socioeconômico, das outras regiões brasileiras, e influenciando a união desses estados em uma região de acordo com semelhanças geoeconômicas.

As contribuições de Pedro Pinchas Geiger e Milton Santos



Ciro Marques Reis

Figura 9.10: Propostas de divisões regionais do Brasil.

Fonte: GeoBrasil, UERJ (Pedro Geiger) (Autora: Mônica Sampaio Machado); [http://commons.wikimedia.org/wiki/File%3AMilton_Santos_\(TV_Brasil\).jpg](http://commons.wikimedia.org/wiki/File%3AMilton_Santos_(TV_Brasil).jpg) (Milton Santos), autor: By TV Brasil [CC-BY-3.0-br (<http://creativecommons.org/licenses/by/3.0/br/deed.en>)], via Wikimedia Commons

Vimos, na primeira parte desta aula, o processo de construção da atual divisão regional do Brasil. Nosso estudo mostrou que esse processo é, sobretudo, resultado de escolhas, de referências e de parâmetros diversos, que auxiliam na diferenciação ou aproximação de territórios, definindo-os como grandes, meso e microrregiões. Trata-se, portanto, de uma construção teórica, uma maneira de interpretar o Brasil. O IBGE nos apresenta a versão oficial dessa divisão, mas outras maneiras de traduzir o território nacional foram propostas. Nesta segunda parte da aula, falaremos sobre duas que merecem destaque: a elaborada pelo geógrafo Pedro Pinchas Geiger, em 1967, conhecida como *Complexos Regionais*, e aquela proposta pelo geógrafo Milton Santos, conhecida pelo termo *os quatro Brasis*.

A proposta de Geiger

Como já citamos, o Brasil, no final dos anos 1960, sofria os efeitos de um rápido processo de industrialização, que transformava rapidamente a realidade territorial nacional. Foi basicamente sob a ótica da dinâmica industrial brasileira e do desenvolvimento regional desigual que ela apresentava, que Pedro Geiger construiu a ideia dos Complexos Regionais ou regiões geoeconômicas.

Geiger dividiu o Brasil em três grandes regiões: Centro-Sul, Amazônia, e Nordeste (conforme a **Figura 9.10**). Para tal, o geógrafo utilizou como parâmetros o processo histórico de formação do território, as potencialidades econômicas e culturais e as especificidades sociais de cada região.

A principal característica da divisão regional proposta por Geiger foi o fato de ela não respeitar as divisões oficiais político-administrativas dos estados.



Ciro Marques Reis

Figura 9.11: Complexos Regionais, proposta de divisão regional do Brasil.

A divisão, como podemos observar na **Figura 9.11**, era a seguinte:

- região Centro-Sul: Goiás, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais (sem o extremo norte), sul do Tocantins e sul do Mato Grosso;

- região Nordeste: leste do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e norte de Minas Gerais;
- região Amazônica: Acre, Amazonas, Roraima, Rondônia, Pará, Amapá, Mato Grosso (sem a parte sul), Tocantins (sem a parte sul) e o oeste do Maranhão.

Tabela 9.3: Características gerais dos Complexos Regionais

Regiões	Principais características	Metrópoles	Atividades econômicas
Centro-Sul	Região mais desenvolvida, industrializada e urbanizada do país, onde estão localizadas as maiores metrópoles; possui as capitais financeira, cultural e política no Brasil	São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, Porto Alegre, Belo Horizonte	Indústrias, agronegócio, agropecuária, instituições financeiras, empresas transnacionais, centros de ciência e tecnologia, comércios, serviços, ampliação da fronteira agrícola
Nordeste	Região pobre, com baixos indicadores sociais, predominância da ocupação litorânea, região historicamente importante, por onde foi iniciado o processo de ocupação do território nacional	Recife, Salvador, Fortaleza	Extrativismo vegetal, agricultura (cana-de-açúcar, algodão, cacau, fumo), pecuária, agricultura de subsistência e petróleo
Amazônia	Economia basicamente extrativista, grandes vazios demográficos, poucas cidades centrais	Manaus, Belém	Atividades extrativistas, agropecuária e mineração * Destaque para: polo siderúrgico de Carajás (Pará), Zona Franca de Manaus (Área de Livre Comércio e indústrias montadoras)

A proposta de Milton Santos

Milton Santos divide a história do meio geográfico em três etapas: o meio natural, o meio técnico e o meio técnico-científico-informacional. O geógrafo elabora uma proposta de divisão regional do Brasil em quatro regiões, ao final dos anos 1970, baseado na difusão diferencial do meio técnico-científico-informacional no território brasileiro. Veja, abaixo, a **Tabela 9.4**.

Tabela 9.4: Sucessão dos meios geográficos, a história do território brasileiro

Meio natural	Homem condicionado pela natureza; as condições naturais constituem a base material da existência humana; pouco poder de transformação da natureza pelo homem
Meio técnico	Por meio dos objetos técnicos (maquinização), o homem passa a transformar a natureza e livrar-se dos condicionantes naturais; máquinas e cidades industriais formam uma nova lógica temporal, diferente do tempo natural
Meio técnico-científico-informacional	Ligado às novas tecnologias de informação características da 3ª revolução industrial, a partir dos anos 1970; segundo ele, a ciência e a tecnologia formam unidades sob uma lógica global; inicia-se a era da informação, com um novo modo de produção, reestruturado e flexível, ligado ao mercado internacional

Para Milton Santos, a difusão desse meio técnico-científico-informacional se dá de maneira diferenciada no território nacional, criando realidades regionais distintas. Melhor dizendo, o meio técnico-científico-informacional insere o Brasil na economia de rede globalizada, reestruturando o território a partir das ligações com o mercado global. Milton Santos analisa os sistemas de infraestrutura e os sistemas de rede que conectam o Brasil com as novas formas técnico-científicas que caracterizam o novo sistema produtivo, agora em escala global.

Dessa forma, o geógrafo chegou a quatro realidades regionais, que denominou de Quatro Brasis: Região Concentrada, Centro-Oeste, Nordeste e Amazônia.



Figura 9.12: Proposta de divisão regional do Brasil de acordo com a difusão e a diferenciação do meio técnico-científico-informacional.

A divisão, conforme vemos no mapa da **Figura 9.12**, era a seguinte:

- região Concentrada: Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul;
- região Nordeste: Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Ceará, Pernambuco, Sergipe, Alagoas e Bahia;
- região Centro-Oeste: Mato Grosso, Tocantins, Goiás, Mato Grosso do Sul;
- região Amazônia: Acre, Rondônia, Amazonas, Roraima, Amapá e Pará.

Perceba, observando a **Figura 9.12**, que, em comparação com a proposta de divisão regional de Pedro Geiger, Milton Santos dá destaque à região Concentrada (Sul e Sudeste atuais), diferenciando-a do Centro-Oeste. Também são respeitados os limites político-administrativos dos estados.

Tanto a região Amazônia quanto a região Nordeste são analisadas de forma semelhante. Geiger o faz pelo olhar das áreas de influência e Santos, pelo modo como as regiões se correlacionam com o meio técnico-científico-informacional. Para ambos, o movimento histórico de

formação do território, associado à especificidade econômica de cada uma delas, possui importante papel na construção de perfis sociais e culturais que auxiliam no processo de diferenciação das regiões.

Tabela 9.5: “Quatro Brasis”, de Milton Santos

Regiões	Principais características	Metrópoles	Atividades econômicas
Concentrada	Formada pelos estados que formam as regiões oficiais Sudeste e Sul; é onde se concentram as atividades produtivas com maior grau de ciência e tecnologia; possui uma intensa rede de fluxos comerciais; é a região que comanda o território nacional e que apresenta maior conectividade com a esfera global, além de ser altamente urbanizada	São Paulo e Rio de Janeiro, como metrópoles nacionais, além de Curitiba, Porto Alegre e Belo Horizonte, como metrópoles importantes, porém de menor centralidade na escala nacional	Atividades ligadas à globalização, serviços terciários altamente especializados ligados à informação, como serviços financeiros, assistência técnica, consultorias, publicidade; belts modernos ligados ao comércio exterior (agronegócio), aumento da importância dos capitais fixos (portos, estradas, aeroportos) e dos capitais constantes (veículos, sementes, adubos); descentralização industrial nas metrópoles nacionais, industrialização em direção ao Sul
Centro-Oeste	Área de ocupação periférica recente, instalação do meio técnico-científico-informacional sobre o meio praticamente natural, na implantação da agricultura moderna	Cidades centrais: Cuiabá, Goiânia e Campo Grande	Agronegócio, fazendas modernas e dispersas, grandes; produção de soja, milho, algodão e arroz, interligados com o mercado internacional.
Nordeste	Área de povoação antiga, com mecanização pontual e pouco densa, agricultura pouco intensiva, relativa densidade demográfica, baixa taxa regional de urbanização; o meio técnico-científico-informacional se apresenta de forma pontual em determinados locais da região como nas áreas irrigadas do Vale do São Francisco	Recife, Salvador e Fortaleza	Agricultura pouco intensiva e manchas de atividades industriais na região
Amazônia	Baixas densidades demográfica e técnica; insere-se no meio técnico-científico-informacional através dos meios de telecomunicação, em virtude das grandes distâncias entre centros mais urbanizados da região e do país; hidrovias exercem importante papel na circulação de mercadorias	Cidades centrais: Manaus e Belém	Pontuais fazendas modernas, área de escoamento da produção do Centro-Oeste; polos industriais, como a Zona Franca de Manaus, caracterizam bem a ligação com o mercado global

Atividade 2

Atende ao objetivo 2

Observe a figura a seguir.



Agricultura e área irrigada do Vale do São Francisco (Petrolina, Pernambuco), 2012.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File%3APetrolina_Vale_do_S%C3%A3o_francisco-PE.JPG

De acordo com a divisão regional proposta por Milton Santos, a qual dos “Quatro Brasis” a figura faz referência? Observando a atividade mostrada na imagem, podemos considerar ser ela uma característica econômica de toda essa região? Explique.

Resposta comentada

As áreas irrigadas do Vale do São Francisco, que possibilitam a implementação de modernas atividades agrícolas, estão inseridas na região Nordeste, de acordo com a divisão regional de Milton Santos (e com as de Geiger e do IBGE também). No entanto, essa não é uma característica dominante da economia dessa região: trata-se de atividades pontuais. A região Nordeste, de acordo com a classificação de Milton Santos, apesar de ter sido a primeira região econômica do Brasil em seu processo de formação territorial, apresenta manchas de modernidade (industrialização, agricultura) e baixa densidade técnica.

Conclusão

Os estudos de Pedro Pinchas Geiger e Milton Santos foram desenvolvidos em momentos diferentes da história do território nacional. Geiger estava traduzindo o Brasil que deixava de ser rural para tornar-se urbano, e estava inserido num contexto em que o processo de industrialização nacional e o planejamento regional estavam em seu auge. Milton Santos já desenvolve sua teoria à luz do processo que já conhecemos e denominamos de globalização, pensando o Brasil do final do século XX.

No que tange ao desenvolvimento das formas de produção no território nacional, podemos verificar, ao observar a contribuição desses dois autores, quão diversa e complexa é a realidade brasileira. Podemos, principalmente, ressaltar o quão desigual tem sido esse processo de crescimento das regiões.

O Brasil do século XXI permanece desigual e desequilibrado no que concerne ao desenvolvimento econômico de suas macrorregiões. A região Concentrada de Milton Santos (que engloba o Sudeste e Sul) permanece centralizando e “mandando” nos fluxos econômicos do território nacional. Geiger vislumbrou o crescimento da fronteira agrícola como um importante processo de desenvolvimento econômico do Centro-Oeste. As regiões Nordeste e Norte, apesar de alguns avanços, permanecem emplacando os piores índices de desenvolvimento humano do país.

O processo de acumulação capitalista, centralizador e concentrador, tem sido mais eficiente em promover o desigual desenvolvimento regional

do Brasil do que as políticas públicas que procuram atuar no sentido contrário a essa desigualdade.

Atividade final

Atende aos objetivos 1 e 2

1. A figura representa uma nova dinâmica econômica no território nacional, a expansão da fronteira agrícola. É possível associar tal dinâmica com a divisão regional proposta por Pedro Pinchas Geiger? Explique.



Nova fronteira agrícola.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File%3AFronteira_agricola_Amazonica_Brazil.svg

2. “Quando bem criança, aprendi na escola que meu estado estava na região do Brasil Oriental. Mais tarde, quando eu já era um pouco maior, me disseram que ele pertencia à região Leste, até que, mais velho, fui surpreendido quando me informaram que agora meu estado está na região Nordeste!”

O narrador desse pequeno texto, de acordo com a história das divisões regionais do Brasil, pode ter nascido em qual(ais) estado(s) brasileiros? Explique.

Reposta comentada

1. Sim. A proposta de divisão regional desenvolvida por Pedro Geiger apresenta o Centro-Oeste (em suas partes Leste e Norte) como a fronteira agrícola brasileira em 1967. Os limites apresentados na figura em questão preservam parte da região Amazônia, separando-a da região Nordeste. A figura sugere uma evolução das linhas geoeconômicas e dos complexos regionais sugeridos por Geiger para o sul da Amazônia e para o leste nordestino.

2. O narrador do texto apresentado pode ter nascido no estado da Bahia ou do Sergipe. A divisão regional de Delgado de Carvalho apresentava o Brasil Oriental, juntando esses dois estados a Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro. Já a divisão oficializada pelo IBGE em 1942 trocou a denominação de tal região para Leste, sendo Bahia e Sergipe pertencentes à subdivisão Leste Setentrional. A atual divisão regional, por sua vez, deslocou Bahia e Sergipe para a região Nordeste. Sendo assim, o narrador poderia ter nascido na Bahia ou em Sergipe.

Resumo

Inicialmente vinculado a características físicas e naturais, o processo de compreender o território brasileiro por meio de divisões regionais evoluiu da observação desses aspectos para a análise das realidades socio-

econômicas encontradas no Brasil. Também evoluiu para a compreensão do processo histórico de formação de cada região, para as zonas de influência das áreas metropolitanas, através da articulação do espaço em rede, até chegar à difusão diferencial do meio técnico-científico-informacional no território nacional, interligando a dinâmica econômica desse território ao mercado global. O IBGE, além de intelectuais como Pedro Pinchas Geiger e Milton Santos nos apresentam formas de traduzir e interpretar o Brasil. Milton Santos analisou os sistemas de infraestrutura e os sistemas de rede que conectam o país com as novas formas técnico-científicas que caracterizam o novo sistema produtivo, agora em escala global. Já Pedro Geiger construiu a ideia dos Complexos Regionais ou regiões geoeconômicas basicamente sob a ótica da dinâmica industrial brasileira e do desenvolvimento regional desigual que ela apresentava.

Referências

COSTA, R. H. da. **Regional-global: dilemas da região e da regionalização** na Geografia contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

CPDOC. **Fundação Getúlio Vargas**. 2015. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 29 jan. 2016.

CONTEL, F. B. As divisões regionais do IBGE no século XX (1942, 1970 e 1990). **Terra Brasilis**, São Paulo, Nova Série, n. 3, 2014. Disponível em: <<http://terrabrasilis.revues.org/990>>. Acesso em: 18 fev. 2016.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão regional**. Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default_div_int.shtm>. Acesso em: 3 fev. 2016.

GUIMARÃES, F. de M. S. **Divisão regional do Brasil**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1942.

LE MOS, M. B.; DINIZ, C. C.; GUERRA, L. P. A nova configuração regional brasileira e sua geografia econômica. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 33, n. 4, p. 665-700, out-dez 2003.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006. (Coleção Milton Santos, 1).

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 16. ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

Aula 10

Considerações sobre a distribuição
de renda e riqueza no Brasil

Meta

Apresentar discussões sobre a distribuição desigual de renda e riqueza no Brasil, partindo da análise de termos econômicos, como distribuição, renda, riqueza, e de índices, como o PIB, o PIB *per capita* e o IDH, espacializando a questão, da escala global à nacional.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. compreender os significados econômicos de termos ligados ao tema da distribuição desigual de renda e riqueza e visualizar o lugar que o Brasil ocupa hoje no mundo, a partir da análise do PIB, PIB *per capita* e do IDH;
2. reconhecer as expressões geográficas da desigual distribuição de renda e riqueza, especificamente em território nacional, através da análise de vários recortes espaciais – dos regionais aos estaduais –, correlacionando-os com os principais setores da economia nacional.

Introdução

O Brasil é reconhecidamente um dos países que apresentam maior desigualdade social e econômica do mundo. Em nossa última aula, de número 9, começamos a entender esse processo, quando estudamos as diferenças regionais, no que tange ao desenvolvimento socioeconômico desigual do território nacional. O processo histórico de concentração de renda e riqueza em determinados espaços geográficos do Brasil ainda estão presentes na geografia econômica nacional da atualidade.

Você certamente já deve ter ouvido que a distribuição de renda e de riqueza no Brasil é perversamente desigual, mas já parou para pensar em que consiste a distribuição de renda? O que significa em economia o termo distribuição? E o que é renda ou riqueza? Esses temas, obrigatoriamente, são acompanhados por outros, como o Índice de Desenvolvimento Humano – o IDH, e o Produto Interno Bruto *per capita* – o PIB.

Como representado na figura a seguir, o tamanho da economia não necessariamente corresponde a um grau de desenvolvimento social igual. O Brasil é atualmente a 7ª economia do mundo, mas encontra-se na 79ª colocação quando o assunto é Índice de Desenvolvimento Humano.

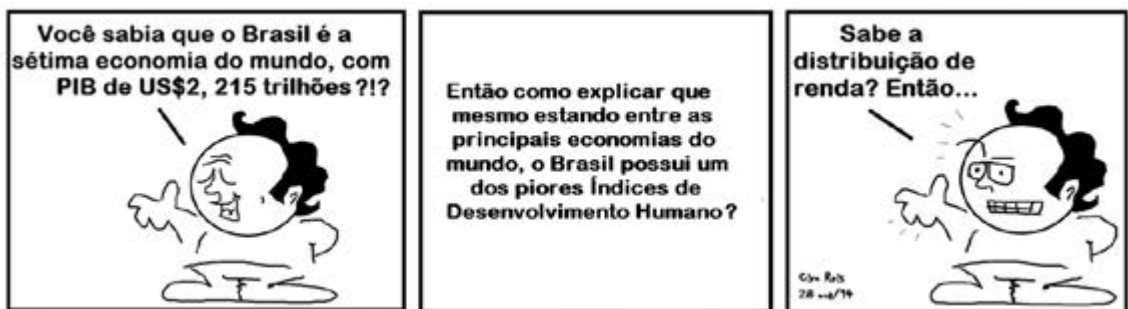


Figura 10.1: PIB *versus* IDH: o contraste brasileiro.

Fonte: Ciro Reis (Autoria Própria)

As potencialidades geográficas – como extensão territorial, peso demográfico e riquezas naturais – embora não de forma determinística, empurram países como Brasil, Índia, Rússia, China, África do Sul, México e Indonésia para o grupo das grandes economias mundiais, embora repletos de problemas estruturais ligados à educação, saúde, saneamento básico, infraestruturas diversas e atraso tecnológico. Todos esses problemas estão, de certa forma, ligados ao processo de industrialização tardio e acelerado, não equilibrado e concentrado em algumas regiões.

Esse descompasso entre grandeza econômica e desenvolvimento socioeconômico se expressa no território, através de desigualdades regionais e estaduais, tanto no que se refere ao dinamismo dos agentes econômicos quanto ao nível de qualidade de vida da população.

O IDH é um índice que revela com mais fidelidade, a realidade econômica e social do território, pois, em sua composição, entram variáveis como a expectativa de vida, os anos de permanência na escola, e o próprio PIB do país. Como o acesso ou privação de acesso à renda e à riqueza impactam de maneira direta nessas variáveis, sua distribuição desigual acaba por gerar distorções e heterogeneidade no quadro socioeconômico do território.

Ao observarmos a **Figura 10.2**, que representa o mosaico do Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios Brasileiros, fica evidente a desigualdade regional entre as regiões ao Sul e as regiões ao Norte, e permite revelar também as heterogeneidades dentro das próprias regiões. Observe:

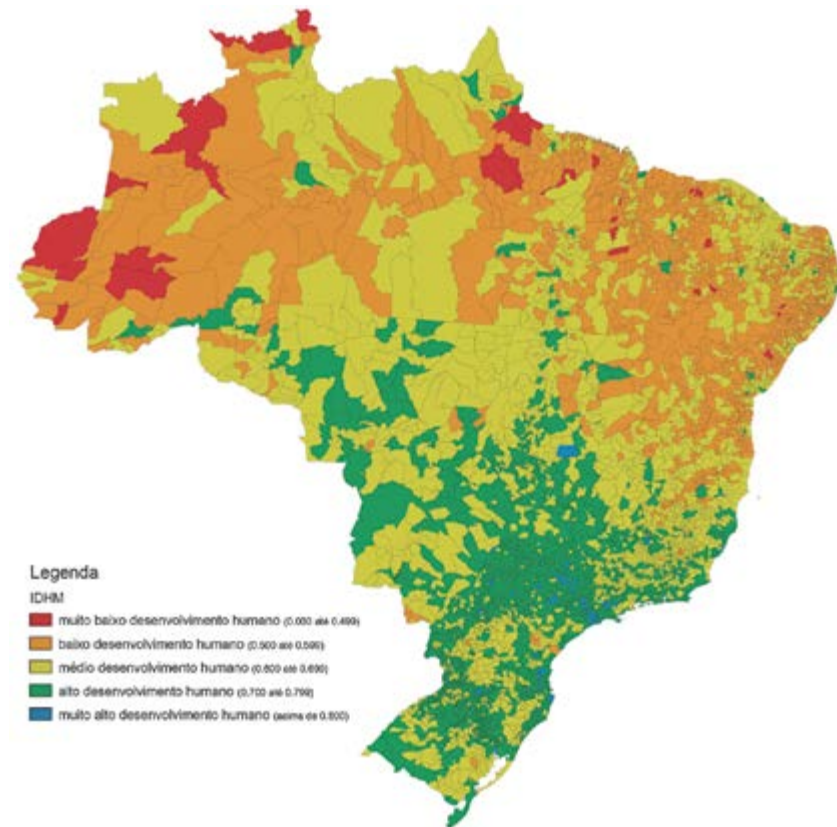


Figura 10.2: IDHM 2010.

Fonte: <http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=3751>



Faça uma visita à Aula 9 (seção 2) e veja como a Proposta de Divisão Regional de Pedro Geiger mantém importante correlação com o quadro socioeconômico revelado pelo IDHM de 2010.

A observação da **Figura 10.2** permite fazer nítida correlação entre melhor qualidade de vida ou de desenvolvimento humano, com maiores taxas de urbanização e industrialização, características das Regiões Sul e Sudeste ou, se você preferir, como já estudamos na aula anterior, características da “Região Concentrada”, como classificou Milton Santos. Os lugares que concentram a maior parte da renda e da riqueza do Brasil são a tradução direta do processo de acumulação capitalista gerador de desequilíbrios regionais.

Distribuição de renda, PIB, IDH e o Brasil em relação ao mundo

Quando pensamos em distribuição de renda, não nos preocupamos com a melhor compreensão do termo “distribuição”. Sua tradução fora do contexto econômico pode levar a interpretações equivocadas das políticas de distribuição de renda, por exemplo.

Distribuição é a forma pela qual toda riqueza e bens produzidos em sociedade são repartidos pelos indivíduos e grupos sociais. Este processo está intimamente ligado à organização da produção e, claro, ao acesso aos fatores de produção (lembrando: capital, terra e trabalho). A distribuição é, portanto, resultante do próprio processo produtivo. O bem só chega ao consumidor através da distribuição. Em linhas gerais, podemos dividir a distribuição em dois tipos:

- Distribuição Física: que se dá no comércio, na troca dos produtos;
- Distribuição Funcional: que é divisão do produto global entre a sociedade.

É especialmente sobre a Distribuição Funcional que falamos quando discutimos a distribuição desigual de renda. Vamos pensar um pouco: Se cada indivíduo, grupo ou classe social possui peso diferente no processo produtivo, começa a ficar claro o porquê da

desigualdade na distribuição da renda. Certos grupos acumulam juros, renda, lucros e salários, pois possuem o capital, a terra, e se apropriam de parte do trabalho alheio e ainda controlam os meios de produção. Outros, despossuídos de fatores e dos meios de produção, ficam com a menor parte no processo de distribuição.

E a renda? O que é? De uma forma geral, chamamos de renda a remuneração dos fatores de produção. A renda do trabalho é o salário; a renda do capital, os juros e lucros; a renda da terra é o aluguel, por exemplo.

E o PIB? O Produto Interno Bruto é uma maneira de quantificar todas as atividades econômicas de determinada região em um determinado período. Mensura o valor dos bens e serviços que um país produz (juntando agropecuária, indústria e serviços) em um determinado período. A ideia inicial, ao se medir o PIB, é a de que quanto mais se produz, mais se consome.

Como vimos, o Brasil apresenta um dos maiores PIBs do mundo, em valores absolutos, figurando entre as 7 maiores economias, mas ao analisarmos o PIB *per capita* (ou seja “por cabeça”, por indivíduo, se todos os brasileiros recebessem partes iguais do todo produzido), o Brasil passa a ocupar a 54ª posição no mundo. Vamos ver como está o Brasil no mundo, em relação ao PIB absoluto e em relação ao PIB *per capita*? Veja as **Tabelas 10.1 e 10.2**:

Tabela 10.1: Ranking PIB Mundial (2013/2014)

	País	PIB (em dólares)	População	Área territorial (km ²)
1º	EUA	17 trilhões	313 milhões	9,37 milhões
2º	China	10 trilhões	1,4 bilhão	9,59 milhões
3º	Japão	4,8 trilhões	127 milhões	378 mil
4º	Alemanha	3,9 trilhões	82,6 milhões	357 mil
5º	França	2,8 trilhões	64,6 milhões	549 mil
6º	Reino Unido	2,8 trilhões	63,4 milhões	243 mil
7º	Brasil	2,2 trilhões	202 milhões	8,51 milhões
8º	Itália	2,1 trilhões	61 milhões	301 mil
9º	Rússia	2,0 trilhões	142 milhões	17 milhões
10º	Índia	1,9 trilhões	1,2 bilhão	3,2 milhões
11º	Canadá	1,7 trilhões	35 milhões	9,9 milhões
12º	Austrália	1,4 trilhões	23 milhões	7,7 milhões
13º	Espanha	1,4 trilhões	47 milhões	505 mil
14º	Coréia do Sul	1,3 trilhões	49 milhões	99,9 mil

Fonte: <http://www.ibge.gov.br/paisesat/>; <http://www.terra.com.br/economia/infograficos/pib-per-capita/>

Tabela 10.2: Ranking PIB per capita (2013/2014)

	País	PIB per capita (em dólares)		País	PIB per capita (em dólares)
1º	Luxemburgo	113,5 mil	28º	Israel	31,9 mil
2º	Qatar	98,3 mil	29º	Chipre	30,5 mil
3º	Noruega	97,2 mil	30º	Grecia	27 mil
4º	Suíça	81,1 mil	31º	Eslovênia	24,5 mil
5º	Emirados Árabes Unidos	67 mil	32º	Omã	23,3 mil
6º	Austrália	65,4 mil	33º	Bahamas	23,1 mil
7º	Dinamarca	59,9 mil	34º	Barein	23,1 mil
8º	Suécia	56,9 mil	35º	Coréia do Sul	22,7 mil
9º	Canadá	50,4 mil	36º	Portugal	22,4 mil
10º	Holanda	50,3 mil	37º	Malta	21 mil
11º	Áustria	49,8 mil	38º	Arábia Saudita	20,5 mil
12º	Finlândia	49,3 mil	39º	República Checa	20,4 mil
13º	Singapura	49,2 mil	40º	Taiwan	20,1 mil
14º	EUA	48,3 mil	41º	Eslováquia	17,6 mil
15º	Kuait	47,9 mil	42º	Trinidad e Tobago	17,1 mil
16º	Irlanda	47,5 mil	43º	Estônia	16,5 mil
17º	Bélgica	46,8 mil	44º	Barbados	16,1 mil
18º	Japão	45,9 mil	45º	Guiné Equatorial	14,6 mil
19º	França	44 mil	46º	Croácia	14,4 mil
20º	Alemanha	43,7 mil	47º	Chile	14,2 mil
21º	Islândia	43 mil	48º	Hungria	14 mil
22º	Reino Unido	38,6 mil	49º	Uruguai	13,9 mil
23º	Nova Zelândia	36,6 mil	50º	Antígua e Barbuda	13,5 mil
24º	Brunei	36,5 mil	51º	Polônia	13,5 mil
25º	Itália	36,2 mil	52º	Lituânia	13 mil
26º	Hong Kong	34 mil	53º	Rússia	12,9 mil
27º	Espanha	32,3 mil	54º	Brasil	12,9 mil

Fontes: <http://www.ibge.gov.br/paisesat/>; <http://www.terra.com.br/economia/infograficos/pib-per-capita/>

Um PIB grande está ligado à capacidade produtiva do país. Figuram na **Tabela 10.1**, países industrializados desenvolvidos e países industrializados emergentes, geralmente populosos, com grandes mercados

consumidores internos e grande extensão territorial. Perceba, na **Figura 10.3**, a concentração da riqueza ao Norte.



Figura 10.3: Maiores PIBs 2013/2014 – Riqueza ao Norte.

Fonte: <http://www.ibge.gov.br/paisesat/>

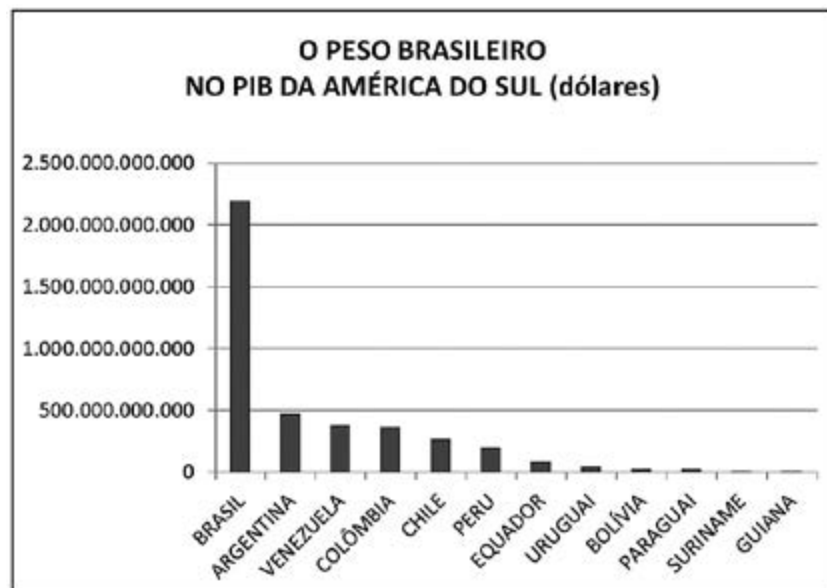


Figura 10.4: PIB dos países da América do Sul.

Fonte: <http://www.ibge.gov.br/paisesat/>

Já o PIB *per capita* será fortemente influenciado pela realidade demográfica dos países, pois a riqueza gerada será dividida pelo número de habitantes do país. Sendo assim, países desenvolvidos com população pequena tendem a apresentar um PIB *per capita* mais elevado. Essa

é a realidade dos países escandinavos, Suécia, Noruega, Dinamarca e Finlândia, e de pequenos países (em extensão e população) da Europa Central, Oriente Médio e Ásia (ver **Tabela 10.2**).

Embora o PIB *per capita* aproxime o Brasil de sua realidade econômica e social, ele ainda não é um instrumento que traduza de forma mais eficaz a geografia econômica do país. O PIB é uma leitura basicamente econômica, importante para mensurar a produção de riqueza, para revelar o tamanho da economia nacional, mas impróprio para revelar as expressões sociais do desenvolvimento econômico de um país complexo e tão cheio de contrastes como o Brasil.



Figura 10.5: Paisagem urbana brasileira - contrastes socioeconômicos.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File%3AFavela_do_Moinho_Brazil_Slums.jpg

É neste aspecto que o IDH, Índice de Desenvolvimento Humano, acaba se convertendo em uma forma diferenciada, não presa apenas ao desenvolvimento econômico, mas principalmente ao desenvolvimento humano, embora use a distribuição de renda como um dos elementos de composição do IDH. Veja o que é avaliado no IDH na **Figura 10.6**.

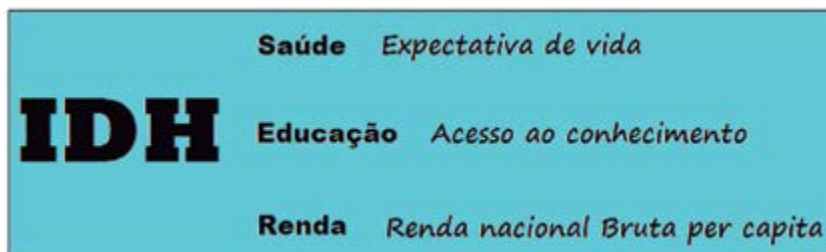


Figura 10.6: Pilares do IDH.

Fonte: http://www.pnud.org.br/IDH/IDH.aspx?indiceAccordion=0&li=li_IDH

O Brasil, que é a 7ª economia do mundo, mas ocupa a 54ª posição no PIB *per capita*, acaba caindo para a 79ª colocação, em um universo de 187 países, no IDH, quando temas como saúde e educação em conjunto com a desigual distribuição de renda são avaliados. Lideram o *ranking* de IDH: Noruega, Austrália, Suíça, Países Baixos, Estados Unidos, Alemanha, Nova Zelândia, Canadá, Singapura e Dinamarca.

70	Cazaquistão	0,757
71	México	0,756
71	Seicheles	0,756
73	São Cristóvão e Nevis	0,750
73	Sri Lanka	0,750
75	Irã, República Islâmica do	0,749
76	Azerbaijão	0,747
77	Jordânia	0,745
77	Sérvia	0,745
79	Brasil	0,744
79	Geórgia	0,744
79	Granada	0,744
82	Peru	0,737
83	Ucrânia	0,734
84	Belize	0,732
84	Antiga República Iugoslava da Macedônia	0,732
86	Bósnia-Herzegovina	0,731

Figura 10.7: Brasil no *ranking* do IDH Global 2013.

Fonte: <http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDH-Global-2013.aspx>



IDH Global: para conferir o IDH de todos os países do mundo, visitar o site do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD: <http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDH-Global-2013.aspx>

Parece-nos óbvio que a desigual distribuição de renda afetará de forma considerável tanto as questões ligadas à saúde quanto àquelas ligadas à educação. Os locais que concentram renda concentram também toda gama de serviços e de infraestrutura coletiva, enquanto outros lugares ficam à margem ou se desenvolvem muito lentamente.

Mesmo as grandes cidades, as grandes metrópoles, apresentam contrastes em virtude da brutal concentração. Os grandes aglomerados urbanos acabam por impor desafios ligados ao atendimento de necessidades básicas de grandes massas populacionais.

Na segunda parte desta aula, passaremos à observação desses índices no território nacional.

Agora vamos a um exercício!

Atividade 1

Atende ao objetivo 1

Correlacione a coluna 1 com a coluna 2 e faça breves justificativas:

Coluna 1

- (A) Renda
- (B) PIB
- (C) PIB *per capita*
- (D) IDH
- (E) Distribuição

Coluna 2

- () Parte do processo produtivo
- () Produção total de riqueza
- () Índice socioeconômico
- () Média individual de renda
- () Salários, aluguéis e juros

Resposta comentada

Gabarito: E, B, D, C, A

A renda está ligada aos ganhos associados aos fatores de produção. Sendo assim, o salário (trabalho), os juros (capital) e os aluguéis (terra) são considerados formas de renda.

O PIB é o total de riqueza produzida em um país ou região em um determinado período.

PIB *per capita* é o resultado da divisão hipotética do PIB em partes iguais pela população.

O IDH é um índice que mede qualidade de vida e renda, diferenciando-se dos índices apenas econômicos. Está voltado para o desenvolvimento humano.

A Distribuição, em economia, significa um processo vinculado e integrado à produção, especialmente em relação ao acesso de bens e serviços.



A distribuição de renda e riqueza no Brasil

Vamos agora detalhar a situação da renda e da riqueza no território nacional, analisando as variáveis que indicam o grau de desenvolvimento humano no Brasil, sob a perspectiva de sua distribuição geográfica. Você já conhece o processo histórico de concentração e acumulação capitalista no Sudeste e no Sul do Brasil, mas vamos repassá-lo brevemente para melhor compreender o Brasil atual.

Entre os anos 1950 e 1970, através de políticas estatais, houve grande expansão e diversificação industrial no Brasil, em especial, indústrias de bens intermediários, de bens de consumo, bem como de toda infraestrutura necessária para sustentar esse crescimento industrial. Isto ocorreu particularmente e com intensidade extrema em São Paulo.

As Regiões Centro-Oeste e Sul passam a “servir” a grande metrópole paulista com produtos agrários e mão de obra barata, já que a concorrência no setor industrial tornava-se cada vez mais inviável, dado o potencial da concentração das atividades industriais em São Paulo. Norte e Nordeste, pouco interligados ao Sudeste, acabam estagnados economicamente, restritos às atividades agroexportadoras. Neste momento, acentuam-se de forma dramática as desigualdades regionais no Brasil.



Um bom filme para retratar o processo de acirramento das desigualdades econômicas nos anos 1970/1980 é o filme “O homem que virou suco”, de 1981, dirigido por João Batista de Andrade. O filme retrata a chegada de mão de obra nordestina em São Paulo e as dificuldades impostas pela grande metrópole com todas as suas contradições.

Assistir em <https://www.youtube.com/watch?v=FF70tq8QSS4>

A partir dos anos 1970, em virtude das próprias contradições inerentes ao processo de acumulação capitalista e de concentração de riqueza, que geram problemas como o alto custo de produção nas cidades (salários, terrenos, energia), inicia-se o processo de desconcentração industrial, primeiramente para o interior paulista e, posteriormente, para outras regiões e Estados, porém ainda concentrado na Região Sudeste e Sul do Brasil.

Esse é o processo histórico contemporâneo que explica, sob o prisma da dinâmica da industrialização no Brasil, o atual quadro de desigualdades socioeconômicas do território nacional. Agora, passemos ao Brasil atual, atentando para as marcas da história expressas nas desigualdades socioespaciais atuais.

Brasil (% de extremamente pobres)

2010 - Proporção de extremamente pobres



Figura 10.8: Percentual de extremamente pobres no Brasil. Obs.: Quintil é uma medida que separa a amostra em 5 partes.

Fonte: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>

Brasil (% vulneráveis à pobreza)

2010 - Proporção de vulneráveis à pobreza



Figura 10.9: Percentual de vulneráveis à pobreza no Brasil. Obs.: Quintil é uma medida que separa a amostra em 5 partes.

Fonte: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>

É possível, ao analisar as **Figuras 10.8 e 10.9**, perceber que os estados das regiões Norte e Nordeste, no que tange à distribuição de renda, são os mais pobres e vulneráveis à pobreza. Destacam-se Piauí, Maranhão, Alagoas, Pará, Amazonas e Ceará, enquanto os do Sul e Sudeste destacam-se por apresentar os menores índices de pobreza e vulnerabilidade: São Paulo, Paraná e Santa Catarina.

Outra forma de visualizar as desigualdades geradas pela distribuição desigual da renda no Brasil é observar a relação da população com o trabalho e os rendimentos médios dos ocupados por Estados. O quadro desigual permanece bastante semelhante aos vinculados ao mapa da pobreza. Sul e Sudeste possuem maiores médias de rendimento dentre as pessoas ocupadas. Ainda apresentam piores índices estados como Maranhão, Piauí, Alagoas, Ceará e Paraíba. Veja a **Figura 10.10**.

Brasil (Rendimento médio dos ocupados)



Figura 10.10: Rendimento médio dos ocupados – Brasil.
Obs.: Quintil é uma medida que separa a amostra em 5 partes.

Fonte: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>

Tais índices podem ser correlacionados com o percentual da população ocupada de cada estado por setor da economia. De acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil - 2013, os setores da economia que absorvem a maior fatia da população são o industrial, o agropecuário, o comercial e o de serviços.

Neste sentido, vale uma importante referência ao setor de serviços. O processo de terciarização da economia brasileira transformou esse setor no principal destino da população ocupada no território nacional. Ele é o setor da economia que apresenta o maior percentual de população ocupada em todos os estados. Nenhum outro setor da economia absorve mais trabalhadores que o setor de serviços. Do Distrito Federal, com respeitáveis 62,48% da população ocupada no setor, até o Maranhão, estado com o menor percentual, mas ainda assim com 36,07% de sua população ocupada trabalhando no setor.

Para você ter um panorama melhor sobre esse assunto, veja alguns exemplos de outros setores e suas porcentagens de ocupação:

Setor: Indústria de Transformação (% dos ocupados maiores de 18 anos)

Estados com maiores índices:

Santa Catarina: 20,77%

São Paulo: 16,14%

Rio Grande do Sul: 15,59%

Setor: Agropecuário (% dos ocupados maiores de 18 anos)

Estados com maiores índices:

Maranhão: 30,45%

Piauí: 28,04%

Bahia: 24,75%

Setor: Serviços (% dos ocupados maiores de 18 anos)

Estados com maiores índices:

Brasília: 62,48%

Rio de Janeiro: 55,72%

Amapá: 49,95%

Setor: Comércio (% dos ocupados maiores de 18 anos)

Estados com maiores índices:

Amapá: 17,23%

Pará: 17,08%

Rio Grande do Norte: 16,66%

Percebe-se que o setor industrial possui importante peso na distribuição de renda no Brasil, se comparado com o setor agropecuário, característico de estados da Região Nordeste. A maior concentração de população ocupada no setor industrial em Estados como São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul acaba por confirmar a histórica concentração desta atividade no Sudeste brasileiro.

Então, vamos analisar as regiões pelos setores da economia que mais absorvem trabalhadores:

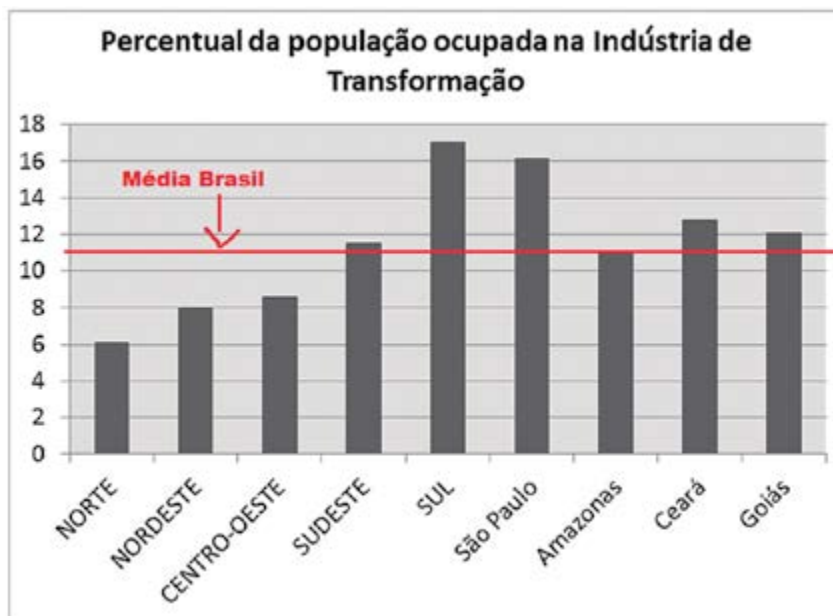


Figura 10.11: Percentual médio de ocupados >18 anos. Indústria de Transformação – Regiões, Principais Estados e Brasil.

Fonte: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>

Ao observar a **Figura 10.11**, percebe-se que as macrorregiões SUL e SUDESTE possuem mais adultos (>18 anos) trabalhando na indústria de transformação que outras macrorregiões, como NORTE, NORDESTE e CENTRO-OESTE.

A média Brasil é de 11% neste quesito. Estados como Amazonas, Ceará e Goiás também apresentam percentual igual ou maior que a média brasileira.

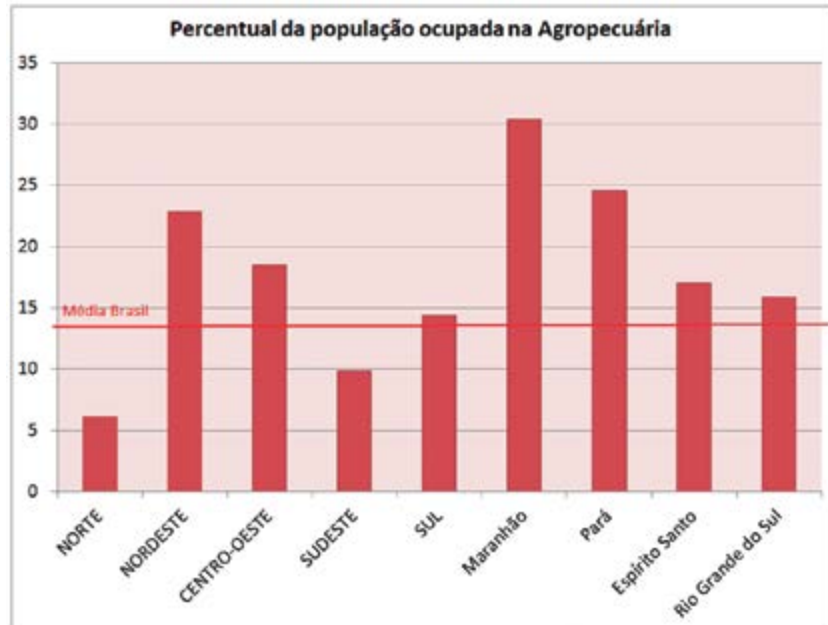


Figura 10.12: Percentual médio de ocupados >18 anos. Agropecuária – Regiões, Principais Estados e Brasil

Fonte: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>

A **Figura 10.12** revela como as macrorregiões brasileiras estão, de certa forma, especializadas em determinadas atividades econômicas. Enquanto na **Figura 10.11**, observamos que o percentual da população ocupada (>18 anos) era maior nas macrorregiões SUL e SUDESTE, percebemos aqui que o setor agropecuário está bastante vinculado ao NORDESTE, que apresenta percentual médio (23%) bem superior à média Brasil (14%).

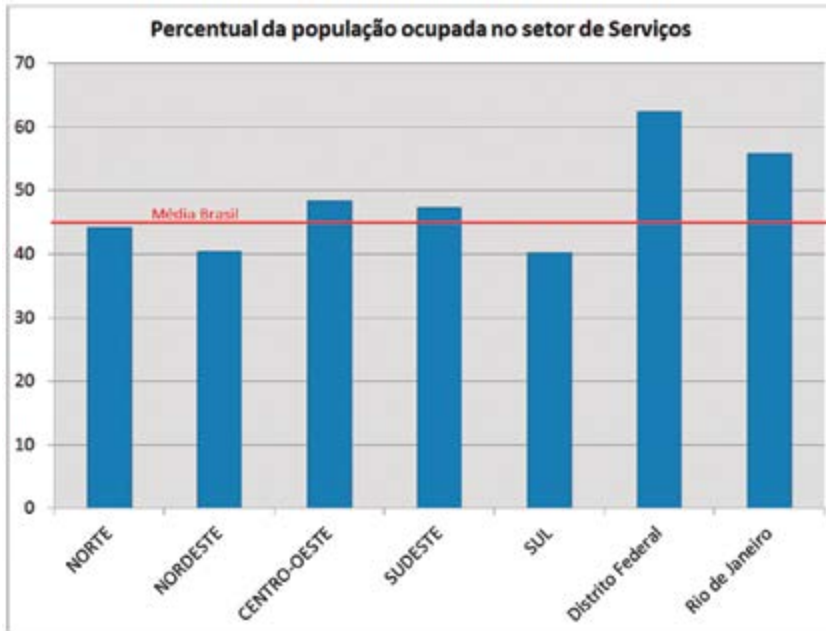


Figura 10.13: Percentual médio de ocupados >18 anos. Serviços – Regiões, Principais Estados e Brasil.

Fonte: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>

O setor de serviços é aquele que absorve a maior parte da população economicamente ativa no Brasil atualmente. Entre as macrorregiões, não há diferenças percentuais significativas. Em todas elas, entre 40% e 50% da população ocupada com mais de 18 anos de idade trabalha no setor de serviços. Destaques para o Distrito Federal e Rio de Janeiro, que apresentam percentuais significativamente superiores à média Brasil (45%).

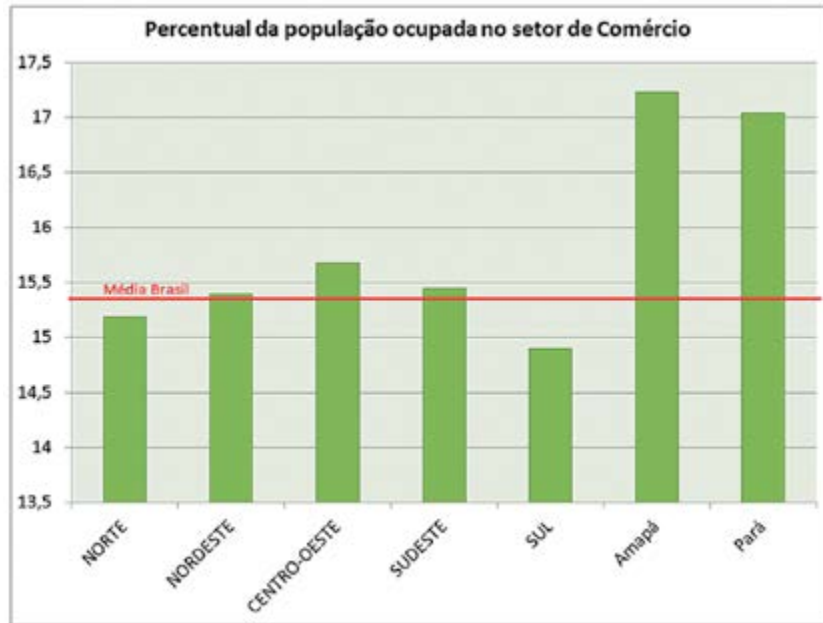


Figura 10.14: Percentual médio de ocupados >18 anos. Comércio – Regiões, Principais Estados e Brasil.

Fonte: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>

Quanto ao setor Comércio, assim como nos Serviços, não há uma diferença significativa entre as macrorregiões no que tange ao percentual de adultos (>18 anos) ocupados no setor. Com leve liderança, o CENTRO-OESTE surge com o maior percentual de absorção no setor. Destaques para Amapá e Pará.

As regiões, e mesmo os estados e municípios, não apresentam uma geografia econômica homogênea, ou seja, cada recorte espacial contém uma diversidade de realidades econômicas e sociais, contendo prevalência de certos setores da economia sobre outros, mas podemos, de certa forma, representar o país quanto às atividades econômicas predominantes segundo o mapa da **Figura 10.15**. Observe:



Figura 10.15: Atividades econômicas predominantes no espaço brasileiro
Fonte: Adaptado de Becker & Egler, 2010.

Desta forma, fica evidenciada que a prevalência de certos setores da econômica sobre outros em determinadas espaços influenciam de forma importante a concentração de renda e riqueza. O Sul e Sudeste industriais e o agronegócio do Centro-Oeste possuem índices econômicos e sociais superiores ao Nordeste agromercantil e ao Norte extrativista.

Fica caracterizada, também, a polarização regional entre ricos e pobres, que acaba por se reproduzir dentro de outros recortes espaciais, como nos estados e nas regiões metropolitanas. Ou seja, a desigual distribuição de renda e de riqueza permeia todas as escalas do território nacional.

Vejamos, por exemplo, como a renda está concentrada em pequenas parcelas da população e como o mapa da desigualdade de renda entre a população é semelhante ao mapa das desigualdades regionais.

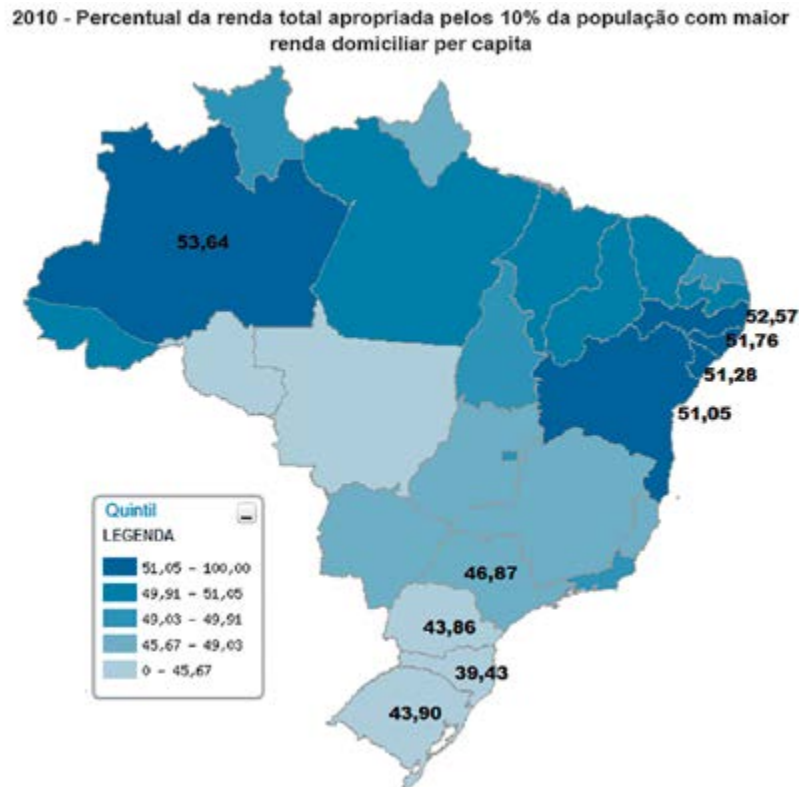


Figura 10.16: Percentual da renda total nas mãos dos 10% mais ricos – Brasil. Obs.: Quintil é uma medida que separa a amostra em 5 partes. Fonte: Adaptado de <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>

A desigualdade regional se reproduz no interior dos estados, municípios e grandes cidades. A observação do mapa da **Figura 10.16** revela a brutal concentração da renda por parte de pequena fração da população. O estado menos desigual neste quesito é o Paraná, que, mesmo assim, apresenta quase 40% de toda a renda nas mãos de apenas 10% de sua população.

Os estados do Norte e Nordeste, além de possuírem renda *per capita* média bem inferior aos outros Estados brasileiros, são também os mais desiguais internamente, pois surgem com mais da metade de suas rendas nas mãos de apenas 10% da população. Essas disparidades se expressam especialmente nas grandes cidades brasileiras, no convívio contraditório de áreas nobres - repletas de infraestrutura e serviços - com áreas degradadas, carentes de infraestrutura e serviços.

Os mapas a seguir permitem visualizar a correlação entre a renda e o nível de desenvolvimento humano.

Veja só:

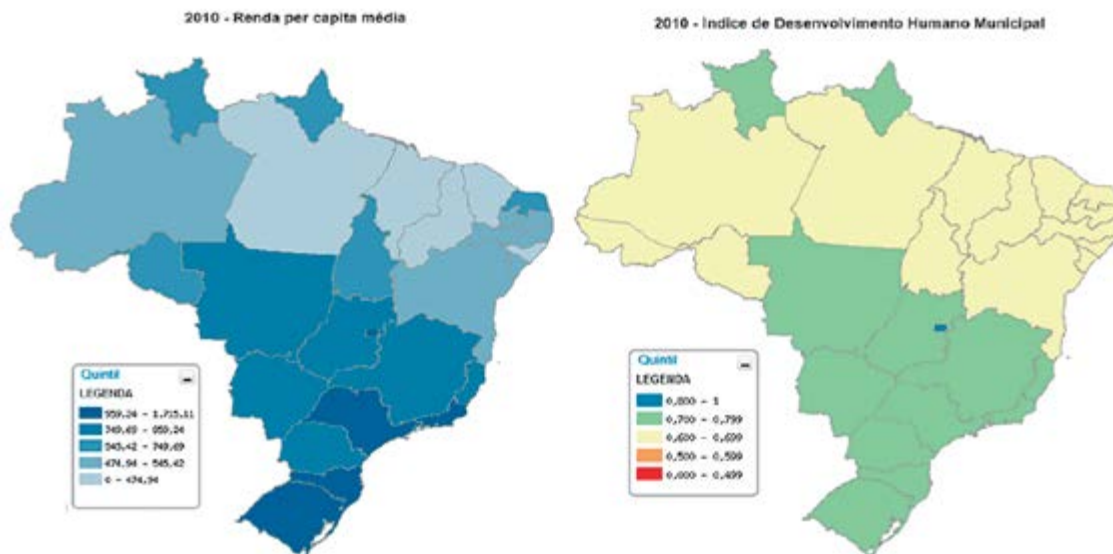


Figura 10.17: Renda per capita média e IDHM – Brasil.

Fonte: Adaptado de <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>

A distribuição desigual de renda e sua concentração nas mãos de poucos não é um processo especificamente brasileiro; é mundial. Mas alcança números vergonhosos no Brasil! Taxas de urbanização, acesso à educação, maior inserção no setor de serviços e expectativa de vida longa e saudável são características de regiões brasileiras mais avançadas do ponto de vista socioeconômico. Áreas mais tradicionais, como o Nordeste, com histórias espaciais mais antigas, permanecem tendo dificuldade na transição para uma realidade socioeconômica mais igualitária e desenvolvida. São exatamente as estruturas arcaicas cristalizadas, segundo o geógrafo Milton Santos, tanto no espaço quanto na sociedade, que dificultam o desenvolvimento dessas regiões.

Atividade 2

Atende ao objetivo 2

Cite os quatro setores da economia brasileira que mais absorvem mão de obra e faça uma correlação entre esses setores e as regiões onde prevalecem com mais força, citando quais deles impactam mais na média da renda de sua região.

Resposta comentada

Os setores que mais absorvem mão de obra no Brasil são: serviços, indústria, comércio e agropecuária.

O setor de serviços está presente em todas as regiões com forte presença, sendo o setor que mais absorve mão de obra. É assim em todos os estados brasileiros.

O setor industrial encontra-se especialmente concentrado nas regiões Sul e Sudeste.

A agropecuária possui importante peso na absorção de mão de obra, especialmente no Nordeste e no Centro-Oeste brasileiro.

E, finalmente, o setor de Comércio, que se apresenta também equilibrado entre as regiões.

Sobre o impacto na renda da região, os setores industriais e de serviços acabam gerando mais impacto sobre a média da renda em suas regiões, especialmente o industrial e, particularmente, o de serviços qualificados.

Conclusão

Além da concentração e má distribuição da renda, outro importante fator tem sido levado em conta na tentativa de explicar o desigual desenvolvimento econômico e social entre os lugares: a riqueza, ou melhor,

a concentração da riqueza. Diferentemente da renda (salários, juros, aluguel), que possui um caráter mais volátil, variável, a riqueza é aquilo que podemos chamar de patrimônio.

Quando analisam o PIB anual de um país, por exemplo, apenas a renda anual é medida, mas o patrimônio acumulado pelas pessoas através dos anos não. Indústrias, casas, terrenos, poupança, automóveis, fazendas e ações são riquezas acumuladas que não entram no cálculo do PIB. Mas é o acúmulo desse patrimônio que possibilita a geração das rendas. Sendo assim, um ciclo é gerado: aqueles que possuem mais riqueza possuem também condições infinitamente mais favoráveis de aumentar seu patrimônio e sua renda. Do outro lado, quem não tem acesso a patrimônio ficará quase que irremediavelmente vivendo unicamente da renda obtida através do salário, com condições menos favoráveis para criar um patrimônio.

O mecanismo de concentração de renda e riqueza tem-se mostrado nefasto para a grande maioria da população mundial e para o Brasil. Suas expressões espaciais surgem nas favelas, nos guetos, nos condomínios de luxo e nos arranha-céus dos grandes centros financeiros. Suas expressões sociais surgem na fome, na pobreza, na violência e em uma pequena parcela da população, que concentra a maior parte da renda e da riqueza, usufruindo de bens e serviços diferenciados e qualificados.

==== **Atividade final** =====

Atende aos objetivos 1 e 2

Por que podemos considerar o IDH uma maneira mais verdadeira de se medir a realidade econômica e social de uma região, se comparado ao PIB?

Reposta comentada

O IDH – Índice de Desenvolvimento Humano leva em consideração fatores ligados à qualidade de vida, além dos econômicos. Tempo na escola, longevidade e renda são associados para formação do índice. O PIB é medida puramente econômica, e sua utilização como referência pode encobrir a realidade social da região.

Resumo

A distribuição desigual de renda e riqueza se converte em um dos principais problemas da atualidade no Brasil e no mundo. O PIB e o PIB *per capita* sempre foram utilizados para medir a renda total e a renda média, respectivamente, de regiões e países. No entanto, seu viés é puramente econômico e não retrata com fidelidade a realidade social e econômica. Sendo assim, o IDH foi criado com o fim de contemplar outros fatores voltados mais para o desenvolvimento humano do que puramente econômico. Reunindo dados ligados à escolaridade, à longevidade, à saúde e à renda, o Índice de Desenvolvimento Humano acaba por gerar um retrato mais fiel das estruturas socioeconômicas dos recortes espaciais analisados. Isso fica evidente ao observamos a posição que o Brasil ocupa no PIB, no PIB *per capita* e no IDH no mundo. Mesmo sendo uma das maiores economias do mundo (a 7^a), o Brasil ocupa a 54^a posição no PIB *per capita*, e cai para a 79^a quando são adicionadas variáveis sociais, como educação e saúde e a desigual distribuição de renda. O Brasil permanece, apesar de avanços, extremamente desigual no interior da sociedade e na geografia econômica.

Referências

- BAVA, S. C. **Thomas Piketty e o segredo dos ricos**. São Paulo: Veneta; Le Monde Diplomatique Brasil, 2014.
- BECKER, B. K.; EGLER, C. A. G. **Brasil: uma nova potência regional na economia – mundo**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- CONTEL, F. B. As divisões regionais do IBGE no século XX (1942, 1970 e 1990), **Terra Brasilis** (Nova Série)[Online], 3|2014e 2014. URL: <http://terrabilis.revues.org/990>; DOI: 10.4000/terrabilis.990.

GUIMARÃES, F. de M. S. **Divisão Regional do Brasil**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto de Geografia e Estatística – IBGE, 1942.

LEMOS, M. B.; DINIZ, C. C.; GUERRA, L. P. A nova configuração regional brasileira e sua geografia econômica. *Est. econ.*, São Paulo, 33(4): 665-700, out-dez 2003.

SANTOS, M. A. **Natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção** - 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Coleção Milton Santos; 1).

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 16. ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

Aula 11

Energia e desenvolvimento no Brasil:
gestão e conflitos territoriais – parte I

Metas

Apresentar, em duas aulas (Aula 11 e Aula 12), a distribuição, as potencialidades, o desenvolvimento e os impactos socioespaciais da existência e da utilização dos recursos energéticos no território brasileiro.

Discutir a atual composição da matriz energética brasileira, comparando-a com a atual composição de recursos energéticos no mundo, tendo como pano de fundo temáticas ambientais emergentes, como o aquecimento global e a subsequente discussão sobre o aproveitamento de fontes de energia renováveis, em meio aos conflitos existentes entre o modelo capitalista expansivo baseado no crescimento econômico e a sustentabilidade ambiental e social.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. analisar a relação entre energia e desenvolvimento, e suas expressões socioespaciais e econômicas, bem como suas consequências climáticas locais e globais;
2. identificar informações iniciais sobre: a composição da matriz energética brasileira, o destino da energia produzida em território nacional, a composição da matriz elétrica nacional, o conflito entre a gestão territorial e a gestão ambiental no Brasil.

Introdução: energia e desenvolvimento podem andar juntos?

Você já pensou na relação entre energia e desenvolvimento? E nas expressões geográficas que resultam desta relação? E sobre os conflitos entre a gestão do território e a gestão ambiental?

Em um país como o Brasil, continental, diverso, desigual, e ainda com lacunas sociais e de infraestrutura a serem resolvidas, tratar essas questões se converte em etapa fundamental para a melhoria da qualidade de vida da população. Além disso, é fundamental para a segurança energética do país e para encontrar uma forma de desenvolvimento que seja sustentável, ou seja, que contemple sociedade, economia e meio ambiente de forma equilibrada.

Este desafio não é somente nacional, posto que fenômenos como o aquecimento global se revelam em escala planetária.



Figura 11.1: O atual modelo de desenvolvimento mundial parece não ser sustentável.

O modelo atual de desenvolvimento econômico mundial vem demonstrando sinais de esgotamento. Uma das faces mais visíveis deste processo são as mudanças climáticas oriundas dos efeitos das atividades humanas, geradoras de **gases de efeito estufa**, que levam ao **aquecimento global** e à conseqüente ocorrência de **eventos climáticos extremos** cada vez mais frequentes.

Gases de efeito estufa (sigla: GEE)

Gases que potencializam o efeito estufa e devem ter suas emissões reduzidas, de acordo com o Protocolo de Kioto. São eles: dióxido de carbono (CO_2), óxido nítrico (N_2O), metano (CH_4), hidrofluorcarboneto (HFC), perfluorcarboneto (PFC) e hexafluor sulfuro (SF_6).

Aquecimento global

Aumento da temperatura do planeta Terra, nos últimos anos, causado principalmente pela alta concentração de poluentes na atmosfera. O aquecimento será mais intenso nos continentes do que nas áreas oceânicas. O aumento da temperatura provocará eventos climáticos extremos, como o excesso de calor e chuva em épocas erradas, além da elevação no nível dos mares, o que significará o avanço do oceano sobre áreas costeiras, com desaparecimento de cidades litorâneas e países insulares.

Eventos climáticos extremos

Furacões, tornados, chuvas torrenciais, temperaturas extremas negativas e positivas, períodos prolongados de estiagem etc.



Figura 11.2: Representação do mecanismo básico do aquecimento global.

Encontra-se na origem desse problema a histórica e expressiva participação de combustíveis fósseis nas matrizes energéticas da maioria dos países desenvolvidos. A recente reprodução desse modelo em economias emergentes no século 21, bem como os padrões de consumo e modos de vida em descompasso com o meio ambiente igualmente contribuem para seu agravamento.

Nesse contexto, países de industrialização tardia, catapultados à categoria de potências emergentes pelo peso de suas economias e de seus contingentes populacionais, demandam por cada vez mais energia. Porém, esses novos atores ainda não alcançaram altos níveis de desenvolvimento econômico e social, apresentando gargalos estruturais importantes:

- infraestrutura precária;
- pobreza;
- escolaridade baixa da população;
- crescimento desordenado das cidades;
- distribuição desigual de renda e riqueza.

O Brasil é um desses países emergentes e tem, diante de si, uma difícil equação a ser resolvida: como equilibrar demandas sociais, econômicas e ambientais, por vezes conflitantes, na construção de um país mais competitivo, justo, inclusivo, e atento à crise climática mundial, diante da urgente necessidade de garantir sua segurança energética?

Discutir essas questões é o objetivo principal apresentado em duas aulas (esta e a próxima, Aula 12). Nelas, buscaremos oferecer a você

uma perspectiva sobre os desafios impostos na gestão da matriz energética brasileira, que estabeleça pontos de interseção entre energia, desenvolvimento socioeconômico e meio ambiente, em escala nacional e diante da pressão internacional a respeito das mudanças climáticas.

Energia, desenvolvimento e meio ambiente.

Um dos indicadores mais utilizados para medir o grau de desenvolvimento econômico de um país tem sido a observação de seu consumo energético. Partindo desta premissa, o planejador energético projeta taxas de crescimento econômico para medir a expansão da oferta energética, a fim de assegurar que haja a energia necessária para movimentar a economia do país no futuro. Há, de fato, correlação entre o consumo de energia total ou *per capita* de um país e suas variáveis socioeconômicas, como o Produto Interno Bruto (PIB) e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

De uma forma geral, o maior acesso à energia parece cumprir papel condicionante, como impulso inicial, nas primeiras etapas do desenvolvimento socioeconômico dos países.

O gráfico a seguir demonstra que, quanto maior o uso de energia de um país, maior é a qualidade de vida de sua população. Perceba que países desenvolvidos apresentam alto IDH e estão mais à direita do gráfico (usam mais energia). Observe que essa relação produz mais diferença no início, ou seja, quando o país dá o seu primeiro salto no consumo de energia.

Após esta etapa, mesmo com o aumento do uso de energia, não há grande diferenciação no IDH. Como comparação, veja a posição dos Estados Unidos (EUA) em relação a países como Alemanha, França, Itália e Japão. Os EUA consomem muito mais energia que estes países, mas isso não indica tanta diferença no IDH. Entretanto, quando analisamos mais o uso de energia no seu início, podemos perceber o quanto ele interfere no IDH.

Observe também, no mesmo gráfico, as posições de Peru, Bolívia e Paraguai e os compare com Alemanha, França, Itália e Japão. Perceba que, mesmo com pouca diferença no uso de energia (países mais deslocados para direita do gráfico), já se obtêm significativas assimetrias no índice de qualidade de vida (países mais posicionados para a parte superior do gráfico).

BRIC e BRICS

Em 2001, o termo BRIC foi criado pelo economista Jim O'Neil fazendo referência a quatro países de economia emergente, com grandes potencialidades a serem desenvolvidas, que, apesar de diferentes em muitos aspectos, guardam importantes características semelhantes, como: grande contingente populacional, grande extensão territorial e terem passado por processos de urbanização e industrialização tardios.

A sigla faz referência a Brasil, Rússia, Índia e China. A partir de uma mera classificação, esses países vêm gradualmente aumentando suas relações e criando, de fato, uma espécie de bloco internacional para defesa de interesses mútuos. A presença da África do Sul como um dos países de mesma importância gera o termo BRICS. (S de South Africa). O último grande passo dos BRICS foi a criação de um banco dos BRICS. Posição política e econômica que desafia a ordem econômica mundial, pautada pelo FMI e pelo Banco Mundial

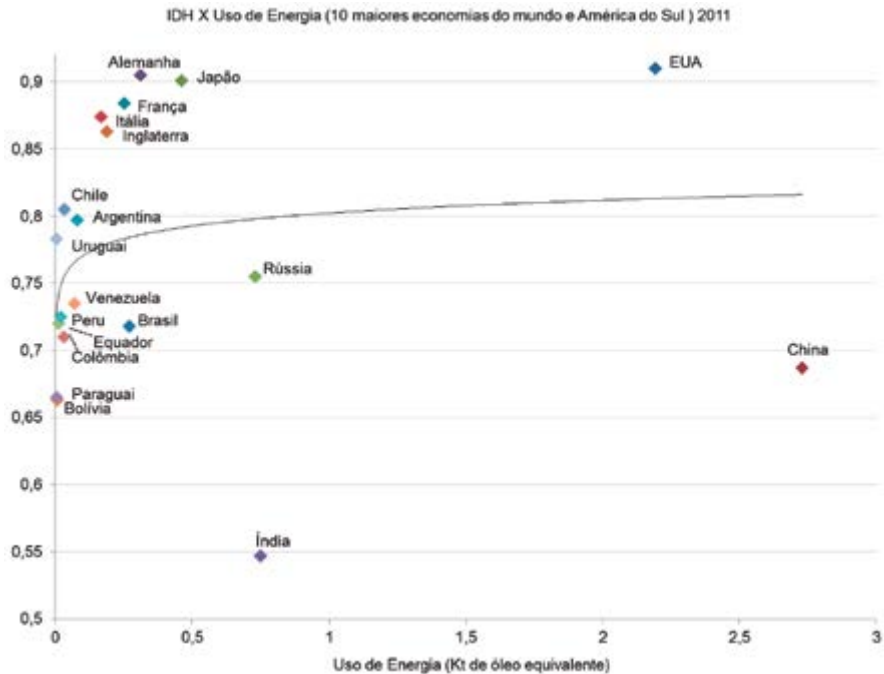


Figura 11.2: IDH e uso de energia nas 10 maiores economias mundiais e na América do Sul.

Fontes: dados extraídos do Banco Mundial (<http://data.worldbank.org>) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) – Ranking IDH Global 2011 (http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH_global_2011)

Ainda sobre a **Figura 11.2**, observe como países como Brasil, Índia, China e Rússia, surgem “fora da curva”. Isso é uma característica de economias emergentes. Podemos, de uma forma geral, associar tal situação ao processo de industrialização tardio e à urbanização acelerada em países de grande extensão territorial e grande contingente populacional.

Já a relação entre IDH e crescimento econômico é mais forte. No entanto, a observação dos países do **BRIC** revela que pode ocorrer crescimento econômico robusto acompanhado de tímidos avanços sociais. Vamos acompanhar isso na próxima figura:

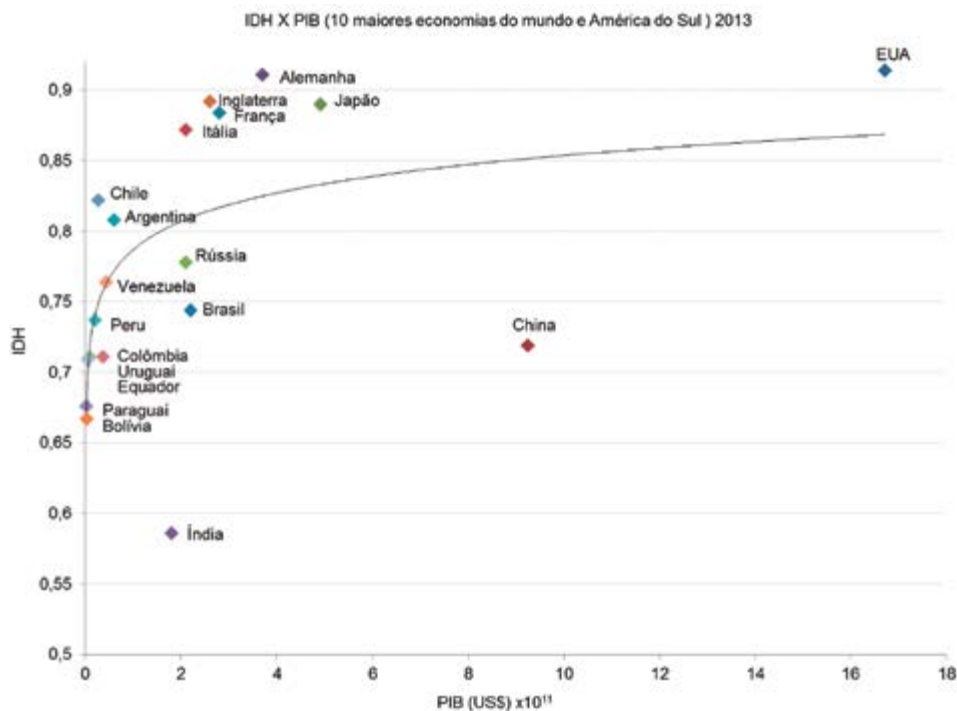


Figura 11.3: IDH e PIB nas 10 maiores economias mundiais e na América do Sul.

Fontes: dados extraídos do Banco Mundial (<http://data.worldbank.org>) e do PNUD – Ranking IDH Global 2013 (<http://www.pnud.org.br>)

A observação da **Figura 11.4** permite algumas reflexões. Fica evidente que, de uma forma geral, quanto maior o PIB (quanto mais à direita do gráfico o país estiver), maior o seu IDH (mais na parte superior do gráfico o país estará). Perceba que os países desenvolvidos possuem IDH mais elevado e maior PIB.

Mais uma vez, países como China, Brasil, Rússia e Índia possuem um comportamento “fora da curva”. Esses países são grandes economias, mas o crescimento econômico não foi acompanhado, na mesma medida, por avanços sociais, tais como nível de escolaridade, saneamento básico, infraestrutura etc. São potências econômicas, mas com grandes desigualdades sociais que se expressam, no caso brasileiro, por exemplo, nas grandes disparidades socioeconômicas entre as regiões e mesmo dentro dos grandes centros, com áreas de extrema pobreza convivendo com áreas nobres.

Quando analisamos a correlação entre crescimento econômico e as emissões de gases de efeito estufa (GEEs), torna-se evidente o peso do modelo atual de desenvolvimento econômico para as mudanças do

clima, o protagonismo negativo dos EUA e a reprodução do modelo de “matriz suja” por China, Rússia e Índia.

Vamos verificar isso no gráfico da figura a seguir:

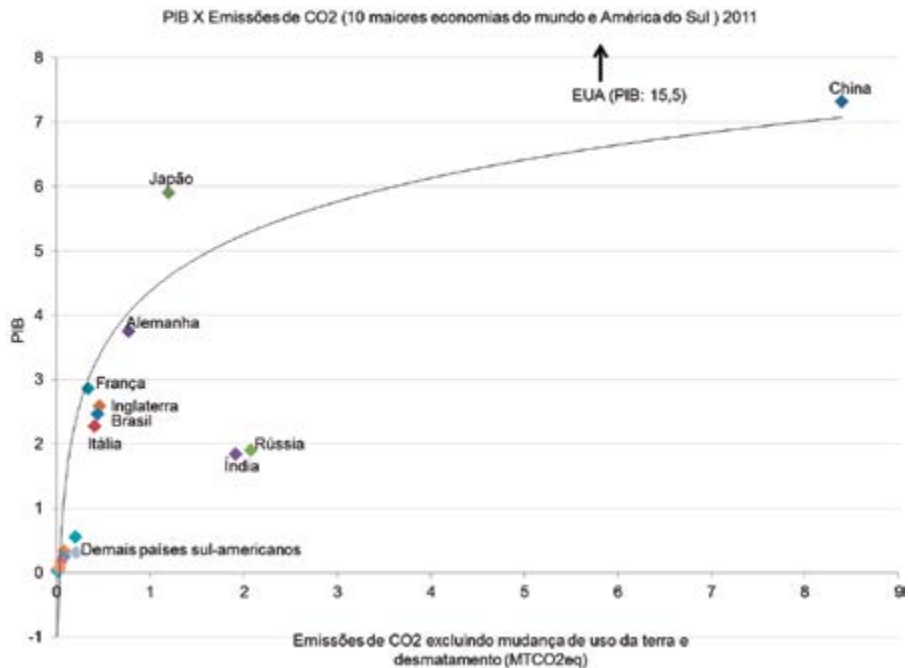


Figura 11.5: PIB e emissões de GEE (excluindo mudança do uso da terra) nas 10 maiores economias mundiais e na América do Sul.

Fontes: dados extraídos de CAIT 2.0. WRI's climate date explorer (<http://cait.wri.org>) e do PNUD – Ranking IDH Global 2011 (<http://www.pnud.org.br>)

Ao observarmos a **Figura 11.5**, podemos perceber a maior responsabilidade dos países desenvolvidos pelas emissões de gases de efeito estufa e, conseqüentemente, pelo aquecimento global. Ou seja, o mundo ainda não achou um meio de crescer sem poluir, ou de dissociar o crescimento econômico do uso intenso dos recursos naturais não renováveis.

Temos então duas frentes:

- no âmbito internacional, temos a crise ambiental, que é resultado da emissão de gases de efeito estufa na atmosfera. Esta crise é provocada por um modelo de desenvolvimento econômico mundial que se baseia na ideia do crescimento e na expansão do consumo, o qual precisa de energia para funcionar. Essa energia, por sua vez, é conseguida por meio da apropriação – de forma irresponsável – dos recursos energéticos do planeta, como petróleo, gás natural e carvão mineral.

Tais insumos energéticos, ao serem processados para conversão de energia, emitem gases de efeitos estufa na atmosfera, que, segundo o IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas), tem elevado a temperatura média da Terra de forma perigosa. Têm origem, assim, eventos climáticos mais extremos e mais recorrentes, que colocam em risco o próprio futuro do homem na Terra;

- no âmbito nacional, temos a necessidade de suprir a demanda interna de energia, equilibrando o necessário desenvolvimento econômico e social, diante da crise ambiental – problema global que afeta a todas as nações. Afinal de contas, estamos todos no mesmo barco, ou melhor, planeta! Na segunda parte desta aula, analisaremos mais de perto a situação brasileira.

Mas, agora, vamos a um exercício simples?

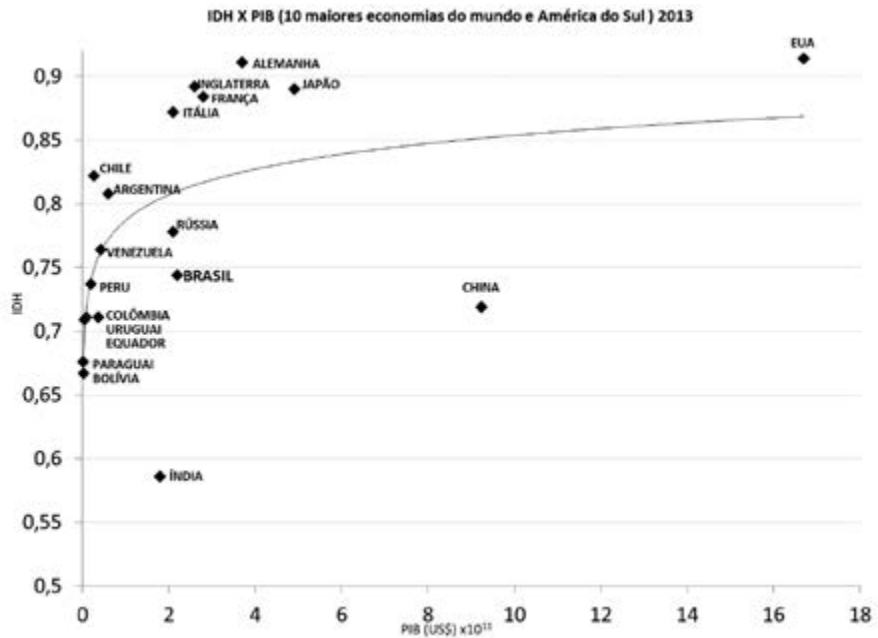
Atividade 1

Atende ao objetivo 1

I. O desenvolvimento sustentável só é possível quando, tanto economia, quanto sociedade e meio ambiente forem contemplados de forma equilibrada no processo de desenvolvimento dos países. Correlacione as colunas abaixo.

- | | |
|----------------------------|---|
| 1. Aquecimento global | a) () se elevado, significa maior qualidade de vida. |
| 2. Sustentabilidade | b) () responsáveis históricos pelo aquecimento global. |
| 3. Industrialização tardia | c) () ainda é dissociada dos cuidados ambientais. |
| 4. Crescimento econômico | d) () fenômeno ocorrido em países emergentes. |
| 5. Países desenvolvidos | e) () resultado da queima de combustíveis fósseis. |
| 6. PIB | f) () quanto maior, maior a emissão de CO ₂ . |
| 7. IDH | g) () equilíbrio entre econômico, social, e ambiental. |

II. Observe a **Figura 11.3**, repetida a seguir, e responda às perguntas.



1. O que você pode afirmar, de uma forma geral, sobre a relação entre o PIB e o IDH dos países?

2. Faça uma análise específica sobre essa relação (PIB x IDH), nos países do BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China). Por que eles aparecem tão “fora da curva”?

3. Mesmo com PIB bem mais elevado, os EUA não possuem um IDH tão distante de outros países desenvolvidos, como Alemanha, por exemplo. O que isso lhe sugere do ponto de vista da relação entre o crescimento econômico e a qualidade de vida?

4. Qual o país, presente no gráfico, que apresenta a maior contradição entre PIB e IDH?

5. O gráfico expressa a divisão da riqueza no mundo e o conflito norte-sul? Explique.

Resposta comentada

1: a) 7; b) 5; c) 4; d) 3; e) 1; f) 6; g) 2.

Observações:

1. Aquecimento global: resultante do atual modelo de desenvolvimento, baseado na queima de combustíveis fósseis como carvão, petróleo e gás natural.

2. Sustentabilidade: ideia que prevê o equilíbrio entre as esferas econômica, social e ambiental. Ou seja, se houver crescimento econômico, mas com prejuízos ao meio ambiente ou à qualidade de vida das pessoas, este tipo de desenvolvimento não pode ser caracterizado como sustentável. Será necessário contemplar esses três pilares: sociedade, economia, e meio ambiente.

3. Industrialização tardia: fenômeno específico ocorrido em países emergentes, no século XX, que tem como característica o processo acelerado de industrialização, urbanização e concentração urbana. Esse

processo acelerado acabou por gerar grandes economias em países populosos como Brasil, Argentina, México, Índia e China, entre outros, mas que não promoveram avanços sociais na mesma medida, dando origem a países com territórios altamente diferenciados e desiguais.

4. Crescimento econômico: ideia que vem sendo substituída pela ideia de desenvolvimento (que englobaria outras preocupações que não somente a econômica). Infelizmente, o crescimento econômico permanece associado às emissões de CO₂ na atmosfera, pois a economia mundial ainda é muito dependente de combustíveis fósseis.

5. Países desenvolvidos: primeiros países a passarem pelo processo de industrialização, estes são os responsáveis históricos pelo aquecimento global, pois emitem gases de efeito estufa desde os primeiros momentos da industrialização, além de serem países altamente dependentes de combustíveis fósseis para “girar” as suas economias.

6. PIB: infelizmente, quanto maior o PIB mundial ou de um país, maior a emissão de CO₂ na atmosfera. Isso se deve ao mesmo processo já citado da não dissociação do crescimento econômico do uso intensivo de recursos naturais não renováveis.

II. Respostas:

1. Normalmente, o crescimento do PIB leva à elevação do IDH. Observe-se no gráfico que, quanto mais à direita está o país (maior o PIB), mais para a parte superior (maior IDH) ele se coloca no gráfico. Há exceções, como Índia e China, que estão muito fora da curva, o que demonstra que, embora exista uma relação direta entre crescimento econômico e melhoria na qualidade de vida, nem sempre ela se apresenta de forma diretamente proporcional.

2. Brasil, Rússia e, especialmente, China e Índia são países com grandes contradições sociais e econômicas em seus territórios. O crescimento econômico desses países não veio acompanhado, na mesma medida, de avanços sociais. O processo de industrialização tardia e urbanização acelerada é característico em países emergentes economicamente, mas com lacunas importantes na sua estrutura social, que se reflete em índices não elevados de qualidade de vida.

3. A observação deste fenômeno sugere que a relação entre crescimento econômico e melhora na qualidade de vida é mais forte nas etapas iniciais do desenvolvimento dos países. Após certo patamar de crescimento econômico com proporcional desenvolvimento social, o aumento do

PIB não atua como diferenciador entre os países. Por isso, mesmo com um PIB bem superior ao da Alemanha, os dois países não apresentam IDH tão distintos.

4. Índia. É o país que, estando mais à direita do gráfico (crescimento do PIB), está na parte inferior do gráfico (menor IDH). Ou seja, apesar de ser uma grande economia emergente, a Índia apresenta índices de qualidade de vida muito baixos.

5. Sim. É possível perceber que há a nítida presença de países desenvolvidos (oeste europeu) e dos EUA, na parte superior do gráfico (IDH mais elevado), bem como a nítida presença destes países mais à direita do gráfico (maior PIB), quando comparamos com países da América do Sul, todos mais à esquerda do gráfico (PIBs menores) e em posição inferior no gráfico (menor IDH). Desta forma, podemos afirmar que o gráfico reflete, sim, a desigual distribuição de riqueza no mundo, bem como suas conseqüentes e distintas realidades sociais.



A matriz energética brasileira e mundial



Figura 11.6: “Dança da energia elétrica”.

Você sabe o que é matriz energética? A matriz energética de um país é a representação quantitativa do conjunto de recursos energéticos primários disponíveis e utilizados para transformação, distribuição e consumo no seu processo produtivo. De uma forma mais ampla, é a oferta de **energia primária** que move todos os setores da economia de um país, dos combustíveis líquidos derivados do petróleo que são queimados

Energia primária

Fonte de energia disponível na natureza, capaz de gerar energia a partir de seu uso direto, como:

- o carvão mineral (queima para gerar calor),
- o petróleo (queima para gerar calor),
- o gás natural (queima para gerar calor),
 - a energia hídrica (energia cinética dos rios convertida em energia mecânica nas turbinas das usinas hidrelétricas),
- a energia solar (converte a energia solar em térmica e elétrica),
 - a energia eólica (converte a energia cinética dos ventos em energia mecânica),
- a energia de biomassa (queima para gerar calor),
- a maré motriz (energia cinética das ondas em energia mecânica),
 - o urânio (fissão dos átomos convertida em calor) e
 - a energia geotérmica (aproveitamento da energia térmica diretamente ou para geração de energia elétrica).

Ou seja, derivados do petróleo, como gasolina e diesel, e a eletricidade são fontes secundárias, pois não são encontradas na natureza, posto que são produzidas pelo homem, através de técnicas, usando as energias primárias.

nos motores dos automóveis à energia cinética das águas dos rios, convertida em energia elétrica pelas usinas hidrelétricas.

A matriz energética brasileira está entre as mais limpas do mundo. Ainda assim, a participação de fontes poluentes e não renováveis em sua composição corresponde a 59%, como mostra a gráfico da figura a seguir:

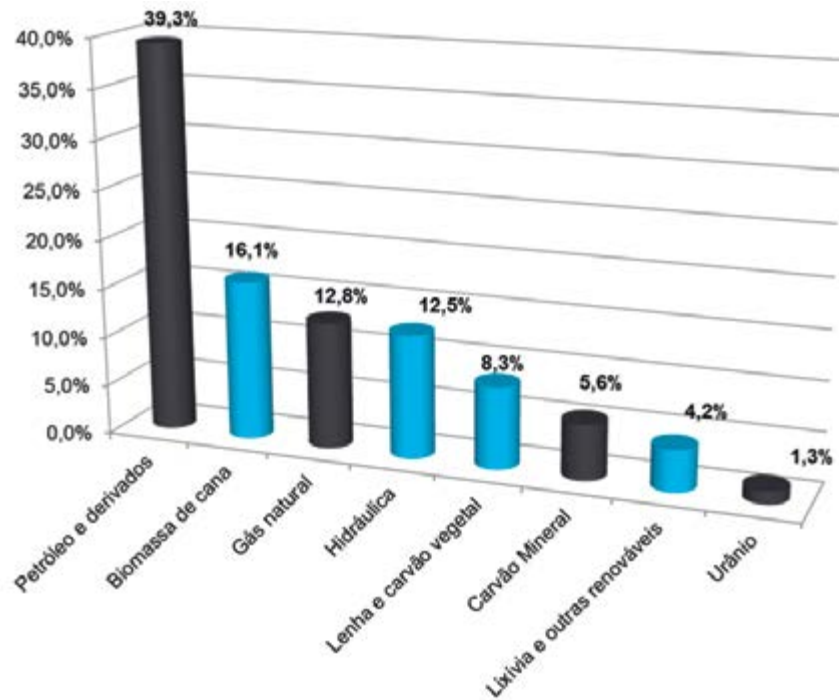


Figura 11.7: Matriz energética brasileira.

*Outras renováveis: eólica, principalmente.

Fonte: dados extraídos de Empresa de Pesquisa Energética (EPE) – Balanço Energético Nacional, 2014 (Ano base 2013)

Contribuem para isso o significativo consumo de petróleo e de seus derivados, bem como o de gás natural e, em escalas menores, o de carvão mineral e urânio. As fontes de energia limpa e renovável sustentam-se, em grande parte, em insumos que dão à matriz energética brasileira um perfil único, com o uso da biomassa de cana-de-açúcar (etanol e bagaço) e da hidroeletricidade. Lenha e carvão vegetal, bem como outras fontes, incluindo a energia eólica, complementam a fatia de renováveis. É importante notar o percentual de 41% de renováveis na matriz energética brasileira. Veja:

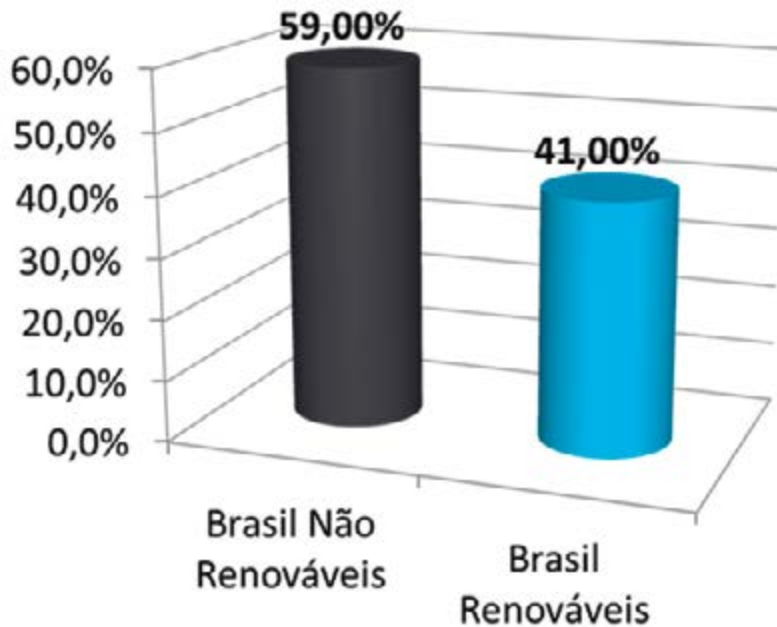


Figura 11.8: Participação de fontes renováveis e não renováveis na matriz energética brasileira.

Fonte: dados extraídos da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) – Balanço Energético Nacional, 2014 (Ano base 2013)

Vamos detalhar melhor a definição de matriz energética? Ela é o conjunto de todas as energias disponíveis para transformação, distribuição e consumo de um país, ou seja, todos os recursos energéticos considerados fontes primárias de energia, como: recursos hídricos, petróleo, carvão mineral, gás natural, vento, luz solar, urânio, biomassa, movimento das ondas, geotermal, tudo aquilo que, a partir do desenvolvimento de técnicas específicas, pode gerar energia a ser aplicada pelo homem.

Milton Santos fala sobre a incorporação de técnicas ao solo, que se tornam parte do próprio território. Hidrelétricas, termelétricas, linhas de transmissão, usinas nucleares, parques eólicos, plantas solares, gasodutos e oleodutos são algumas destas técnicas. Elas possibilitam a gestão energética do território e viabilizam a reprodução do modelo econômico, suprindo o país da energia necessária para a sustentação socioeconômica. O próprio fluxo da energia gerada no território revela as áreas que mais concentram força econômica e contingente populacional, assim como revelam também as dificuldades da gestão energética em um país de dimensão continental como o Brasil.



As fontes primárias de energia são divididas em duas categorias quanto à sua finitude, como se segue.

- **Renováveis:** são aquelas que não são finitas, que não se esgotam e que geralmente são mais limpas, menos poluentes, como: a hidráulica, a biomassa, a lenha e o carvão vegetal, a energia eólica, a solar, a geotermal e a energia das ondas do mar. Não emitem, pelo menos não excessivamente, gases poluente na atmosfera, não contribuindo para o aquecimento global.
- **Não renováveis:** são aquelas finitas, com reservas que se esgotarão com o tempo, como: o petróleo, o gás natural, o carvão mineral e o urânio, que são consideradas energias sujas, poluentes, e, no caso do urânio, de grande risco operacional.



Você sabia?

A biomassa de cana de açúcar (bagaço, etanol, biodiesel...) é a mais conhecida dentre as possibilidades de utilização de resíduos para produção de energia.

Mas outras substâncias de origem orgânica, vegetal e animal, como resíduos agrícolas, florestais, pecuários, fezes de animais e até mesmo lixo, podem ser utilizadas como fonte de energia renovável e estão dentro dessa categoria.

A lixívia, também chamada de licor negro, é um resíduo da fabricação de celulose, que é reutilizado como combustível em caldeiras industriais. Não confundir com a lixívia a água sanitária!

O percentual de 41% de renováveis da matriz energética brasileira é bem superior à média mundial e a dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, em inglês). Observe:

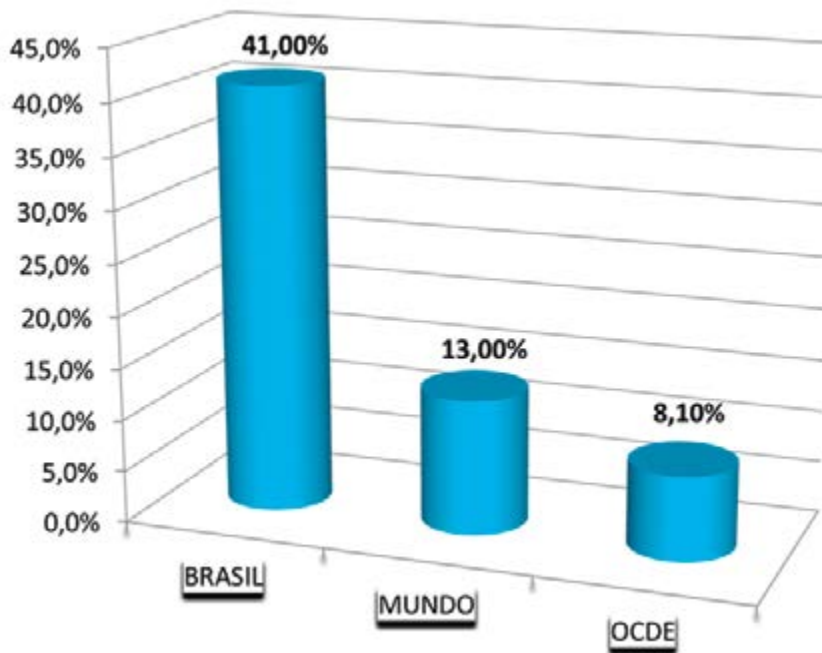


Figura 11.9: Percentual de participação de fontes renováveis na matriz energética: Brasil, Mundo e OCDE.

Fontes: dados extraídos do Balanço Energético Nacional (BEN), 2014 (ano-base 2013) – Relatório-síntese EPE e do Key World Energy Statistics (KWES) 2014, da Agência Internacional de Energia (IEA, em inglês)

O Brasil não possui usinas geotermiais e conta com uma usina de ondas instalada no Porto de Pecém, no Ceará, atualmente desativada. Biocombustíveis como etanol e biodiesel representam o esforço no desenvolvimento de substitutos ou mitigadores do uso da gasolina e do óleo diesel no setor de transportes. A **fonte solar fotovoltaica** dá seus primeiros passos, com 0,01% da **potência instalada** para geração de energia elétrica, contribuição que é de 4,17% no caso da fonte eólica, em forte expansão.

Veja qual é o destino da energia produzida no Brasil no gráfico da próxima figura:

Fonte solar fotovoltaica

Fonte solar que gera energia elétrica por meio de células fotovoltaicas. As células fotovoltaicas são feitas de materiais capazes de transformar a radiação solar diretamente em energia elétrica. Não confundir com os painéis solares de aquecimento, térmicos. São muito parecidos, mas estes servem para aquecer o sistema hidráulico das casas enquanto os fotovoltaicos alimentam a rede elétrica.

Potência instalada

Soma de todas as potências instaladas no território, advindas de várias fontes geradoras como hidrelétricas, termelétricas etc., também chamada de *potência nominal*. Você encontrará sempre com unidades de medidas como gigawatts, megawatts e quilowatts.

O Brasil tem hoje, por exemplo, em seu setor elétrico, a potência instalada de aproximadamente 140 gigawatts, ou 140.000 megawatts. Já os quilowatts, você deve se lembrar, estão na sua conta mensal de energia elétrica!

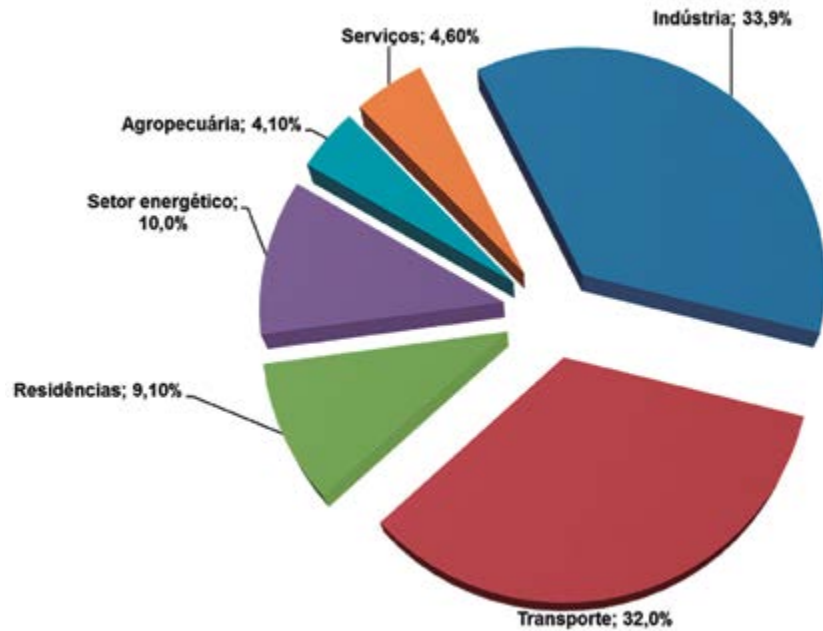


Figura 11.10: Destino da energia produzida no Brasil, por setores.

Fonte: dados extraídos do Balanço Energético Nacional (BEN), 2014

As emissões na matriz energética brasileira

A contribuição da matriz energética nacional no perfil de emissões brasileiras de GEE tem sido marginal, historicamente pequenas e sempre associada às mudanças no uso do solo e, em particular, ao desmatamento na Amazônia Legal.

No entanto, com a queda das taxas de desmatamento nos últimos 10 anos, a matriz energética brasileira passou a representar um terço das emissões nacionais, impulsionada pelas crescentes emissões nos transportes, nas indústrias e, mais recentemente, pelas emissões advindas da geração de eletricidade (serviço público). Observe:

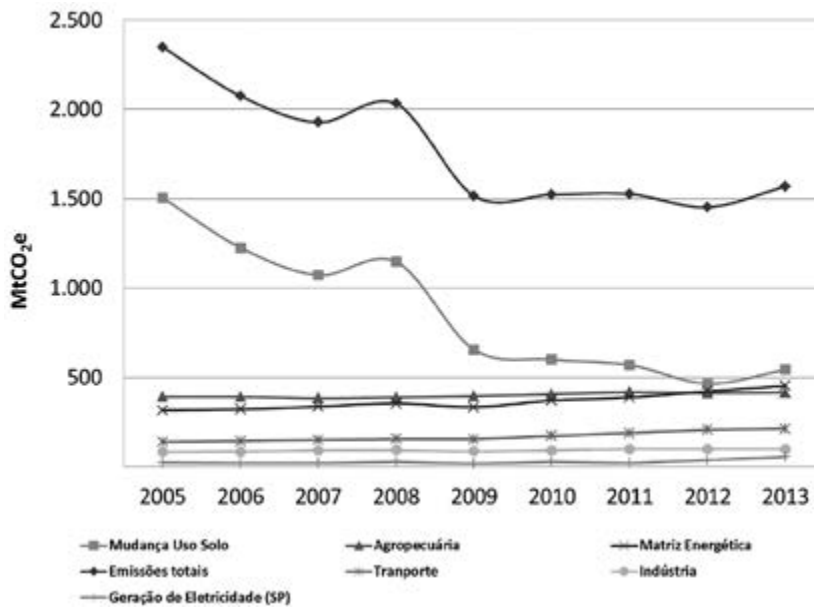


Figura 11.11: Emissões brasileiras 2005-2013, por setores.

Fonte: Dados extraídos de Sistema de Estimativa de Emissão de Gases de Efeito Estufa (SEEG), 2014

A geração de eletricidade (serviço público) aumentou suas emissões em 278% entre 2011 e 2013, reflexo do despacho (entrada em funcionamento) das térmicas a partir de outubro de 2012. A contribuição percentual brasileira nas emissões globais no setor de energia permanece pequena, passando de 1,2% em 2009 para 1,4% em 2012.



O desmatamento

Felizmente, o Brasil avançou no combate ao desmatamento na Amazônia Legal, reduzindo-o drasticamente. No entanto, o desmatamento ainda existe e ficou apenas menos intenso. Os números ainda são alarmantes: foram desmatados, em 2014, 5 mil km² de florestas. Em 2004, esse número estava próximo de 30 mil km².

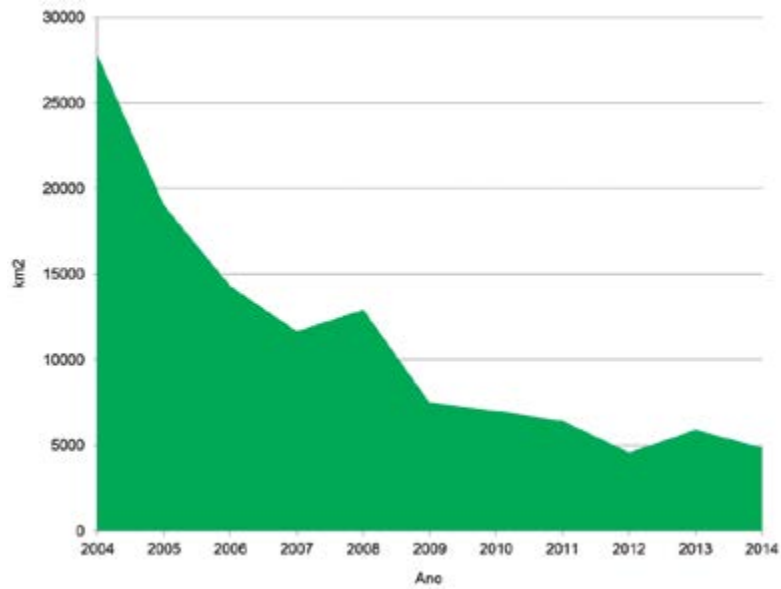


Figura 11.12: Desmatamento Amazônia Legal 2004-2014.

Fonte: dados extraídos do Projeto Prodes, 2014

Breve histórico da diversificação da matriz energética brasileira

A resposta brasileira aos choques do petróleo, na década de 1970, levou o país a aumentar seu potencial hidrelétrico, a desenvolver a tecnologia de exploração de petróleo em águas profundas e a realizar um original projeto de energia alternativa, o Proálcool. A necessidade impulsionou o primeiro grande passo rumo à diversificação da matriz energética nacional, que, naquela época, tinha como principais fontes primárias a lenha e o carvão vegetal (44%).

Foram introduzidas, nestes 45 anos, outras fontes primárias na matriz energética brasileira, como o urânio e o gás natural, que, na virada do milênio, respondiam respectivamente por 1% e 5% da oferta interna de energia nacional.

Nos anos 2000, o Proálcool “ressurge” na versão etanol, e sua expansão na matriz energética nacional vem acompanhada da expansão do bagaço de cana-de-açúcar. Criam-se os estímulos iniciais à geração eólica com o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa) e iniciativas como o Programa Nacional de Produção

e Uso do Biodiesel (PNPB). O último passo dado no caminho da diversificação foi a recente introdução da geração solar fotovoltaica.

A matriz elétrica brasileira: um capítulo à parte

Com exceção dos transportes, todos os demais setores da economia nacional fazem uso intensivo de energia elétrica, que possui extraordinária participação dos recursos hídricos (70,6%):

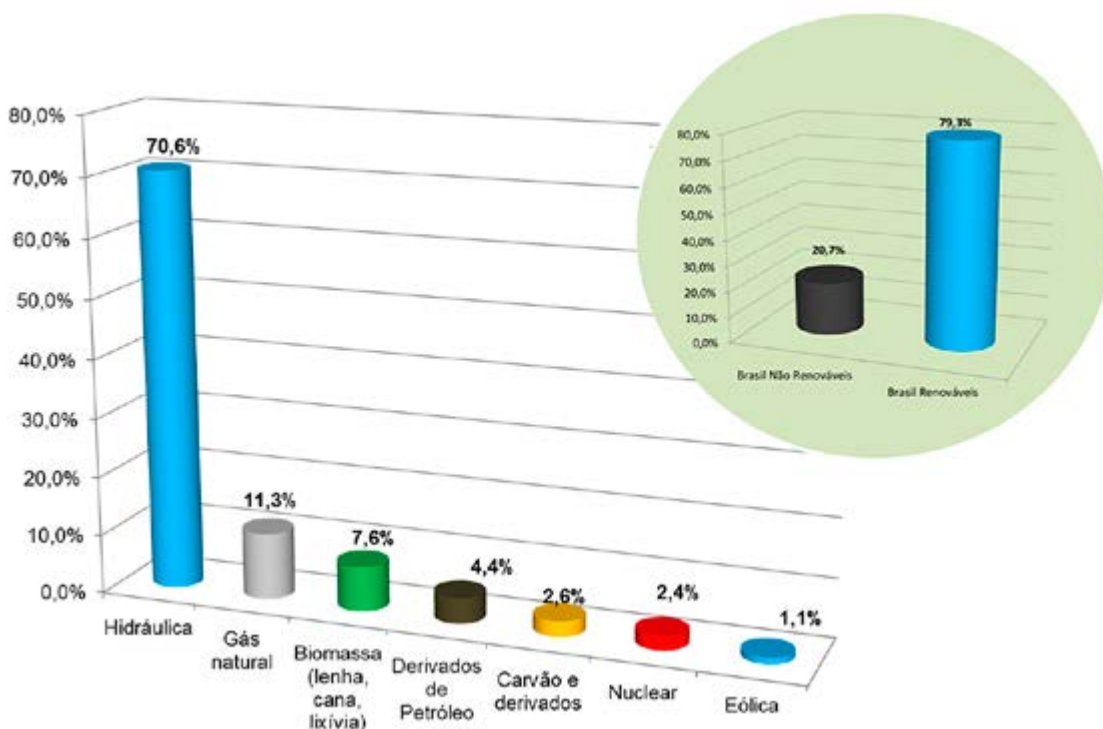


Figura 11.13: Matriz elétrica brasileira.

Fonte: Dados extraídos do BEN 2014 (ano-base 2013) e do Banco de Informações de Geração (BIG)/Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), abril de 2015 –Relatório-síntese EPE

O mundo queima combustíveis fósseis para gerar eletricidade, enquanto o Brasil usa seu potencial hídrico. As fontes eólicas e de biomassa complementam as renováveis da matriz elétrica nacional, que correspondem a aproximadamente 80% de sua composição. Gás natural, derivados de petróleo, carvão mineral e urânio representam os 20% de fontes não renováveis.

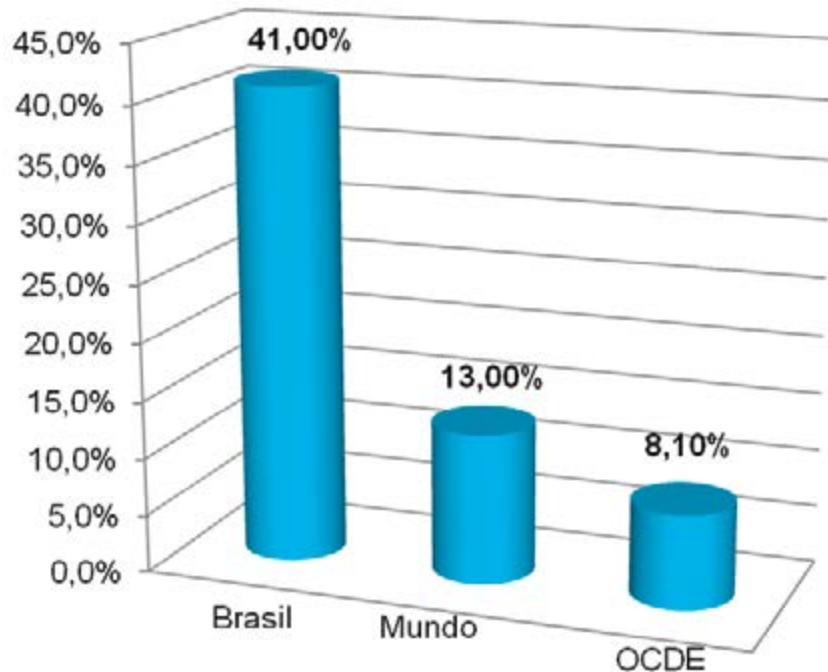


Figura 11.14: Fontes renováveis na matriz elétrica: Brasil, mundo e OCDE.
Fonte: dados extraídos do BEN 2014 (ano-base 2013) – Relatório-síntese EPE e KWES 2014 IEA

No entanto, a matriz elétrica brasileira se revela frágil naquilo em que é mais forte: sua dependência de recursos hídricos. A observação de eventos recentes, resultantes de fatores políticos e climáticos, confirma essa tese. O “apagão” de 2001 expôs a fragilidade do sistema. A resposta emergencial foi o Programa Prioritário de Termelétricas (PPT) e o racionamento de energia.

Na atual crise hídrica (2012-2015), novo período de estiagem e estímulo ao consumo subordinou o planejamento específico do setor a políticas macroeconômicas governamentais. Essa situação foi remediada pelo despacho de termelétricas que já se aproximam de 30% da geração na matriz elétrica brasileira. Observe:

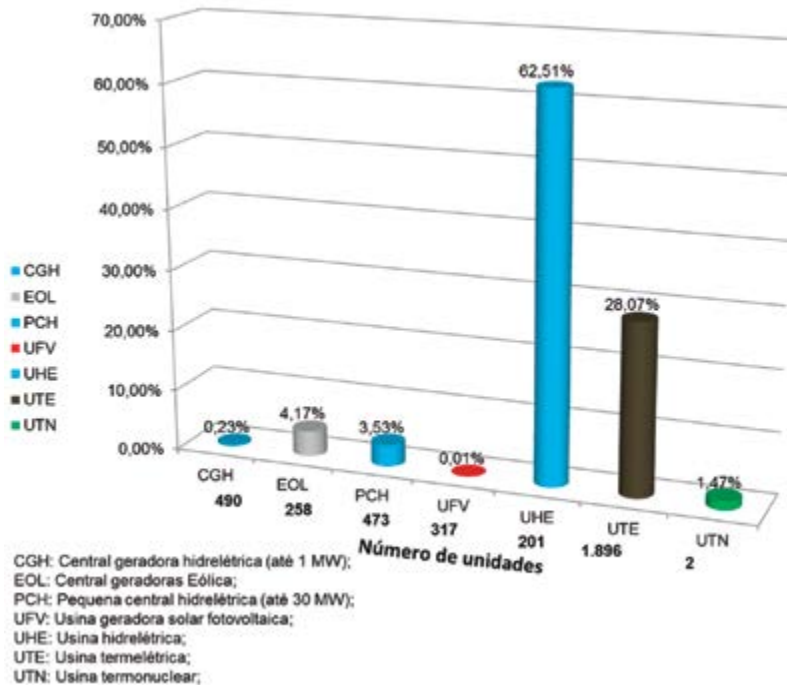


Figura 11.15: Geração por empreendimento em operação no Brasil.

Fonte: dados extraídos do BIG/Aneel, 17/03/2015

O conjunto de termelétricas imprimiu mais segurança ao **Sistema Interligado Nacional (SIN)**. No entanto, grande parte delas produz energia a partir da queima de combustíveis fósseis, além de serem ineficientes e não projetadas para uso contínuo. Os custos são elevados, tanto do ponto de vista ambiental quanto tarifário. Veja:

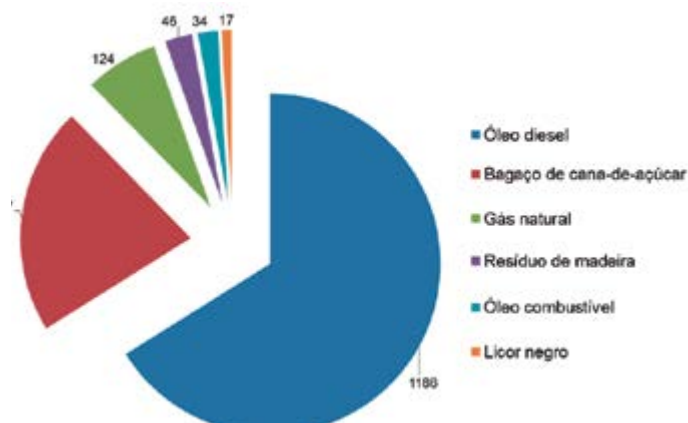


Figura 11.16: Termelétricas em operação no Brasil por insumos mais empregados.

Fonte: dados extraídos do BIG/Aneel, 17/03/2015

Sistema Interligado Nacional (SIN)

Sistema de produção e transmissão de energia elétrica do Brasil. É um sistema hidrotérmico de grande porte, com forte predominância de usinas hidrelétricas e com múltiplos proprietários. O SIN possui tamanho e características que permitem considerá-lo único em âmbito mundial e é formado pelas empresas das regiões Sul, Sudeste, Centro-oeste, Nordeste e parte da região Norte. Apenas 1,7% da energia requerida pelo país encontra-se fora do SIN, em pequenos sistemas isolados localizados principalmente na região amazônica.

Fonte: http://www.ons.org.br/conheca_sistema/o_que_e_sin.aspx



Caia na rede!

Para ver o mapa do SIN, vá em http://www.ons.org.br/conheca_sistema/mapas_sin.aspx e conheça a complexidade e abrangência do Sistema Interligado Nacional.

A matriz elétrica brasileira tem potência instalada de aproximadamente 135 mil MW. Segundo a EPE, em seu Plano Nacional de Energia – PNE 2030 –, o Brasil, nos próximos 15 anos, necessitará de capacidade instalada de 220 mil MW em sua matriz elétrica, baseado em cenários de crescimento médio do PIB brasileiro de 4,1% ao ano e aumento populacional em 55 milhões de habitantes, em 2030. Foram previstas dificuldades para o aproveitamento do potencial hídrico da Amazônia e para o aumento das térmicas a gás e carvão, o que consolidará um perfil hidrotérmico da matriz elétrica nacional. O aumento das térmicas pode ser visto como uma solução importante para a segurança energética,

Sendo assim, o Brasil possui um enorme desafio, assim como a América Latina e outras regiões do mundo, que possuem ainda enorme potencial de crescimento econômico, mas têm necessidades de melhoria em suas estruturas sociais: aumentar a oferta de energia regulando o conflito entre as gestões de seus territórios e a gestão ambiental local, observando, ainda, a questão climática internacional. Países como o Brasil têm direito ao desenvolvimento e são soberanos para fazer suas próprias escolhas na construção estratégica de sua segurança energética.

O Brasil é um dos poucos países do mundo com grande variedade de fontes primárias de energia dentro do seu próprio território e que possui os meios técnicos para transformar estes recursos em energia aplicável. Ou seja, o Brasil parte de um ponto privilegiado diante dos desafios energéticos. Sejam locais ou internacionais.

Na continuação deste tema, que será apresentada na Aula 12, detalharemos as potencialidades energéticas brasileiras e as questões que envolvem seus plenos desenvolvimentos dentro do território nacional. Veremos das fontes tradicionais, como: petróleo, carvão mineral e gás natural, às fontes do futuro, renováveis e limpas, como: eólica e solar.

Agora vamos a mais exercícios!

===== **Atividade 2** =====

Atende ao objetivo 2

1. Conceitue os seguintes termos:

a) Matriz energética

b) Matriz elétrica

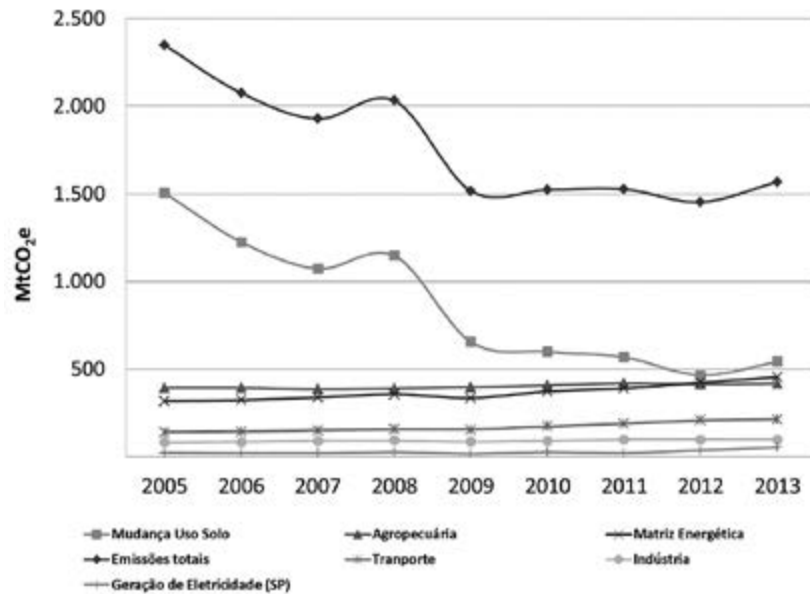
c) Energia primária

d) Energias renováveis

e) Energias não renováveis

f) Sistema Interligado Nacional

2. Repetiremos, a seguir, a **Figura 11.11**. Observe-a atentamente e marque C (certo) ou E (errado) nas afirmações que seguem.



() O gráfico demonstra aumento do desmatamento e consequente aumento das emissões de GEEs entre 2005 e 2013.

() As emissões oriundas da matriz energética brasileira são responsáveis atualmente por aproximadamente 1/3 das emissões nacionais.

() Analisando o comportamento no gráfico das emissões por mudança do solo e as emissões totais, podemos afirmar que a queda das emissões totais está fortemente relacionada com a queda do desmatamento.

() Entre os setores apresentados no gráfico podemos afirmar que a agropecuária é a maior emissora de GEEs.

() Entre 2011 e 2013, houve aumento de emissões de GEE na geração de energia elétrica. Isso ocorreu pela entrada em funcionamento na rede de usinas térmicas movidas a combustíveis fósseis, em virtude da restrição do uso da energia hidrelétrica.

() O setor de transporte emite mais GEE do que o setor industrial, em virtude de fazer uso intensivo de combustíveis fósseis, enquanto a indústria utiliza eletricidade em grande escala.

Resposta comentada

1. a) Matriz energética: representação quantitativa do conjunto de fontes primárias de energia de um país, utilizadas para movimentar a economia e a sociedade. Pode ser dividida, grosso modo, em matriz elétrica e matriz de combustíveis.

b) Matriz elétrica: é a representação quantitativa da parte da matriz energética de um país ou região ligada exclusivamente à produção de energia elétrica.

c) Energia primária: fonte de energia disponível na natureza, capaz de gerar energia a partir de seu uso direto.

d) Energias renováveis: são fontes de energia que não se esgotam, ou se renovam, como a luz solar, o vento, os recursos hídricos e diversas formas de biomassa.

e) Energias não renováveis: são aquelas que são limitadas, que se esgotam, que possuem reservas finitas, como o petróleo, o gás natural e o carvão mineral; que levaram milhares de anos para serem formadas.

f) Sistema Interligado Nacional: é o sistema de produção e transmissão de energia elétrica do Brasil de grande porte, com forte predominância de usinas hidrelétricas e com múltiplos proprietários. Formado pelas empresas das regiões Sul, Sudeste, Centro-oeste, Nordeste e parte da região Norte. Apenas 1,7% da energia requerida pelo país encontra-se fora do SIN, em pequenos sistemas isolados localizados principalmente na região amazônica.

2. a) (E) O gráfico demonstra aumento do desmatamento e consequente aumento das emissões de GEEs entre 2005 e 2013.

Observação: o desmatamento caiu no período.

b) (C) As emissões oriundas da matriz energética brasileira são responsáveis atualmente por aproximadamente 1/3 das emissões nacionais.

Observação: com a queda do desmatamento, as emissões da matriz energética se aproximaram de 1/3 das emissões totais.

c) (C) Analisando o comportamento no gráfico das emissões por mudança do solo e as emissões totais, podemos afirmar que a queda das emissões totais está fortemente relacionada com a queda do desmatamento.

Observação: há conexão direta entre o desmatamento (uso do solo) e emissões no Brasil.

d) (C) Entre os setores apresentados no gráfico podemos afirmar que a agropecuária é a maior emissora de GEEs.

Observação: sim, a pecuária é o setor que mais emite GEE atualmente.

e) (C) Entre 2011 e 2013, houve aumento de emissões de GEE na geração de energia elétrica. Isso ocorreu pela entrada em funcionamento na rede de usinas térmicas movidas a combustíveis fósseis, em virtude da restrição do uso da energia hidrelétrica.

Observação: com maior uso das térmicas movidas a combustíveis fósseis, como óleo diesel, para suprir a queda da geração de energia das hidrelétricas em virtude da estiagem, as emissões na geração de eletricidade aumentaram.

f) (C) O setor de transporte emite mais GEE do que o setor industrial, em virtude de fazer uso intensivo de combustíveis fósseis, enquanto a indústria utiliza eletricidade em grande escala.

Observação: o setor de transporte é quase que exclusivamente movido por combustíveis fósseis, enquanto a indústria tem uma gama mais variável de fontes, predominantemente eletricidade.

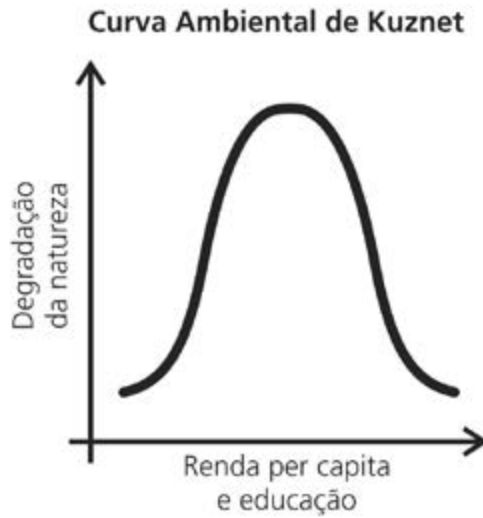


Atividade final

Atende ao objetivo 1

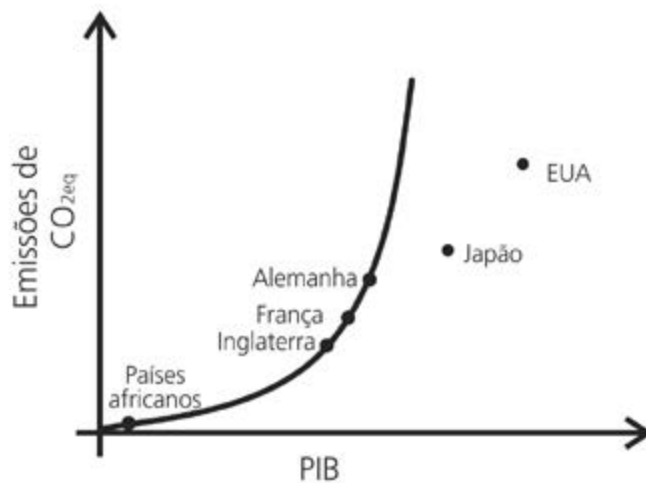
1. Simon Kuznet (1901-1985) foi um economista, russo de nascimento e naturalizado norte-americano, vencedor do prêmio Nobel de economia em 1971. Segundo Kuznet, a degradação do meio ambiente se comportaria de acordo com o gráfico a seguir, quando relacionada com a renda *per capita* e a educação. Observe o gráfico a seguir.

Degradação do meio ambiente relacionada com a renda per capita e a educação, segundo Kuznet



Mas, no próximo gráfico, fica evidente que o modelo de desenvolvimento atual correlaciona o aumento das emissões de gases de efeito estufa ao crescimento do PIB. Veja:

Aumento das emissões de gases de efeito estufa relacionado ao crescimento do PIB



Explique os dois gráficos e analise as contradições existentes entre eles.

2. Explique a charge a seguir e sua relação com a gestão energética no Brasil atual.



Resposta comentada

1. Observando o primeiro gráfico, é possível traduzir que, quando os países começam a aumentar a renda *per capita*, necessariamente aumentam a degradação do meio ambiente. Mas o aumento da renda levaria à necessidade de aumentar a qualificação das pessoas (trabalhadores) pela maior complexificação do mercado de trabalho. Isso ocorreria até determinado ponto, a partir do qual, o aumento da renda *per capita* e do nível educacional não implicariam mais o aumento da degradação do meio ambiente, mas sim a sua redução. Se pensarmos em países pobres, emergentes e ricos, a curva ambiental de Kuznet nos leva a acreditar que países pobres e ricos poluem menos que países emergentes.

O segundo gráfico correlaciona o aumento das emissões de GEEs com o aumento do PIB. É possível perceber que os países desenvolvidos possuem maior PIB e emitem mais GEEs na atmosfera do que os países pobres. Fica evidenciado que as emissões estão associadas ao modelo de desenvolvimento das nações mais ricas.

Os gráficos são conflitantes, pois, de acordo com o primeiro, a degradação do meio ambiente pelas nações mais ricas já teria entrado em declínio, pois já teriam alcançado um nível de riqueza e de educação que solucionariam os problemas ambientais. Entretanto, a observação do segundo permite perceber que, mesmo após alcançar níveis elevados de crescimento, as nações ricas permanecem emitindo gases de efeito estufa na atmosfera, não corroborando a teoria expressa na curva de Kuznet.

2. A charge faz referência à crise hídrica que pode ocasionar problemas no fornecimento de energia elétrica, pois as hidrelétricas, que são as principais fontes de geração de eletricidade no Brasil, ficaram com seus reservatórios em níveis muito baixos. O regime de chuvas tem papel importante na reposição de água nos reservatórios e na consequente geração de hidroeletricidade.

Conclusão

Energia e desenvolvimento caminham juntos, transformando o espaço, que passa a ser retrabalhado pelos resultados de seus conflitos e aproximações. A descoberta do fogo permitiu uma extraordinária revolução no modo de vida dos homens. A energia em forma de calor

proporcionou aquecimento, transformação de materiais, maior segurança, a exploração da noite, o cozimento de alimentos e o maior controle sobre natureza.

A energia dos ventos proporcionou eventos históricos fundamentais, como o advento das grandes navegações, inflando as enormes velas de galeões e caravelas que uniriam os continentes, embora, antes, a energia cinética dos ventos já movesse hélices de moinhos para a moagem de cereais. E a energia solar é responsável por toda vida na Terra.

Sempre houve íntima relação entre energia e desenvolvimento, uma relação recíproca, dialética, uma retroalimentando a outra. Nos últimos dois séculos, essa relação se intensificou de tal forma que transformou a paisagem e o modo de vida da maioria das nações do planeta. Em meados do século XX, começaram as primeiras reflexões sobre os conflitos entre a gestão dos recursos energéticos e o estilo de desenvolvimento econômico em vigência no mundo.

Livros como *Os limites do crescimento* (*The Limits to Growth*, no original em inglês), no final da década de 1960, foram precursores das críticas ao modelo de desenvolvimento baseado no uso irresponsável de recursos naturais. Em 1972, ocorreu a Conferência de Estocolmo (Suécia), a primeira conferência da ONU sobre a preservação do meio ambiente e sobre a necessidade de encontrar um meio sustentável de desenvolvimento que visava também o cuidado com as gerações futuras.

Quase meio século depois, a humanidade ainda debate a relação entre energia e desenvolvimento e, embora existam alguns avanços, não há fundamentais mudanças no modelo de desenvolvimento que nos trouxe até aqui e que foi baseado na queima de combustíveis fósseis e responsável pelo aquecimento global. Nações ricas, responsáveis históricas por este processo não estão dispostas a mudar seus estilos de vida, fortemente consumista. E você, estaria disposto a mudar seu estilo de vida em prol das gerações futuras?

Resumo

Energia, desenvolvimento e meio ambiente formam o tripé do que chamamos de desenvolvimento sustentável. O tipo de desenvolvimento que desejamos-contempla de forma igualitária:

- a economia (geração de emprego, crescimento econômico, geração de renda e riqueza);

- o social (acesso universal à energia e melhora na qualidade de vida);
- o meio ambiente (preservação e uso responsável de recursos naturais).

Infelizmente este tripé não existe de forma equilibrada. Tem prevalecido a força da economia sobre o social e sobre o meio ambiente. Isto tem gerado, por um lado, desenvolvimentos regionais desiguais, com contrastes sociais importantes, e, por outro lado, prejuízos ambientais que se refletem em escala macro no processo de aquecimento global.

Países desenvolvidos são os responsáveis históricos pela alta concentração de gases de efeito estufa na atmosfera da Terra e este modelo de desenvolvimento tem sido reproduzido por potências emergentes, como a China.

O Brasil pode ser encaixado neste processo por seu vigor econômico e, por isso, sofre pressões internas e externas na sua gestão energética.

O desafio brasileiro se resume em adequar suas estratégias de segurança energética às realidades locais de seu território, preservando fauna e flora e respeitando comunidades tradicionais, além de se posicionar internacionalmente a favor dos movimentos de mitigação dos efeitos na mudança do clima, sem que isso signifique travar o desenvolvimento de sua economia e a melhoria da qualidade de vida da sua população.

Referências

ABBUD, O. A.; TANCREDI, M. **Transformações recentes da matriz brasileira de geração de energia elétrica** – causas e impactos principais. Brasília, Textos para Discussão, 69, mar. 2010. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/182500>>. Acesso em: 07 jun. 2015.

ALVES FILHO, J. **Matriz energética brasileira: da crise à grande esperança**. Rio de Janeiro: Maud, 2003.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL. **Banco de Informações de Geração** – BIG. Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/capacidadebrasil/capacidadebrasil.cfm>>. Acesso em: 17 mar. 2015.

BERMANN, C. Impasses e controvérsias da hidreletricidade. **Estudos Avançados**, v. 21, n. 59, p. 139-153, 2007.

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA – EPE. **Relatório-síntese do Balanço Energético Nacional 2014**, ano-base 2013, maio de 2014.

Disponível em: <https://ben.epe.gov.br/downloads/S%c3%adntese%20do%20Relat%c3%b3rio%20Final_2014_Web.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2016.

FRISCHTAK, C. R. A matriz de energia elétrica brasileira e a economia de baixo carbono. **Estudos & Pesquisa**, 286, Rio de Janeiro, 2009. [XXI Fórum Nacional – 2009]. Disponível em: <<http://www.interb.com.br/content/matriz-de-energia-el%C3%A9trica-brasileira-e-economia-de-baixo-carbono>>. Acesso em: 07 jun. 2015.

GOLDEMBERG, J. **Energy and human well-being**. New York: United Nations Development Programme – UNDP, 2001. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/content/energy-and-human-well-being>>. Acesso em: 03 nov. 2016.

_____. Pesquisa e desenvolvimento na área de energia. **São Paulo em Perspectiva**, v.14, n. 3, p. 91-97, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000300014>. Acesso em: 03 nov. 2016.

_____; LUCON, O. Energia e meio ambiente no Brasil. **Estudos Avançados**, v. 21, n. 59, p. 7-20, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v21n59/a02v2159.pdf>>. Acesso em: 03 nov. 2016.

DALY, H. E. Crescimento sustentável? Não, obrigado. **Ambiente & Sociedade**, v. VII, n. 2, jul./dez. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v7n2/24695.pdf>>. Acesso em: 03 nov. 2016.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS – INPE/COORDENAÇÃO-GERAL DE OBSERVAÇÃO DA TERRA – OBT. **Projeto Prodes**. Monitoramento da floresta amazônica brasileira por satélite. 29 set. 2016. Disponível em: <<http://www.obt.inpe.br/prodes/index.php>>. Acesso em: 07 jun. 2015.

MEADOWS, D. H. *et al.* **The Limits to Growth**. New York: Universe Books, 1972.

PASTERNAK, A. D. **Global Energy Futures and Human Development: a Framework for Analysis**. Livermore: U. S. Department of Energy/University of California – Lawrence Livermore National Laboratory, 2000. Disponível em: <<https://e-reports-ext.llnl.gov/pdf/239193.pdf>>. Acesso em: 03 nov. 2016.

SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2012.

SCHAEFFER, R. **Energia em debate**: entrevista [16 mar. 2013]. Rio de Janeiro: Museu do Meio Ambiente, 2013. Entrevista concedida ao programa Conversa no Museu. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=wMoRak2109A>>. Acesso em: 07 jun. 2015.

OBSERVATÓRIO DO CLIMA. **Sistema de Estimativa de Emissão de Gases de Efeito Estufa** – SEEG Brasil. Disponível em: <<http://www.seeg.eco.br/>>. Acesso em: 07 jun. 2015.

SILVA, M. G.; GUIMARÃES, L. dos S. Uso do índice de desenvolvimento humano como instrumento de projeção de demanda de energia elétrica. **Economia & Energia**, ano XVI, n. 86, jul./set. 2012. Disponível em: <http://ecen.com/eee86/eee86p/idh_eletricidade.htm>. Acesso em: 03 nov. 2016.

TOLMASQUIM, M. T.; GUERREIRO, A.; GORINI, R. Matriz energética brasileira: uma prospectiva. **Novos Estudos** – Cebrap [Centro Brasileiro de Análise e Planejamento], n. 79, p. 47-69, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n79/03.pdf>>. Acesso em: 03 nov. 2016.

WORLD RESOURCE INSTITUTE – WRI. **CAIT** Climate Data Explorer. Disponível em: <<http://cait.wri.org/>>. Acesso em: 07 jun. 2015.

Aula 12

Energia e desenvolvimento no Brasil:
gestão e conflitos territoriais – parte II

Metas

Prosseguir com a abordagem do tema da energia e do desenvolvimento no Brasil, iniciado na Aula 11, apresentando a distribuição, as potencialidades, a evolução e os impactos socioespaciais da utilização dos recursos energéticos no nosso território; bem como tratar da atual composição da matriz energética brasileira, comparando-a com a atual composição de recursos energéticos no mundo, tendo como pano de fundo temáticas ambientais emergentes, como o aquecimento global e a subsequente discussão sobre o aproveitamento de fontes de energia renováveis em meio aos conflitos existentes entre o modelo capitalista expansivo baseado no crescimento econômico e a sustentabilidade ambiental e social.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. identificar as novas formas renováveis e alternativas de geração de energia no Brasil, dentro do contexto de necessária expansão de energia e sua relação conflituosa com gestão territorial nacional;
2. analisar dados atuais sobre as fontes eólica, solar e biomassa no Brasil e no mundo bem como a relação entre a gestão energética nacional e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS);
3. analisar o debate sobre a gestão territorial e a gestão ambiental no Brasil;
4. reconhecer dados importantes sobre as fontes tradicionais de energia no Brasil.

Introdução

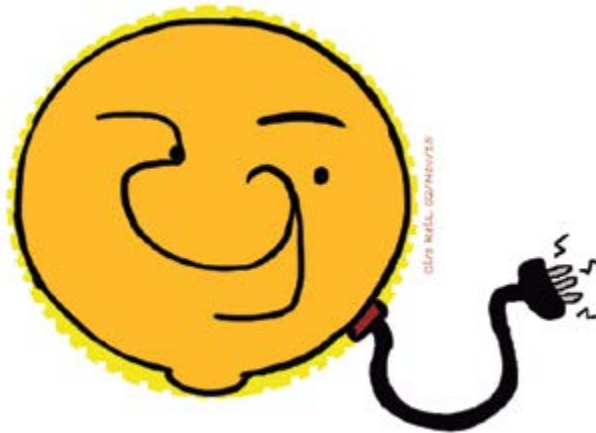


Figura 12.1: A fonte solar é uma das alternativas ao uso de combustíveis fósseis na geração de energia elétrica.

Em 2014, os investimentos em energias renováveis no mundo cresceram 17% em relação a 2013, totalizando US\$ 270 bilhões. O Brasil foi o 7º país que mais investiu (US\$ 7,6 bilhões): um aumento de 93% em relação a 2013, sem contabilizar os investimentos em grandes hidrelétricas.

Após um aumento de 36% em relação a 2013, os investimentos em países em desenvolvimento (US\$ 131 bilhões) se aproximaram dos realizados nos países desenvolvidos (US\$ 138,9 bilhões), impulsionados pela China, que isoladamente investiu US\$ 83,3 bilhões, sendo US\$ 40 bilhões em geração solar. Dos investimentos totais em renováveis, predominaram as fontes solar (US\$ 149,6 bilhões) e eólica (US\$ 99,5 bilhões) (FS-UNEP, 2015, p.14).

No caso brasileiro, do total investido, US\$ 6,2 bilhões foram atraídos por meio de leilões para contratação de parques eólicos. Com a geração eólica sedimentando suas bases na matriz energética brasileira, a tendência global aponta para as oportunidades que se apresentarão para a expansão da geração solar fotovoltaica no Brasil.

Porém, tais fontes, a despeito de suas importantes contribuições na complementação de energia e no combate às mudanças climáticas, não substituem as energias chamadas de *firme*, ou de *base*, ou seja, aquelas que podem ser produzidas mesmo em períodos críticos, ou que podem ser programadas para uso como as termelétricas e, em certa medida, as hidrelétricas, quando há reservatórios cheios.

Eólica e solar são fontes intermitentes, ou seja, não geram energia de forma contínua e dependem fortemente de condições climáticas específicas para produção de energia.

O “Chamamento de Lima para a Ação sobre o Clima”, documento resultante da COP20, realizada na capital peruana, em dezembro de 2014, estabeleceu, entre os elementos-chave para negociação na COP21, em Paris, o investimento em energias renováveis. De fato, encontra-se na origem do aquecimento global a histórica e expressiva participação de combustíveis fósseis nas matrizes energéticas da maioria dos países. Sendo assim, a diversificação destas, com a introdução de fontes limpas e renováveis de energia, surge como um dos elementos transformadores no caminho para uma matriz energética menos intensa em carbono.

Há, também, outros benefícios além dos ambientais. Segundo o *Renewables 2015 Global Status Report*, do *Renewable Energy Policy Network for the 21st Century* (<http://www.ren21.net/>), o desenvolvimento de novas cadeias produtivas garantiram em todo o mundo, no ano passado, a criação de 2,5 milhões de empregos na área de energia solar fotovoltaica e de 1 milhão de empregos na eólica, ou seja, há luz (solar) no fim do túnel e bons ventos soprando a favor. Mas como está o Brasil nesse processo?

Embora com certo atraso, o Brasil despertou nos últimos anos para a diversificação de sua matriz elétrica, com exponencial crescimento da geração eólica, que representa 4,72% (6,5 GW) da potência instalada em território nacional.

Existem atualmente no Brasil 112 parques eólicos em construção (2,7 GW) e mais 346 contratados pelos leilões de energia da ANEEL (8,1 GW), o que garantirá, em breve, mais de 17 GW de geração eólica, levando o Brasil a ficar entre os seis maiores países em capacidade instalada de geração eólica no mundo. O potencial brasileiro está concentrado no Sul e no Nordeste.

Já a fonte solar fotovoltaica ainda é incipiente por essas bandas. Seu primeiro impulso importante foi em outubro de 2014, quando, em leilão específico para a fonte, foram contratados 0,88 GWp (31 empreendimentos). No 1º Leilão de Energia de Reserva 2015, garantiu investimentos de R\$ 4,3 bilhões no país, que adicionarão mais 1,043 GWp à rede. Serão 30 empreendimentos distribuídos pelo interior da Bahia e do Piauí e, também, na Paraíba, Minas Gerais e Tocantins, com previsão de entrega em 2017.

A história da energia solar fotovoltaica no Brasil é ainda simbólica diante do tamanho do mercado mundial que já acumula 177 GW de capacidade instalada. Acostumado a liderar estatísticas na América Latina com números superlativos, o Brasil da energia solar está atrás de países como Chile, Honduras, Guatemala, México e Panamá. Por suas dimensões territoriais e econômicas e características climáticas favoráveis, o Brasil possui todas as condições para, em breve, liderar a região na geração solar fotovoltaica.

Em setembro de 2015, em Nova Iorque, a Cúpula do Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas oficializou a adoção de uma agenda pós-2015 (“Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável”), através de metas expressas nos 17 ODS. Trata-se de um programa amplo baseado na premissa de que o desenvolvimento sustentável possível está condicionado ao equilíbrio nas relações muitas vezes contraditórias entre o social, o econômico e o ambiental.

A questão energética atua transversalmente em todos os ODS como condição necessária para o desenvolvimento econômico, na melhoria da qualidade de vida das pessoas e como objeto de debate em virtude da crise climática global. Destacam-se a meta de aumentar substancialmente (dobrar) a participação das energias renováveis na matriz energética mundial até 2030 e a concomitante redução do uso de combustíveis fósseis responsáveis pelas emissões de gases de efeito estufa.

As reservas do pré-sal são de extrema importância, mas nunca foi recomendável “pôr todos os ovos em uma cesta só”. O despencar do preço do barril do petróleo demonstrou quão perigoso é não diversificar os investimentos em energia. O Brasil também vem perdendo mercado, competitividade e aprimoramento tecnológico na área dos biocombustíveis, que possuem um papel fundamental na futura substituição de combustíveis de origem fóssil no setor de transportes.

Após promissora ascensão do etanol na década passada, o setor tem vivido apenas de ações tópicas, como o aumento compulsório da concentração de anidro na gasolina, sem uma efetiva política de Estado.



Para saber mais

O Governo brasileiro estabelece a obrigatoriedade de adição de álcool anidro (etanol anidro) na gasolina. Atualmente, esse percentual é de 27%. Entre os objetivos dessa medida estão os seguintes itens: atenuar a dependência da gasolina na matriz de transportes (por substituir parte de gasolina por anidro); diminuir as emissões de gases poluentes originados pela queima de combustíveis fósseis (o anidro é menos poluente que a gasolina); estimular o setor de produção de etanol (esse percentual garante ao setor sucroalcooleiro uma demanda fixa no mercado).

No entanto, especialmente em relação a esse último objetivo, não há, além do uso compulsório do anidro na gasolina, uma política constante para o setor. É interessante mencionar que os carros exclusivamente movidos a álcool não usam o álcool anidro, mas sim o hidratado.

A discussão energética no Brasil deve passar pelo combate ao desperdício e pela crítica à opção nacional pelo rodoviarismo no transporte de cargas e de pessoas, que intensificam o uso de combustíveis fósseis, aumentam o Custo Brasil, e os problemas de mobilidade e poluição nos grandes centros urbanos.



Para saber mais

O Custo Brasil é um termo utilizado para expressar de forma genérica os custos de produção no país. Cada setor ou ramo de atividade econômica possui seu custo de produção e eles são, obviamente, diferentes de país para país, pois os custos de mão de obra, as infraestruturas e a carga tributária são diferentes.

No caso brasileiro, por exemplo, podemos destacar a má conservação das estradas e a precária rede ferroviária, que tornam os custos de produção maiores, tanto pelo desperdício de mercadorias quanto pelo alto valor dos fretes. Empresas internacionais buscam vantagens competitivas, ou seja, lugares que possuem custos de produção menores, o que significa, em tese, perda de competitividade para o país.

O desafio da gestão de energia no Brasil é tão grande quanto as dimensões do país. Na verdade, o desafio é grande exatamente por isso. As grandes contradições sociais, econômicas, culturais e naturais tornam o fluxo de oferta e demanda de energia dentro do território nacional extremamente complexo.

Essa complexidade vai além da infraestrutura física, principalmente pelos conflitos existentes entre todos os agentes envolvidos nesse processo, desde as grandes corporações que investem no setor de energia, construindo usinas hidrelétricas e linhas de transmissão, até uma pequena comunidade quilombola de dezenas de habitantes, que sofrerá os impactos desses empreendimentos.

Vamos focalizar nossa energia nestas questões!

As energias renováveis no Brasil: eólica, solar, biomassa, etanol e biodiesel

O Brasil possui enorme potencial para geração de energias limpas de fontes renováveis; a hidroeletricidade é a mais tradicional e importante delas. Também podemos chamar de tradicionais as utilizações do álcool no transporte e da biomassa nos setores industriais e na produção de energia elétrica. Recentemente, temos observado a crescente utilização de novas fontes de geração de energia limpa, como a energia solar, eólica e biodiesel, que tornam a nossa matriz energética cada vez mais diversificada.



Figura.12.2: Dom Quixote e Sancho Pança diante de um moinho de vento.

O uso da energia eólica é antigo. O que diria Dom Quixote diante de aerogeradores de hoje em dia com mais de 100 metros de altura? A seguir, vamos falar sobre a expansão da energia eólica no território brasileiro.

Bons ventos sopram no Brasil: a emergência da geração eólica na matriz energética brasileira

Em março de 2015, os parques eólicos brasileiros atingiram 5.730 MW de capacidade instalada. Somados aos empreendimentos em construção e contratados (BIG ANEEL, 17/03/2015), a geração eólica alcançará 15.473 MW da matriz elétrica brasileira em curto prazo.

A favorecer a expansão das eólicas no território nacional nos últimos anos está a migração de investimentos nesse setor para economias emergentes, em virtude da crise econômica mundial e subsequentes cortes e redução de subsídios no setor nos EUA e na Europa (MELO, 2013, p.125).

Fundamental nesse processo foi o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA), voltado às fontes eólicas, biomassa e pequenas centrais hidrelétricas, para integração ao Sistema Interligado Nacional (SIN).

A expansão da geração eólica no Brasil é evidente. Observe:

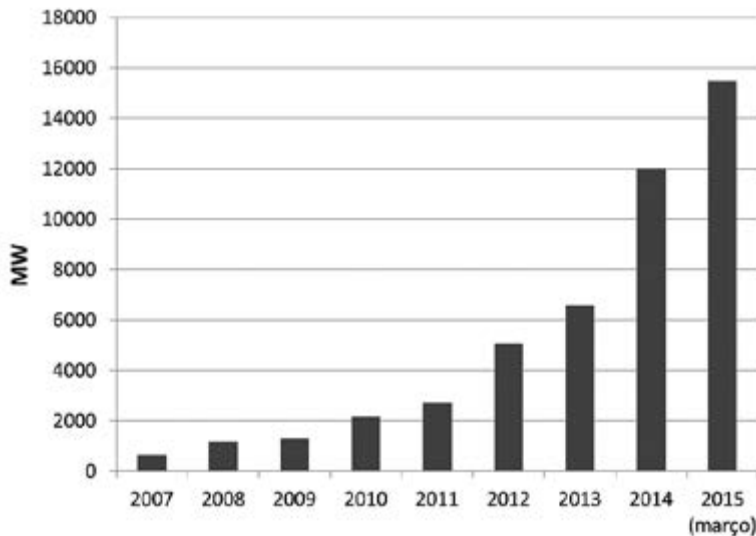


Figura 12.3: Crescimento da energia eólica no Brasil (em operação, em construção e contratada).

Fonte: BEN, 2014; BIG/ANNEL (17/03/15)

Estima-se que o potencial eólico brasileiro seja de 143 GW, com destaque para o Nordeste (75 GW). O Brasil possui o maior **fator de capacidade** do mundo (36%). Dentre as vantagens da geração eólica, destacam-se:

- combustível de custo zero;
- produção de energia barata;
- geração de empregos em regiões carentes, como o semiárido nordestino;
- arrendamento das terras feito diretamente com os proprietários gerando longo período de injeção de renda;
- criação de nova cadeia produtiva em território nacional;
- diminuição da dependência de combustíveis fósseis para geração elétrica;
- fonte renovável e limpa.

Segundo Simas e Pacca (2013), a expansão das eólicas no Brasil estimulará os **green jobs**:

Até 2020, serão gerados 195 mil empregos e 70% deles são diretos, a maioria na construção civil, com grande potencial para a criação de empregos em localidades rurais. Assim, a energia eólica deverá contribuir decisivamente para o desenvolvimento sustentável do país (SIMAS; PACCA, 2013, p.1).

Fator de capacidade

Relação entre a quantidade de GW gerados pela potência instalada, ou seja, é aquilo que mede o melhor aproveitamento dos aerogeradores, a sua eficiência. O Brasil, por suas condições climáticas e regimes de vento, particularmente no litoral nordestino e no extremo sul do país, possui um dos maiores fatores de capacidade do mundo na geração de energia eólica.

Green jobs

Green jobs ou “empregos verdes” estão ligados à preservação ou recuperação da qualidade ambiental, ou seja, são atividades laborais ligadas em determinado grau a atividades da economia que promovem, protegem, estimulam o debate sobre o meio ambiente. A construção civil associada à construção de parques eólicos é um exemplo de green job.



Você sabia?

O potencial eólico brasileiro é estimado em 143 GW, baseado nas seguintes condições: ventos médios de 7m/s, altura dos aerogeradores em 50m.

Com o avanço das tecnologias da indústria eólica, aerogeradores mais altos e mais eficientes começam a ser produzidos, o que pode elevar a estimativa do potencial eólico nacional. No maior complexo eólico da América Latina, o de Campos Neutrais, no Brasil, os aerogeradores têm altura aproximada de um prédio de 25 andares, ou aproximadamente 100 metros de altura.

Há, no entanto, questões a serem observadas quanto à geração eólica. No Brasil, a energia eólica vem passando por grande expansão com o surgimento de uma inicial cadeia produtiva no setor, mas o país ainda não possui o total domínio das tecnologias mais avançadas nessa área. Além disso, não existem incentivos a esse tipo de inovação tecnológica, o que faz com que seja necessário importar material ou serviços na implementação de projetos na área.

O conteúdo nacional

Exigência governamental que estabelece um determinado percentual de participação das indústrias nacionais em empreendimentos como a construção de um parque eólico. Somente com tal compromisso, o investidor poderá ter acesso a financiamento para iniciar o empreendimento. O objetivo do conteúdo nacional está na internalização de tecnologia, criando ambiente para o desenvolvimento de novas indústrias, antes não existentes, em território nacional, evitando que o país fique dependente de tecnologia externa e não desenvolva suas próprias cadeias produtivas.

Países pioneiros no setor, como Dinamarca, EUA e Alemanha (já nos anos 70), e mais recentemente, Espanha, Índia e China, além dos incentivos fiscais e de políticas industriais, investiram em programas de pesquisa e desenvolvimento, que lhes conferiram autonomia tecnológica no setor (CAMILLO, 2013).

Responsáveis pelo grande impulso da energia eólica no Brasil, os leilões para geração eólica no país têm atraído empresas internacionais com relativo sucesso, mas não têm construído um ambiente tecnológico e de pesquisa nacional.

A adequação ao **conteúdo nacional** para solicitação de financiamento junto a bancos como o BNDES (Finame) pode significar, inicialmente, um obstáculo do ponto de vista do crescimento da indústria eólica no Brasil, mas é um importante passo para fixação de tecnologia em território nacional.

E, finalmente, o fato de ser uma fonte intermitente, atribui à energia eólica um papel de complementariedade junto às formas de geração com regulação de suprimento de energia mais seguras e constantes, particularmente a hidroeletricidade.



Você sabia?

O BNDES através do Finame (Financiamento de máquinas e equipamentos) exige metas de conteúdo nacional nas etapas de fabricação dos aerogeradores para liberação de financiamento.

Em busca de um lugar ao sol: a geração solar fotovoltaica encontra espaço na matriz energética brasileira

Em 2013, ocorreu o primeiro Leilão de Energia para incluir a geração solar, sem que houvesse interessados. Em outubro de 2014, em leilão específico para geração de energia solar, foram contratados 0,88 GW (31 empreendimentos). O 1º Leilão de Energia de Reserva de 2015, destinado à contratação de energia elétrica de fonte solar fotovoltaica, registrou 382 projetos, totalizando 10,51 GW de potência habilitável. Foram 30 empreendimentos que venderam energia no leilão, com potência total de 0,833 GW, com início de suprimento previsto para agosto de 2017 (Informações Técnicas ANEEL, 02/06/2015 e 28/08/2015).

Apesar dos empreendimentos de **geração centralizada** contratados para integração ao SIN (Sistema Interligado Nacional), o melhor aproveitamento da **geração solar fotovoltaica** está associado à **micro e minigeração distribuída** de energia elétrica. A Resolução Normativa ANNEEL nº 482/2012 foi de extrema importância por estabelecer não só as condições para essa modalidade de geração, mas também, e principalmente, o sistema de compensação de energia elétrica, que permitirá às unidades residenciais “vender” a energia excedente às distribuidoras em troca de créditos de energia.

Geração centralizada

Fornecimento de energia por meio de um único empreendimento de grande porte, normalmente construído para interligação junto à rede. Parques solares, eólicos e usinas hidrelétricas são exemplos de geração centralizada.

Geração solar fotovoltaica

Geração que converte a luz solar em eletricidade através de células fotovoltaicas de painéis solares. Embora muito parecidos com os painéis, os coletores solares, normalmente dispostos sobre o teto das casas, servem para aquecimento, não para geração de energia elétrica.

Micro e minigeração distribuída

Fornecimento oposto à centralizada. Utilizada normalmente em áreas rurais e remotas, onde a rede de energia não chega, como algumas áreas da Região Amazônica. Também pode estar na área urbana, nos telhados das casas e em pequenos e médios comércios, produzindo energia individualmente. O melhor exemplo mundial desse tipo de geração é o que ocorre na Alemanha.

Em se tratando de geração centralizada, a geração solar possui características que permitem sua integração a projetos híbridos de geração de energia, aproveitando espaços ociosos e conexões à rede já existentes, em parques eólicos e mesmo na lâmina d'água dos reservatórios de hidrelétricas. O desenvolvimento da indústria solar no Brasil pode também atuar como vetor de desenvolvimento em áreas de baixo IDH.

Aproveitando o fato de o Brasil possuir 95% das reservas mundiais de quartzo, uma interessante estratégia seria agregar valor a essa cadeia, dominando a tecnologia dos produtos finais do quartzo (LOBATO, 2009, p.3), como a purificação de silício (matéria-prima das placas solares) em associação com o desenvolvimento da indústria fotovoltaica brasileira. Porém, o Brasil ainda exporta a pedra bruta, ou com relevância ornamental, sem muito valor agregado.

Houve iniciativas governamentais para incentivo à geração solar como o PRODEEM - Programa de Desenvolvimento Energético dos Estados e Municípios (1996 a 2001), que distribuiu aproximadamente 9 mil sistemas fotovoltaicos em localidades isoladas especialmente nas Regiões Norte e Nordeste. Suspenso em 2002, o PRODEEM foi redefinido e incorporado ao Programa Luz para Todos (RITTL, 2009).

Sistemas de Aquecimento Solar (SAS) foram incorporados ao Programa habitacional Minha Casa Minha Vida, que somado ao mercado autônomo do setor e ao Programa de Eficiência Energética (PEE) da ANEEL foram responsáveis pela instalação de SAS em 2 milhões de residências entre 2011 e 2014 (PDE 2023, p.348).

No entanto, essas experiências não foram capazes de reter conhecimento e desenvolver tecnologias nacionais no setor. Associar pesquisa e desenvolvimento à expansão da geração solar fotovoltaica no Brasil será um passo fundamental para a menor dependência externa, de equipamentos importados, e para internalização de tecnologia.

Biomassa e a relevância do bagaço de cana-de-açúcar

Um conjunto de outras fontes de energia complementa a matriz energética brasileira com as variadas formas de biomassa que alimentam termelétricas, tais como:

- resíduos de madeira;
- biogás (de resíduos agrícolas, animais e urbanos);
- casca de arroz;
- capim elefante;
- óleos vegetais;
- licor negro;
- gás de alto forno.

Dentre elas, se destaca a biomassa de cana-de-açúcar, a segunda maior fonte (16,1%) da matriz elétrica brasileira.

Em maio de 2015, a potência instalada em 507 empreendimentos (fonte biomassa) alcançou 13,3 mil MW na matriz elétrica nacional, dos quais 10,6 mil MW (388 plantas) são provenientes do do bagaço de cana. Particularmente importante na **cogeração de energia** no setor sucroalcooleiro e na venda de energia elétrica excedente, a biomassa de cana-de-açúcar é considerada uma fonte de emissão zero e possui complementariedade sazonal com regime hidrológico.

Etanol, biodiesel e as consequências da opção pelo rodoviarismo no Brasil.

Gasolina, óleo diesel e querosene de aviação têm como destino principal o setor de transportes, que só emite menos CO₂ na atmosfera que a agropecuária e a pecuária, setores da economia diretamente relacionados com o desmatamento (SEEG, 2013).

Nesse aspecto, diante da temática das emissões de GEE na atmosfera, a matriz de transporte brasileira se converte no “calcanhar de Aquiles” da matriz energética nacional. Veja só:

Cogeração

Aproveitamento de duas formas de energia. Como na produção de energia elétrica uma parte desta é perdida na forma de calor, a cogeração procura aproveitar esse calor de processo para gerar energia através da produção de vapor, aumentando assim a eficiência energética. Isto é, uma termelétrica a bagaço de cana gera eletricidade ao queimar o bagaço e usa o calor produzido na queima para aquecimento de água, originando vapor que é utilizado também na geração de eletricidade.

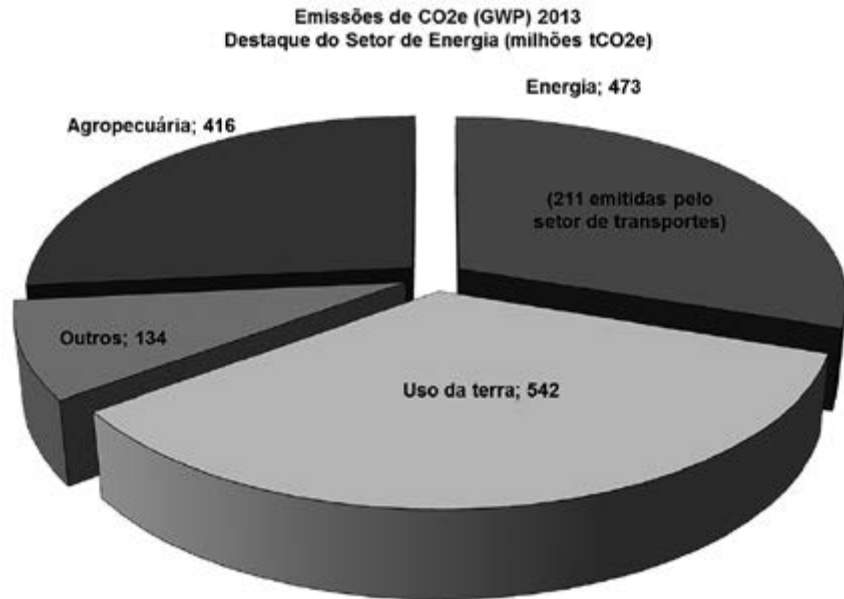


Figura 12.4: Emissões GEE no Brasil em 2013.

Fonte: SEEG (<http://www.seeg.eco.br/emissoes-totais/>)

Quando analisado no contexto das emissões da matriz energética, o setor de transportes responde por 46,9%; seguido pela indústria com 19,4%; residências com 3,9%; e outros setores (agropecuária, serviços, setor energético), com 29,7%.

Da energia total consumida pelo setor de transportes, apenas 17% vem de fontes renováveis. Na indústria, esse índice é de 56% e, nas residências, chega a 62% (BEN, 2014).

A opção brasileira pelo rodoviarismo e pelo transporte individual intensifica o uso de combustíveis fósseis, aumentando, assim, o Custo Brasil e os problemas de mobilidade e poluição nos grandes centros urbanos. O Brasil possui uma matriz de transporte que destoa significativamente das de países de mesma dimensão. Observe:

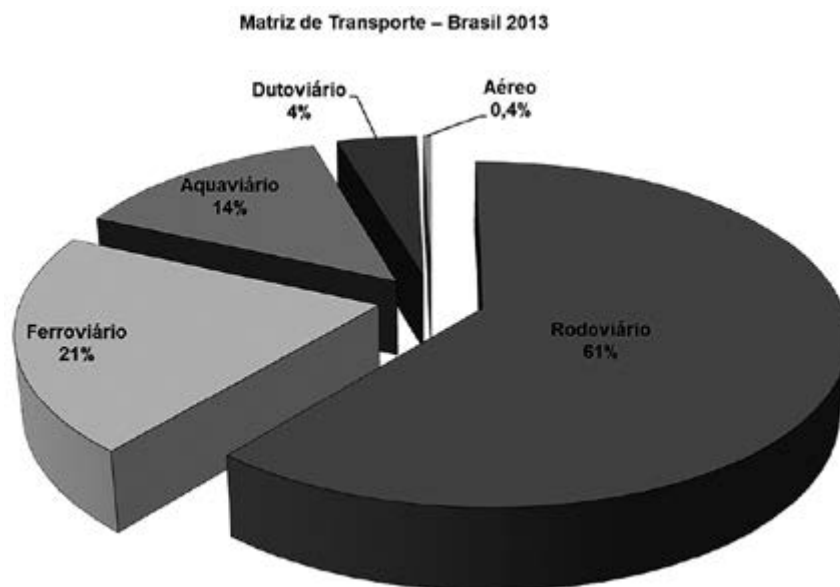


Figura 12.5: Matriz de transporte – Brasil (2013) e outros países (2012).

Fonte de dados: Boletim Estatístico CNT, European Commission

O investimento em outros modais associados à melhoria das condições das rodovias é condicionante para a construção de uma matriz de transporte mais sustentável, alinhada aos ODS. Dessa forma, cria-se o ambiente para promoção do crescimento econômico sustentado, através da construção de infraestruturas resilientes e do aumento da eficiência energética, auxiliando, assim, no combate às mudanças climáticas.

O etanol e o biodiesel são as opções sustentáveis para a matriz de transporte. A posição brasileira exarada no período de negociações da Agenda de Desenvolvimento Pós-2015 estabelece como elementos substantivos, entre outros, a redução de veículos automotores movidos a combustíveis fósseis e a substituição de combustíveis fósseis por renováveis no transporte público (ODS-Posicionamento Brasileiro, 2014, p.23). Atualmente, gasolina e óleo diesel contribuem com 75,8% na matriz de transporte nacional (BEN, 2014).

O setor de etanol passou por um vigoroso crescimento entre 2003 e 2009, impulsionado pela alta do preço do petróleo, por incentivos como os carros *flexfuel* com IPI reduzido, pelo acesso a crédito e pelo ambiente internacional favorável. Desde então, passou a sofrer com endividamento do setor, perda de competitividade em relação à gasolina e ao açúcar, problemas climáticos e um ambiente internacional desfavorável.

Dados os benefícios ambientais a partir do uso do etanol, faz-se necessária uma política própria para o setor. Esta deve envolver a redução tributária (ICMS) sobre o etanol, a oneração dos combustíveis fósseis (elevação de PIS, COFINS e o retorno da CIDE) e a proteção do etanol às oscilações do preço do açúcar no mercado internacional quando este for mais rentável aos usineiros, evitando risco de desabastecimento e perda de confiança.

Haver um mercado mundial de etanol seria um fator de maior segurança para os produtores. O aumento do percentual de **anidro** na gasolina (atualmente em 27,5%) tem sido um importante instrumento para estimular a demanda por etanol, mas não se converte em política estrutural. A participação do etanol na matriz de transporte é de aproximadamente 14,3% (BEN, 2014).

Veja, nos gráficos a seguir, a distribuição geográfica da produção de etanol no Brasil, que revela a supremacia do Estado de São Paulo.

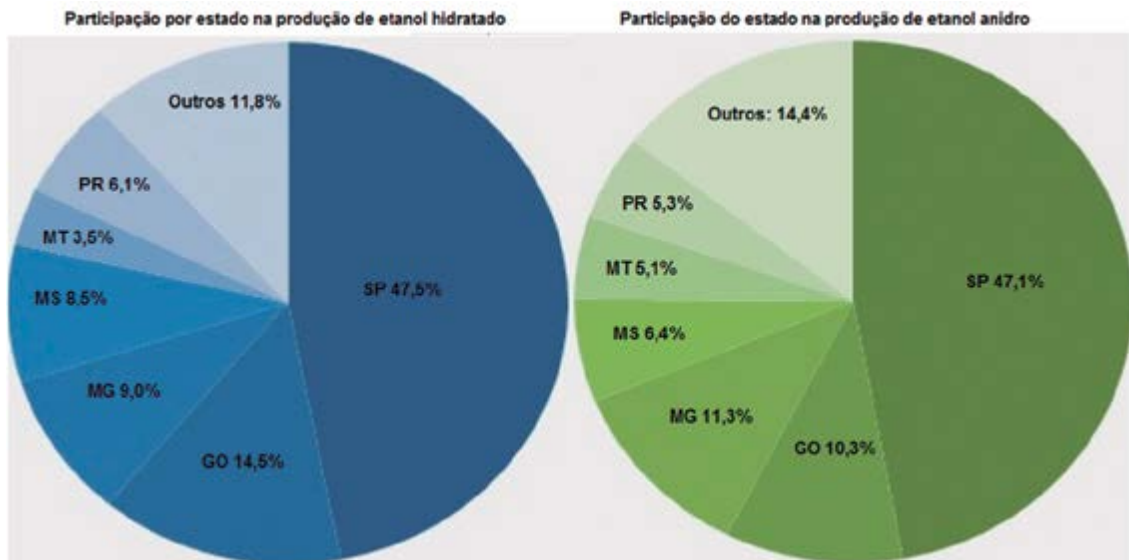


Figura 12.6: Distribuição geográfica da produção de etanol anidro e hidratado no Brasil.

Fonte: Boletim do Etanol n. 3 (janeiro de 2015), adaptado.

Outro biocombustível nacional é o biodiesel. Este, em sua versão B7(atualmente misturado ao óleo diesel a 7%), evita a emissão de 7,3 milhões de toneladas de CO₂e ao ano no Brasil (EMBRAPA, 2015). O Selo Combustível Social (incentivos fiscais aos produtores de biodiesel

que insiram a agricultura familiar em seus processos produtivos) é uma iniciativa governamental importante, porém, a predominância da soja como insumo principal do biodiesel pode ser um problema.

A produção em larga escala de biodiesel à base do óleo de soja (74%) pode tanto aumentar a pressão sobre a fronteira agrícola, ampliando a área de desmatamento na região Norte, como também inviabilizar a inclusão da agricultura familiar, sem condições de competir com a escala do agronegócio, além de não estimular a diversidade de culturas como amendoim, mamona, girassol e palma, importantes para o desenvolvimento de potencialidades locais, uma das bandeiras do PNPB. A participação de biodiesel na matriz nacional de transportes é de 2,3% (BEN, 2014).

=====**Atividade 1**=====

Atende aos objetivos 1 e 2

A fonte eólica voltada para geração de energia elétrica no Brasil é aquela que mais cresce dentre as fontes de energia primária. O aumento de sua participação na matriz elétrica brasileira traz benefícios, mas é preciso considerar que sua atuação tem limitações no que tange à segurança energética.

Fale sobre os benefícios e as limitações da fonte eólica no Brasil utilizando as seguintes palavras-chave:

Para os benefícios

- a) renovável;
- b) desenvolvimento local;
- c) complementação energética.

Para as limitações

- a) intermitência;
- b) tecnologia.

2. A fonte de energia solar fotovoltaica direcionada para geração de energia elétrica no Brasil é ainda a mais incipiente dentre as fontes de energia primária. O aumento de sua participação na matriz elétrica brasileira poderá trazer benefícios, mas é preciso considerar que sua atuação, assim como a da fonte eólica, também tem limitações no que tange à segurança energética.

Fale sobre os benefícios e as limitações da fonte solar fotovoltaica no Brasil utilizando as seguintes palavras-chave:

Para os benefícios

- a) renovável;
- b) desenvolvimento local;
- c) complementação energética.

Para as limitações

- a) intermitência;
- b) tecnologia.

Resposta comentada:

Energia eólica

Para os benefícios

- a) A energia eólica é uma fonte de geração de energia limpa e renovável que não emite gases de efeito estufa, auxiliando, assim, no combate às mudanças do clima.
- b) Há regimes de vento favoráveis em áreas de baixo IDH no Brasil, como no Nordeste. A construção de parques eólicos pode promover o desenvolvimento dessas localidades, gerando empregos e renda para os donos das terras onde esses empreendimentos são instalados.

c) A energia eólica atua como fonte complementar às energias chamadas de base (como as termelétricas e as hidrelétricas). O uso da energia elétrica produzida a partir de parques eólicos promove a estocagem das águas dos reservatórios das hidrelétricas e a menor utilização dos combustíveis fósseis em termelétricas.

Para as limitações

a) Por ser dependente do regime dos ventos, a fonte eólica não é considerada uma fonte de geração firme ou de base, apresentando tanto períodos de pico de geração como também de pouca geração. Mudanças climáticas podem alterar os regimes de vento.

b) Por ser uma fonte relativamente nova no Brasil, a energia eólica ainda precisa de importação de equipamentos e de tecnologia de outros países. O desenvolvimento da cadeia produtiva nacional com a internalização de tecnologia seria importante do ponto de vista da independência tecnológica e da criação de empregos.

2. Energia solar

Para os benefícios

a) A energia solar é uma fonte de geração de energia limpa e renovável que não emite gases de efeito estufa, auxiliando, assim, no combate às mudanças do clima.

b) As áreas de maior insolação são também aquelas de baixo IDH no Brasil, como no Nordeste. A construção de plantas solares pode promover o desenvolvimento dessas localidades, gerando empregos e renda para os donos das terras onde esses empreendimentos são instalados.

c) A energia solar atua como fonte complementar às energias chamadas de base (como as termelétricas e as hidrelétricas). A utilização da energia elétrica produzida a partir das plantas solares promove a estocagem das águas dos reservatórios das hidrelétricas e a menor utilização dos combustíveis fósseis em termelétricas.

Para as limitações

a) Por ser dependente da incidência de luz do sol, a fonte solar não é considerada uma fonte de geração firme ou de base, apresentando tanto períodos de pico de geração como também de pouca geração. Mudanças climáticas podem alterar as condições de insolação das áreas. Além disso, apenas no período diurno pode ocorrer o aproveitamento da luz solar para geração de energia elétrica.

b) Por ser uma fonte relativamente nova no Brasil, a energia solar ainda precisa de importação de equipamentos e de tecnologia de outros países. O desenvolvimento de cadeia produtiva nacional com a internalização de tecnologia seria importante do ponto de vista da independência tecnológica e da criação de empregos.

Energia e territorialidades: recursos hídricos, petróleo, gás natural, urânio, e carvão mineral

A diversificação da matriz energética brasileira traz consigo inúmeras possibilidades, mas também revela um grande número de relações territoriais conflituosas. O equilíbrio entre o uso dos recursos naturais, a qualidade de vida, o compromisso com as gerações futuras e as necessidades atuais de energia criam um mosaico complexo, que revela tensão constante entre a gestão do território e a gestão ambiental. As tensões mais fortes podem ser observadas ao analisarmos os impactos locais e globais gerados pelo uso de combustíveis fósseis - não renováveis -, a problemática sobre o uso da energia nuclear ou mesmo as consequências socioambientais causadas pela utilização dos recursos hídricos no Brasil. Vamos analisar um pouco mais essas questões?

Conflitos de territorialidade: recursos hídricos na região amazônica

Segundo os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (GTA-ODS, 2015), especialmente ligados à questão energética, o Brasil deve buscar:

- Objetivo proposto nº 7: Assegurar a obtenção de energia de modo confiável, sustentável e moderno, a preço acessível para todos;
- Objetivo proposto nº 8: Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos;
- Objetivo proposto nº 9: Construir infraestruturas resistentes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;
- Objetivo proposta nº 12: Assegurar padrões de produção e consumo sustentáveis;

- Objetivo proposto nº 13: Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos;
- Objetivo proposto nº 14: Conservar e usar os oceanos, mares e recursos marinhos de forma que se contribua para o desenvolvimento sustentável.
- Objetivo proposto nº 15: Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, dentre os quais estão as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e estancar a perda da biodiversidade.

A diversificação da matriz energética brasileira em bases sustentáveis está intimamente ligada aos objetivos supracitados, mas a prática expõe o conflito entre expansão da oferta de energia e os cuidados socioambientais. A questão da hidroeletricidade na Amazônia é exemplar.

No espaço do território nacional sobre o qual repousa o maior potencial hídrico ainda não utilizado - a região hidrográfica amazônica -, se concentra a maioria das Unidades de Conservação, das Terras e Reservas Indígenas brasileiras, e a maior biodiversidade do planeta.

A observação da imagem a seguir permite visualizar a fragmentação e a multiterritorialidade do espaço amazônico e concluir que o aproveitamento energético da região implica, inexoravelmente, em perdas socioambientais.

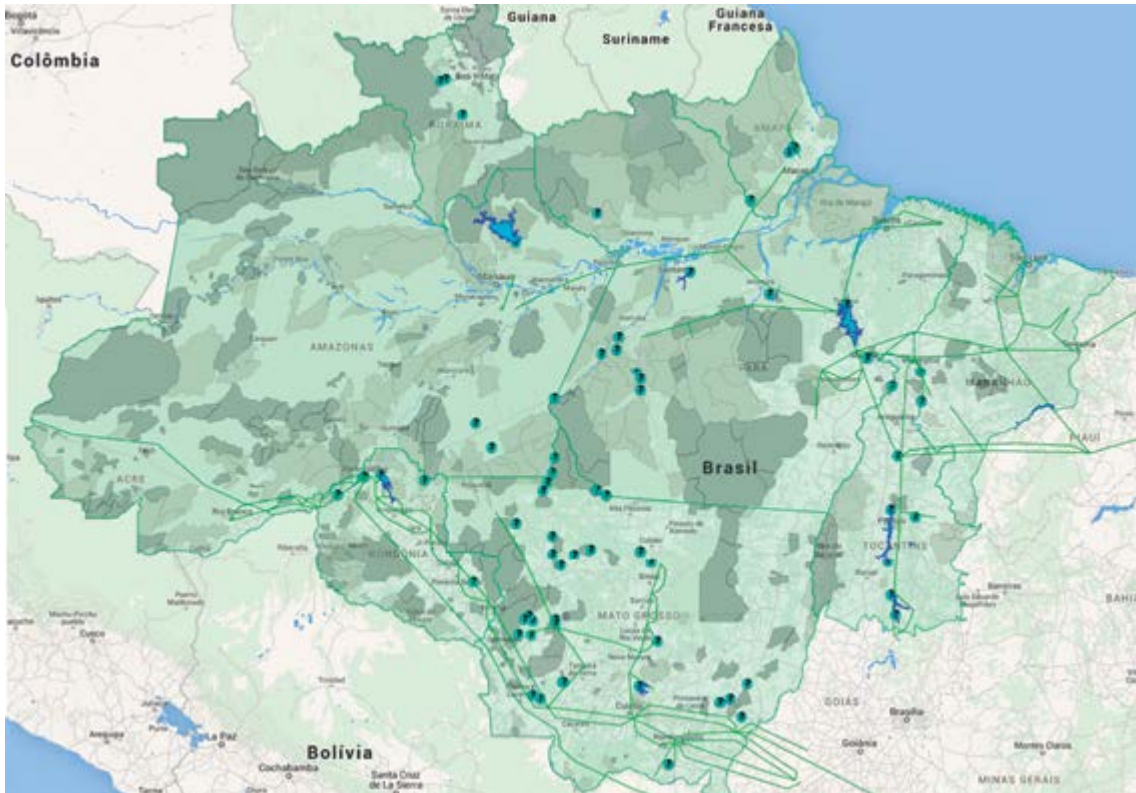


Figura 12.7: Mapa das Unidades de Conservação (cinza claro), Terras Indígenas (cinza escuro), hidrelétricas (círculos), e reservatórios (áreas azuis) na Região Amazônica – Brasil (20/05/2015).

Fonte: SOMAI. Disponível em: <http://somai.org/>

É fato inconteste que a hidroeletricidade é a grande responsável pelo perfil limpo da matriz energética nacional, e, que, restrições ao seu aproveitamento ótimo têm contribuído, em parte, para o aumento da geração térmica a partir de combustíveis fósseis. Tendência contrária aos ODS ligados à questão energética, na medida em que a geração térmica a partir de combustíveis fósseis torna a energia mais cara, emprega menos e emite grande quantidade de GEE.

Por outro lado, os impactos causados por usinas hidrelétricas são também inquestionáveis. Entram em conflito o local (impacto ambiental *in situ*), o nacional (segurança energética) e o global (mudanças climáticas).



Pesquis@!

O debate em torno dos impactos ambientais, culturais e sociais desses grandes empreendimentos está bem expresso nos seguintes temas de reportagem:

- “Ambientalistas questionam mudanças no projeto vencedor de Jirau”. Instituto Humanitas Unisinos, 21/05/2008.

Para ler mais: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/noticias-antiores/14158-ambientalistas-questionam-mudancas-no-projeto-vencedor-da-usina-de-jirau>.

- “Tapajós Livre: não à construção de hidrelétricas na Amazônia”. Greenpeace Brasil, 27/11/2014.

Para ler mais: <http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Noticias/Tapajos-Livre-nao-a-construcao-de-hidreletricas-na-Amazonia/>.

- “Ambientalistas pedem que Dilma desista de Belo Monte, Fórum Mundial de Sustentabilidade”. O Globo (Economia), 24/03/2012.

Para ler mais: <http://oglobo.globo.com/economia/ambientalistas-pedem-que-dilma-desista-de-belo-monte-em-forum-mundial-de-sustentabilidade-4406017>.



Você sabia?

A fim de assegurar energia suficiente para garantir a demanda interna, grandes projetos de construção de hidrelétricas vêm ocorrendo no Brasil nos últimos anos:

- Belo Monte, no Pará: será a segunda maior usina em capacidade de geração de energia instalada, com 11.233 MW. As linhas de transmissão levarão a energia gerada por Belo Monte ao Sudeste. Sua construção no rio Xingú tem gerado muita

polêmica em virtude dos impactos ambientais e sociais junto às comunidades indígenas residentes na região.

- Jirau, em Rondônia: construída no rio Madeira, a hidrelétrica de Jirau iniciou suas atividades de geração em 2013. Com a finalização completa da usina, produzirá 3.750 MW e atenderá Rondônia e o Sistema Integrado Nacional.
- Santo Antônio, em Rondônia: também construída no rio Madeira produzirá 3.568 MW. Atenderá Rondônia, Acre e o Sistema Integrado Nacional. Iniciou suas atividades de geração em 2012, ainda parcialmente.
- São Luiz do Tapajós, no Pará: ainda em processo de licitação para construção, o projeto da grande usina (geração de 8.000 MW) também tem gerado protestos. Ambientalistas e movimentos indígenas pressionam autoridades para o cancelamento da obra, inclusive conseguindo o adiamento de leilões para revisão de projeto, visando melhor análise dos impactos nas sociedades que serão afetadas pelo empreendimento.
- Tucuruí, no Pará: construída no curso do rio Tocantins, funcionando na metade de sua capacidade atualmente, quando finalizada gerará 8.370 MW. Linhas de transmissão levarão a energia elétrica gerada por suas turbinas para os estados do Pará, Maranhão e Tocantins, além de complementar o Sistema Interligado Nacional, atendendo as demais macrorregiões brasileiras.

Gestão Ambiental e Gestão Energética: em busca de uma zona de amortecimento

Não tem sido incomum atribuir à burocracia do licenciamento ambiental uma parcela de culpa pela marginal mudança da matriz energética brasileira, com o crescimento das térmicas a combustíveis fósseis (TOLMASQUIM, 2007; FRISCHTAK, 2009; ABBUD; TANCREDI, 2010).

Dentre as muitas críticas, destacam-se a falta de regras claras, a demora no processo de licenciamento e a falta de visão estratégica para segurança energética nacional.

No entanto, é preciso reconhecer o vital papel da legislação ambiental na preservação e na defesa dos recursos naturais e de populações vulneráveis à sua exploração. A legislação e o licenciamento ambientais não são entraves, mas caminhos para o desenvolvimento sustentável.

A desburocratização dos processos de licenciamento só será possível quando a gestão energética atuar junto à gestão ambiental por meio de um fórum permanente que auxilie na composição de estratégias que visem ao menor dano socioambiental possível e medidas compensatórias justas.

Observe uma zona de amortecimento entre a segurança energética e a preservação socioambiental:

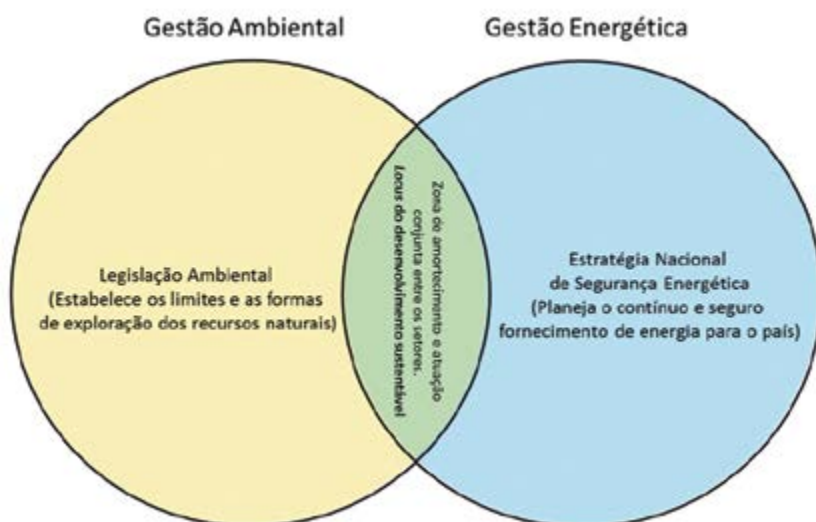


Figura 12.8: Esquema de criação de zona de amortecimento na atuação conjunta entre os setores ambientais e energéticos, como locus de produção de alternativas sustentáveis.

Fontes primárias: análises sintéticas – petróleo, hidráulica, gás natural, nuclear e carvão mineral

Vamos agora observar um breve panorama das fontes primárias no Brasil e de que forma elas estão inseridas na matriz energética nacional.

Petróleo e seus derivados

O Petróleo é a fonte mais utilizada na matriz energética do país (39,3%), tem seu potencial condicionado ao desenvolvimento do pré-sal e do parque de refino nacional, ambos fortemente influenciados

pelo preço da commodity no mercado internacional e pelo desempenho da Petrobras.

São 15 bilhões de barris de petróleo de reserva, e produção em torno de 2,4 milhões de barris por dia, sendo 715 mil oriundos do pré-sal.

Atende às termelétricas, às indústrias, às residências e ao setor de transportes. Destina-se ainda ao próprio setor energético. Representa 9,8 GW na matriz elétrica nacional. Sua maior empregabilidade é no setor de transportes, dependente em 90,1% de seus derivados.

Como insumos de termelétricas, os derivados de petróleo, além de emissores de GEE, são caros e geram energia de custo alto para o consumidor final. O desejável declínio do petróleo na matriz energética nacional e a conseqüente diminuição das emissões advindas de seu uso dependem do estímulo aos biocombustíveis no transporte e de opções sustentáveis ou menos intensivas em carbono na geração térmica, como o bagaço de cana-de-açúcar e o gás natural respectivamente.

Gás natural

O gás natural contribui com 12,8% na matriz energética e 11,3% na matriz elétrica nacional. 138 termelétricas geram 13 GW no território brasileiro.

Seu potencial de uso está vinculado à política de petróleo e gás. Atende às indústrias, às residências, ao setor de transporte e ao próprio setor de energia. Como insumo energético, o gás natural é a opção menos poluente dentre os combustíveis fósseis usados em termelétricas, proporcionando altas taxas de retorno para o investidor.

Como insumo no transporte, converte-se em alternativa menos poluente que óleo diesel e gasolina. Há certa dependência de importação (gás boliviano) e pouca infraestrutura de gasodutos no país. Confirmadas as expectativas de crescimento de oferta de gás natural no Brasil, advinda do pré-sal, a transformação de térmicas a diesel e óleo combustível para térmicas a gás natural tornaria o parque termelétrico menos intensivo em emissões de GEE.

Hidráulica

Contribui com 12,5% na matriz energética nacional. Estima-se que o potencial hidrelétrico brasileiro seja de 260 GW, dos quais 89,9 GW

são atualmente utilizados. 70% dos recursos hídricos do país estão na região Norte, nas regiões hidrográficas Amazônica e Tocantins-Araguaia. Atende principalmente às indústrias e às residências, introduzida na matriz energética através de centrais geradoras hidrelétricas (CGH), pequenas centrais hidrelétricas (PCH), e usinas hidrelétricas (UHE). Suas principais vantagens são o combustível de custo zero, produção de energia barata, longo tempo de vida da usina, grande geração de emprego durante a construção, fonte 100% nacional, dependência zero do mercado internacional.

Seus maiores problemas são os impactos socioambientais gerados pelo alagamento de grandes áreas para construção de reservatórios em sobreposição a áreas de proteção ambiental e de populações tradicionais; necessidade de construção de longas linhas de transmissão (sobre florestas, rios e sítios ocupados); longo tempo de construção; taxa de retorno baixa; investimento alto e a perda de confiabilidade (segurança de suprimento constante) em virtude da subordinação aos regimes hidrológicos devido à opção pela construção de usinas a fio d'água.

Em relação às emissões de gases de efeito estufa, observar UHE com áreas de alagamento de áreas florestais que podem provocar altas emissões de metano pela decomposição de biomassa inundada.

Nuclear

A participação da geração nuclear no Brasil chega a 1,9 GW da matriz elétrica e 1,3% da matriz energética. O potencial a ser desenvolvido depende de fatores como a política nuclear, o aumento em escala da produção de combustível nuclear e a viabilidade de construções de novas usinas termonucleares.

Concretamente, o horizonte de expansão está restrito a Angra 3 (entrada em operação prevista para 2018), levando a geração nuclear a 3.395 MW. Após certa recuperação em âmbito mundial, com o atributo maior de ser uma forma de geração de energia isenta de emissões de CO₂, o evento Fukushima relembrou o potencial risco da geração nuclear.

Apesar de raros, os acidentes nucleares possuem consequências severas, traumáticas e de longa duração. O Brasil possui grandes reservas da fonte primária, o urânio, e o domínio tecnológico do seu ciclo de enriquecimento. A desfavorecer a expansão da geração nuclear estão a necessidade de investimentos muito altos, o longo tempo de construção,

o “estigma nuclear” (acidentes nucleares, bombas atômicas) e, por fim, o insolúvel problema do lixo atômico. A implementação de usinas nucleares adicionais parece estar fora do horizonte de 2030.

Carvão mineral

Na matriz energética nacional, a participação do carvão mineral e de seus derivados está em torno de 5,6%. No setor elétrico, são gerados 3,6 GW em termelétricas a carvão, localizadas, em sua maioria, no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, onde estão as maiores reservas nacionais.

Além de o carvão mineral ser um insumo altamente poluente, suas reservas nacionais são reconhecidamente de baixa qualidade, o que implica necessidade de importação de carvão de melhor qualidade no mercado internacional, especialmente para a siderurgia. A extração de carvão mineral tem importância regional para a economia do Sul do país.

A tecnologia de gaseificação do carvão com captura e armazenamento de carbono abre uma possibilidade para o uso mais plural e sustentável do carvão mineral na matriz energética nacional. No entanto, são necessárias análises de custo e de adaptabilidade ao carvão nacional e o desenvolvimento efetivo da tecnologia no Brasil.

==== **Atividade 2** =====

Atende aos objetivos 3 e 4

1. Exercício de fixação. Correlacione as duas colunas:
 - a) Reservas Indígenas menor capacidade de reserva em hidrelétricas.
 - b) Áreas de Conservação diretrizes para o desenvolvimento sustentável.
 - c) Carvão mineral insumo mais importante da matriz mundial.
 - d) Pré-sal estratégia de gestão de recursos energéticos.
 - e) Recursos hídricos locus de resistência na gestão do território.

- f) Energia nuclear () uma das territorialidades amazônicas.
- g) Gás natural () expressão político-territorial da gestão ambiental.
- h) Gestão ambiental () jazidas no Sul, de baixa qualidade.
- i) ODS () concentra os investimentos em energia no Brasil.
- j) Diversificação () potencial ocioso na região Norte.
- k) Petróleo () o descarte do lixo é um problema sem solução.
- l) Usinas a fio d'água () menos poluente dentre os combustíveis fósseis.

Resposta comentada

1 – l, i, k, j, h, a, b, c, d, e, f, g.

- a) Reservas Indígenas: uma das territorialidades amazônicas, que entram em conflito com a exploração de recursos energéticos na região.
- b) Áreas de Conservação: expressão político territorial da gestão ambiental que entra em conflito com a gestão energética.
- c) Carvão mineral: jazidas no Sul, de baixa qualidade, que levam o Brasil a importar carvão para siderurgia.
- d) Pré-sal: concentra os investimentos em energia no Brasil, na exploração e produção de petróleo.
- e) Recursos hídricos: potencial ocioso da região Norte, estimado em mais de 150 GW.
- f) Energia nuclear: o descarte do lixo atômico é um problema sem solução e uma das grandes questões de entrave para uso dessa energia.
- g) Gás natural: menos poluente dentre os combustíveis fósseis e pode ser utilizado da indústria ao setor de transportes.
- h) Gestão ambiental: *locus* de resistência na gestão do território por possuir mecanismos para preservar o meio ambiente da exploração irresponsável dos recursos naturais.
- i) ODS: diretrizes para o desenvolvimento sustentável, nas quais está inserido o conflito desenvolvimento x meio ambiente.

- j) Diversificação: estratégia de gestão de recursos para produção de energia que visa aumentar o mix energético de um país, tornando-o menos dependente de recursos específicos.
- k) Petróleo: insumo mais importante da matriz mundial, de uso múltiplo na sociedade moderna.
- l) Usinas a fio d'água: menor capacidade de reserva em hidrelétricas. Construídas para aproveitamento apenas das vazões naturais dos rios, as usinas a fio d'água perdem sua capacidade regulatória, pois não possuem reservatórios para estocar os recursos hídricos.

Atividade final

Atende aos objetivos 1, 2, 3 e 4

1. Veja o esquema a seguir sobre a diversificação da matriz energética brasileira e responda:



Figura 12.9: Esquema sobre a diversificação da matriz energética brasileira.

- a) Como novas fontes renováveis de energia podem contribuir para que a matriz energética não fique subordinada ao regime de chuvas?

b) Como a diversificação da matriz com fontes renováveis contribui para que o país não fique subordinado à geopolítica energética mundial?

c) Dentre as ações promovidas pela introdução de fontes renováveis de energia na matriz energética brasileira, existe uma que é de caráter global, planetário. Que ação é essa? Explique.

d) e) Como a introdução de fontes renováveis na matriz energética brasileira pode ter efeito positivo na geração de emprego e renda?

Resposta comentada

a) Complementando a geração de energia do país, preservando, durante o período de geração de energia em parques eólicos e solares, por exemplo, os recursos hídricos nos reservatórios.

b) Países dependentes de um único insumo energético, como o petróleo, por exemplo, ficam expostos à queda ou elevação do preço, às barganhas internacionais. Ao diversificar a matriz energética, o país cria possibilidades de escolha em sua gestão energética.

c) A introdução de fontes renováveis na matriz energética nacional contribui, em escala global, no combate às mudanças climáticas, pois tais fontes emitem nenhum ou muito pouco GEEs.

d) Na criação de novas cadeias produtivas no território nacional e no desenvolvimento local em regiões de baixo IDH no Brasil.

Conclusão

As implantações de usinas hidrelétricas, usinas termoelétricas, parques eólicos, usinas nucleares, refinarias e plataformas de petróleo estão expressas em sistemas técnicos infraestruturais no espaço territorial.

Suas localizações e disposições são norteadas pelas necessidades de suprimento de energia dos grandes centros urbanos, dando origem a estruturas espaciais distintas e gerando fluxos de energia diferenciados por regiões.

A lógica locacional desses sistemas de infraestrutura expressa:

- proximidade da fonte de recurso;
- proximidade dos centros consumidores;
- sistemas de integração e distribuição de energia entre a fonte do recurso e o centro consumidor.

O exemplo mais visível é o SIN (Sistema Interligado Nacional). Atualmente, o Brasil possui em seu território 3.612 empreendimentos em operação gerando energia elétrica. De Itaipu Binacional em Foz do Iguaçu, no Paraná, passando pelas usinas nucleares de Angra I e II, no sul do Estado do Rio de Janeiro, pelos parques eólicos no Rio Grande do Sul, litoral de Ceará e no Rio Grande do Norte e por milhares de usinas termoelétricas que dão importante suporte complementar no Sistema Interligado Nacional.

Esses empreendimentos estão interligados a uma rede de transmissão de energia elétrica que cobre quase a totalidade do país.

Embora esses empreendimentos venham gradualmente ganhando todo o território nacional, apresentam forte concentração no Sul e Sudeste do Brasil, parte mais desenvolvida e industrializada do país e que mais necessita de insumos energéticos.

As linhas de transmissão que interligam todo o sistema elétrico brasileiro são densas no Sul e Sudeste, se comparadas com as outras regiões: Norte, Nordeste e Centro-Oeste, que ainda apresentam áreas isoladas do Sistema Interligado Nacional de energia elétrica.

Partindo de um patamar já favorável, com alto percentual de renováveis em sua matriz energética, sem paralelos no mundo para países de mesma dimensão, o Brasil possui todos os pré-requisitos para superação de uma fase de insegurança energética por meio da diversificação de sua matriz em bases sustentáveis. Contribuem para isso a variedade de

recursos energéticos existentes no território nacional e condições naturais privilegiadas para exploração de fontes como eólica e solar - fontes renováveis e limpas que carregam não somente ganhos ambientais, mas também socioeconômicos.

Resumo

A segurança energética poderá ser conquistada através da complementariedade sazonal existente entre as fontes nacionais, preservando a hidroeletricidade como energia de base (mitigando os impactos socioambientais na região amazônica) e aproveitando a escalada da geração eólica, o potencial de expansão da energia solar e a já consolidada e significativa participação da biomassa de cana-de-açúcar. Termelétricas e combustíveis fósseis, apesar das emissões de GEE, terão seu lugar na matriz energética, imprimindo mais segurança ao sistema, no entanto, não podem alcançar protagonismo na geração de energia.

A grande penetração dos derivados de petróleo na matriz de transporte nacional, setor com as maiores emissões de GEE da matriz energética do país, revela a necessidade de aproveitamento estratégico da *expertise* brasileira na área de biocombustíveis e a necessidade de sua ampliação e preservação. Esse é um grande desafio diante da concentração de recursos no setor de petróleo e gás.

Etanol e biodiesel possuem importantes papéis no processo de substituição e mitigação do uso da gasolina e do óleo diesel, principalmente no setor de transportes. Nesse aspecto, a diversificação dos modais para o transporte de cargas deve receber especial atenção para redução das emissões de GEE, assim como o incentivo ao uso do transporte coletivo em detrimento do transporte individual, visando à melhoria da qualidade do ar e de vida nas grandes cidades.

O licenciamento ambiental tem sido, equivocadamente, o *locus* de interlocução e de mediação de conflitos entre a gestão ambiental e energética. Daí o engano em atribuir à legislação ambiental o ônus pelo atraso na expansão energética nacional, dado que se trata efetivamente de relação meramente reativa em prol da preservação do meio ambiente e de populações vulneráveis.

O problema vai além do licenciamento e inclui tanto as limitações dos órgãos ambientais quanto o despreparo e desconhecimento dos empreendedores na construção de seus projetos.

A transição para uma matriz energética verde é um imperativo, em virtude do inexorável esgotamento de recursos finitos.

O desenvolvimento de dois eixos será vital para que o Brasil esteja na fronteira desta revolução energética: inovação e educação. A segurança e a independência energética dependerão cada vez mais de inovação, pesquisa e domínio tecnológico.

Por outro lado, a temática ambiental, intensamente debatida em fóruns internacionais, precisa aproximar-se do cidadão comum.

É preciso educar de forma crítica o consumidor de energia do futuro, célula de uma nova sociedade com estilo de vida e padrão de consumo sustentáveis. O crescimento tem limites, o desenvolvimento socioambiental não.

Referências

ABBUD, Omar Alves; TANCREDI, Márcio. Transformações recentes da matriz brasileira de geração de energia elétrica: causas e impactos principais. **Textos para Discussão 69** (Centro de Estudos da Consultoria do Senado), Brasília, mar. 2010. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/182500>>. Acesso em: 7 jun. 2015.

ALVES FILHO, João. **Matriz energética brasileira: da crise à grande esperança**. Rio de Janeiro: Maud, 2003.

ANEEL – AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. **Aberta audiência pública sobre o Leilão de Energia de Reserva de fonte solar**. Informações Técnicas, 2 jun. 2015. Disponível em: <http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/noticias/Output_Noticias.cfm?Identidade=8591&id_area=90>. Acesso em: 7 jun. 2015.

_____. **Resolução Normativa nº 482**, de 17 de abril de 2012. Estabelece as condições gerais para o acesso de microgeração e minigeração distribuída aos sistemas de distribuição de energia elétrica, o sistema de compensação de energia elétrica, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br/cedoc/ren2012482.pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2015.

_____. **Revisão da norma que trata da micro e minigeração distribuída está em audiência**. Informações Técnicas, 05 maio 2015. Disponível em: <http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/noticias/Output_Noticias.cfm?Identidade=8534&id_area=90>. Acesso em: 07 jun. 2015.

_____. **BIG** – Banco de Informações de Geração. Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/capacidadebrasil/capacidadebrasil.cfm>>. Acesso em: 17 mar. 2015.

BERMANN, Célio. **Impasses e controvérsias da hidreletricidade**. Estudos Avançados, São Paulo, v.21, n.59, p.139-153, 2007.

BRASIL. **Ministério de Minas e Energia, Empresa de Pesquisa Energética**. Plano Nacional de Energia 2030. Brasília: MME; EPE, 2007.

_____. **Plano Decenal de Expansão de Energia 2023**. Brasília: MME; EPE, 2014.

CAMILLO, Edilaine Venâncio. **As políticas de inovação da indústria de energia eólica: uma análise do caso brasileiro com base no estudo de experiências internacionais**. 2013. [s.n.]. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, 2013.

EMBRAPA – EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Biodiesel reduz em 70% a emissão de Gases do Efeito Estufa**. EMBRAPA Notícias. 17 abr. 2015. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/2723697/biodiesel-reduz-em-70-a-emissao-de-gases-do-efeito-estufa>>. Acesso em: 7 jun. 2015.

EPE – EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. **Balanço Energético Nacional 2014** (Relatório Síntese | ano base 2013 |), maio de 2014. Disponível em: <<https://ben.epe.gov.br/default.aspx>>. Acesso em: 31 maio 2016.

FRISCHTAK, Claudio R. A matriz de energia elétrica brasileira e a economia de baixo carbono. *In*: XXI Fórum Nacional – Na crise global, o novo papel do Brasil (Crise como oportunidade, através do Plano de Ação), 18 a 21 de maio de 2009. **Estudos e Pesquisas**, n. 286. Disponível em: <<http://www.interb.com.br/content/matriz-de-energia-el%C3%A9trica-brasileira-e-economia-de-baixo-carbono>>. Acesso em: 07 jun. 2015.

FS-UNEP- Collaborating Centre for Climate & Sustainable Energy Finance. **Global trends in renewable energy investimento 2015**. Disponível em: <<http://www.fs-unep-centre.org>>. Acesso em: 07 jun. 2015.

INPE-OBT. **Projeto PRODES**. Monitoramento da floresta amazônica brasileira por satélite. Disponível em <<http://www.obt.inpe.br/prodes/index.php>>. Acesso em: 07 jun. 2015.

LOBATO, Emílio. **A mineração brasileira**. Minas Gerais: J. Mendo Consultoria; MME; BIRD, 2009. 32p. (Relatório Técnico 37. Perfil do

Quartzo. Projeto Estal). Disponível em: <<http://www.jmendo.com.br/tipo/a-mineracao-brasileira/>>. Acesso em: 16 jul. 2015.

MCT – MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA/COPPE/IVIG/PPE-COPPE. **Emissões de dióxido de carbono e de metano pelos reservatórios hidrelétricos brasileiros**: primeiro inventário brasileiro de emissões antrópicas de gases de efeito estufa. 2006. Disponível em: <www.mct.gov.br/upd_blob/0008/8855.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2015.

MELO, Elbia. Fonte eólica de energia: aspectos de inserção, tecnologia e competitividade. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 27, n. 77, p. 125-142, 2013.

O GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL SOBRE A AGENDA PARA O DESENVOLVIMENTO PÓS-2015. **Negociações da Agenda de Desenvolvimento Pós-2015**: elementos orientadores da posição brasileira. 2014. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_desenvsust/ODS-pos-bras.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2015.

REGO, Erik Eduardo. **Entendendo a expressiva participação das termelétricas a gás natural no primeiro leilão de energia nova**. Revista Brasileira de Energia, v. 13, n. 2, p. 84-101, 2. Sem. 2007.

RITTL, Carlos. Mudanças climáticas e transferência de tecnologia. **WWF Brasil (Opinião)**, 29 set. 2009. Disponível em: <<http://www.wwf.org.br/informacoes/opiniao/?21640/ARTIGO-Mudanas-Climticas-e-Transferencia-de-Tecnologia>>. Acesso em: 07 jun. 2015.

ROSA, Luiz Pinguelli. Geração hidrelétrica, termelétrica e nuclear. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 21, n. 59, p. 39-58, 2007.

SCHAEFFER, Roberto. **Energia em Debate**. Rio de Janeiro, Museu do Meio Ambiente, 16 mar. 2013. Entrevista concedida ao programa Conversa no Museu. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=wMoRak2109A>>. Acesso em: 7 jun. 2015.

SEEG BRASIL – Sistema de Estimativa de Emissão de Gases de Efeito Estufa. **Observatório do Clima**. Disponível em: <<http://www.seeg.eco.br/>>. Acesso em: 07 jun. 2015.

SIMAS, Moana; PACCA, Sergio. Energia eólica, geração de empregos e desenvolvimento sustentável. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 27, n. 77, p. 99-115, 2013.

TIBA, Chigueru *et al.* **Atlas solarimétrico do Brasil**: banco de dados solarimétricos. Recife: Ed. UFPE, 2000.

TOLMASQUIM, Maurício Tiomno; GUERREIRO, Amilcar; GORINI,

Ricardo. Matriz energética brasileira: uma prospectiva. **Novos Estudos** - CEBRAP, São Paulo, n. 79, p. 47-69, 2007.

WRI, CAIT – WORLD RESOURCES INSTITUTE. **CAIT Climate Data Explorer**. Disponível em: <<http://cait.wri.org/>>. Acesso em: 07 jun. 2015.

Aula 13

Cidades criativas e desiguais:
a economia criativa sob a ótica
da geografia econômica

Metas

Apresentar as dimensões culturais da relação entre espaço e economia, por meio de um dos campos de estudo mais recentes da geografia econômica: tecnologia, inovação, criatividade, sustentabilidade, indústria cultural e originalidades culturais locais serão analisadas como elementos constituintes do que denominamos economia criativa. Apresentar a economia criativa e sua expressão socioespacial – a cidade criativa – pelo viés da geografia crítica, dentro do contraditório modo de produção capitalista.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. compreender o surgimento, a evolução, os sistemas classificatórios e o conceito de economia criativa;
2. reconhecer as formas de organização socioespacial da economia criativa, especialmente as “cidades criativas”, sob a ótica geográfica e crítica.

Pré-requisitos

1. Etapas de desenvolvimento do sistema capitalista (Aulas 3 e 4);
2. Revoluções industriais (séculos XVIII e XIX) (Aulas 3 e 4);
3. Papel da indústria na construção da sociedade atual (Aula 5);
4. Redes (Aula 7);
5. Globalização (Aula 8).

Introdução



Figura 13.1: Cidades criativas – Londres – Inglaterra.

Fonte: https://cdn.pixabay.com/photo/2018/11/02/12/45/london-eye-3790187_960_720.jpg

O conceito de economia criativa surge nos anos 1990 como política pública na Austrália, visando o estímulo ao desenvolvimento de setores ligados à cultura naquele país. A iniciativa governamental denominada “Creative Nation” destinou financiamento para instituições culturais, buscando valorizar a cultura, o simbólico e a criatividade como elementos importantes para o desenvolvimento social e econômico. Identificou e fomentou originalidades artísticas e culturais locais, a diversidade étnica, mas, ainda assim, a partir de uma visão de mercado. A cultura passava a ser entendida como fonte geradora de riqueza, como trunfo econômico, como um componente importante de mercado.

A iniciativa australiana, que foi seguida por outros países, principalmente o Reino Unido, pode ser considerada como uma resposta, uma adaptação das forças de mercado num ambiente neoliberal que, diante do engessamento de setores tradicionais da economia, buscaram novos espaços para a reprodução do capital. A economia criativa, através de seus variados setores, surge como expressão das profundas transformações que o processo de globalização provocara na estrutura do sistema produtivo, nas suas relações sociais, culturais e políticas.



Neoliberalismo

Vale lembrar que o neoliberalismo é uma doutrina socioeconômica que resgata a ideia básica do liberalismo econômico: mínima intervenção do Estado na economia. Dessa premissa, partem suas características mais marcantes, colocadas em prática a partir da década de 1970: desregulamentação das leis trabalhistas atrelada à flexibilização e precarização do trabalho e as privatizações. Para além do econômico, a afirmação de ideias mais individualistas que imprimem à sociedade formas de organização menos solidárias e coletivas, com valorização da competição baseada em pseudomeritocracia e processos de exclusão social.

Quando a geografia econômica passou a perceber esse fenômeno e analisá-lo como tal? Para Claval (2005), em meados dos anos 1990, a geografia econômica cultural surge tendo como objeto a interpretação da sociedade de consumo. Nesse sentido, Claval liga a geografia econômica cultural aos problemas do mundo contemporâneo globalizado: a metropolização, a mobilidade crescente (fluxos migratórios) entre os países, as questões ambientais, as tecnologias de informação e, por fim, a influência da cultura no consumo.



Figura 13.2: Economia criativa e sua diversidade característica.

Fonte: https://cdn.pixabay.com/photo/2016/03/03/10/17/interaction-1233873_960_720.jpg

Como o próprio Claval afirma, uma vez que “as decisões dos agentes econômicos sempre têm dimensões espaciais”, a economia criativa e suas expressões territoriais passaram a ser objetos de estudo da geografia. O conceito de economia criativa, embora mais abrangente, ficou atrelado ao de “indústria criativa” e sua dimensão locacional abriu campos de estudo sobre as chamadas “cidades criativas”.

É nas cidades – em geral, pelo seu poder de atração, pela sua pluralidade, por reunir uma ampla gama de serviços, por ser o espaço que encerra todas as classes sociais, expressões sociais, culturais, políticas e religiosas, por ser mais bem servida de infraestrutura e altamente urbanizada, por ser mais densamente povoada, por concentrar mais técnicas e informação – que a economia criativa encontra o seu lugar de desenvolvimento.

A economia criativa – e todos os seus desdobramentos, como as indústrias criativas e as cidades criativas – está conectada àquilo que chamamos de espaços mais globalizados: porções do território inseridas na rede global de serviços e negócios. Daí o termo “cidades globais”. No entanto, não podemos esquecer que essas cidades, apesar da denominação que carregam, possuem contradições internas: são espaços não homogêneos, fragmentados e que não estão em sua totalidade inseridos no sistema global. Grande parte de suas populações vive às margens das inovações, do acesso à cultura, dos serviços de alta tecnologia, excluída da possibilidade de consumo de bens e serviços de alto valor.



Figura 13.3: Museu do Amanhã, equipamento cultural na revitalizada zona portuária do Rio de Janeiro.

Fonte: https://cdn.pixabay.com/photo/2017/05/16/22/11/rio-de-janeiro-vacation-2319223_960_720.jpg

Importante também não perder a perspectiva de que as teorias iniciais sobre a economia criativa surgem em países desenvolvidos, valorizando cultura, entretenimento, esporte, educação e inovação. Em países pobres ou em desenvolvimento, as realidades locais e, principalmente, as desigualdades sociais tornam esse tipo de análise mais complexa e desafiadora.

A economia criativa é também expressão da decadência da era industrial, dado o processo de desindustrialização. O processo de deslocalização de plantas industriais dos países centrais para os países periféricos – e todo o modelo e a dinâmica social e espacial atrelada a ele – obrigou as grandes cidades dos países desenvolvidos a criar novas frentes econômicas em seus seios urbanos como solução para a empregabilidade e a geração de renda e riqueza, tendo como valores a criatividade e o conhecimento.



É muito comum associar o conceito de economia criativa e o de indústria criativa ao conceito de indústria cultural e, aqui, vale uma importante ressalva. A indústria cultural está atrelada à ideia de indústria, de produção em massa, ou seja, tem o objetivo de alcançar o maior número de pessoas como consumidoras de seus produtos. Está intimamente ligada ao que chamamos de cultura de massa. Televisão, rádio, jornais, revistas, propagandas, cinema são veículos que distribuem produtos culturais massificados, padronizados, em geral superficiais e para rápido consumo.

Os estudos sobre a indústria cultural e a cultura de massa remontam à primeira metade do século XX, tendo como teóricos basilares Theodor Adorno e Max Horkheimer, representantes da Escola de Frankfurt. A cultura de massa não é a cultura popular, não advém das massas, é uma apropriação dessa cultura, que é massificada, padronizada e, de certa maneira, imposta pela repetição, pela propaganda, uniformizando os gostos, como determinante do próprio consumo.

Com o advento das redes sociais, a superficialidade e o caráter instantâneo do consumo de massa foi exponencializado, chegando a patamares inéditos nos hábitos de consumo das populações. A indústria cultural transforma a cultura em mercadoria e, por manipulação e controle social, cria e legitima a demanda por seus produtos. A indústria cultural

se tornou objeto de estudo pelo contexto de industrialização e o advento das grandes aglomerações, das grandes massas populacionais urbanas que surgiram no século XX.

Sobre o conceito de economia criativa

Vamos iniciar essa seção apresentando modelos de conceituação de economia criativa, baseados no Relatório de Economia Criativa da Nações Unidas de 2010, que traduz a economia criativa como uma opção de desenvolvimento sustentável. Os conceitos são variados, pois estão ligados a maneiras distintas de compreensão e análise da economia criativa. Vamos lá?

Modelo DCMS, do Reino Unido

Para o Department for Digital, Culture, Media & Sport (DCMS) do Reino Unido, a economia da era globalizada deve ter como base a **criatividade** e a inovação. Usa o termo indústria criativa e possui uma classificação de 13 indústrias consideradas culturais: publicidade; arte e antiguidade; artesanato; design; moda; filme e vídeo; música; artes cênicas; editoras; software; televisão e rádio; videogames e jogos de computador.

Modelo de textos simbólicos

Tem origem nos estudos crítico-culturais europeus, também no Reino Unido. É por meio da indústria cultural, mas especificamente da produção industrial, que ocorre a formação da cultura social através da disseminação do simbólico, pelos filmes, pelo rádio, TV e imprensa. Nesse modelo, há três divisões nas indústrias culturais:

- a) indústrias culturais centrais (publicidade, filmes, internet, música, editoras, televisão e rádio, videogames e jogos de computador);
- b) indústrias culturais periféricas (artes cênicas)
- c) indústrias culturais sem distinção fixa (eletrônicos para consumir, moda, software, esporte).

Modelo dos círculos concêntricos

Nesse modelo, é o valor do produto cultural que gera o estímulo para a indústria que o produzirá, através das ideias criativas, que são centrais

Criatividade

Elemento central na discussão sobre economia criativa, o conceito de criatividade é diverso, mas em linhas gerais, e, especificamente para o tema abordado nesta aula, podemos reunir três definições que constituem a ideia de criatividade que é a base da economia criativa. A criatividade artística (imaginação e geração de ideias), a criatividade científica (curiosidade, experimentação e resolução de problemas) e a criatividade econômica (inovação em tecnologia, prática de negócios, marketing, vantagens competitivas na economia). É a união dessas três vertentes da criatividade que forma a base das indústrias criativas e, de uma forma mais ampla, daquilo que conceituamos como economia criativa.

nesse processo. As artes criativas centrais avançam vários círculos concêntricos, saindo do seu conteúdo cultural central e se propagando até o conteúdo comercial mais periférico. É assim estruturado:

- a) artes criativas centrais (literatura, música, artes cênicas, artes visuais);
- b) outras indústrias culturais centrais (filmes, museus e bibliotecas);
- c) indústrias culturais mais amplas (serviços de patrimônio, editoras, gravações de sons, televisão e rádio, videogames e jogos de computador);
- d) indústrias relacionadas (publicidade, arquitetura, design, moda).

Modelo de direitos autorais da OMPI

Elaborado pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), usa a proteção por direito autoral como elemento central na classificação das indústrias que produzem ou estão relacionadas com a produção de trabalhos protegidos por direito autoral:

- a) indústrias centrais de direitos autorais (publicidade, sociedades de gestão coletiva, filmes e vídeos, música, artes cênicas, editoras, software, televisão e rádio, artes gráficas e visuais);
- b) indústria de direitos autorais independentes (material de gravação em branco, eletrônicos para consumir, instrumentos musicais, papéis, fotocopiadoras, equipamentos fotográficos);
- c) indústrias de direitos autorais parciais (arquitetura, vestuário, calçados, design, moda, utensílios domésticos, brinquedos).

Classificação da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) de indústrias criativas

As indústrias criativas são aquelas vinculadas a qualquer atividade econômica que dê origem a produtos simbólicos dependentes da propriedade intelectual, com o objetivo de alcançar o maior mercado possível. Esse modelo de classificação divide as indústrias criativas em quatro grupos:

- a) PATRIMÔNIO (origem de todas as outras formas de arte, dividido em dois subgrupos):
 - expressões culturais tradicionais: artesanatos, festivais, e celebrações;
 - locais culturais: sítios arqueológicos, museus, bibliotecas, exposições;
- b) ARTES (baseado na arte e na cultura, dividido em dois subgrupos):
 - artes visuais: pinturas, esculturas, fotografia e antiguidades;

- artes cênicas: música ao vivo, teatro, dança, ópera, circo, teatro de fantoches;
- c) MÍDIA (estabelece comunicação com grande público, dividido em dois subgrupos):
- editoras e mídias impressas: livros, imprensa e outras publicações;
 - audiovisuais: filmes, televisão, rádio, e demais radiodifusões;
- d) CRIAÇÕES FUNCIONAIS (ligado à prestação de serviços, dividido em três subgrupos):
- design: interiores, gráficos, moda, joalheria, brinquedos;
 - novas mídias: software, videogame, conteúdo digital criativo;
 - serviços criativos: arquitetura, publicidade, cultural e recreativo, pesquisa e desenvolvimento (P&D) criativo, outros serviços criativos digitais.

Em 2001, o intelectual britânico John Howkins lança o livro *Economia criativa: como as pessoas fazem dinheiro com ideais*. Pela primeira vez, o termo economia criativa surgia com aprofundamento teórico e sistematizado. Para Howkins, a economia criativa pode ser considerada como um sistema produtivo, onde são estabelecidas trocas e usos de produtos criativos (bens e serviços econômicos oriundos de processos criativos, valorizados pelo seu teor criativo). Esses produtos podem ter outras características como a beleza, o conhecimento, ou outras virtudes simbólicas e intangíveis, mas são definidos por serem resultado de uma atividade criativa e o seu valor econômico estar baseado na criatividade (HOWKINS, 2001).



Figura 13.4: John Howkins. Pesquisador inglês reconhecido como criador do conceito de economia criativa.

Fonte: <http://www.creativeeconomy.com/john.htm>

Abordagens críticas sobre o conceito de economia criativa

Como podemos ver, as teorias e os conceitos criados a partir da década de 1990 refletem uma visão de mercado e uma valorização do econômico dentro de uma perspectiva globalizante. A onda uniformizadora e verticalizada do processo de globalização reproduz modelos similares, estimulando reproduções da cultura dos países centrais nos países periféricos, em detrimento da valorização das tradições e cultura locais de países pobres ou em desenvolvimento.



Figura 13.5: Revitalização da região portuária do Rio de Janeiro.

Fonte: <https://fase.org.br/pt/informe-se/artigos/porto-maravilha-as-transformacoes-urbanas-na-regiao-portuaria/>



Figura 13.6: Albert Dock: revitalização da região portuária em Liverpool – Inglaterra.

Fonte: <https://www.liverpoolmetrocathedral.org.uk/experience-liverpool/albert-dock-5-web1/>

As **Figuras 13.5 e 13.6** demonstram a padronização de um estilo de remodelação do espaço urbano, refuncionalizando antigos espaços portuários ao transformá-los em lugares de entretenimento. O enfoque predominante é de mercantilização da cultura, o da transformação do simbólico em mercadoria. A preocupação maior é o resultado econômico. Dessa forma, não são valorizados aspectos culturais de menor potencial econômico, ou as diferenças regionais.

Em geral, os estudos sobre a economia criativa elencam lugares privilegiados, sem, no entanto, apresentar as contradições desses espaços, como se elas não existissem. Closs e Rocha-de-Oliveira (2017, p. 361) apresentam quatro contribuições para abordagens mais críticas nos estudos sobre a economia criativa:

- a) “[...] salientar a necessidade de que os estudos nacionais explorem não apenas as criatividades hegemônicas e reconhecidas no cenário global, mas também valorizem as identidades locais e as formações sociais que marcam cada espaço estudado. Assim, seria possível buscar a compreensão da totalidade do espaço, tanto das redes que se formam em torno de atividades, que, normalmente, não são reconhecidas como conectadas, quanto de conflitos, disputas e contradições entre aqueles que utilizam um território, ainda que em uma mesma manifestação criativa.”
- b) “[...] a apresentação do conceito de território criativo como o espaço de vida e trabalho humanos, marcado por relações sociais que se constroem em atividades que envolvem a criação, contemplando convergências e divergências construídas historicamente, integrando relações econômicas, culturais e políticas. Dessa forma é possível explorar como os múltiplos elementos que integram determinado espaço se relacionam e se transformam mutuamente, num movimento de transformação ao longo do tempo.”
- c) “[...] trazer uma perspectiva que permita integrar teoria e prática na produção de conhecimento. O tema cresce em importância no cenário nacional e tem sido foco de políticas públicas para o desenvolvimento regional. No entanto, os espaços criativos têm sido apropriados apenas como delimitações geográficas que precisam ser geridas para apresentar resultados. Este caminho de análise se desconecta da vida material do território, levando à criação de conhecimentos superficiais e potencialmente destruidores das dinâmicas historicamente estabelecidas.”
- d) “[...] a utilização da história como ciência central para compreender a construção e transformação dos territórios criativos.

Dessa forma, tempo e espaço formam uma totalidade que permite compreender aspectos gerais e específicos de cada território, as relações e contradições construídas nas atividades criativas e as relações de poder nelas estabelecidas.”

Lopes e Santos (2011) atentam para a subordinação da criatividade à inovação que acaba a direcionando às demandas meramente mercadológicas e sua relação com a precarização do trabalho:

Subsunção

Ato de incluir (alguma coisa) em algo mais amplo.

É que além da **subsunção** do trabalho intelectual, necessário a esta nova fase da acumulação capitalista, ensaia-se cada vez mais neste setor novas formas de gestão baseadas naquilo que Pierre-Michel Menger vem chamando de “hiperflexibilidade da mão-de-obra”, traduzido pelo setor como “trabalho por projetos”. Transitoriedades, retração de direitos trabalhistas, enaltecimento das diferenças de remuneração, apologia da concorrência interindividual, auto-emprego, vistos agora, com sinal invertido, como legítimas formas de se valorizar e remunerar os talentos individuais, a criatividade do trabalhador precarizado (LOPES; SANTOS, 2011).

Assim sendo, é de suma importância compreender que as teorias e os conceitos sobre a economia criativa precisam ser analisados com o cuidado e com o espírito crítico necessários. Por um lado, ela é a representação da reestruturação capitalista nos países desenvolvidos, ligada à flexibilização e precarização do trabalho, e, por outro lado, é um novo campo de acumulação capitalista que utiliza a arte, a cultura, o entretenimento e o simbólico como mercadorias.

Verifique, no **Gráfico 13.1**, como os ganhos relacionados com a economia criativa reproduzem a sedimentada relação desigual entre o norte desenvolvido e o sul pobre:

Exportação de serviços criativos por grupos econômicos 2008

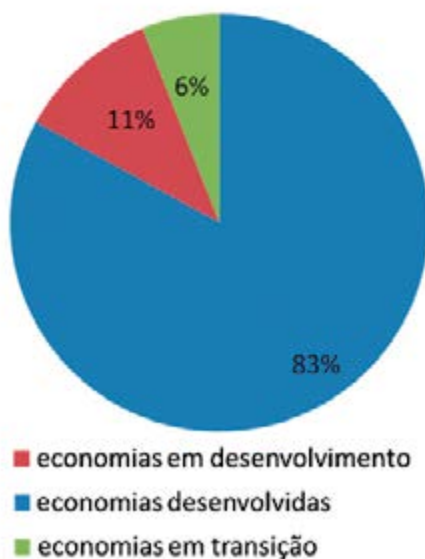


Gráfico 13.1: Exportação de serviços criativos por grupos econômicos.

Fonte: Dados extraídos do *Relatório de Economia Criativa 2010* (2012)

Depois de passarmos pela evolução, pelos modelos, conceitos e pelas classificações da economia criativa no campo teórico, que tal estabelecermos um olhar geográfico e crítico sobre o tema? De que forma a economia se expressa espacialmente? Qual o objeto de análise que a geografia e outras áreas afins entendem como *locus* da economia criativa?

Esse lugar é a cidade. Mas não uma cidade qualquer, somente aquelas que reúnem características específicas para o desenvolvimento da economia criativa, que cria o ambiente propício para sua reprodução. Vamos investigar isso mais de perto? Porém, antes, vamos aos exercícios da primeira parte da nossa aula.

Atividade 1

Atende ao objetivo 1

a) Explique a relação entre economia criativa e a reestruturação produtiva ocorrida nos países capitalistas desenvolvidos nas últimas décadas do século XX.

b) Qual dentre os modelos de classificação de indústrias criativas valoriza os estudos crítico-culturais europeus?

- I. Modelo DCMS do Reino Unido.
- II. Modelo de Textos Simbólicos.
- III. Modelo de Direitos Autorais da OMPI.
- IV. Classificação da UNCTAD de indústrias criativas.

Resposta comentada

a) A economia criativa surge como novo setor econômico ligado às novas formas flexíveis de produção e trabalho. Com o processo de desindustrialização e deslocalização industrial ocorrido nos países capitalistas desenvolvidos, a criatividade, a arte e a cultura passam a ser vistos como elementos passíveis de serem mercantilizados, principalmente nos grandes centros urbanos, como substituto das formas tradicionais de produção.

b) II. O modelo de textos simbólicos também enfatiza que a formação cultural da sociedade ocorre por meio da produção industrial, mais especificamente pela indústria cultural.



Organização socioespacial da economia criativa: cidades criativas e desiguais

A expressão geográfica da economia criativa em tempos de globalização é a cidade criativa. O *locus* por excelência da reunião dos elementos necessários para o desenvolvimento do mercado da arte, da cultura, do entretenimento, da inovação, da moda, dos negócios de tecnologia, etc. Merecem destaque as contribuições de Richard Florida (2011) quanto aos conceitos de cidade criativa e de **classe criativa**, bem como quanto à relação dialética entre esses dois conceitos.

Classe criativa

Seguindo a definição de Florida, podemos definir classe criativa como aquela formada por indivíduos das ciências, arquitetura, design, educação, artes, música, entretenimento, que possuem como principal característica a criação de novas ideias, novas tecnologias e novos conteúdos criativos. Para além desse centro da classe criativa, ainda há um grupo de profissionais criativos atuando nos negócios e nas finanças, no governo, na saúde e em outras áreas afins. São pessoas capazes de resolver problemas complexos, com alto nível de instrução. Tecnologia, cultura e economia formam o perfil da classe criativa. Diferencia-se da classe trabalhadora e da classe de serviços com seus perfis mais executores, pois possui mais autonomia e lidera o processo de criação.

Para Florida, a cidade criativa concentra uma classe de trabalhadores envolvida no desenvolvimento de novas tecnologias e conteúdos criativos – a classe criativa. Essas cidades (ou regiões) possuem ambiente para atrair e reter a classe criativa, e seria a existência desta nesses espaços que dinamizaria a economia.

São três as variáveis que Florida considera indispensáveis para o surgimento de uma cidade criativa: a tecnologia, o talento e a tolerância.

Tabela 13.1

Tecnologia:	Desenvolvimento econômico e tecnológico proporcionado pela inovação; progresso tecnológico como mola do crescimento econômico
Talento:	Disponibilidade e qualidade do capital humano. Recursos humanos; mão de obra qualificada nas indústrias de alta tecnologia e inovação, universidades e centros tecnológicos
Tolerância:	Atração de diversidades de ideias, de etnias, de formação social e de modelos comportamentais

Essas três variáveis precisam atuar concomitantemente, pois, isoladas, não produziriam o ambiente de uma cidade criativa. A lógica do pensamento de Florida pode ser resumida da seguinte forma: a tolerância gera um contexto de abertura, atração de novas ideias e de atração e retenção de pessoas das mais variadas culturas e potencialidades criativas (talentos). São essas pessoas, pela qualidade criativa, que passam a agregar mais valor ao ambiente inovador da cidade, estimulando o desenvolvimento econômico.

Charles Landry, David Throsby, o já mencionado John Howkins, Neil Bradford, John Hartley, Allen Scott, Jaime Lerner, Jordi Pardo são outros autores que criaram definições e conceitos de cidade criativa. Ana Carla Fonseca Reis, em sua tese de doutorado *Cidades criativas: análise de um conceito em formação e da pertinência de sua aplicação à cidade de São Paulo*, cria um quadro sinóptico dos autores, definições e características das cidades criativas, que adaptamos no **Quadro 13.1**, a seguir:

Quadro 13.1: As cidades criativas na visão de cada autor

Autor	Definição	Características e condições
Charles Landry (Inglaterra/arquitetura)	Um lugar que estimula e incorpora uma cultura de criatividade no modo como os <i>stakeholders</i> urbanos atuam	Recursos naturais; diversidade; políticas públicas; transdisciplinaridade; engajamento cidadão; presença da criatividade em todos os setores da sociedade e da economia; conjugação de <i>hard</i> e <i>soft</i> ; estruturas regulatórias e incentivos à criatividade; estado mental; valorização de talentos internos e atração de talentos externos
Richard Florida (EUA/economia)	Cidades nas quais há prevalência de classe criativa	Altos índices de talento, tecnologia e tolerância, com especial ênfase a baixas barreiras de entrada a talentos criativos
David Throsby (Austrália/economia)	Cidades nas quais as atividades culturais fomentam um ambiente urbano economicamente próspero e agradável para moradia	Atividades e indústrias culturais diversificadas e com forte impacto econômico; infraestrutura social e cultural; equipamentos culturais consolidados; altas concentrações relativas de emprego criativo; atratividade para investimentos
John Howkins (Inglaterra/jornalismo)	Cidades nas quais as pessoas se sentem à vontade para explorar ideias por meio de aprendizado e adaptação e nas quais mudanças são corriqueiras	Abertura constante para novas ideias; prevalência de grupos auto-organizados, informais e colaborativos; mercado de trabalho sofisticado; conexões internacionais. Quatro indicadores: diversidade, mudança, aprendizado e adaptação
Neil Bradford (Canadá/ciência política)	Locais de experimentação e inovação, nos quais ideias florescem e pessoas de todas as formações se unem para fazer de suas comunidades lugares melhores para viver, trabalhar e se divertir	Diversidade; pensamento holístico; reconhecimento da interdependência econômica, social, ambiental e cultural; foco em desenvolvimento; engajamento comunitário diversificado para resolver problemas urbanos complexos
John Hartley (Austrália/letras)	-	Cultura; educação; olhar multissetorial; multiculturalidade; reunião de opostos (público/privado, cultural de elite/popular, consumidor/cidadão)
Allen Scott (Inglaterra-EUA/geografia)	-	Forte incidência de setores criativos (especialmente indústrias da nova economia, alta tecnologia, serviços corporativos e financeiros, indústria de mídia e culturais, manufatura artesanal) além dos limites imediatos da cidade; organização em <i>clusters</i> ; mobilidade de capital; redes verticalmente não integradas de unidades de produção especializadas e complementares; trabalho qualificado por projetos e em times; demanda por produtos diferenciados (daí a importância da cultura); política de desenvolvimento voltada à inclusão das margens

Jaime Lerner (Brasil/arquitetura)	Cidade que tem um sonho coletivo passível de ser traduzido em qualidade de vida (sustentabilidade, mobilidade, solidariedade)	Sustentabilidade, mobilidade e solidariedade; “sociodiversidade” (diversidade de idades, rendas, usos, funções e tipologias); identidade; autoestima; sentimento de pertencimento; integração; liderança; governança com arranjo de corresponsabilidade entre os agentes; integração das várias regiões
Jordi Pardo (Espanha/antropologia)	Área urbana voltada à inovação e à cultura; um ambiente social com cultura aberta ao risco e à cooperação estratégica de agentes econômicos, sociais e culturais, no qual a comunicação de novas ideias franqueia o desenvolvimento e a mutação de novos produtos e serviços	Cultura como elemento de melhoria de qualidade de vida no ambiente social e de maior atratividade no cenário econômico; cidadania, incluindo direitos/deveres democráticos e senso crítico; ambiente social e econômico diversificados e com interações respeitadas; dinamismo cultural, em termos de produção, participação e consumo; e culturalmente complexos, segurança/liberdade; governança concertada, desde a fase de diagnóstico; transparência em regras e gestão

Fonte: Adaptado de Reis (2011), p. 54-55

Quadro 13.2: Tipologias de cidade criativas

Tipo de criatividade	Cidades
<i>Cidades tecnológicas e inovadoras</i>	Palo Alto: desenvolvimento a partir de conglomerados de indústrias de semicondutores na região São Francisco: Indústria de tecnologia e de pesquisa e desenvolvimento
<i>Cidades culturais e intelectuais</i>	Paris, Berlim, Viena: capitais historicamente multifacetadas com grande influxo de pessoas Dublin: redirecionamento a partir da crise manufatureira para o setor de tecnologia da informação, biotecnologia, software e serviços Toulouse: especialização em alta tecnologia (eletricidade, espacial, aeronáutica, computacional). Investimentos em ensino superior Amsterdã: expansão do setor de serviços, educação superior e alta tecnologia (centro financeiro, universidades, indústria cultural)
<i>Cidades culturais e tecnológicas</i>	Paris e Milão: expoentes da indústria de tecnologia, alta costura e indústrias de mídia interligadas Memphis: caracterizada como expoente da música e da indústria fonográfica Hollywood: caracterizada como expoente da música e da indústria cinematográfica

Cluster criativo

Termo relacionado com aglomeração. Na geografia econômica especialmente, é largamente utilizado para indicar concentração de empresas, indústrias, serviços com características semelhantes e que colaboram entre si, adquirindo, assim, vantagens competitivas em determinadas regiões. O exemplo mais conhecido de *cluster* criativo é o Vale do Silício na Califórnia que reúne uma grande quantidade de empresas de alta tecnologia.

Cidades organizacionais e tecnológicas

Tilburg: criação de **clusters criativos** a partir de centros de tecnologia e ensino de nível superior

Rotterdam: redirecionamento da economia a partir da estagnação de empregos e investimentos a fim de modernizá-la

Utrecht: criação de *clusters* criativos a partir de centros de tecnologia e ensino de nível superior

Fonte: Adaptado de Cunha; Makiya (2014)

Para o geógrafo Allen Scott (2014), a economia criativa é retrato na nova divisão do trabalho em tempos de globalização, responsável por uma nova onda de urbanização e aglomeração. Indústrias emergentes, especialização flexível, pós-fordismo e nova economia foram tentativas de conceituar esse modelo de desenvolvimento econômico, responsável por uma espécie de ressurgência das metrópoles após um período de declínio econômico de suas áreas centrais. Scott denomina esse novo modelo de economia cultural-cognitiva.

Sejam quais forem as controvérsias que estiverem em causa a esse respeito, não parece haver muitas discordâncias atualmente sobre o fato de que um grupo de setores muito peculiar, caracterizado por processos produtivos pouco padronizados e práticas de trabalho relativamente flexíveis, começou a se deslocar gradativamente para a linha de frente do desenvolvimento econômico naquele momento, e continuou a se expandir rapidamente até o presente. Este grupo de setores inclui a indústria intensiva em tecnologia, os serviços (empresariais, financeiros e pessoais), indústrias de produção cultural (como a mídia, o cinema, a música e o turismo) e formas de produção baseadas no design neoartesanal e voltadas para a moda, como vestuário, mobiliário e joalheria. Esses e outros setores afins suplantaram em grande medida as indústrias de produção em massa como os motores principais do crescimento e inovação nos mais importantes centros do capitalismo mundial, onde eles constituem os alicerces do que podemos denominar como uma nova economia *cultural-cognitiva* [...]. A base de sustentação dessa nova economia é constituída de um estrato de profissionais liberais e profissionais técnicos de gestão e de criação dedicados a tarefas que podem ser concebidas, em termos genéricos, como de pesquisa científica e tecnológica, atividades administrativas e de negócios, representação e transação, gerenciamento e supervisão de projetos, concepção e design, criação de imagem e entretenimento etc. Essa base é, ao mesmo tempo, complementada e organicamente inter-relacionada com um segundo estrato composto por trabalhadores

mal remunerados e, via de regra, subalternos, empregados tanto em trabalhos manuais (por exemplo na produção têxtil ou na montagem de componentes de alta tecnologia), como em serviços precários (limpeza de escritório, hotelaria e restaurantes, serviços gerais, prestação de cuidados a crianças, etc.). Embora as tarefas realizadas por esses trabalhadores do estrato mais baixo sejam frequentemente repetitivas, há, mesmo nesse caso, uma certa tendência – especialmente nas grandes cidades americanas – de muitas dessas funções exigirem algum grau de flexibilidade e discernimento cognitivo e/ou sensibilidade cultural da parte dos empregados (SCOTT, 2014, p. 17-18).

Edward Soja, geógrafo e urbanista norte-americano, também contribuiu de forma importante na compreensão das expressões socioespaciais resultantes das mudanças do modelo de produção capitalista. A cidade industrial capitalista que prevaleceu até a década de 1970, que se urbanizava via industrialização, entrou em declínio. O relativo esvaziamento de suas áreas centrais diante de um processo de urbanização mais amplo em escala regional, deu origem à metrópole pós-moderna e policêntrica, verdadeira cidade-região globalizada (exemplos: Los Angeles, New York, Londres, Paris e Amsterdam). E como a economia criativa entra nesse contexto? Soja (2013) explica:

As experiências altamente variadas de áreas centrais vieram acompanhadas de uma crescente e, não raro, obsessiva preocupação com os centros em fase de declínio e um desejo, aparentemente endêmico, de renascimento e retomada de desenvolvimento. A urbanização regional policêntrica tornou os núcleos urbanos centrais muito mais instáveis e imprevisíveis, levando a um marketing urbano agressivo e a esforços para dar uma marca às cidades, deslocando o investimento, a política e o planejamento públicos de uma ênfase nas necessidades sociais básicas para um empreendedorismo altamente competitivo, utilizando recursos públicos de forma quase desesperada para atrair novos investimentos privados e a atenção de turistas. Em uma das tragédias mais irônicas da urbanização regional, enormes recursos públicos estão sendo desviados de esforços dedicados ao problema da pobreza, dos sem-teto e da desigualdade justamente numa época em que estes problemas passaram a ser mais significativos do que nunca. Um sombrio “planeta de favelas” (DAVIS, 2007) e um planejamento obcecado pelo desenvolvimento de “cidades criativas” (SCOTT, 2006) e os “efeitos Bilbao” estão entre os vários sub-produtos da urbanização regional (SOJA, 2013, p. 155-156).

Para Soja, as cidades criativas e os esforços políticos e governamentais para a criação de ambientes propícios ao seu desenvolvimento são oriundos do processo de urbanização regional, naquilo que o autor denomina cidade-região.

As cidades criativas são, sob a perspectiva da acumulação capitalista, a expressão territorial de novas formas de absorção do excedente produzido pelos capitalistas. Para o geógrafo norte-americano David Harvey (2012), a urbanização capitalista tem papel importante na expansão das atividades lucrativas. As grandes reformas urbanísticas de Haussmann em Paris de 1853, bem como aquelas feitas por Moses em Nova York no século seguinte, representaram a remodelação do espaço subordinado aos interesses do capital.

Como em todas as fases precedentes, esta expansão mais recente do processo urbano trouxe com ela incríveis transformações no estilo de vida. A qualidade de vida urbana tornou-se uma mercadoria, assim como a própria cidade, num mundo onde o consumismo, o turismo e a indústria da cultura e do conhecimento se tornaram os principais aspectos da economia política urbana. A tendência pós-moderna de encorajar a formação de nichos de mercado – tanto hábitos de consumo quanto formas culturais – envolve a experiência urbana contemporânea com uma aura de liberdade de escolha, desde que se tenha dinheiro. Centros comerciais, galerias e pequenos comércios proliferam, como *fast-food* e mercados locais de artesanato. Temos agora, como coloca a socióloga Sharon Zukin, “a pacificação pelo cappuccino”. Ainda que incoerente, o desenvolvimento de subúrbios monótonos e tranquilos que continuam a dominar em muitas regiões, agora encontra seu antídoto em um movimento de “novo urbanismo” que mobiliza o comércio da comunidade e os estilos de vida para satisfazer os sonhos urbanos. Este é um mundo no qual a ética neoliberal de intenso individualismo possessivo e a correlata renúncia política a formas de ação coletiva tornaram-se padrão para a socialização humana (HARVEY, 2012, p. 81).

A transformação urbana que ocorre em alguns casos para tornar as cidades mais atraentes aos negócios, ao turismo, aos grandes eventos (para Harvey as transformações urbanas servem para absorver o excedente) geram aquilo que o autor denomina de “destruição criativa”. Se a transformação urbana é liderada pelos interesses de uma classe dominante, a exclusão dos mais pobres acaba por ocorrer. A remoção dessas classes das áreas centrais diante de projetos de revitalização urbana é um exemplo claro desse processo, e das contradições existentes na constituição dessas novas dinâmicas econômicas nas cidades.

A **Figura 13.7** faz referência ao antigo Museu do Índio no Rio de Janeiro. O prédio esteve no centro de um conflito por ocasião das reformas para a Copa do Mundo de 2014 realizada no Brasil. O local seria demolido para construção de um shopping center e um estacionamento, mas a pressão popular freou o processo.



Tânia Rêgo/Agência Brasil

Figura 13.7: Prédio do antigo Museu do Índio “Aldeia Maracanã”.

Fonte: <https://www.redebrasilatual.com.br/esportes/2013/01/indigenas-pedem-ajuda-contra-reintegracao-de-posse-do-museu-do-indio/>

Percebe-se que esse novo modelo de economia baseado em elementos simbólicos, na cultura, nas artes, no estilo de vida, na inovação, denominado de economia criativa, embora, segundo alguns de seus autores, esteja pautado na ideia de abertura e de pluralidade, acaba remodelando o espaço sob a ótica das classes mais abastadas, a partir de interesses corporativos, visando o lucro. Nesse processo, a cidade, especialmente suas zonas centrais “revitalizadas”, passa por um processo de valorização especulativa da terra, impedindo a permanência de pessoas de baixa renda nestes espaços.

Não é por acaso que o geógrafo britânico Neil Smith (2006) aprofundou o conceito de gentrificação no final do século passado, mesmo período das transformações socioespaciais e econômicas nas zonas centrais das grandes cidades. Foi a socióloga britânica Ruth Glass que cunhou (em 1964) a expressão *gentrification*, ao analisar transformações urbanas em Londres, mas foi Smith quem a notou como fenômeno existente em várias cidades do mundo.



Ruth Glass e a criação do termo gentrificação

Para saber mais sobre o pioneirismo de Ruth Glass sobre o tema, visite: <https://bartlett100.com/article/ruth-glass-and-coining-gentrification>.

O fenômeno de gentrificação está relacionado com o processo de revitalização de áreas centrais degradadas, que acaba por valorizar o espaço, destruindo a dinâmica social e econômica preexistente, afetando as classes mais pobres, que diante do aumento do custo de vida no local, são expulsas dos bairros e regiões revitalizadas. Não raro, esses processos são violentos, por meio de remoções com uso de força feitas pelos governos locais. É a cidade vista como mercadoria (para ser vendida, alugada) e atraente aos interesses das classes econômicas mais favorecidas.



Tânia Régio/Agência Brasil

Figura 13.8: Favela do Metrô-Mangueira, removida sem uma explicação clara. 77 mil pessoas foram removidas no Rio de Janeiro desde 2009 para a preparação da cidade olímpica.

Fonte: <https://www.anf.org.br/rio-pos-olimpico-77-mil-removidos-vila-autodromo-vira-rua/>



Veja, a seguir, alguns links com informações sobre remoções de população de baixa renda:

- Canal Ibase. O Rio de Janeiro dos Jogos da Exclusão (29 jul. 2016): <http://www.canalibase.org.br/o-rio-de-janeiro-dos-jogos-da-exclusao/>
- LabCidade. Observatório de remoções: <http://www.labcidade.fau.usp.br/category/obsremocoes/>
- Fase. Mapa mostra impactos sociais e luta de moradores na zona portuária. Entrevista com a socióloga Rachel Barros sobre a nova publicação da Fase (por Livia Duarte, 28 mar. 2014): <https://fase.org.br/pt/informe-se/noticias/mapa-mostra-impactos-sociais-e-luta-de-moradores-na-zona-portuaria/>

Milton Santos (2012) define bem as contradições das grandes cidades nos tempos atuais: “Nas condições de globalização, novas fontes de riqueza e novas razões de pobreza se estabelecem nas grandes cidades”

Atividade 2

Atende ao objetivo 2

Explique o tripé “tecnologia, talento e tolerância” que, para Florida, é a base de uma cidade criativa.

Resposta comentada

A *tecnologia* é a mola do crescimento econômico; o *talento* está relacionado com a disponibilidade de recursos humanos qualificados que

inovam, o que só é possível com um ambiente de *tolerância*, onde haja abertura que atraia indivíduos de todas as origens com ideias diversas. Esses três elementos precisam existir juntos para que a cidade possa se tornar criativa.

Conclusão

Nesta aula, podemos perceber a complexidade da relação entre a economia e a cultura, e suas expressões geográficas. Analisamos essa relação num contexto temporal que remonta às últimas décadas do século XX, quando o fenômeno da globalização e seus impactos passaram a ser analisados por todas as ciências humanas e sociais.

A desestruturação do modelo urbano industrial característico de grande parte do século XX, e que moldou todas as estruturas socioespaciais das cidades até os anos 1970, deu espaço para um novo modelo urbano metropolitano, agora pautado em novas dinâmicas econômicas, que passaram a privilegiar setores antes negligenciados, ligados à arte e à cultura, valorizando a inovação e a criatividade. É nesse contexto que surgem as primeiras abordagens teóricas sobre a economia criativa e o papel das indústrias criativas como motores dessa nova dinâmica econômica em alguns centros urbanos de países desenvolvidos.

No entanto, a cidade criativa não deve ser considerada como panaceia, e muito menos como uma forma homogênea no espaço. Importante também ressaltar que a cidade é resultado das relações complexas de todas as classes que vivem dentro desse espaço, e neste aspecto, as classes ricas, as classes empresariais, a classe política, os representantes do sistema financeiro, por serem muito poderosos, acabam por submeter todo o processo transformador das cidades aos seus interesses.

Por fim, é muito importante reter a ideia, mesmo diante do poder padronizador da globalização, de que essas teorias foram construídas a partir de observações de fenômenos ocorridos em países desenvolvidos, e que a simples sobreposição dessas teorias no espaço geográfico brasileiro, nas cidades brasileiras, faz com que estas precisem ser adaptadas ou mesmo reinventadas sob a ótica da nossa realidade histórica e social.

Atividade final

Atende aos objetivos 1 e 2

Aponte as contradições das cidades criativas sob a ótica da acumulação capitalista no que tange às transformações socioespaciais ocorridas especialmente nas zonas centrais das cidades criativas.

Resposta comentada

Sob a ótica da acumulação capitalista, a cidade e suas transformações urbanas visam resolver o destino do excedente dos capitalistas, logo, a lógica empresarial do lucro prevalece em detrimento do uso mais cidadão e democrático de bairros, cidades e regiões. Se, por um lado, a revitalização de antigas e degradadas áreas centrais de grandes cidades dinamiza a economia local, por outro, rompe laços de convivência, desestrutura dinâmicas sociais estabelecidas e segrega o espaço, relegando às classes mais pobres a saída destes espaços. A cidade passa a ser compreendida como mercadoria, uma metrópole subordinada ao capital, e não às necessidades das pessoas.

Resumo

Nesta aula, apresentamos alguns aspectos da relação entre economia, geografia e cultura, trabalhando o conceito de economia criativa e sua expressão socioespacial – a cidade criativa. Perpassamos pelos sistemas classificatórios de economias criativas e por vários conceitos relacionados ao tema, de abordagens mais economicistas, mercadológicas e acriticas até aquelas atentas às contradições inerentes ao processo de acumulação capitalista atual, que promove injustiça social e a perda do direito à cidade.

Referências

AUSTRALIAN GOVERNMENT. **Creative Australia**: National Cultural Policy, 2011. Disponível em: <https://www.nck.pl/upload/attachments/302586/creativeaustraliapdf2.pdf>. Acesso em: 30 set. 2019.

CLAVAL, P. Geografia econômica e economia. **GeoTextos**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 11-27, 2005. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/3028>. Acesso em: 30 set. 2019.

CLOSS, L; ROCHA-DE-OLIVEIRA, S. Economia criativa e territórios usados: um debate baseado nas contribuições de Milton Santos. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 349-363, abr./jun. 2017. Disponível em: scielo.br/pdf/cebape/v15n2/1679-3951-cebape-15-02-00349.pdf. Acesso em: 26 set. 2019.

COSTA, A. C. S; PALHETA, A. N. A. A; MENDES, A. M. P; LOUREIRO, A. S. Indústria cultural: revisando Adorno e Horkheimer. **Movendo Idéias**, Belém, v. 8, n. 13, p. 13-22, jun. 2003.

COSTA, J. H. A atualidade da discussão sobre a indústria cultural em Theodor W. Adorno. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 36, n. 2, p. 135-154, maio/ago. 2013.

CUNHA, M. V. F; MAKIYA, I. K. Cidades criativas como modelos de desenvolvimento econômico: cases internacionais. In: CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO. **Anais do X Congresso Nacional de Excelência em Gestão**. Rio de Janeiro, ago. 2014. Disponível em: http://www.inovarse.org/sites/default/files/T14_0140_0.pdf. Acesso em: 26 set. 2019.

EUROPEAN COMMISSION. **The Cultural and Creative Cities Monitor** – 2017 Edition. Luxemburg: Publications Office of the European Union, 2018. Disponível em: <http://publications.jrc.ec.europa.eu/repository/bitstream/JRC107331/kj0218783enn.pdf>. Acesso em: 30 set. 2019.

FLORIDA, Richard. **A ascensão da classe criativa**: e seu papel na transformação do trabalho, lazer, comunidade e cotidiano. Tradução de Ana Luiza Lopes. Porto Alegre: L&PM Editores, 2011.

HARVEY, D. O direito à cidade. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 29, p. 73-89, jul./dez. 2012. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/272071/mod_resource/content/1/david-harvey%20direito%20a%20cidade%20.pdf. Acesso em: 26 set. 2019.

HOWKINS, John. **The Creative Economy** – How people make money from ideas. London: Penguin Books, 2001.

LANDRY, C; BIANCHINI, F. **The Creative City**. London: Demos. 1997.

LOPES, R. S.; SANTOS, V. A. Economia, cultura e criatividade: tensões e contradições. **Carta Maior** – O Portal da Esquerda, 25 fev. 2011. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Midia/Economia-cultura-e-criatividade-tensoes-e-contradicoes-/12/16464>. Acesso em: 26 set. 2019.

MOTA, C. T. D.; HANSEN, D. L. Economia criativa sob a ótica da geografia: avanços e a reorientação das atividades criativas correlacionadas ao espaço geográfico. **Revista GeoNordeste**, São Cristóvão, Ano XXIX, n. 1, p. 160-174, jan./jun. 2018. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/9151/2/Geonordeste_1_2018.pdf. Acesso em: 30 set. 2019.

NASCIMENTO, B. P. Gentrificação na zona portuária do Rio de Janeiro: deslocamentos habitacionais e hiper precificação da terra urbana. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n. 41, v. 1, p. 45-64, jan./jun. 2019. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/viewFile/5716/4933>. Acesso em: 30 set. 2019.

SMITH, N. A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à ‘regeneração’ urbana como estratégia urbana global. *In*: BIDOUC-ZACHARIASEN, C. (org.). **De volta à cidade**: dos processos de gentrificação às políticas de revitalização dos centros urbanos. São Paulo: AnnaBlume, 2006.

SMITH, N. Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano. **GEOUSP – Espaço e Tempo**. São Paulo, n. 21, p. 15-31, 2007.

OLIVEIRA, F. J. G; RIBEIRO, G; OLIVEIRA, L. D. O; FREIRE, D. G. Por uma geografia econômica do tempo presente. **Espaço e Economia – Revista Brasileira de Geografia Econômica**, Rio de Janeiro, Ano I, n. 1, 2012. Disponível em: <https://journals.openedition.org/espacoeconomia/89#text>. Acesso em: 30 set. 2019.

OLIVEIRA, J. M; ARAÚJO, B. C; SILVA, L. V. Panorama da economia criativa no Brasil. *In*: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Texto para Discussão**, 1880. Rio de Janeiro: Ipea, out. 2013. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2026/1/TD_1880.pdf. Acesso em: 30 set. 2019.

RELATÓRIO DE ECONOMIA CRIATIVA 2010. **Economia criativa**: uma opção de desenvolvimento. Brasília: Secretaria de Economia Criativa/Minc; São Paulo: Itaú Cultural, 2012. 424 p. Disponível em: https://unctad.org/pt/docs/ditctab20103_pt.pdf. Acesso em: 26 set. 2019.

REIS, A. C. F. **Cidades criativas**: análise de um conceito em formação e da pertinência de sua aplicação à cidade de São Paulo. 2011. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16139/tde-08042013-091615/pt-br.php>. Acesso em: 26 set. 2019

SANT'ANNA, M. J. G; GONÇALVES, L. M. A. Transformações e conflitos na área portuária da cidade do Rio de Janeiro: megaeventos esportivos, mídia e marketing urbano. **Interseções**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 378-396, dez. 2015. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intersecoes/article/view/20153>. Acesso em: 30 set. 2019.

SANTOS, A. R. Revitalização para quem? Política urbana e gentrificação no Centro de Santos. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 16, n. 32, p. 587-607, nov. 2014. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/cm/v16n32/2236-9996-cm-16-32-0587.pdf>. Acesso em: 30 set. 2019.

SANTOS, M. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 16. ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

SCOTT, A. J. Metrópole ressurgente: economia, sociedade e urbaniza o em um mundo interconectado. **GEOgraphia**, Niterói, v. 16, n. 32, p. 8-37, 2014. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13685>. Acesso em: 26 set. 2019.

SILVA, J. L. F. A emergência da geografia econômica das indústrias culturais. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, ano 12, v. 1, n. 21, 1  semestre. 2010. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/1446>. Acesso em: 30 set. 2019.

SOJA, E. W. Para além de *postmetropolis*. **Revista UFMG**, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p. 136-167, jan./jun. 2013. Disponível em: https://www.ufmg.br/revistaufmg/downloads/20/7-para_alem_da_postmetropolis_edward_soja.pdf. Acesso em: 26 set. 2019.

THROSBY, D. The Music Industry in the New Millennium: Global and Local Perspectives. **The Global Alliance for Cultural Diversity, Division of Arts and Cultural Enterprise**. Paris: Unesco, Oct. 2002. Disponível em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download;jsessionid=927EFC3D75596761A17799A9E960804C?doi=10.1.1.600.2432&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em: 30 set. 2019.